



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

ERLON ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA

**OS NÓS DA REDE: ANÁLISE SOCIAL DOS CENTROS URBANOS DE CULTURA,
ARTE, CIÊNCIA E ESPORTE NA CIDADE DE FORTALEZA**

FORTALEZA - CEARÁ

2017

ERLON ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA

OS NÓS DA REDE: ANÁLISE SOCIAL DOS CENTROS URBANOS DE CULTURA,
ARTE, CIÊNCIA E ESPORTE NA CIDADE DE FORTALEZA

Dissertação apresentada no Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de Concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientação: Prof. Dr. Alexandre Almeida Barbalho.

FORTALEZA - CEARÁ

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Oliveira, Erlon Albuquerque de.

Os nós da rede: análise social dos centros urbanos de cultura, arte, ciências e esporte na cidade de Fortaleza [recurso eletrônico] / Erlon Albuquerque de Oliveira. - 2017.

1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 243 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, Fortaleza, 2017.

Área de concentração: Planejamento e políticas públicas.

Orientação: Prof. Dr. Alexandre Almeida Barbalho.

1. Políticas Públicas. 2. Juventudes. 3. Equipamento Público. 4. Proteção Social. I. Título.


ERLON ALBQUERQUE DE OLIVEIRA

OS NÓS DA REDE: ANÁLISE SOCIAL DOS CENTROS URBANOS DE
CULTURA, ARTE, CIÊNCIA E ESPORTE NA CIDADE DE FORTALEZA

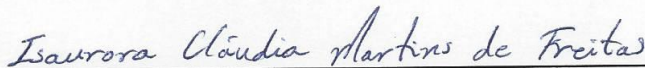
Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovada em: 09/10/2017

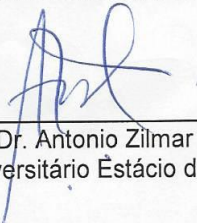
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Alexandre Almeida Barbalho
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof.^a Dr.^a Isaurora Cláudia Martins de Freitas
Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA



Prof. Dr. Antonio Zilmar da Silva
Centro Universitário Estácio do Ceará – FIC

Aos meus pais, Antonio Lima de Oliveira e Adélia Albuquerque de Oliveira, que com muito carinho e atenção sempre me incentivaram, investiram e acreditaram em mim.

AGRADECIMENTOS

A minha amiga socióloga e colega de trabalho, Leila Paiva, pelos conselhos, pelo estímulo, e por se fazer presente desde a seleção do mestrado, me auxiliando principalmente através de indicação bibliográfica correlata à pesquisa científica.

As minhas amigas Anelise Ribeiro e Thereza Ferrer pelo auxílio na transcrição das entrevistas realizadas.

Ao meu amigo e chefe João Pupo, pela compreensão da necessidade de aperfeiçoamento pessoal, me flexibilizando o horário de trabalho para a realização dessa pesquisa.

Ao Cleiton Freitas, mestrando da Unifor e amigo que acompanhou mais de próximo a pesquisa, e me auxiliou noutros fazeres, facilitando assim a conclusão dessa pesquisa.

Ao meu irmão amigo Rogério Viana pelo auxílio através correção ortográfica desse trabalho.

A Monica Gondim da STDS e minha ex aluna Ranielle Carvalho da SEJUS, que se entrincheiraram pessoalmente para me fornecerem dados juntos as suas instituições sobre as juventudes.

Ao gerente do CUCA João Renato por sempre estar muito solícito e me fornecer as informações institucionais solicitadas, inclusive por *whatsapp*.

Ao gestor da UGP Robson Torres por providenciar acesso e cópias a todos os documentos e relatórios do Instituto Cuca relacionados aos contratos de gestão.

A Larissa Estevam assistente do RH do Instituto Cuca, que me mostrou e auxiliou como deveria dialogar para ter acesso aos documentos institucionais.

Ao meu orientador, o professor Alexandre Barbalho e aos demais membros da banca, profa. Isaurora Freitas e prof. Antonio Zilmar pelas contribuições apresentadas a nossa pesquisa de mestrado .

A todos os profissionais do CUCA, em especial a Naiara Rocha do setor de matrícula, pelo acolhimento e dedicação em fornecer os dados solicitados.

Aos jovens, do CUCA que se disponibilizaram em participar das entrevistas.

RESUMO

A perspectiva desta dissertação é analisar e compreender como se realizaram as políticas públicas de juventudes através da Rede Cuca na cidade de Fortaleza, durante o período de 2014 a setembro de 2017. O percurso teórico metodológico da pesquisa teve como bases as pesquisas documental e de campo, realizadas através da observação participante, de entrevistas semiestruturadas, de relatos colhidos em diário de campo, de fotografias, da pesquisa documental em órgãos públicos, e nos três equipamentos públicos que compõe a Rede Cuca. Desta forma, o trabalho buscou pontuar observações realizadas pelo pesquisador, de modo a contribuir academicamente para a compreensão do planejamento e execução das políticas públicas municipais de juventudes realizadas através de uma rede de proteção e oportunidades, que visa reduzir situações de risco social e ou vulnerabilidades juvenis. Por meio de ações públicas de natureza transversal e intersetorial para e ampliar o seu alcance social e os seus resultados. Nas quais, se faz necessário o fortalecimento do diálogo entre os órgãos que compõe o Poder Público, e da presença e engajamento político das juventudes e dos demais segmentos sociais, na consolidação da Rede Cuca, que ainda não se encontra perfeita e acabada como forma de Política Pública de Juventude, mais é um espaço inquestionável de inserção e promoção de saúde, de bens culturais, de lazer, de práticas esportivas, de cidadania, de empreendedorismo, e de emancipação das juventudes, que são os verdadeiros agentes de transformações socioespaciais de uma cidade.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Juventudes. Equipamento Público. Proteção Social.

RESUMEN

La perspectiva de esta disertación es analizar y comprender cómo se realizaron las políticas públicas de juventud a través de la Red Cuca en la ciudad de Fortaleza durante el período de 2014 a septiembre de 2017. El recorrido teórico metodológico de la investigación tuvo como bases las investigaciones documental y de campo , realizadas a través de la observación participante, de entrevistas semiestructuradas, de relatos recogidos en diario de campo, de fotografías, de la investigación documental en órganos públicos, y en los tres equipamientos públicos que componen la Red Cuca. De esta forma, el trabajo buscó puntuar observaciones realizadas por el investigador, de modo a contribuir académicamente a la comprensión de la planificación y ejecución de las políticas públicas municipales de juventudes realizadas a través de una red de protección y oportunidades, que busca reducir situaciones de riesgo social y/o vulnerabilidades juveniles. Por medio de acciones públicas de naturaleza transversal e intersectorial para y ampliar su alcance social y de los resultados. En las cuales, se hace necesario el fortalecimiento del diálogo entre los órganos que componen el Poder Público, y de la presencia y compromiso político de las juventudes y de los demás segmentos sociales, en la consolidación de la Red Cuca, que aún no se encuentra perfecta y acabada como forma de La política pública de juventud, más es un espacio incuestionable de inserción y promoción de salud, de bienes culturales, de ocio, de prácticas deportivas, de ciudadanía, de emprendedorismo, y de emancipación de las juventudes, que son los verdaderos agentes de transformaciones socioespaciales de una ciudad

Palabras-clave: Políticas Públicas. Juventudes. Equipamiento Público. Protección Social.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Organograma da estrutura da execução do PIPPJ.....	62
Figura 2 – Comunicado da Rede Cuca sobre o Cuca na Comunidade.....	102
Figura 3 – Página do facebook Fórum de Jovens do CUCA Jangurussu.....	115
Figura 4 – Página do facebook Fórum de Jovens do CUCA Barra..	116
Figura 5 – Página do facebook Fórum de Jovens do CUCA Mondubim.....	117
Foto 1 – Comunicado de seleção de educador social.....	77
Foto 2 – Faixa com manifestação política.....	96
Foto 3 – Informativo da DPDH.....	96
Foto 4 – Placa informativa de obra.....	100
Foto 5 – Participantes do Cuca na Comunidade.....	103
Foto 6 – Grafite sobre Cultura de Paz.....	109
Foto 7 – Grafite sobre o empoderamento étnico e de gênero.....	110
Foto 8 – Reunião do Conselho Consultivo do CUCA Mondubim.....	121
Foto 9 – Arraia da Juventude no CUCA Barra.....	129
Foto 10 – Entrada do CUCA Barra no Arraia da Juventude.....	129
Foto 11 – Veículos da Guarda Municipal na entrada do CUCA Barra.....	130
Foto 12 – Guardas Municipais armados na entrada do CUCA Barra.....	130

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Entrevistados selecionados vinculados à Rede CUCA.....	32
Tabela 2 - Os dez bairros com a maior população jovem.....	74
Tabela 3 - Metas do Contrato de Gestão 03/2016.....	83
Tabela 4 - Atendimentos e beneficiados da Rede Cuca.....	89
Tabela 5 - Quantidade de atividades da meta 05 da Rede Cuca.....	92

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BI	Business Intelligence
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CEDCA	Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
CEPPJ	Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude
CITS	Centros de Integração Tecnológica e Social
CMRJ	Conselhos Municipais Regionais de Juventude
CONJUVE	Conselho Nacional da Juventude
CPLP	Carta da Juventude da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CRAS	Centros de Referência de Assistência Social
CREAS	Centros de Referência Especializados da Assistência Social
CREDJOVEM	Programa de Crédito Solidário para Juventude
CSU	Centro Social Urbano
CUCA	Centro Urbano de Cultura Arte Ciência e Esporte
DCA	Delegacia da Criança e do Adolescente
DECECA	Delegacia de Combate a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes
DOM	Diário Oficial do Município
DPDH	Diretoria de Promoção de Direitos Humanos
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Ensino Nacional do Ensino Médio
FMJ	Fundo Municipal de Juventude de Fortaleza
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem Estar do Menor
FUNCI	Fundação da Criança e da Família Cidadã
GRIM	Grupo de Pesquisa da Relação da Infância, adolescência e Mídia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFCE	Instituto de Educação Física e Esportes

IHA	Índice de Homicídios na Adolescência
IJC	Instituto da Juventude Contemporânea
IPEA	Instituto de Pesquisa Economica Aplicada
IPECE	Instituto de Pesquisa do Ceará
IPH	Índice de Pobreza Humana
IVS	Índice de Vulnerabilidade Social
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MS	Medidas Socioeducativas
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OS	Organização Social
OSC	Organizações da Sociedade Civil
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PIB	Produto Interno Bruto
PIPPJ	Programa Integrado de Políticas Públicas da Juventude
PMAJ	Programa Mundial da Ação da Juventude
PMF	Prefeitura Municipal de Fortaleza
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra Domicílios
PNJ	Política Nacional de Juventude
PNUD	Programa das Nações Unidas de Desenvolvimento
POPFOR	Pré-Universitário Popular de Fortaleza
PPJ	Políticas Públicas de Juventude
PROINFOR	Programa de Informática de Fortaleza
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PSB	Proteção Social Básica
SAM	Serviço de Assistência ao Menor
SCDH	Sistema Único de Saúde Secretaria da Cidadania e Direitos Humanos
SCSP	Secretaria de Conservação e Serviços Públicos
SEAS	Superintendência Estadual de Atendimento Socioeducativo
SEDAS	Secretaria de Educação e Assistência Social

SER	Secretaria Executiva Regional
SETRA	Secretaria Municipal de Trabalho Desenvolvimento Social e Combate à Fome
SINAJUVE	Sistema Nacional de Juventude
STDS	Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TCM	Tribunal de Contas dos Municípios
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
UGP	Unidade de Gestão de Programa
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	O PERCURSO TEÓRICO METODOLÓGICO DA PESQUISA SOBRE A REDE CUCA.....	23
2.1	A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA SOBRE A REDE CUCA.....	23
2.2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS NA PESQUISA DE CAMPO.....	24
2.2.1	Sobre a técnica da observação participante e do relativismo cultural.....	25
2.2.2	Sobre a importância do uso do Diário de campo.....	28
2.2.3	Sobre as entrevistas semiestruturadas.....	29
2.2.4	Sobre a realização da pesquisa documental e bibliográfica.....	31
2.3	JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DOS SUJEITOS PARTICIPANTES DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS E CONVERSAS REGISTRADAS.....	31
2.4	SOBRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO, COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	34
2.5	COMPROMISSO SOCIAL E ÉTICO DA PESQUISA.....	37
3	POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE ATRAVÉS DA REDE CUCA.....	39
3.1	DISCUSSÃO CONCEITUAL SOBRE POLÍTICA.....	39
3.2	POLÍTICAS PÚBLICAS VERSUS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS: CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIAL DA POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL.....	44
3.3	O USO DA QUESTÃO SOCIAL DOS TERMO JUVENTUDE OU JUVENTUDES?.....	46
3.4	BREVE INCURSÃO HISTÓRICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDES.....	53
4	ANÁLISE SOCIAL DOS CUCAS ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA DE JUVENTUDES EM REDE.....	65
4.1	A CONCEPÇÃO DOS CUCAS COMO ESTRATÉGIA DE POLÍTICA PÚBLICA DE JUVENTUDES.....	66

4.2	AS TERRITORIALIDADES EXISTENTES NOS BAIRROS ONDE SE SITUAM OS CUCAS.....	89
4.2.1	Cuca na Comunidade.....	101
4.3	DOS PRESSUPOSTOS ORIENTADORES DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELOS CUCAS.....	103
4.4	A QUESTÃO SOCIAL PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NAS AÇÕES INSTITUCIONAIS DA REDE CUCA.....	113
4.4.1	Ouvidoria Jovem e Fórum de Jovens.....	114
4.4.2	Prática do Conselho Consultivo.....	118
4.4.3	Consultas realizadas aos jovens atendidos.....	122
4.4.4	Realização do Comunidade em Pauta.....	124
4.4.5	Vizinho do Cuca.....	125
4.5	REDE CUCA COMO UM ESPAÇO URBANO.....	126
4.6	OS LIMITES E POSSIBILIDADES DOS CUCAS ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA DE JUVENTUDE EM REDE.....	134
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	146
	REFERÊNCIAS.....	157
	APÊNDICES.....	168
	APÊNDICE A - ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	169
	APÊNDICE B - ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA DOS JOVENS.....	170
	APÊNDICE C – OFÍCIO À COORDENADORA DE RECURSOS HUMANOS.....	171
	APÊNDICE D – OFÍCIOS A DIVERSOS ÓRGÃOS PÚBLICOS.....	172
	APÊNDICE E – TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO E ESCLARECIMENTO.....	175
	ANEXOS	176
	ANEXO A - ESTATUTO DO INSTITUTO CUCA.....	177
	ANEXO B - PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA REDE CUCA.....	205
	ANEXO C - AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA REDE CUCA.....	221
	ANEXO D - ENQUETE DA REDE CUCA.....	222

ANEXO E - RELATÓRIO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO 03/2016.....	223
ANEXO F - DADOS DO QUANTITATIVO DE ATENDIMENTO DA REDE CUCA.....	234
ANEXO G - ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO CUCA JANGURUSSU.....	236
ANEXO H - ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO CUCA JANGURUSSU.....	239
ANEXO I - ATA DA NONA REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO CUCA MONDUBIM.....	242

1 INTRODUÇÃO

Nossa prática docente universitária em cursos de graduação e pós graduação em Cursos de Direito, nos permitiu amadurecer a necessidade acadêmica de concluirmos nossos estudos de mestrado em outra área de formação, a fim de ampliar nosso olhar sobre as ciências humanas e o seu campo de análise para além de temáticas jurídicas.

Uma das questões que nos motivou na escolha do tema foi a atuação em campanhas eleitorais para os governos estaduais e municipais, pois, na qualidade de advogado eleitoral, tivemos a oportunidade de assistir a várias apresentações e manifestações no Comitê Cultural da campanha de Camilo Santana para governo estadual no ano de 2014, que localizava-se próximo ao Centro Cultural Dragão do Mar.

Em numa destas manifestações nos sensibilizamos bastante, em que um adolescente de 13 anos e na época aluno do CUCA Barra, apresentou a “dança do passinho”¹ com outros jovens de várias idades. Após a apresentação este cantou uma música de Rap, e logo, em seguida discursou no microfone com uma desenvoltura, com consciência de cidadania e com um empoderamento, o que nos surpreendeu e nos inspirou a pesquisar a temática Políticas de Juventude e Rede Cuca.

Todavia, durante a realização dessa pesquisa científica, aquela apresentação de jovens durante uma campanha eleitoral, passou a ser percebida também por outro olhar, ou seja, para além de uma expressão artística. Identificamos àquele momento de forma um pouco mais ampla, diante da realidade jurídica das “condutas vedadas” aos candidatos políticos e gestores, de se utilizar de prédios e serviços públicos em sua propaganda eleitoral, apropriando-se da situação de jovens atendidos pelos serviços públicos, para assim demonstrarem de forma positiva, que estes serviços estão sendo devidamente prestados por determinado grupos políticos.

Para demonstrar essa realidade factual, temos os jovens atendidos pelos CUCAs, que em conformidade com Bordieu *apud* Pais (2001, p 140),

¹ Esta dança é muito presente no processo de convivência cotidiana e socialização entre jovens dos bairros da Barra do Ceará e do Carlito Pamplona e ganhou projeção nacional por meio das redes sociais, essa dança foi criada nos bailes de favelas do Rio de Janeiro e mistura movimentos de outros estilos de dança, como breaking, hip hop e o frevo, com a capoeira e até o skate, tendo como base o funk, já popular em todo país tendo mais de duzentos mil vídeos lançados. Em: <<http://www.ebc.com.br/cultura/2016/05/passinho-um-jeito-novo-e-brasileiro-de-dancar>> Acessado em: 29 de agosto de 2017.

Com efeito a juventude começa por ser uma categoria socialmente manipulada e manipulável, como se refere BORDIEU o facto de se falar dos jovens como uma <<unidade social>>, um grupo dotado de <<interesses comuns>> e de se referirem esses interesses a uma faixa de idades constitui, já em si, uma evidente manipulação.

E ainda, pudemos observar na fala daquele jovem, sua origem permeada por situações de vulnerabilidades e de exclusão social, que assolam muitos jovens que vivem nas comunidades do entorno dos equipamentos que compõem a Rede Cuca. Tivemos então a percepção de que as atividades desenvolvidas pelos CUCAs de alguma maneira teriam gerado aquela postura crítica, politizada e consciente de direitos sociais e cidadania.

Outra experiência também vivenciada e impulsionadora dessa pesquisa, deve-se a nossa trajetória profissional no serviço público municipal do ano de 2004 até o momento de conclusão deste trabalho científico.

Trabalhando primeiramente como Assessor Técnico Jurídico nas Secretaria de Educação e Assistência Social – SEDAS e na Secretaria de Conservação e Serviços Públicos – SCSP, onde logo nos identificamos com as questões humanas, sociais e jurídica.

Questões essas socialmente relevantes, diante dos dados constantes na projeção populacional realizada pelo IBGE para a cidade de Fortaleza, que previa para o ano de 2016 uma população de 2.609.716 habitantes, e de 1.692.712 eleitores conforme dados do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará- TRE-CE, o que a mantém na posição de quinta cidade mais populosa do Brasil.

Esses dados apontam 513.168 pessoas pertencentes ao grupo etário objeto dessa pesquisa, ou seja, jovens (segundo a classificação adotada pelas instituições públicas e privadas) de 15 a 29 anos de idade, representando assim 19,66% da população fortalezense.

Destes 259.661 jovens do sexo masculino e 253.507 do sexo feminino, demonstrando-se assim que a diferença entre o quantitativo de gêneros dos jovens de Fortaleza é pequena, ou seja, de aproximadamente 1,2%, refletindo assim a necessidade que as Políticas Públicas de Juventude sejam planejadas da forma mais heterogênea possível, pois primeiramente se percebe o gênero como um fator relevante, dentre outras tantas diversidades como cor ou raça, orientação ou identidade sexual, classe social. Evitando-se a homogeneidade do olhar estático e

uníssonos e, conseqüentemente, limitando o jovem a um indivíduo em transição entre a fase da infância e a fase adulta.

Outro fato social significativo que nos alertou sobre a problemática enfrentada por parcela da população jovem de Fortaleza, decorreu do relatório lançado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, referente ao ano de 2011, o Índice de Vulnerabilidade Social- IVS de 0,304 , indicando nível médio quanto a condição de fragilidade dos indivíduos jovens diante dos riscos produzidos pelo contexto econômico-social, colocando assim parcela dessa população na condição de excluídos socialmente.

Esse índice varia entre 0 (menor situação de vulnerabilidade) e 1 (máxima situação de vulnerabilidade), sendo composto pela aritmética de 16 indicadores dividido em três dimensões: Infraestrutura Urbana, Capital Humano e Renda e Trabalho.

Ao percebermos a importância e a necessidade das Políticas Públicas Municipais de Juventude e da existência da Rede Cuca, como um dos equipamentos públicos de uso especial da Prefeitura Municipal de Fortaleza, definimos realizar a pesquisa de dissertação de Mestrado Profissional em Planejamento Políticas Públicas sobre essa temática através de uma análise social, político e cultural sobre essa temática.

Neste sentido Nogueira (2015, p. 161) conceitua equipamentos públicos e de uso especial como,

São locais, estruturas ou edificações integrantes do patrimônio da Administração Pública direta ou indireta, destinados ao uso indistinto ou fruição de serviços por parte da população [...] bens de uso especial, afetados por finalidade específica e condicionante de sua utilização a exemplo de escolas, hospitais, teatros e museus.

O primeiro desses equipamentos foi inaugurado não na forma de Rede, na gestão da Prefeita Luizianne Lins em 10 de setembro de 2009 com a presença do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva dentre outras autoridades² por ser compreendido naquele momento como um dos marcos nacionais das políticas de juventude.

²Jornal Diário do Nordeste disponível em:
<<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/lula-inaugura-cuca-em-meio-a-protestos-ao-estado-1.422999>>

A entrega dos outros dois equipamentos se deram em 21 de fevereiro 2014³, na gestão de prefeito Roberto Claudio sendo só então efetivado funcionamento da Rede Cuca (embora tenham sido inaugurados parcialmente na gestão anterior, não foram entregues completos/funcionamento, frutos da Proposta de Empréstimo BR-L1122⁴ do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento com a Prefeitura Municipal de Fortaleza.

No documento institucional Programa Integrado de Políticas Públicas da Juventude de Fortaleza- PIPPJ tem como meta o público-alvo dos jovens de faixa etária de 15 a 29 anos, (até o momento da conclusão dessa pesquisa), nas comunidades de três regiões administrativas municipais, consideradas áreas onde de maior vulnerabilidade social e de população jovem de acordo com o “Perfil de Juventude do Ceará em 2010” realizado pelo IPECE, a saber: Regional I (Barra do Ceará: 22.577 jovens), Regional V (Mondubim: 22.306 jovens) e Regional VI (Jangurussu: 15.196 jovens).

Cada um dos equipamentos públicos que compõe a Rede Cuca, desenvolve para os jovens e comunidades onde estão localizados, diversas atividades culturais, artísticas, educacionais, serviços de saúde, de esporte, cursos de formação profissional, de preparação para o vestibular e de educação para a cidadania, objetivando facilitar a inserção destes jovens em diversos espaços sociais.

Desta maneira, a Prefeitura Municipal de Fortaleza em conjunto com o BID-Banco Interamericano de Desenvolvimento a partir de 2007, iniciou a elaboração de uma parceria para executar diversas ações na área de políticas públicas de juventude, que foi concretizada pelo contrato de financiamento entre as partes supracitadas, em que a PMF assumia o compromisso de cumprir metas sociais quantitativas prefixadas pela instituição financeira, como forma de reduzir alguns índices sociais, a exemplo Índice de Vulnerabilidade Social-IVS citado anteriormente, e que teve seu prazo prorrogado de execução, junto com o do PIPPJ, até 03 de setembro de 2017.

Na delimitação do nosso objeto de pesquisa buscamos através de um estudo social, compreender como funcionam os equipamentos públicos CUCAs em Rede, quanto à execução de Políticas Públicas Municipais de Juventude na cidade de

³Sítio Institucional da PMF, disponível em: <<https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-inaugura-cucas-mondubim-e-jangurussu>>

⁴ Loan proposal, BR-L1122, **Program Of Integrated Public Policies for Fortaleza Youth**, Document of the Inter-American Development Bank, Washington – Fortaleza, 2007.

Fortaleza, que visam reduzir situações de risco social e/ou vulnerabilidades nas quais se encontra parcela de nossos jovens, esses são administrados pelo poder executivo municipal, e que até setembro de 2017 eram compostos pelos CUCA Barra (Che Guevara), CUCA Mondubim (Chico Anysio) e CUCA Jangurussu (Luiz Gonzaga).

Trabalhamos principalmente com o recorte temporal do ano de 2014 (início do funcionamento em Rede) até setembro deste ano de 2017, fizemos esta escolha por acreditarmos que nosso objeto de estudo, poderia ser melhor analisado pelas abordagens teóricas e conceituais utilizadas num programa com uma experiência executiva superior a três anos.

Nosso objeto de estudo caracteriza-se e deve ser também analisada empiricamente na realidade social dos jovens da cidade de Fortaleza, como sendo um equipamento público dotado de uma dinâmica institucional, influenciável pela participação social e política da comunidade do entorno, por mudanças na gestão municipal, como também por processos políticos econômicos presentes no cenário brasileiro.

Percebemos também que, no meio acadêmico local, existe considerável produção científica sobre Políticas Públicas de Juventude - PPJ e CUCAs⁵ em Fortaleza, entretanto, sempre num recorte pontual em um dos CUCAs, sendo o seu funcionamento em Rede pouco explorado nas pesquisas, se fazendo necessário estudos dessa política de proteção juvenil, de forma a conhecer melhor sobre suas demandas, circunstâncias e motivações, que legitimaram esse processo de consolidação das políticas de juventude na agenda pública municipal.

Diante desse hiato nas pesquisas e trabalhos científicos constituídos sobre política de juventude e Rede Cuca, propomos contribuir com essa análise social e institucional, através do esclarecimento do seguinte questionamento: como se dá o funcionamento da Rede Cuca quanto a execução de políticas públicas de juventude em Fortaleza?

⁵ Exemplificamos pelos seguintes trabalhos de pesquisa em mestrado: Análise das Implicações Psicossociais do Protagonismo para os Jovens em Situação de Pobreza- Alexsandra Maria Sousa Silva; Em Busca das periferias nas narrativas das juventudes do Cuca – Samaisa dos Santos Xavier Henrique; As políticas de Juventude na Agenda Pública Brasileira – Josbertini Virgínio Clementino e Cuca- Uma Experiência de Política Pública Municipal de Jovens em Fortaleza – Nágela Rapôso Alves.

De forma sucinta demarcamos este trabalho em três objetivos específicos:

- a) Verificar quais são os pressupostos orientadores da Rede Cuca, e exemplificar como os mesmos foram realizados durante a execução dos Contratos de Gestão desse equipamento público de política de juventudes;
- b) Realizar uma análise social dos programas executados pelos CUCAs e de suas respectivas territorialidades, através dos documentos institucionais, observação participante e dos relatos dos atores sociais por estes atendidos;
- c) Identificar se nessa política pública de Juventude viabilizou institucionalmente a participação política dos jovens e da comunidade do entorno.

Nossa pesquisa apresenta cinco tópicos. O primeiro deles a introdução; seguida de percurso metodológico; revisão da literatura; desenvolvimento dos objetivos específicos e análise empírica e, por o último considerações finais.

Abordamos em “O percurso teórico metodológico da pesquisa sobre a Rede Cuca”, que a dissertação tem como bases as pesquisas documental e de campo. A de campo foi realizada a partir do ano de 2016 através da observação participante, da realização de entrevistas semiestruturadas⁶, relatos colhidos que anotamos em diário de campo, fotografias, da pesquisa documental em órgãos municipais, nos arquivos institucionais do Instituto Cuca e em todos os equipamentos que compõe a Rede Cuca.

No terceiro tópico, “Políticas Públicas de Juventude através da Rede Cuca”, apresentaremos algumas discussões teóricas e conceituais sobre os temas Políticas Públicas, Juventude e também abordaremos numa breve incursão: a história das PPJs.

No item seguinte, abordaremos a concepção dos CUCAs como uma estratégia de Política Pública a ser executada em forma de rede, e se esta foi planejada e executada levando-se em consideração as peculiaridades dos territórios em que se encontram. No mesmo sendeiro faremos algumas observações que entendemos pertinentes sobre o Plano Político Pedagógico da Rede Cuca e sobre como se deu a participação política e social dos jovens e da comunidade no

⁶ Cf Apêndice A

equipamento, e finalizaremos este tópico tratando dos limites e possibilidades desses equipamentos como política pública de juventudes em rede, e de seu reconhecimento pelas juventudes atendidas, como um espaço/lugar praticado.

Nas Considerações Finais, buscaremos pontuar nossas observações de modo a contribuir academicamente para a compreensão do planejamento e execução das políticas públicas municipais de juventude realizadas através da Rede Cuca, e indicar alguns esforços que podem ser realizados com o fim de avançar na consolidação dessa política pública de natureza transversal e intersetorial.

2 O PERCURSO TEÓRICO METODOLÓGICO DA PESQUISA SOBRE A REDE CUCA

“Conhecer o caminho não dispensa o percurso”

(Proverbio francês)

No presente capítulo propomo-nos a descrever sob o ponto de vista metodológico que caminhos percorremos na construção do nosso objeto de estudo e como se desenvolveu a pesquisa de campo, na qual nos utilizamos das técnicas de observação participante e do registro em diário de campo, do levantamento, estudo e análise de documentos institucionais.

2.1 A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA SOBRE A REDE CUCA

Como forma de construir a análise documental e de interpretar os significados de seus conteúdos e dispositivos normativos, privilegiando também nessa fase a utilização das técnicas de coleta de dados e informações listada a seguir:

1. Análise de artigos de jornais, sites da internet, material de divulgação (cartazes, *folders*, cartilhas e vídeos) produzidos pela Rede Cuca, como forma de captar as imagens que a Rede Cuca tenta passar para o público sobre si própria, para analisar como o trabalho desenvolvido por esta foi ganhando diversidades de atendimentos ao longo da execução dos contratos de gestão;
2. Leitura e estudo de documentos institucionais como Contrato de Empréstimo, Regulamento Operacional do PIPPJ, Plano de Aquisições da UGP, Plano Fortaleza 2040 e eixo 2 – Juventude, Relatórios de Acompanhamento e Avaliação, Guia de Políticas Públicas Municipais de Juventude, Pesquisa de indicadores de Acompanhamento e de Impacto do CUCA Barra, Projeto Político Pedagógico da Rede CUCA, Estatuto da Associação Civil Instituto Cuca, OS que faz a gestão da Rede Cuca e outros programas de juventude;
3. Observação e interpretação de normas publicadas no DOM, de natureza orçamentária, instituidora e regulamentadora de Conselhos, Órgãos, Plano Municipal de Juventude dentre outras que serão gradativamente citadas durante a dissertação.

Em leituras de bibliografias correlacionadas aos temas de: Políticas Públicas, Políticas Públicas de Juventude, Juventudes, Vulnerabilidade Social, Risco Social, Lugar, Espaço, Território, Regulação Social, Cultura, Emancipação, Participação Política; na elaboração de roteiro e realização de entrevistas semiestruturadas gravadas de gestores de diversos órgãos municipais, dos três equipamentos que compõem a Rede Cuca, da Unidade de Gestão de Programa - UGP, do Instituto Cuca, da entrevista de 15 jovens⁷ matriculados na Rede Cuca registradas em diário de campo, de relatos também registrados em diário de campo, colhidos de coordenadores, educadores sociais, psicólogos e outros colaboradores dos equipamentos públicos da Rede Cuca, na coleta e tabulação de dados quantitativos referentes aos atendimentos prestados aos jovens, sempre procurando seguir os referenciais teóricos pertinentes ao nosso tema.

Para realização de nossa pesquisa no Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da UECE, elaboramos uma questão norteadora, que nos ajudasse a identificar melhor o cenário social, político e cultural que envolvem o tema juventude, a saber:

Como se dá a execução das Políticas Públicas de Juventude desenvolvidas pela Rede Cuca ?

2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS NA PESQUISA DE CAMPO

Neste tópico revelamos as concepções que foram utilizadas na pesquisa de campo, dentre elas a observação participante para que alcançássemos as práticas culturais dos diversos atores sociais no equipamento e no seu entorno, empregando o uso do Diário de Campo e de entrevistas semiestruturadas e relatos registrados por gravação.

Realizamos concomitantemente a pesquisa em documentos institucionais e revisão de literatura de autores que nos auxiliaram na compreensão dos principais conceitos envolvidos.

⁷ Cf; Apêndice B

2.2.1 Sobre a técnica da observação participante e do relativismo cultural

A observação participante pode ser compreendida como uma técnica de pesquisa que nos permitiu além da observação direta, o exercício do olhar de relativismo cultural.

Concordamos com Bock, (1977, p 136) quando para este antropólogo o conceito de cultura pode demonstrar *“que las personas que comparten una cultura común categorizan sus experiencias y responden em formas convencionales a estas experiencias categorizadas”*.

Procuramos identificar esses significados culturais quando pesquisamos as diversas atividades oferecidas nos três equipamentos públicos, nas observações participantes que fizemos também nas reuniões do Conselho Consultivo dos CUCAs, nas reuniões que assistimos dos Fóruns de Jovens e nas reuniões que presenciamos da “Comunidade em Pauta”. Através da técnica de observação sistemática direta, anotamos e registramos por fotografia alguns fatos observados pessoalmente enquanto pesquisadores de campo.

Sempre nos guiando pelo entendimento de que, “O termo “cultura” tem diferentes associações caso tenhamos em mente o desenvolvimento de um indivíduo, de um grupo ou classe, ou do conjunto da sociedade” Eliot (2011, p 33).

A práxis do relativismo cultural se refere à tentativa de compreender os valores, os sentidos e a lógica que se constitui a vida do outro⁸, a contribuição científica dos estudos antropológicos, está principalmente na constatação que outras vidas são sentidas, experimentadas e vividas culturalmente de diversas maneiras, sendo que “não basta ser autor de práticas sociais; é preciso que essas práticas sociais tenham significado para aquele que as realiza” Certeau (2012, p 141) e concebemos que o conceito de cultura “não consiste em receber, mas em realizar o ato pelo qual cada um marca aquilo que outros lhe dão para viver e pensar” (CERTEAU, p 143).

Para se alcançar esse entendimento sociológico e antropológico foi necessário o exercício da alteridade que se constitui na percepção desse outro, como

⁸ São os grupos ou indivíduos objetos de estudo, que de acordo com a antropologia, o relativismo cultural visa combater a visão etnocêntrica e os julgamentos culturais ao se observa-los, ou seja, não julgar o outro a partir de sua própria visão, como se ela tivesse que ser copiada por todos, e também que não exista a expressão “cultura melhor” ou “cultura pior”, disponível em: <<https://www.significados.com.br/relativismo-cultural/>>

polo ou polos opostos de significados culturais valorativos. Admitir que existe alteridade nessa pesquisa, significa também dizer que existem diferenças e diversidades culturais materializadas ou externadas em múltiplas formas e modos de vidas, que não podem ser hierarquizados em graus de importância.

A postura teórica e metodológica do relativismo cultural nos exigiu, enquanto pesquisador, uma forma de olhar a cultura, com seus valores, costumes, símbolos e significados, de maneira científica, objetiva e relativa, procurando não fazer julgamentos morais sobre as condutas dos integrantes do grupo observado.

O antropólogo Gilberto Velho argumenta sobre as dificuldades de observar objetos de estudo que nos parecem aparentemente muito próximos ou familiares, ao considerar que,

Uma das mais tradicionais premissas das ciências sociais é a necessidade de uma distância mínima que garanta ao investigador condições de objetividade em seu trabalho. Afirma-se ser preciso que o pesquisador veja com olhos imparciais a realidade, evitando envolvimento que possam obscurecer ou deformar seus julgamentos e conclusões. (...) A noção de que existe um envolvimento inevitável com o objeto de estudo e de que isso não constitui um defeito ou imperfeição já foi clara e precisamente enunciada (VELHO, 2013, p. 69).

Outra contribuição do olhar do relativismo cultural é percebermos que o comportamento cultural do outro mesmo parecendo familiar, estranho ou exótico, ele deve ser estudado e compreendido dentro da própria realidade daquele grupo social ao qual pertença.

Essa condição de pesquisador e observador segundo Triviños (2009), não é um processo muito fácil de resolver, haja vista, o pesquisador ser uma pessoa que deseja conhecer e compreender os aspectos da vida cotidiana da comunidade do grupo que ele estuda pois,

A vida cotidiana é a vida de todo homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico. Ninguém consegue identificar-se com sua atividade humano-genérica a ponto de poder desligar-se inteiramente da cotidianidade. E, ao contrário, não há nenhum homem, por mais "insubstancial" que seja, viva tão-somente na cotidianidade, embora essa o absorva preponderantemente. (HELLER, 2004, p.17).

Em termos sociológicos, todos os grupos humanos possuem seus valores morais, códigos culturais, mecanismos próprios de socialização que na maioria das vezes são muito distantes ou profundamente diferentes da realidade social do sujeito pesquisador e observador.

O primeiro contato no processo da pesquisa é extremamente delicado, porque tanto pode gerar uma empatia entre as partes, como pode ocasionar, uma relação de estranhamento, dificultando qualquer vínculo de confiança e aproximação.

Cada experiência de pesquisa tem suas particularidades e o pesquisador observador deve considerar qual a melhor forma de se aproximar, para garantir a efetividade do usos da observação participante e, conseqüentemente, os melhores resultados acadêmicos.

Como um segundo contato, o pesquisador deve tentar identificar de maneira consciente as regras ou normas que aparentemente regulam as relações cotidianas dos membros do grupo observado ou estudado, procurando identificar,

A vida cotidiana é, em grande medida, heterogênea; e isso sob vários aspectos, sobretudo no que se refere ao conteúdo e à significação ou importância de nossos tipos de atividade. São partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação.

Mas a significação da vida cotidiana, tal como seu conteúdo, não é apenas heterogênea, mas igualmente hierárquica. Todavia, diferentemente da circunstância da heterogeneidade, a forma concreta da hierarquia não é eterna e imutável, mas se modifica de modo específico em função das diferentes estruturas econômico-sociais (HELLER, 2004, p. 18).

Desta forma, procuramos fazer uma interpretação das informações que coletamos nos documentos institucionais (PIPPJ) de criação dos CUCAS, do estatuto⁹ do Instituto Cuca e de seu organograma correlacionando com a realidade e cotidiano observados na pesquisa de campo, pois o trabalho do observador participante, possibilita descrever uma visão geral do grupo social estudado e suas relações com a sociedade e a cultura.

Também realizamos a observação participante durante esses quase dois anos de pesquisa, tanto nas visitas nos equipamentos que compõe os três equipamentos para compreender como funcionamento cada uma de suas diretorias e coordenadorias apara além dos documentos insitucionais, e outras visitas específicas para verificar as atividades em sim, como as aulas de dança, de música, natação, de manifestações culturais, artes marciais, cinema, fotografia, funcionamento do setor de matrícula, da bilioteca e suas atividades e saraus, noite com o autor, debates, e outros eventos culurais. Houve também a participação

⁹ Cf. Anexo A

presencial e por meio de grupo de facebook e whatsapp do Fórum de Jovens e do Conselho Consultivo.

Outra forma de participação através da observação ocorreu no momento das entrevistas tanto aos colaboradores como aos jovens, onde alguns informes forma inclusive registrados e em Diário de Campo, não sendo viável uma participação mais direta tendo em vista o critério biológico e ético, pois como me apresentava como pesquisador, não poderia me ocultar como um colaborador do equipamento, nem o poderia fazer pela minha idade, pois possui mais de 29 anos.

Podemos citar como contribuições do trabalho da pesquisa de campo, a descrição da estrutura e organização das comunidades da Barra do Ceará, do Mondubim e do Jangurussu, e a possibilidade de relatar, através da observação, o papel dos principais atores sociais do grupos ou instituições estudadas, como por exemplo o OS Instituto Cuca, a UGP e a Coordenadoria Especial de Política de Juventude, que tentamos descrever dentro de um recorte temporal dos anos de 2014 à 2017.

Por meio da pesquisa de campo, realizamos uma análise descritiva de aspectos culturais da sociedade local, comunidade do entorno da Rede Cuca, considerando o maior número de dados, tantos qualitativos como quantitativos, disponíveis sobre nosso objeto de estudo, com a finalidade de apreender a cultura peculiar da juventude.

2.2.2 Sobre a importância do uso do Diário de Campo

Quando de nossas idas e vindas da pesquisa de campo nos três equipamentos da Barra do Ceará, Mondubim, Jangurussu, no Instituto Cuca, na CEPPJ e UGP, fizemos vários registros em nosso diário de campo, registramos os relatos colhidos, nossas experiências e impressões sobre o lugar, o espaço e o cotidiano do público alvo, tentando transcrever trechos importantes de nossas conversas registradas.

Entendíamos que naquele momento, aqueles registros seriam interpretações iniciais, anotações provisórias, em que pretendíamos posteriormente confrontar essas notas com as respostas colhidas nas entrevistas, e com o teor dos documentos institucionais.

2.2.3 Sobre as entrevistas semiestruturadas

A escolha desse instrumento de coleta de dados na pesquisa de campo teve por objetivos identificar primeiramente, se as Políticas Públicas executadas pelos equipamentos da Rede Cuca, possuem consonância com o previsto nos documentos institucionais de implementação como por exemplo o Programa Integrado de Políticas Públicas de Juventude - PIPPJ, como funciona a execução dos equipamentos, da gestão e seus respectivos Conselhos, e se na opinião dos entrevistados o equipamento conseguia atingir os fins propostos no projeto e contrato original do BID, combatendo assim a questão da vulnerabilidade juvenil.

Realizamos nove entrevistas semiestruturadas com gestores e ex-gestores que participaram em períodos de três gestões municipais, para entender como se dava o funcionamento do equipamento Rede Cuca, se houve alguma quebra de continuidade e suas percepções sobre aquela Política Pública Juventude ali vivenciada. Sempre considerando que a nossa pesquisa abrangeria um recorte temporal de períodos de gestão pública de mandatos distintos do poder executivo municipal, dos quais não pretendemos comparar a atuação das gestões entre si, porque entendemos que a execução da política pública transcende a pessoa do gestor municipal e seu respectivo mandato, e que cada gestão municipal é capaz de contribuir dentro da realidade política e econômica de sua época. Por fim, entendemos que a execução das Políticas Públicas de Juventude devem seguir uma trajetória de continuidade independente de planos de governos municipais.

Apesar da entrevista semiestruturada ser um instrumento de pesquisa que possui algumas dificuldades quanto a sua execução, como por exemplo o agendamento de datas com os entrevistados diante dos compromissos profissionais dos mesmos e do tempo dispendido para transcrição das falas previamente gravadas, ela é uma das formas mais eficientes e fidedigna para obtenção de informações, conhecimentos técnicos e acadêmicos, opiniões pessoais dos entrevistados sobre o objeto de estudo pesquisado, permitindo a documentação em gravação como fonte primária de pesquisa, a ser transcrita e analisada detalhadamente pelo pesquisador para que este possa amadurecer novos questionamentos e pontos de partida nas demais entrevistas.

Um dado que percebemos nas conversas não gravadas, mas registradas em diário de campo, com pessoas que participaram espontaneamente, acabou por

nos fornecer informações de grande valia sobre suas impressões e experiências, e que talvez não obtivéssemos nem numa entrevista gravada, nem numa semiestruturada, mesmo diante da situação de empatia destes momentos entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados.

Quanto a esses relatos registrados em anotações no diário de campo com 10 colaboradores contratados e distribuídos nos três equipamentos públicos que compõe a Rede Cuca. Esse número foi definido ao longo da pesquisa diante da quantidade das informações já obtidas, encerrando-se na medida em que atingíamos um ponto de saturação, em que os relatos se esgotavam ou se tornavam repetitivos (SPINDOLA; SANTOS, 2003).

Seguimos um roteiro pré-elaborado por nós, mas que ao longo de sua execução, quando entendíamos que se fazia necessário, intervíamos com novas perguntas ou esclarecimentos sobre o conteúdo pesquisado, objetivando obter informações por parte dos respondentes que pudessem ser comparadas com outras fontes de pesquisa e outras entrevistas, gerando assim uma reflexão mais direcionada a todos os fatos observados e a interpretação de nosso objeto de estudo e questionamento: juventude e políticas públicas da Rede Cuca.

Após a nossa qualificação, percebeu-se a necessidade de escuta também de jovens matriculados nesse equipamento público, realizando-se então a entrevista semiestruturada com 15 jovens¹⁰ divididos igualmente entre os três CUCAs, consubstanciadas em 4 perguntas simples, para que ampliássemos esse olhar sobre a Rede Cuca e suas complexidades na visão dos jovens que se utilizam dele e de seus programas e atendimentos.

Como parte do trabalho de campo utilizamos da fotografia, com a finalidade de registrar nossas observações e olhar sobre o contexto geral do que era oferecido pelo equipamento público e verificar se efetivamente o que existia nos documentos institucionais estava lá, e como se apresentavam de fato.

Nesse contexto, a fotografia também funcionou como uma representação social, na medida em que registra um fragmento de uma memória, como propõe Martins (2008), ou no momento em que quem fotografa se conscientiza da impossibilidade de retratar ou congelar a realidade daquilo que lá está ou que ali esteve.

¹⁰ Cf. Apêndice B

Contudo, posteriormente constatamos que esse recurso nos possibilitava interpretar outras descobertas do trabalho de campo ora desenvolvido, como algumas complexidades e peculiaridades das Políticas Públicas de Juventude na Rede Cuca; a questão de ostensividade de policiamento em eventos; a dificuldade prática de que todos os membros no Conselho Consultivo se fizessem presentes. Assim, a fotografia tanto serviu como registro estético da observação como objeto registrado da imagem a ser interpretado.

Godoy (1995), afirma que na sua origem a análise de conteúdo tem privilegiado as formas de comunicação oral e escrita, o que não deve excluir outros meios de comunicação, como a fotografia que também é um meio capaz de comunicar um fato social.

2.2.4 Sobre a realização da pesquisa documental e bibliográfica.

A técnica da pesquisa documental nos permitiu resgatar e analisar o conteúdo: dos documentos institucionais citados na construção do objeto de estudo, jornais locais como Diário do Nordeste, O Povo, além das revistas institucionais da Rede Cuca. Inclusive de forma retrospectiva com o levantamento e análise de registros originais, artigos, relatórios técnicos disponibilizados, além de documentos oficiais citados no corpo da pesquisa sobre políticas de juventude, incluindo os acessíveis em sites de internet sobre a temática.

Do mesmo modo, realizamos na revisão da literatura, por entendermos primordial para conceituação e melhor compreensão do nosso objeto de estudo, a pesquisa em diversos autores que tratam da temática de políticas, políticas públicas e juventude, devidamente citados neste trabalho.

2.3 JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DOS SUJEITOS PARTICIPANTES DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS E DAS CONVERSAS REGISTRADAS

Compreendemos que a escolha dos entrevistados poderia influenciar significativamente na análise da pesquisa, desde o histórico de implantação e execução de cada um dos CUCAs até o momento da formação da Rede, por isso mesmo procuramos selecionar os entrevistados priorizando a heterogeneidade de experiências profissionais, a diversidade de representação institucional quanto as

diretorias a que estavam vinculados, pertencentes inclusive de gestões municipais diversas.

As conversas registradas em diário de campo não foram realizadas de forma previamente planejada, foram menos controladas, sendo estimuladas pelas informações obtidas pelos entrevistados, pela visita nas pesquisas de campo e por nossa iniciativa pessoal de apresentação em cada um dos equipamentos e, espontaneamente, estimuladas pela escuta dos próprios atores sociais participantes dessas conversas.

Do período de 19 de julho de 2016 a 8 fevereiro de 2017, foram entrevistadas as seguintes pessoas, citadas na tabela 1:

Tabela 1- Entrevistados institucionalmente vinculados à Rede Cuca

(continua)

Entrevistado	Qualificação no momento da entrevista
Lara Fernandes Vieira	Atuou como presidente do Instituto Cuca durante a primeira gestão do Prefeito Roberto Claudio; professora universitária.
Julio Brizzi Neto	Coordenador Municipal de Políticas Públicas de Juventude. Fundador e ex-presidente do Conselho Estadual de Juventude do Ceará.
Nágela Raposo Alves	Assessora da Câmara dos Deputados; Assessora Institucional da prefeitura de Fortaleza na gestão municipal de Luizianne Lins nos anos de 2004 a 2012, professora universitária e Mestre em planejamento e políticas públicas pela UECE.

Tabela 1- Entrevistados institucionalmente vinculados à Rede Cuca

(conclusão)

Entrevistado	Qualificação no momento da entrevista
Ismênio Bezerra	Presidente do Instituto Cuca. Foi coordenador Especial de Juventude do Governo do Estado no governo do Cid Gomes e Presidente do Fórum Nacional de Secretários e Gestores de Juventude em meados dos anos 2000 .
João Renato Lima	Gerente do CUCA Mondubim no momento de realização da pesquisa.
Yslailson Alves Moreira	Jovem e Secretario da gerente do CUCA Jangurussu Camila Bezerra no mês de janeiro de 2017.
Angelique de Abreu	No momento de realização da pesquisa atuava como Gerente do CUCA Barra desde o ano de 2013, mas entrou neste equipamento público no ano de 2011 como coordenadora de Programação Cultural.
Daniel Martins Mamede	Diretor de Promoção de Direitos Humanos da Rede Cuca
Robson Bandeira	Coordenador do Programa Integrado de Políticas Públicas de Juventude – PIPPJ. Coordenador da Unidade de Gerenciamento de Programas Especiais – UGP. Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude – CEPPJ

Fonte: Elaborado pelo autor.

Também realizou-se entrevista semiestruturada dividida nos três equipamentos, com 15 jovens de ambos os gêneros e de idades variadas, matriculados em atividades diversas a fim de se aproximar da diversidade de olhar existente em nossas juventudes.

Quanto aos relatos colhidos, foram realizadas nos três equipamentos, com coordenadores das diversas diretorias, diretores, membros dos Conselhos Consultivos, coordenadoras da matrícula, do RH, bibliotecários, psicólogos, enfermeira, professores, educadores sociais.

Todas as entrevistas com gestores foram registradas por meio de gravação, e com o respectivo consentimento mediante assinatura de Termo de Livre

Consentimento e Esclarecido, em que aplicou-se um roteiro de entrevista com 19 questionamentos principais, que se desdobravam dependendo da resposta apresentada.

Os principais temas das perguntas eram: se houve interferências do equipamento público municipal no entorno da área onde estavam inseridos; quais os fundamentos, princípios, objetivos da Rede CUCA; se existe uma gestão participativa; como a gestão dos equipamentos funcionava em Rede; se havia controle no sentido de quantificar os jovens atendidos e os projetos existentes; se houve descontinuidade de serviços de uma gestão municipal para outra.

Os locais da realização das entrevistas se dividiram em 7 lugares, cinco institucionais, a saber: UGP, CEPPJ, CUCA Barra, CUCA Jangurussu, CUCA Mondubim; e 2 cafés da cidade, Casa de Moá e Delitalia. Todas as conversas relatadas e as entrevistas dos jovens foram produzidas dentro das instalações dos três equipamentos que compõe a Rede Cuca.

2.4 SOBRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO, COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Seguimos nessa fase que é a da construção de dados, o caminho teórico indicado por Bardin *apud* Triviños que usa a conceituação proposta sobre análise de um conteúdo que foi sendo produzido durante a construção dessa pesquisa por entendermos ser um procedimento mais seguro de análise científica:

(...) um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens obter indicadores quantitativos ou não, que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens. Bardin *apud* Triviños (1987, p 171)

O contato com o campo de pesquisa iniciou-se através da realização das entrevistas semiestruturadas com ex-gestora Lara Vieira e ex-assessora institucional da PMF Nâgela Raposo e da visita durante a pesquisa de campo ao CUCA Barra, durante um dos seus eventos culturais como o “Encontro com o Escritor”, realizado em 04 de maio de 2016, atividade desenvolvida pela equipe de Difusão e Programação da Rede Cuca junto com a Biblioteca, que promove esse encontro entre escritores locais e os jovens, através de lançamento de livros e debates, buscando criar o hábito da leitura, inclusive disponibilizando ônibus para alunos da Rede Pública

de Ensino. Nessa data a escritora presente era Ayla Andrade, que conversou sobre a transformação dos afetos cotidianos.

Posteriormente, enviamos ofício¹¹ à Coordenadora de Recursos Humanos do Instituto Cuca, Natália de Sousa Camposal, solicitando dados, documentos e autorização para realização de entrevistas destinadas à pesquisa de nossa dissertação de mestrado profissional em Planejamento e Políticas Públicas na Universidade Estadual do Ceará, com a temática “Políticas Públicas para a Juventude no município de Fortaleza e Rede Cuca”.

Foram enviados outros ofícios¹² a várias entidades de direito público, solicitando autorização para a pesquisa documental nos Arquivos Internos dos seguintes órgãos públicos: Secretaria Municipal de Educação, Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude, Instituto de Planejamento de Fortaleza, Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania, a Coordenadoria da Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza e a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social. Tendo em vista nosso interesse e necessidade de tentar colher nesses respectivos órgãos e dentro de suas competências legais, dados quantitativos e informações institucionais mais atualizadas, pois os indicadores sociais que tínhamos acesso eram apenas do Censo do IBGE do ano de 2010, cujos dados servem de atualizações para projeções de duas principais pesquisas e publicações anuais, que são a “Síntese de Indicadores Sociais” e “Brasil em Números”.

Também foram enviados ofícios aos Conselhos Consultivos de cada um dos CUCAs, para que fosse autorizada a nossa presença enquanto estudante de mestrado e pesquisador, para observarmos o funcionamento dos mesmos, entretanto tínhamos em mente a curiosidade de verificar como aconteciam os mecanismos de participação política e de protagonismo juvenil dentro de cada CUCA.

A observação participante na Rede Cuca iniciou-se no dia 04 de fevereiro de 2016 até junho de 2017, quando estivemos presente por diversa vezes nos CUCAs, procurando entender sua dinâmica institucional de funcionamento, pesquisando e solicitando dados qualitativos e quantitativos, registrando os relatos colhidos, observando a realização das mais diversas atividades, como o “Encontro com o

¹¹ Cf. Apêndice C

¹² Cf. Apêndice D

Escritor” – já citada anteriormente, “Feira de Trabalho e Inovação”- atividade que visa a troca de experiências e orientações para obter um emprego, sendo uma das intervenções na área de educação, capacitação e empreendedorismo, através de stands temáticos como FIEC, SESC/SENAI, SSPDS, CPPJ, STDS, SEJUS inclusive com encaminhamento para retirada de documentos; “Arraia da Juventude” – onde ocorre o desenvolvimento de atividades ligadas a cultura junina, com barracas de comidas típicas, apresentação de quadrilha e premiação; “Olímpiadas da Juventude”- competição em diversas modalidades esportivas de jovens realizada mediante inscrição prévia e com premiação; “Festival de Música da Juventude”- onde jovens apresentam projetos musicais, e se escolhem e premiam 6 desses projetos dos quais se apresentaram no Viradão da Juventude” - que se trata da realização de várias apresentações culturais realizadas nos três CUCAs, cada uma com duração de aproximadamente 24 horas, dentre outras que aqui não foram descritas em face de não terem sido observadas participativamente.

Quando da realização das conversas registradas, entrávamos em contato com os colaboradores, nos apresentando como pesquisador de mestrado da UECE e professor universitário, explicando sobre a temática da pesquisa e perguntava sobre o interesse em colaborar. Depois do aceite, começávamos uma conversa despretensiosa sobre as atividades de sua competência e área de atuação, sendo que nossa postura consistia mais em ouvir e intervir o menos possível. Após a explanação do colaborador, perguntávamos quais seriam as principais problemáticas enfrentadas, e por último, se teria mais algo que ele achasse interessante relatar para contribuir na pesquisa.

Quando se fazia necessário para fluir o diálogo, mencionávamos alguma informação já obtida anteriormente por alguma entrevista já realizada, com a finalidade de confirmar, complementar ou confrontar a informação, o que nos permitiu paulatinamente conhecer melhor e reconstruir as práticas e saberes da Rede Cuca.

Conseguimos nestas várias visitas de pesquisa de campo, obter alguns relatórios das matrículas de vários anos da gestão, o que nos permitiu iniciar a construção de dados quantitativos referentes às atividades oferecidas com maior procura, variáveis de faixas etárias e gêneros dos jovens em cada uma delas, como também o tempo de permanência e número de evasão desses jovens.

Após a realização das entrevistas semiestruturadas, conseguimos ter um panorama geral da pesquisa, o que gerou reconhecimento de necessidade de conseguir outras informações e dados mais específicos.

2.5 COMPROMISSO SOCIAL E ÉTICO DA PESQUISA

No que concerne ao aspecto ético da pesquisa assumimos a responsabilidade pessoal, que o ato de pesquisar é uma prática social para além de determinações científicas e reconhecemos no compromisso de assumir o diálogo, a partilha de informações claras e no respeito a cada um dos participantes de nossa pesquisa de dissertação de mestrado.

Procuramos ter uma postura assertiva e integradora com os sujeitos sociais envolvidos, prestando os devidos esclarecimentos sobre o tema e assuntos que estavam sendo pesquisados, tentando não entrar em polêmicas com a opinião expressa pelos envolvidos na pesquisa.

Uma tarefa primordial foi considerar o olhar e a experiência individual de cada um dos sujeitos inseridos no universo da pesquisa, procuramos não fazer julgamentos morais e ao mesmo tempo perceber os limites e as potencialidades das políticas públicas de juventude desenvolvidas pela Rede Cuca naquelas comunidades, postura essa imprescindível para construção de uma pesquisa científica e análise crítica pautadas sob o paradigma da emancipação.

Informamos aos entrevistados de que se eles desejassem poderiam não responder aos questionamentos presentes na entrevista. Consideramos também as determinações legais presentes no Estatuto da Criança e do Adolescente, pontuamos a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido¹³ por parte dos colaboradores participantes das entrevistas e das conversas registradas.

Conjuntamente assumimos o compromisso de dar o retorno dos resultados da pesquisa aos sujeitos participantes direta e indiretamente, reafirmando que ao final da pesquisa, os dados produzidos serão apresentados e disponibilizados ao Instituto Cuca, e que também poderão ser apresentados em eventos, seminários ou congressos, para que um número maior de pessoas possa ter acesso.

Temos o desejo de publicar e divulgar os resultados desta pesquisa, através de trabalhos e artigos científicos para que possamos contribuir com outras

¹³ Cf. Apêndice E

produções acadêmicas sobre os temas ora retratados, para refletir sobre outros modos de participação política e social, e para servir de proposta a futuras intervenções dentro das políticas públicas direcionadas para a juventude dentro da realidade nacional.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE ATRAVÉS DA REDE CUCA

“Não são os políticos os que governam o mundo. Os lugares de poder, além de serem supranacionais, multinacionais, são invisíveis”.

(José Saramago)

A nossa intenção nesta dissertação traduz-se na análise social da Rede Cuca e na reflexão sobre temas que são produtos dessas relações sociais e também de natureza política, pois envolvem juventudes que são o público primordialmente atendidos por esses equipamentos, e para tanto, abrimos neste capítulo uma breve discussão histórica e teórica de como se deram as políticas públicas de juventude no cenário nacional e local.

Para tanto, valemo-nos de autores que abordam a temática a ser tratada nesse capítulo, priorizando destacar os relatos teóricos e históricos dos que mais tem avançado nesse percurso como, Bobbio (2000), Bordieu (1983), Carrano e Sposito (2003), Certeau (1994), Faria (2002), Giovanni e Nogueira (2015), Pais (1990) dentre outros.

O tópico iniciasse com uma breve discussão conceitual sobre política, seu significado e surgimento. Na sequência abordamos as Políticas Públicas e Políticas de Governo, traçando um paralelo sobre suas distinções, para assim entendermos melhor esses fenômenos sociais. Em seguida, relatamos as discussões teóricas existentes sobre a concepção e adoção conceitual do termo juventude ou juventudes. Para finalizarmos, realizamos uma incursão histórica das Políticas Públicas de Juventudes, sendo este o primeiro capítulo de cunho teórico, e os temas aqui abordados foram assim definidos, pois os consideramos essenciais para a condução da pesquisa empírica.

3.1 DISCUSSÃO CONCEITUAL SOBRE A POLÍTICA

A palavra política é derivada do adjetivo originado de pólis (*politikós*), que significa conforme Bobbio (2000, p 954) “tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social”, se expandindo graças à influência da obra de Aristóteles “Política” que é considerada pelo filósofo político Bobbio como sendo,

(...) o primeiro tratado sobre a natureza, funções e divisão do Estado, e sobre as várias formas de Governo, com a significação mais comum de arte ou ciência do Governo, isto é, de reflexão, não importa se com intenções meramente descritivas ou também normativas, dois aspectos dificilmente discrimináveis, sobre as coisas da cidade. (BOBBIO: 2000, p.955)

O surgimento da pólis (Cidade-Estado) teria sido um dos fundamentos para que a política fosse instituída pelo mundo grego nas cidades e desde logo manifestou-se as problemáticas de como administrar essas cidades. Assim, o surgimento da política na sociedade grega já emergiu de maneira bastante complexa pelos ideais da sociedade e dos homens cogitada pelos filósofos. (Bobbio, 2000).

O conceito de política como ciência apresenta-se na forma de atuação de um governo em relação a alguns temas econômicos e sociais tais como: cultural, segurança pública, sociedade, educação, habitação, saúde, meio-ambiente, etc. Essas ações políticas temáticas ocorrem de forma mais sistemática quando as instituições políticas se unem para gerir um Estado, como por exemplo: Monarquia, Democracia, Parlamentarismo e República, em que cada Estado tem uma forma de conduzir suas ações políticas voltadas para a coletividade.

Bobbio (2000) nos relata sobre como, ao longo do tempo, o termo política abandonou um sentido de adjetivo, ou seja, aquilo que é da cidade, da sociedade e passou a ser uma forma de “saber lidar” com estas coisas da cidade e da sociedade. Assim, nesse sentido, fazer política está ligado às ações de governo e de administração do Estado.

Noutro diapasão, pode-se dizer a respeito da forma como os indivíduos e a sociedade civil se relacionam com o próprio Estado, compreendida como uma prática humana ligada ao conceito de poder, pois a sua atuação estaria interligada às relações e às produções de um poder ideológico, simbólico, econômico e coercitivo e que ocorrem de um sujeito em relação a outro, o que nos evidencia:

O poder estaria ligado à ideia de posse dos meios para se obter vantagem (ou para fazer valer a vontade) de um homem sobre outros. Assim, o poder político diria respeito ao poder que um homem pode exercer sobre outros, a exemplo da relação entre governante e governados (povo, sociedade). Contudo, ao falar em poder político, é preciso pensar em sua legitimação. Podemos ter poderes políticos legitimados vários motivos, como pela tradição (poder de pai, paternalista), despótico (autoritário, exercido um rei, uma ditadura) ou aquele que é dado pelo consenso, sendo este último um modelo de governo esperado. (BOBBIO, 2000 p.160).

Ao fazermos um breve paralelo nesse tocante (político), com o nosso recorte empírico “análise social das Políticas de Juventudes através da Rede Cuca”,

podemos afirmar que nem todos os fenômenos sociais ocorrem de maneira semelhante e sem conflitos.

Assim identificamos que cada um dos equipamentos dos CUCAS se localizam em territórios com complexidades e carências próprias, como por exemplo no Jangurussu, onde há maior demanda de jovens com necessidades especiais, o que repercute diretamente nas ações desenvolvidas para essa diversidade de juventude, como a sua acessibilidade.

Vale ressaltar que todos esses equipamentos são reconhecidos pelos jovens e comunidade do entorno como sendo apaziguador de disputas e diferenças, pois neles se buscam conviver de maneira mais harmônica às tensões locais.

No Estado as Políticas Públicas encontram formas de legitimar suas atuações governamentais pelas forças legítimas e legais, que adquirem e que lhe são impostas, entendendo-se assim, o poder ser uma construção histórica e social. Vários países atuam dessa maneira, o caso do Brasil não é diferente, no qual essa formulação se dá através da Constituição Federal, que deu o direcionamento das ações públicas em que o governo deve praticar junto à Sociedade Civil, como se percebe na transcrição do texto abaixo:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: (...)

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

(...)

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:(...)

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

O que nos leva a perceber que as ações políticas possuem finalidade ou intencionalidade, e que as suas práticas não ocorrem de maneira tão simples, podendo se resumir em apenas um aspecto, pois "(...) os fins da política são tantos quantas forem as metas a que um grupo organizado se propõe, segundo os tempos e as circunstâncias." (BOBBIO, 2000 p 167).

Esses aspectos podem se constatados no documento de "Contrato de financiamento da PMF com o BID" (BR-L112), em que se estabelecem metas a serem

atingidas em algumas áreas relacionadas a juventude e que iram variar de acordo com o Contrato de Gestão (anual), como por exemplo: diminuição da gravidez na adolescência, ofertar anualmente um quantitativo de cursos profissionalizantes, de práticas esportivas, de atividades de arte e lazer, de formação em cidadania e empreendedorismo através de editais, da emissão de certificados, de atividades na biblioteca dentre outras, metas essas que serão analisadas no capítulo terceiro.

Essas ações políticas atingiram uma posição de maior destaque público nas últimas duas décadas em Fortaleza, ocupando a pauta de discussão nos diversos espaços, como nos meios de comunicação, nas universidades e nos parlamentos.

Uma das razões deste interesse foi o aumento do número de jovens no país, que segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD (2007) do período em que a proposta de financiamento estava sendo realizada, dimensionava a população em cerca de 50,2 milhões de pessoas com idade entre 15 e 29 anos no Brasil, representando mais de um quarto da população nacional.

Outra razão observada, esta diretamente ligada ao fator do reconhecimento das juventudes, como atores sociais importantes de planejamento estratégico, de desenvolvimento socioeconômico da sociedade brasileira, dependendo assim de políticas educacionais, políticas de trabalho, políticas de esporte, políticas culturais dentre outras, e que detém enorme potencial modificador da realidade social, ou seja, áreas essas historicamente carentes de investimentos.

Assim, as juventudes excluídas socialmente, ou incluídas precariamente tornaram-se elementos limitadores do desenvolvimento de um país, principalmente na atualidade, em que a economia se encontra globalizada, ou seja, essas limitações não ficariam restritas ao Estado brasileiro, onde os jovens são desassistidos, ela atingiria a todos os Estados direta ou indiretamente.

Para o sociólogo Martins (2002), o conceito exclusão substitui a ideia de “processo de exclusão”, abarcando os problemas sociais e distorcendo o que pretende explicar. Sendo um termo com tamanha amplitude, aplicando a uma variedade de situações e usos,

(...) talvez pudéssemos negar a existência da exclusão, o que existem são as vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes. Quando concebida com um estado fixo, fatal e incorrigível não expressão de contradição do desenvolvimento da sociedade capitalista, a exclusão cai sobre o destino dos pobres como uma condição irremediável (MARTINS, 2002, p. 14)

Nesse sentido, seria mais adequado se utilizar o termo “inclusão precária” , pois este abrange de forma mais significativa as dificuldades experimentadas pelos jovens ao longo do processo social e econômico a que estamos submetidos e portanto utilizado nessa pesquisa.

Juntamente a essas finalidades e interesses, o BID e a PMF reconheceram o fato dos jovens constituírem um dos grupos sociais mais afetados pelas questões da desigualdade econômica e de injustiça social, como também há consenso de que existem historicamente várias lacunas concernentes às políticas públicas que garantam seus direitos fundamentais e sociais, e sua devida inclusão social, comprometendo a construção da cidadania da população jovem em situação de pobreza e vulnerabilidade social.

Constatamos através da análise dos dados estatísticos abaixo, que na cidade de Fortaleza existem profundas desigualdades econômicas e injustiças sociais. Segundo o IBGE (no ano de 2015) a nossa participação no PIB junto ao estado foi de 48,15% e no PIB per capita de R\$ 22.057,20 (no ano de 2014), e onde neste mesmo período, o rendimento mensal domiciliar per capita ¹⁴ colocava o Ceará como o terceiro estado brasileiro com crianças e adolescentes na linha de pobreza, com números totais de 1.198.396 indivíduos, ficando atrás apenas dos estados de Pernambuco que possuía 1.242.840 e Maranhão com 1.239.396. O que totalizava em todo país mais de 17,3 milhões de crianças e adolescentes que vivem em situação de pobreza ou extrema pobreza. Assim,

O cálculo de indicadores de pobreza entendida como insuficiência de renda requer a fixação de uma linha abaixo do qual os indivíduos são considerados pobres. A adoção de uma linha oficial é o primeiro passo lógico para a adoção de metas de redução da miséria ao longo do tempo. (NERI apud GIOVANNI e NOGUEIRA, 2015, p. 544-545).

Estes dados estatísticos do IBGE demonstram inclusive o impacto dos processos políticos de regulação social tardia que conforme Sposati (2003), acontecem principalmente devido a situação de reconhecimento tardio quanto a

¹⁴ O conceito de renda per capita é definido pela soma de todos os rendimentos dos moradores dividido pelo número de habitantes da residência. O salário mínimo federal no ano de 2015, quando a pesquisa do IBGE foi realizada, era de R\$ 788,00, sendo considerado pobre quem vivia com até um quarto do salário mínimo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/03/ce-e-3-do-ne-com-mais-criancas-e-adolescentes-na-pobreza-diz-abrinq.html>>

importância e necessidade de criação da agenda das políticas públicas no Brasil, o que somente se deu nas duas últimas décadas, verificado conforme os marcos legais.

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS *VERSUS* POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS: CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Um ponto de partida para iniciarmos uma análise conceitual sobre o tema das Políticas Públicas, poderia começar com a reflexão proposta pelos autores Sposito e Carrano (2003), que entendem as Políticas Públicas como estando associadas a um conjunto de medidas e ações governamentais destinadas a modificar os campos ético e político que permeiam as relações entre Estado, Comunidade (juventudes) e a Sociedade Civil, que nem sempre estão em situação de conflito e que podem compartilhar interesses na esfera pública. Desta maneira, podemos construir a reflexão sócio-jurídica que demonstrando:

[...] uma política pública, juridicamente, é um complexo de decisões e normas de natureza variada [...] ao Estado não são dadas muitas opções; uma política de educação, ou saúde, ou preservação de meio ambiente dependerá sempre, mais ou menos do seguinte: gastos públicos, de curto, médio e longo prazo e legislação disciplinadora das atividades inseridas em tais campos (LOPES *apud* FARIA, 2002 p 131)

Para estes autores é importante não confundir os conceitos de políticas públicas com os de políticas governamentais. O que nos leva a compreender que política governamental é a expressão do Governo em face dos problemas sociais e das demandas dos diferentes atores da sociedade, conciliando esses interesses diversos no desempenho das funções executivas, legislativas e judiciárias, de acordo com a competência estabelecida constitucionalmente, exemplificando como ocorre no âmbito do poder judiciário, os posicionamentos das jurisprudências do STF, que por muitas vezes, exara uma decisão judicial de cunho político.

Notamos que a temática das Políticas Públicas recebe um maior enfoque após a promulgação da Constituição Federal de 1988, seguindo o entendimento de Bucci (2013, p. 25) “[...] aspirando à quitação da dívida social, pela realização dos direitos sociais [...]”. Restando ao Estado Democrático de Direito o dever de promover os direitos fundamentais e sociais do Brasil e com eles as questões políticas, econômicas, administrativas e jurídicas necessárias para a consecução desse fim.

Para a efetivação dos direitos sociais Duarte (2013, p. 18) nos informa que “A Política Pública de acordo com essa concepção, está voltada à realização de

direitos por meio de arranjos institucionais que se expressam em programas de ação governamental complexos”, que impulsionam a utilização dos meios e recursos existentes do Estado de forma mais racionalizada.

Percebemos que, de alguma forma, os conceitos das políticas públicas já se encontram de certa forma inseridos na rotina da sociedade brasileira pois,

Em razão da “onipresença” das políticas públicas no cotidiano da sociedade brasileira, formou-se – de maneira um pouco mais ou um pouco menos clara – certo consenso entre a população, as burocracias, os estudiosos e a mídia: políticas públicas seriam intervenções planejadas do poder público com a finalidade de resolver situações sociais problemáticas. (GIOVANNI e NOGUEIRA: 2015,p 18)

No eixo dessa discussão é inegável para Giovanni e Nogueira, “que nas intervenções planejadas, ficou patente que os Estados contemporâneos desenvolveram grande capacidade de planificação”, ou seja, se aperfeiçoaram nessas práticas de planejamento através do exercício de seus órgãos administrativos de governo e de sua distribuição por competências dentro de uma organização interna, como ocorreu no município de Fortaleza, com a criação da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude.

Assim, situações sociais problemáticas podem ser definidas como,

(...) a capacidade coletiva, disseminada na sociedade, de problematizar e participar na formulação de agendas públicas com a intensificação do exercício da cidadania e do desenvolvimento de uma cultura política compatível. (GIOVANNI e NOGUEIRA: 2015,p 18)

Atualmente a sociedade teve sua dinâmica alterada e reorganizada em especial nos Estados Democráticos (como o Brasil) em decorrência de fatores históricos, como os processos de modernização, industrialização, revoluções científicas e tecnológicas e a crescente urbanização, em que os membros da sociedade exercem sua cidadania de forma individual ou coletivamente, e por meio de movimentos sociais, como se deu na área das Políticas Públicas de Juventude, através das discussões no orçamento participativo, na criação de uma agenda de juventude e nos Encontros Municipais de Movimentos e Organizações de Juventude de Fortaleza realizados dos anos de 2007 a 2015.

Entretanto, é imprescindível olharmos para a sociedade contemporânea de maneira ampla afim de podermos mapear as tensões sociais e políticas presentes nas problemáticas enfrentadas pelas esferas da administração pública brasileira onde:

(...) o Estado não pode ser reduzido à burocracia pública, aos organismos estatais que conceberiam e implementariam as políticas públicas nem tampouco, poderiam ser as políticas públicas reduzidas a políticas estatais. (Höflich *apud* Smanio e Bertolin: 2013, p. 272)

O que vem de encontro exatamente à necessidade latente de concebermos a Política Pública na nossa sociedade, da forma mais abrangente possível, diante dos diversos interesses, grupos e indivíduos componentes dessa mesma sociedade, todos dotados de legitimidade, dentro do modelo de Estado Democrático de Direito.

3.3 O USO DA QUESTÃO SOCIAL DO TERMO JUVENTUDE OU JUVENTUDES?

No Brasil quando consultamos os documentos institucionais de órgãos governamentais e até mesmo textos de trabalhos, pesquisas e produções científicas observamos a falta de consenso entre os autores quanto ao uso e interpretação dos termos e conceitos de: adolescência, juventude e juventudes, palavras muitas vezes utilizadas com significados semelhantes, mas que conforme a Organização Mundial de Saúde- OMS:

(...) a adolescência constitui um processo fundamentalmente biológico e psíquico, que vai dos dez aos dezenove anos de idade, abrangendo a pré-adolescência (dez a quatorze anos) e adolescência propriamente dita (quinze a dezenove anos) . Esta definição leva em conta o desenvolvimento bio-psíquico dos sujeitos. Já a juventude é considerada uma categoria que foi social e historicamente constituída e que está relacionada com o período no ciclo vital dos indivíduos para o qual cada sociedade atribui sentidos, expectativas e significados diversos. (Organização Mundial de Saúde- OMS *apud* CLEMENTINO e CORDEIRO: 2002, p. 15)

As diferentes possibilidades de discussões teóricas e conceituais sobre o significado e a interpretação de juventude, se proliferam diante das inúmeras situações de desigualdade, risco e exclusão social presentes na sociedade brasileira e que instigam o pesquisador a compreender a complexidade desses fenômenos, que ocorrem normalmente no período de vida entre a infância e a fase adulta, mas que também precisam ser estudados em múltiplas dimensões, pois devemos contextualizar como cada indivíduo vive suas experiências individual e social. Percebendo-se que a juventude deve ser entendida como uma etapa da vida possível de ser observada como as outras, ou seja, como um conjunto de trajetórias, desafios e experiências singulares que cada indivíduo sente e vivencia de maneira diferente e que podem ser influenciadas por transformações biológicas e sociais.

Os estudos e pesquisas das áreas do Direito e das Políticas Governamentais voltados para o tema da juventude acompanham as mudanças sociais que terminam por influenciar a formulação teórica e conceitual da Política Nacional de Juventude – PNJ, que divide os jovens em três faixas etárias: jovem-adolescente (15 a 17 anos), jovem-jovem (18 a 24 anos) e jovem-adulto (25 a 29 anos).

Constatamos, que diante dessa diversidade etária, é importante considerar as necessidades singulares de cada indivíduo ou grupo, que de acordo com a realidade vivenciada em cada uma destas etapas etárias, podem precisar da criação de Políticas Públicas específicas, voltadas para o atendimento de grupos sociais específicos de jovens e tratar as categorias conceituais “jovem” e “juventude” de maneira não generalizada.

As diversas “constelações teóricas e conceituais” para utilizarmos a linguagem de Santos (2000), representam estas categorias conceituais de “jovem” e “juventude” de maneiras extremamente diversificadas e estratificadas, assim podemos perceber que a juventude é um período no qual o indivíduo vive momentos e experiências emocionais e sociais que servirão de marco e de referência para a vida adulta, ou seja, com vivências individuais peculiares à juventude, como por exemplo a forma como se relacionam com a família, suas experiências de relacionamentos sociais, afetivos, de construção de sua sexualidade, o acesso a mecanismos de lazer e de entretenimento, sua relação e capacidade de consumo, suas impressões e experiências com a fé e a religião e por último, recentemente seu comportamento com as mídias digitais e redes sociais da internet – a chamada rede mundial de computadores.

Numa abordagem sociológica o termo juventude de acordo com Pais (1990, p 151) “é com frequência utilizado sobre duas principais perspectivas teóricas: a corrente geracional e a corrente classista”.

A corrente geracional, enfrenta essa ocorrência a partir do determinante biológico, que seria a determinação de um período cronológico da vida de um ser humano. Enquanto a corrente classista refuta a unicidade do conceito de juventude e propõe uma abordagem diversificada deste fenômeno decorrente da heterogeneidade da trajetória de cada indivíduo na sociedade.

A primeira das correntes acima, unifica os jovens predominantemente abrangendo o fator etário, em que esses indivíduos vinculados pelo sentimento de

pertencimento a um grupo etário homogêneo, que compartilha atributos e interesses distintos dos demais grupos etários, sendo utilizada pela UNESCO, visa facilitar a realização de comparações internacionais, regionais, socioeconômicas, que atualmente alberga o ciclo que vai dos 15 aos 29 anos, e que embora estabeleça limites arbitrários, o faz para englobar numa perspectiva jurídica os jovens nos diversos estatutos legais.

Os partidários dessa corrente, tem como ponto crucial compreender como se dá a continuidade ou ruptura deste processo na socialização dos indivíduos que se encontram nesta fase, representando nesse contexto uma cultura juvenil, que tanto pode se opor aos valores consolidados por gerações mais velhas, quanto complementar essas.

Seus teóricos¹⁵ identificam casos problemáticos e não problemáticos da transmissão de valores de uma geração para outra. A definição dos casos problemáticos, se faz através daqueles que rompem com a reprodução de valores na sociedade atual, não passando necessariamente, pelo rompimento da ordem.

Na conformidade com a corrente geracional, o surgimento de movimentos de contraculturas e subculturas juvenis, seriam compreendidos como resultado das fissuras e divergências dos mecanismos de reprodução social, que abrem possibilidades para a modificação do *status quo*, agindo assim num processo que visa valorizar o “bom funcionamento da sociedade”. Desta forma, a cultura jovem considerada desviante seria integrada e contribuiria para renovar e inovar os valores sociais e culturais vigentes.

Em oposição a esses argumentos, a corrente classista modifica essa perspectiva de pensamento, pois utiliza outro olhar sobre a reprodução intergeracional de valores culturais, para o fato social da reprodução das classes sociais. Bourdieu (1983) afirma que assumir a juventude como um fenômeno unívoco, independente de clivagens sociais, é uma tentativa de manipulação da realidade, pois não considerar as diferentes oportunidades vivenciadas por jovens de distintas classes sociais resultaria em análises caricaturais do fenômeno.

Ainda segundo Bourdieu (1983), teríamos duas juventudes: a experimentada pelos filhos da burguesia e outra, bastante restrita e quase ausente, vivenciada pelos filhos dos operários. Desconsiderar essa dicotomia de classes

¹⁵ Abrams e Mannheim

sociais e econômicas no estudo das juventudes favoreceria a ideologia dominante de reprodução de privilégios. Sendo necessário a compreensão da cultura juvenil como sendo em alguns momentos, como manifestações de culturas de resistência.

No entendimento dessa corrente, a partilha de valores pelo jovem seria o próprio reflexo de seus respectivos segmentos sociais, ou seja, a cultura juvenil seria uma tríade de ação política, social e cultural, valorizada pela corrente classista, que seria aquela de antagonismo e contestação da ordem social vigente.

Nessa perspectiva observamos a frase atribuída ao ícone Ernesto Che Guevara¹⁶, que dá nome ao CUCA Barra o primeiro equipamento público inaugurado na Rede Cuca, que diz que: “Ser jovem e não ser revolucionário é uma contradição” ilustrando uma das características que pode ser peculiar da juventude que seria vontade de mudar, de contestar, de revolucionar, demonstrando também que os jovens podem explorar diversas possibilidades ao perceberem que,

Este lugar tanto é dado ao locutor do discurso como a qualquer outro. Ele é o ponto de chegada de uma trajetória. Não é um estado, tara ou graça inicial, mas algo que veio a ser, efeito de um processo de afastamento em relação a práticas reguladas e falsificáveis, uma ultrapassagem do comum numa posição particular. (CERTEAU, 1994, p.61)

A apresentação das duas correntes teóricas no estudo da juventude é apropriada para esclarecermos a complexidade de nosso objeto de estudo, e a necessidade de pensarmos em formas teóricas mais inclusivas para tratarmos do tema no âmbito das discussões sociológicas e antropológicas. Nos casos dos jovens brasileiros oriundos de segmentos sociais pobres, estes enfrentam grandes obstáculos para vivenciar o tempo da juventude sem interferências de atividades que por vezes lhes antecipem a entrada no mercado de trabalho, na maternidade ou paternidade conforme nos aponta os estudos de Camarano (2004).

Entendemos ainda que o conceito de cultura juvenil para as duas correntes explicitadas e que vem relacionado ao conceito de cultura dominante são tidas como “resultados de específicos processos de socialização” (PAIS, 1990, p. 164).

Numa discussão antropológica, a cultura juvenil pode ser entendida como, “aquele que faz apelo para específicos modos de vida e práticas quotidianas que

¹⁶ Che Guevara, Ernesto *apud* OLIVEIRA, Rachel Facundo Vasconcelos de, Políticas Públicas para a juventude: O Caso do Centro Urbano de Cultura, Artes, Ciências e Esporte-Cuca Barra. , 2015.

expressam certos significados e valores não apenas ao nível de instituições, mas também ao nível da própria vida quotidiana.” (PAIS, 1990, p. 163).

O mesmo autor defende que a cultura juvenil em seu sentido amplo, como “sistemas de valores socialmente dominantes atribuídos à juventude (tomado como conjunto referido a uma fase de vida), isto é, aderirão jovens de diferentes meios e condições sociais.” (PAIS, 1990, p. 163), afirmando também que “esses valores serão mais ou menos prevaletentes e diferentemente vividos segundo os meios e as trajetórias de classe em que os jovens se inscrevem”. (PAIS, 1990, p. 163)

Todavia para se alcançar um debate mais abrangente possível sobre o tema juventude, se faz imprescindível levarmos em consideração os diversos fatores de identidade e pertencimento cultural próprios de cada geração, pois cada uma possui experiências, condições socioeconômicas próprias a um contexto histórico e cultural.

Experiências sociais e condições culturais que nos informam sobre o “espírito de época” vivenciado em cada geração e que terminam por influenciar os indivíduos para além das diversidades sociais. A exemplo do contexto social do Brasil no ano de 1992, quando ocorreu uma queda na taxa de fecundidade e que afetou diretamente o crescimento populacional, e passamos tanto a ter famílias menores quanto uma população menor, o que na visão de autores como Carvalho e Wong (2008, p 604) estas quedas das taxas de fecundidade significariam uma “janela de oportunidades” para variadas áreas públicas, como a educação, pois haveria um aumento de oportunidades para os nascidos nesses períodos de cortes de crescimento populacional menor, provocado pelo menor número de usuários do sistema escolar, nas vagas dos estabelecimentos de ensino e seguindo a mesma linha de raciocínio, haveria uma diminuição da demanda de Políticas Públicas voltadas aos jovens.

Outro fator, que não podemos deixar de destacar, é que nesse mesmo período em que há uma diminuição na população jovem brasileira, principalmente pela diminuição da taxa de fecundidade em relação a anos anteriores e confirmadas pelas projeções feitas pelo IBGE, quando em 2010 os jovens representavam 29,3% (na faixa etária de 15 a 29 anos) e no ano de 2016 passam para 19,66% no tocante a população de Fortaleza, ocorre uma expansão das Políticas Públicas de Juventude e um processo de dinamização da economia, em que esta influencia direta e indiretamente nas pretensões e escolhas dos jovens sobre o seu futuro.

Mesmo assim, constatamos ainda que possuímos uma população jovem numerosa, e que também são consumidores de diversos bens e serviços, sendo o Brasil o terceiro maior de todos esses mercados (de consumidores) no mundo.

Segundo Barbosa (2012) o tamanho desses números respectivamente 51.340.473 de acordo com dados do IBGE no ano de 2010, em conjunto com os demais fatores já citados, nos sugerem alguns questionamentos. É adequado adotarmos o conceito de juventude ou deveríamos falar de juventudes? Teríamos como referência a Geração ou gerações? Quantas gerações caberiam em uma juventude? De que forma poderíamos compreender e dialogar sobre e com esses jovens?

Margulis (2001), chega a conclusão que devemos no lugar do termo “juventude” refletir e debater o conceito de “Juventudes”, visto que existem distintos conceitos e discussões teóricas sobre as maneiras de ser jovem em vista da imensa heterogeneidade observada nos planos econômico, social e cultural, sendo impossível pensarmos que é a mesma coisa o fato de ser um jovem de classe média ou de um jovem carente; de ser um homem jovem ou ser uma mulher jovem; de ser jovem nos anos de 1950 e ou de ser jovem na época atual.

Existem diferenças até mesmo entre os jovens moradores do mesmo bairro, município, estado e país, não se tratando de uma noção social estática, limitada de um segmento econômico ou classe social, ou simplesmente características comportamentais de um grupo que pertença a uma determinada faixa etária. Desta maneira, o conceito de juventude não deve ser analisado por uma perspectiva teórica idêntica e universalizante, e essas discussões conceituais precisam ser constituídas a partir do entendimento das juventudes como um fenômeno sociocultural dinâmico, complexo e em permanente processo de transformação, e por isto mesmo devendo ser compreendido em sua multiplicidade.

Ainda de acordo com Margulis (2001, p 45), “A Juventude deve ser analisada como uma condição relacional determinada pela interação social, cuja matéria básica é a idade processada pela cultura”.

O que nos leva a concluir, diante dos diversos pensamentos teóricos ora apresentados, que o melhor entendimento do conceito de juventude deve ser o considerado para além de formas unitárias, ou seja, em toda a sua complexidade

biológica, psicológica, cultural e social. E foi nesse sentido que os CUCAs foram concebidos, de acordo com o trecho da entrevista de Luizianne Lins¹⁷,

(...) o CUCA se destacava como espaço físico que pudesse abrigar todas as juventudes nas suas diferenciações, nas suas potencialidades, na sua diversidade, o que a gente entendia, o que esse agrupamento sempre entendeu que não existe uma juventude, existem juventudes, juventudes que se diferenciam pela raça, pelo sexo, se diferenciam pela classe social, então assim, a gente tinha que pensar num equipamento que tivesse tudo de bom, de confortável, de produtivo, que atraísse os jovens.

E que diante dessas ressignificações sociais, um único conceito não seria capaz de sistematizar a problematização e teorização sobre a juventude, nem na sua possível “unidade” nem na sua “diversidade”, tendo-se em vista as várias teorias e conceitos possíveis de serem utilizados para enxergar as juventudes e suas diversas facetas e demandas.

Sendo a abordagem teórica mais adequada e adotada no presente trabalho científico, a que, “as juventudes” são uma categoria constituída socialmente e portanto condicionada às mais diversas relações, como econômica, política, cultural e social e, por conseguinte, resultando em diversas juventudes, influenciadas ou definidas por essas mesmas relações.

Se fazendo necessário a criação, implementação e o fomento de diferentes Políticas Públicas de Juventudes voltadas para o investimento no futuro da população jovem, uma vez que estes sujeitos sociais nem sempre tiveram seus direitos sociais contemplados dentro de uma pauta ou agenda política.

Assim, é preciso que haja integração nas PPJs, das expectativas das diversas juventudes, considerando-se todas suas multiplicidades como, gênero, cor, classe social, etc, sendo fundamental essa discussão para a qualificação e renovação das Políticas Públicas que foram, e estão sendo gradativamente reconhecidas nas mudanças política e histórica das sociedades contemporâneas, e para a sua melhor compreensão, se faz indispensável procurarmos relatar como ocorreu a incursão histórica dessas Políticas Públicas de Juventude no Brasil.

¹⁷ LINS, Luizianne O. Entrevista concedida a Nagela Rapôso Alves. Fortaleza, 21 set. 2013, pág. 70. A entrevista encontra-se transcrita na Dissertação em Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da entrevistadora.

3.4 BREVE INCURSÃO HISTÓRICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA AS JUVENTUDES

Após tentarmos realizar uma síntese dos debates teóricos e conceituais sobre política, políticas públicas, juventude e juventudes, apresentaremos um resumo da incursão histórica sobre as Políticas Públicas voltadas para as Juventudes nos âmbito internacional, nacional, estadual e municipal, procurando traçar as relações entre os diferentes níveis de ações políticas com as suas diversas perspectivas.

Tal exercício nos permitirá compreender melhor como o Brasil chegou a decisão política de atender um segmento social mais específico da nossa sociedade contemporânea. Uma explicação possível está nos argumentos de Sposito *et al* (2003, p. 03) que consideram que “a ideia de que qualquer ação destinada aos jovens exprime parte das representações normativas correntes sobre a idade e os atores sociais jovens que uma determinada sociedade constrói”.

Tudo aquilo que de alguma forma contribui para normatização e construção social acerca dos jovens reflete a necessidade de uma política voltada a estes, vista por exemplo, nas normas jurídicas que tratam de casos onde o adolescente transcende de uma situação irregular, para a proteção integral com o ECA. O jovem antes considerado violento, passa a ser um indivíduo que precisa ter uma rede pública de proteção para se tornar um protagonista social da cidadania e, conseqüentemente, possibilitar a construção de novas representações sociais sobre as juventudes.

No percurso histórico da criação das Políticas Públicas de Juventudes no âmbito internacional, destacasse primeiramente o compromisso firmado pelo Brasil com a Organização das Nações Unidas – ONU no ano de 1965, quando ocorre a Declaração sobre a Promoção entre Juventude dos Ideais da Paz e Respeito Mútuo e Compreensão entre os povos.

Temos também, no ano de 1985 através da ONU, a instituição do Ano Internacional da Juventude: Participação, Desenvolvimento e Paz. Posteriormente, foi criado em 1995 o Programa Mundial da Ação da Juventude (PMAJ) aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas que tinha como fonte a Resolução número 50/1981, que já tratava do enfrentamento dos novos desafios da juventude.

Ainda no âmbito internacional, pontuamos a Declaração de Lisboa sobre a Juventude, que ocorreu após a I Conferência Mundial de Ministros Responsáveis pelos Jovens em 1998 e o Plano de Ação de Braga, com origem no Fórum Mundial

de Juventude do Sistema das Nações Unidas, conforme IPEA *et al* (2009) e a Carta da Juventude da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP assinada na data de 03/12/2013, em que se estabelece para os jovens dos países de língua portuguesa um conjunto de direitos em áreas como a mobilidade, saúde, empreendedorismo, emprego, direitos humanos, (SECRETARIA NACIONAL DA JUVENTUDE, 2014).

No que se refere ao contexto da América Latina, é público e notório que as Políticas Públicas de Juventudes surgem como respostas e propostas institucionais, na tentativa de reduzir e prevenir situações de pobreza e exclusão social, uma realidade comum a maioria de países que compõe este continente. Tais PPJs também são voltadas para a intervenção e promoção de processos facilitadores à transição para a vida adulta,

Por enquanto, sem subestimar a importância de que as políticas de juventude contribuem eficazmente para que os jovens tenham trajetórias de vida menos complicada para a vida adulta, é paradoxal que essas políticas assumem que os problemas dos jovens são de inserção, como se a sociedade com um todo estivesse esperando-os de portas abertas (...), que posiciona o estado adulto como o único lugar de plena inclusão social. (ABAD, 2003 ,p. 11)

Esse processo de criação e implementação das PPJs na América Latina se deu conforme Abad (2002) em quatro períodos históricos distintos: dos anos de 1950 a 1980 com a ampliação da educação e o uso do tempo livre; dos anos de 1970 a 1985 com o controle social dos setores juvenis mobilizados; dos anos de 1985 a 2000 com a prevenção do delito e enfrentamento da pobreza, e nos últimos anos com a inserção laboral dos jovens excluídos.

Não poderemos deixar de analisar o Brasil como uma nação específica e detentora de uma realidade próxima a vivenciada pela maioria dos países da América Latina. Vale ressaltar que o nosso país foi marcado no início do século XX pelo surgimento das lutas sociais lideradas por trabalhadores urbanos, sendo inclusive, neste período, criado o Comitê de Defesa Proletária durante a greve geral de 1917, que reivindicou dentre outros direitos, a proibição do trabalho de menores de 14 anos e a abolição do trabalho noturno de mulheres e de menores de 18 anos.

No ano de 1923 foi criado no Brasil, o Juizado de Menores tendo como primeiro juiz Mello Mattos. Quatro anos depois coincidentemente, em 12 de outubro de 1927 foi sancionado o Código de Menores pelo presidente da República

Washington Luís, momento histórico no qual podemos perceber que o Estado brasileiro inicia suas primeiras ações públicas voltadas para juventude.

Todavia, o Código de Menores não era endereçado a todas as crianças e jovens, mas apenas àqueles que eram considerados em “situação irregular”. O referido Código definia já em seu Artigo 1º, a quem a lei se aplicava:

O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 annos de idade, será submettido pela autoridade competente ás medidas de assistencia e protecção contidas neste Codigo.” (grafia original)
Código de Menores – Decreto N. 17.943 A – de 12 de outubro de 1927

Esse marco legal específico para os menores, visava estabelecer diretrizes claras para o cuidado com as crianças e adolescentes excluídos, regulamentando questões sociais e jurídicas como, trabalho infantil, tutela e pátrio poder, delinquência e liberdade vigiada, revestindo a figura do juiz de menores de um grande poder sobre o destino e a vida de muitas crianças e adolescentes, que ficavam a mercê do seu julgamento legal, moral e ético.

Como nos relata Priore (2015), antes da criação desse marco legal do século XX, podemos lembrar que tanto no período Brasil Colônia quanto após, a Independência, a juventude não possuía um recorte etário, havendo tão somente a divisão social de dois grupos, crianças e adultos. Os membros do primeiro grupo, principalmente nas classes sociais economicamente menos favorecidas, eram dentro do processo de socialização rapidamente tratados como pessoas adultas capazes de atender as necessidades e interesses da sociedade da época, principalmente como instrumentos de trabalho.

Em 1822 após a Independência do Brasil, foram criadas várias instituições de atendimento para as crianças órfãs, pobres ou abandonadas. No ano de 1830 com a justificativa do aumento dos chamados “crimes infantis” o Código Criminal sancionado neste período, fixa a menoridade penal em 14 anos.

Em 1890 por uma alteração na norma criminal, se rebaixa a idade penal de 14 para 9 anos, tal mudança nos levou a refletir sobre a problemática social imputadas as crianças negras e mestiças nascidas após a aprovação da lei do vinte livre, ou seja, nascidas após 28 de setembro de 1871, e que seriam o principal alvo da aplicação dessa norma penal e suas respectivas sanções.

É neste momento histórico que identificamos pela primeira vez o uso dos termos “menor” e “risco social” segundo Gonh (1997), e também fundamentava que

famílias com dificuldade econômica de educar seus filhos, seriam obrigadas a entregá-los à tutela estatal. Assim compreendemos que a organização das famílias pobres ficava direcionada quase com exclusividade ao mercado laboral como única opção social.

Podemos nos antecipar e afirmar que nesses momentos histórico brasileiro não existiram políticas públicas voltadas às juventudes, ressaltando tão somente a criação e codificação de normas jurídicas específicas que resultaram no Código de Menores.

Conforme nos indica Pilloti e Rizzini (2009), a criação desta legislação desencadeou juridicamente e politicamente um tratamento diferenciado a uma faixa etária de jovens, endossado posteriormente no ano de 1941 com a criação do Serviço de Assistência ao Menor – SAM órgão do Ministério da Justiça que tinham funções semelhantes ao Sistema Penitenciário. Sendo que para a população menor de idade, se orientava a forma correccional-repressiva e dividia o atendimento em menores carentes ou abandonados (em patronatos e escolas de aprendizagem) e adolescentes autores de ato infracional (em internatos)

O SAM foi substituído depois pela Fundação Nacional do Bem Estar do Menor - FUNABEM no ano de 1964. Mas antes dessa alteração institucional é importante trazer a discussão e citarmos o fato de que existiram outras entidades federais brasileiras, mas com práticas mais assistencialistas, cuja gestão ficava a cargo das primeiras damas, e que tinham como mote, a atenção à criança e ao adolescente, a exemplo instituições como Legião Brasileira de Assistência- LBA em 1942, Casa do Pequeno Jornaleiro em 1940 (que se constituía num programa de apoio a jovens de baixa renda baseado no trabalho informal e no apoio assistencial e sócio-educativo), Casa do Pequeno Lavrador (programa de assistência e aprendizagem rural para crianças e adolescentes filhos de camponeses), Casa do Pequeno trabalhador (Programa de capacitação e encaminhamento ao trabalho de crianças e adolescentes urbanos de baixa renda) e Casa das Meninas (programa de apoio assistencial e sócio-educativo a adolescentes do sexo feminino consideradas na época como possuindo “problemas de conduta”) programas que foram criados pela ex-primeira dama Darcy Vargas.

Devemos ressaltar que no Brasil durante todo esse período histórico, a concepção governamental criada tanto na forma de legislação, como o tratamento institucional eram posicionamentos de controle social da infância e da adolescência,

o que nos faz refletir sobre o quanto as crianças e adolescentes pobres eram vítimas de possíveis situações de omissão e desamparo por parte da família e/ou por parte da sociedade e do Estado.

Organizações internacionais como a UNESCO (2004) interpretam a fundamentação daquela Política Nacional do Menor como uma lógica de “saneamento social”, pois a preocupação principal era com a garantia da ordem social e não com o atendimento as necessidades desse segmento .

Atualmente há um consenso na discussão científica e contemporânea sobre as políticas públicas de juventude, que reconhecem há necessidade de políticas públicas de caráter geracional para juventude, tendo como diretrizes que os jovens não são mais “estados de coisas” e sim “sujeitos de direitos”. Essa é a nova agenda pública, segundo Silva e Silva (2010).

Esse reconhecimento no Brasil, representou uma conquista dos movimentos sociais iniciados a partir dos anos de 1980, que culminaram com a realização em 1985 do Encontro Nacional de Grupos de Trabalhos Alternativos e a Criação do Movimentos Meninos e Meninas de Rua, já analisados por autores como Lopes, Silva e Malfinato (2006). Assegurado como cláusula pétrea, em outubro do ano de 1988, com a promulgação da nossa atual Constituição Federal que incluiu em seu capítulo VII do Título VIII Garantias Fundamentais a Criança e ao Adolescente, em especial o artigo 227.

Na sequência, o Brasil se compromete, junto à ONU, em adotar medidas para efetivar os direitos reconhecidos pela Convenção assinada em 1989 o que resultou em junho de 1990, no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, representando um grande avanço legal e político por ser uma legislação de vanguarda à época. Passou-se a ter um novo paradigma sobre a criança e o adolescente, não só como sujeitos de direitos, mas também de vê-los com direitos em condição peculiar de quem está em desenvolvimento.

Embora o ECA não venha a definir os termos jovem e juventude, ele diferencia esses indivíduos em desenvolvimento em duas fases bem distintas: criança e adolescente. Essa nova normatização jurídica veio substituir o Código de Menores, apresentando pela primeira vez a possibilidade das bases de direitos sociais, de fundamentar a criação e formulação das Políticas Públicas, e das ações governamentais voltadas para as juventudes. Ressaltamos novamente que os jovens deixam de ser tratados como objeto e se tornam sujeito de direitos sociais em

condição especial, substituindo o que anteriormente as doutrinas jurídicas denominavam como situação irregular pela doutrina jurídica da proteção integral, assim explana Maciel (2013).

Diante desses avanços histórico-legais supracitados, os governos e a sociedade continuaram focalizando suas ações nos adolescentes dentro da faixa etária apresentada pelo ECA e naqueles excluídos de seus direitos sociais conforme as ideias de Sposito e Carrano, (2003). Os jovens acima dessa faixa etária pouco se beneficiavam por essas políticas específicas, sendo atendidos por aquelas voltadas para comunidade em geral.

Em face dessa carência específica na faixa etária acima da adolescência (a partir do 18 anos), no ano de 2005 criou-se pela lei 11.129/2005, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; o Conselho Nacional da Juventude – CONJUVE e a Secretaria Nacional da Juventude-SNJ, para atender com Políticas Públicas os jovens de 18 a 24 anos.

Portanto, a partir desses marcos legais e políticos com a criação da Política Nacional de Juventude – PNJ e do CONJUVE, fica indiscutível o reconhecimento das juventudes como sujeitos de direitos, promotores e destinatários de políticas públicas, ou seja, atores sociais ativos e autônomos e ainda cidadãos estratégicos para a sociedade.

Como derradeiro marco legal nacional a ser observado, não podemos deixar de citar a lei 12.852 de 5 de agosto de 2013, que instituiu o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das Políticas Públicas de Juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE, que vem a estabelecer em seu parágrafo primeiro do artigo primeiro, a faixa etária de jovem para as pessoas de 15 a 29 anos de idade, vindo a reforçar a significância do jovem como ator social necessário em todas as etapas das propostas a serem construídas em seu favor.

A título de exemplificação/comprovação legal, vejamos como preleciona no seu artigo terceiro o Estatuto da Juventude:

Diretrizes Gerais

Art. 3º Os agentes públicos ou privados envolvidos com políticas públicas de juventude devem observar as seguintes diretrizes:

- I - desenvolver a intersectorialidade das políticas estruturais, programas e ações;
- II - incentivar a ampla participação juvenil em sua formulação, implementação e avaliação;(Grifo nosso)

Diante dessa proposição normativa de políticas públicas se passa a valorizar o desenvolvimento da intersetorialidade no sentido de que a aplicação de tal entendimento veio no sentido de potencializar a eficiência, a efetividade e a eficácia das políticas públicas antes meramente setoriais, passando a ser atualmente um pressuposto importante para a implementação das PPJs, e congregando inclusive o ente governamental e a sociedade civil.

Essa ideia de intersetorialidade, deve ser então compreendida como uma articulação de saberes e experiências na elaboração, aplicação e avaliação de ações de políticas públicas, destinadas atingir à proteção social, inclusão e enfrentamento de situações sociais muita vezes complexas. Pretendendo-se contribuir na implementação de ações integradas que visam a superação da fragmentação das necessidades sociais, melhoramento da vida em sociedade e no mesmo instante promover a inclusão social, conforme destacam Junqueira, Inojosa e Komatsu (1998).

O mesmo pensamento se depreende nas fala de Mito e Schutz (2010), em que identificam conceitualmente intersetorialidade como, a possibilidade de uma nova forma de abordagem das necessidades da população, pautada na complementaridade de setores, na perspectiva de superação da fragmentação.

No âmbito estadual tivemos a criação do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente- CEDCA em 20 de dezembro de 1991 pela lei 11.889 que dispôs sobre a política estadual de atendimento aos direitos da criança e do adolescente mediante o conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais com observância das linhas básicas previstas no artigo 87 e seus incisos do ECA.

Outra referência de marco legal no estado do Ceará foi no ano de 2007, a criação do Conselho Estadual da Juventude, que tem como objetivos a elaboração, o planejamento e implementação de políticas voltadas a juventude, monitorando e avaliando a execução destas políticas; promovendo a articulação interinstitucional nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal. Conselho este que no ano de 2010 através da lei 14.639, passa a compor a estrutura organizacional básica e setorial do Gabinete do Governador.

Vale ressaltar também que no âmbito estadual ainda tramita o projeto de lei 108/2013 da deputada Raquel Marques, que visa instituir o Estatuto Estadual da

Juventude do Ceará, o sistema estadual de juventude e as formas de utilização do fundo estadual de juventude dentre outras providencias.

No tocante a esfera municipal, no ano de 2000 (gestão do prefeito Juraci Magalhães) foram criados os Conselhos Municipais de Juventude que possuíam caráter deliberativo, paritários e fiscalizadores juntos a cada SER (LEI 8.492, 2000) e no ano de 2007 se unificam em um único Conselho Municipal de Juventude vinculado ao Gabinete do Prefeito, que são delineados da seguinte forma:

Art. 1o - Fica criado, no âmbito do Município de Fortaleza, o Conselho Municipal de Juventude, vinculado ao Gabinete do Prefeito do Município de Fortaleza.

Art. 2o - O Conselho Municipal de Juventude é um órgão colegiado, de caráter permanente, deliberativo, consultivo e fiscalizador, de representação da população jovem e de assessoramento da Prefeitura Municipal nas questões relativas às políticas públicas voltadas para os jovens na cidade de Fortaleza.
Parágrafo Unico - Para fins do disposto nesta lei, considera-se jovem a parcela da população entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade. (LEI No 9204 DE 19 DE ABRIL DE 2007)

No mesmo ano de 2007, a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude da cidade de Fortaleza foi criada, sendo responsável por desenvolver e coordenar políticas públicas voltadas para jovens através do PIPPJ, como forma de garantir direitos e construir cidadania. Suas ações visam à promoção dos direitos da juventude e a viabilização de espaços permanentes de participação social voltada para esse segmento, como as plenárias do Orçamento Participativo, audiências públicas e seminários sobre as Políticas de Juventude.

Essa Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude organizou-se através da Assessoria de Mobilização, ligando-se ao acompanhamento de atividades de participação popular, com iniciativa privada, com o terceiro setor e das organizações de juventude; da Assessoria de Projetos, relacionada à elaboração e/ou acompanhamento dos projetos juvenis em especial os CUCAs; e com a colaboração de outras Secretarias Municipais, movimentos sociais e sociedade civil, tendo como atribuições:

I - prestar assessoramento direto ao Prefeito nos assuntos relacionados à juventude, especificamente na faixa etária definida para sua ação;

II - estudar, acompanhar e propor políticas e ações que atendam as necessidades e questões específicas da juventude na faixa etária definida para sua ação, com foco nos temas relacionados à ação comunitária, ao mundo do trabalho, à formação regular, técnica e cultural, e à cidadania, de

forma a reconhecer o pluralismo, as diferentes identidades e suas formas de expressão, orientando e estimulando o respeito à diversidade socioeconômica, política, ideológica, cultural e sexual da juventude;

III - articular o Governo Municipal em projetos relacionados com a juventude, nos âmbitos interno e externo, entre as secretarias temáticas e regionais e com outras entidades governamentais, com os movimentos sociais, com o setor privado em geral e com o terceiro setor;

IV - viabilizar espaços permanentes de participação para a juventude na faixa etária definida para sua ação;

V - coordenar o planejamento, a ação e o monitoramento das políticas executadas pelas assessorias de juventude nas secretarias temáticas e regionais;

VI - coordenar e intermediar a relação do Governo Municipal com o Conselho Municipal da Juventude;

VII - coordenar o Programa Integrado de Políticas Públicas de Juventude e as atividades dos Centros Urbanos de Cultura e Arte (CUCAs), respeitada a competência da entidade específica responsável pela manutenção dos CUCAs;

VIII - exercer outras atividades correlatas com as suas atribuições.

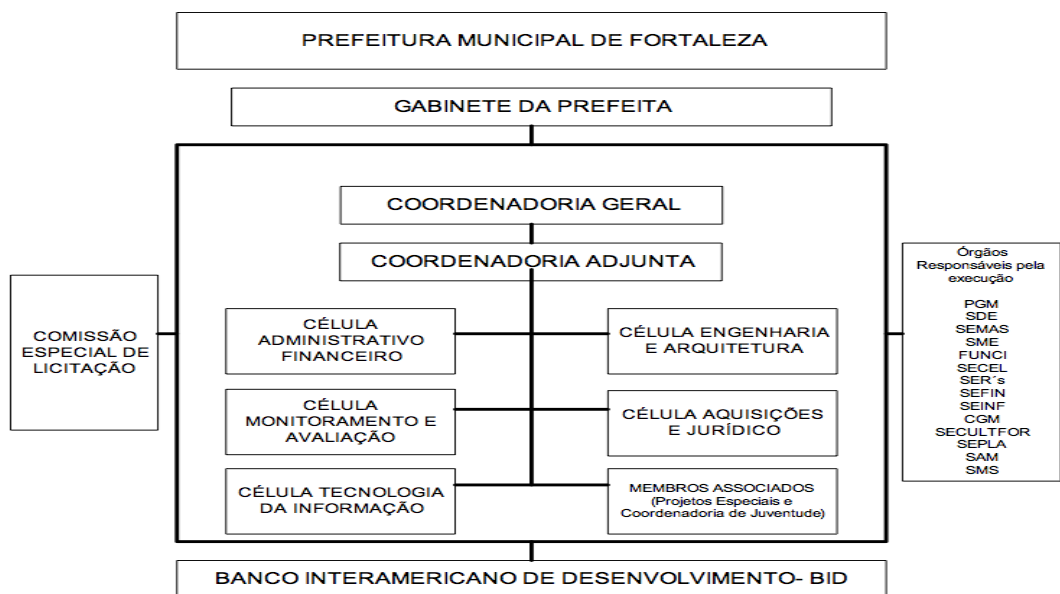
(LEI COMPLEMENTAR Nº 0047 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2007) (Grifos nossos)

Dessa forma se criou o Programa Integrado de Políticas Públicas de Juventude de Fortaleza- PIPPJ que objetiva a implementação de um sistema Integrado de Políticas Públicas de Juventude, acompanhado por instâncias de participação direta da juventude, visando minimizar os efeitos da grave crise social, que necessariamente não é uma disfunção, podendo ser apenas um dos fatores de mudança que o segmento juvenil vem vivendo. Nesse viés, é importante pontuarmos que o fenômeno das crises sociais tem sido constantemente correlacionado com a desintegração de sistema de valores presentes nos processos de urbanização e o aparecimento das massas. (BOFF, 2015)

Quanto a responsabilidade geral de coordenar e executar o PIPPJ, fica a cargo da Unidade de Gestão do Programa-UGP sua efetivação, além do monitoramento e avaliação do programa, atuando também como ponte entre a Prefeitura Municipal de Fortaleza, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e outras organizações públicas e privadas participantes de Programas como: Os projetos dos Projovem Urbano, Academia Enem, Protagonismo Juvenil, CredJovem e

Proinfor, estão inseridos no PIPPJ¹⁸, e possuíam à época disposição organizacional apresentada no organograma abaixo que integra o Regulamento do PIPPJ, que no momento de sua execução uma alteração, em face de decreto municipal que alterou a estrutura administrativa da PMF, mas que na verdade houve alteração de nomenclaturas, onde as as Coordenadorias passaram a ser chamadas Coordenadoria Especiais de acordo com a temática, e no nosso caso a Coordenadoria Adjunta passou a ser a Unidade de Gestão de Programas- UGP.

Figura 1- Organograma da estrutura da execução do PIPPJ



Fonte: PIPPJ

Há de se destacar quando se observa o organograma inicial e estrutural da PIPPJ representado pela figura 1, que a Coordenadoria Adjunta (e atualmente CEPPJ) teve desde o nascedouro do projeto (e assim ainda é até a conclusão dessa pesquisa), a vinculação direta ao Gabinete do Prefeito. Isso por entender que a Política Pública de Juventude seria um das áreas de maior destaque na ação governamental da gestão de Luizianne Lins, devendo portanto ficar o mais próximo possível da Prefeita(o), para que assim a(o) mesma(o) tivesse uma maior destaque. Assim, essa Coordenadoria possui autonomia financeira e administrativa próprias, e status de secretaria municipal, mesmo estando vinculada ao Gabinete do Prefeito.

¹⁸ O documento integral do Programa Integrado de Políticas Públicas da Juventude -PIPPJ se encontra disponível em: <http://www.fortaleza.ce.gov.br/juventude/coordenadoria-especial-de-politicas-publicas-de-juventude>. Acesso em 10 fev. 2017.

Verificasse diante da realização contextualizada das Políticas Públicas de Juventude nos âmbitos internacional, nacional e local, a compreensão de diversos fenômenos históricos e políticos que procuramos resgatar nesse breve relato, demonstrando-se assim a importância das mudanças sociais e políticas vivenciadas pelos jovens nesses mesmos períodos, pois na maioria das vezes esse segmento social sequer era dotado de direitos, não ocupando nenhuma posição de cidadania na sociedade, sendo apenas identificado como um ser humano que estava numa fase etária de passagem para a vida adulta.

Estas ideias e posicionamentos teóricos sobre as juventudes passaram por significativas mudanças e terminaram por influenciar a elaboração de programas governamentais, legislações e políticas públicas estatais que foram se especializando e se adequando diante da percepção da diversidade de situações econômicas, sociais e políticas que compõe todos os segmentos da sociedade e, por consequência, regulam e asseguram direitos a essa diversidade social.

As transformações sociais no tratamento dessas questões políticas e jurídica das juventudes, conforme o que se observou nesta breve incursão histórica se inicia com a transição de um Estado ao se utilizar normas jurídicas repressivas e coercitivas para o caminho político de práticas assistencialistas, características da sociedade brasileira conservadora e patriarcal da época, em que se concebia por exemplo a prestação do serviço público como uma prática de favor e não uma obrigação estatal para determinados setores da população.

E com a promulgação da atual Constituição Brasileira temos a instauração do Estado Democrático de Direito que passa a formular e implementar ações políticas compensatórias. Neste interim, os jovens são tratados como atores sociais detentores de uma posição estratégica e um dos principais atores no processo e no desenvolvimento econômico, político e social de um país. Havendo o reconhecimento da população jovem como sujeitos sociais fundamentais para o enfrentamento de problemas cruciais, novos desafios e tecnologias que se apresentam na realidade social brasileira. O que leva inclusive a propostas de intervenções de organismos internacionais de diversas natureza, como ocorre no caso da cidade de Fortaleza com a criação do PIPPJ, em que o BID realizou a parceria e financiamento de PPJs.

Passando as juventudes para a condição de indivíduos detentores de direitos e percebidos como cidadãos, partícipes de novas experiências políticas e democráticas nas discussões sobre os orçamentos participativos, nos fóruns, nos

seminários, sendo percebido em sua heterogeneidade, o que resulta em ações e políticas públicas diversificadas das quais serão destinatários.

Essas juventudes atuais possuem relações sociais diretas com o tempo, o lugar e os espaços presentes e o futuro, pois percebemos na contemporaneidade que os jovens buscam um maior número possível de experiências, vivências e práticas, transitando em diversos campos, que segundo a interpretação de Leccardi (2005) se deve em função da satisfação de experimentar, e nesse experimentar e errar, vão identificando as vias mais idôneas para atingir seus objetivos pessoais e sociais.

Como nosso estudo pretende analisar socialmente as políticas públicas municipais de juventude desenvolvidas através da Rede Cuca. Entendemos se fez necessário realizarmos algumas discussões teóricas e conceituais pertinentes a temática. Assim tentamos apresentar um resgate histórico e conceitual sobre as políticas públicas nesse terceiro capítulo, para logo em seguida, no capítulo quarto, tratarmos da análise dos pressupostos orientadores da Rede Cuca, no qual abordaremos concomitante o lugar, o espaço, o território, e o cotidiano lá vivenciado. E, por fim, verificaremos se a Rede Cuca realiza suas ações com a participação política e social das juventudes e da comunidade do entorno, para atingir as metas previstas nos contratos de gestão desse equipamento, que foram idealizadas no intuito de tratar ou reduzir as situações de pobreza, de risco e vulnerabilidade social juvenil de parte das juventudes da cidade de Fortaleza.

4 ANÁLISE SOCIAL DOS CUCAS ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA DE JUVENTUDES EM REDE

“As pessoas estão divididas em classes sociais, políticas, religiosas, e etc..Mas a música, ela tem o poder de juntar todo o mundo”

(Dinho- Rock in Rio 2011)

Abordaremos neste capítulo a origem da concepção dos Cucas como estratégia da Política Pública de Juventudes desenvolvida em forma de rede, por entendermos ser primordial para a análise pretendida nessa dissertação, a compreensão dos instrumentos estratégicos utilizados nesses equipamentos conforme declarado em entrevista,

Os CUCAs são equipamentos estratégicos das políticas públicas de Juventude de Fortaleza, constituídos a partir do Programa Integrado de Políticas Públicas de Juventude – PIPPJ, e que possui enquanto princípio norteador possibilitar o acesso à informação, aos bens e equipamentos culturais, artísticos e tecnológicos, além de oportunidades de capacitação nas áreas de cultura, arte, ciência e esporte de forma integrada, descentralizada e democrática, dirigidas à população jovem, na faixa etária de 15 a 29 anos. Entrevistado 09

Em seguida, analisaremos questões de intervenção e interação através desse espaço urbano diante das territorialidades existentes onde estes equipamentos foram inseridos, e que precisam ser observadas quando da execução das PPJs por esses equipamentos estratégicos, para mitigarem o estranhamento da comunidade diante dessa nova intervenção pública e para fortalecer e potencializar canais de diálogo, de solidariedade e de engajamento cívico através da adesão dos jovens e da comunidade do entorno, reforçando assim essa Rede de Proteção Social, a qual exemplificaremos através do Cuca na Comunidade.

Abordaremos ainda como forma de estratégia, o conteúdo do Projeto Político Pedagógico utilizado pelos CUCAs, para assim melhor verificarmos a aplicação desse documento institucional.

Pela análise documental, entrevistas realizadas e observação participante, confirmaremos quais são os pressupostos orientadores das ações desenvolvidas pela Rede Cuca, destinados a atender as juventudes de Fortaleza. Assim como, pontuaremos as questões sociais da participação política nas ações institucionais da Rede Cuca e a percepção dos jovens atendidos por estes, sobre aquele espaço, lugar

ou não lugar.

E por último reconheceremos os limites e as possibilidades dos CUCAS enquanto Políticas Públicas de Juventudes em Rede.

4.1 A CONCEPÇÃO DOS CUCAS COMO ESTRATÉGIA DE POLÍTICA PÚBLICA DE JUVENTUDES

Entendemos que, para melhor compreensão de uma política pública, é crucial compreender como realizou-se o seu planejamento estratégico, pois é através dele que determinada gestão se posiciona frente as situações, incertezas e turbulências do cenário administrativo público, devendo se ajustar contínua e sistematicamente para consecução de seus fins, segundo Neves (2012).

Resgatamos, como primeira referência social de antecedente institucional de ações públicas voltadas para a área da juventude em Fortaleza na última década, a existência dos Projetos ABC que iniciaram em 2008 e continuam em execução segundo o site institucional da STDS. Estes foram criados para atender crianças e adolescentes de 6 a 17 anos de ambos os sexos, com atividades educativas, culturais, artísticas, esportivas e de iniciação profissional, funcionando como uma complementação da escola, embora não se exigisse que os beneficiados estivessem matriculados na rede regular de ensino¹⁹.

Esse projeto buscava promover institucionalmente uma inclusão social dos não matriculados, todavia tal experiência, de competência da gestão estadual (inicialmente de responsabilidade da Secretaria de Ação Social e depois da Secretaria do Trabalho de Desenvolvimento Social), embora nesses a partir do biênio 2015-2016, tenha ocorrido a municipalização de alguns ABC's, a saber: São Francisco, Pirambu, João XXIII e Curió.

Temos como segunda referência social de antecedente institucional, o caso dos equipamentos públicos dos Centros Sociais Urbanos – CSUs, complexos de esporte, cultura, lazer e arte, geridos pela Prefeitura Municipal de Fortaleza e, por último, vinculados a Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos- SCDH. Esses espaços contavam com piscina, quadra de esportes, salas de aula, cursos

¹⁹ Entrevista de Lucia Forte coordenadora da Secretaria de Ação Social, disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/suplementos/infantil/projeto-abc-1.300356>> Acesso em: 15 jul. 2017.

profissionalizantes, práticas em diversas áreas esportivas, que atendiam (principalmente) aos jovens e idosos da comunidade do entorno.

Das duas experiências supra citadas, os CSUs seriam a ação pública municipal que mais se aproxima da experiência da Rede Cuca, por serem anteriores, e pertencentes a própria gestão da PMF em um equipamento público urbano voltado para os jovens e com diversidade de atendimentos, por isso nos deteremos mais na descrição desse equipamento institucional.

Esses centros foram criados no período dos governos militares no Brasil especificamente durante o governo do presidente Médici (1969-1974), com o Programa de Ação Cultural do Ministério da Educação (MEC), e tinham o intuito de proporcionar atividades semelhantes as oferecidas pelos CUCAS, nas áreas de lazer, esporte, formação e qualificação profissional voltadas à comunidade e foram alocados em todo território nacional, onde se detectava o aparecimento de espaços urbanos financiados pelo poder público com um viés assistencialista, para que as comunidades participassem de ações socioeducativas e projetos de fortalecimento e desenvolvimento da cidadania.

Essas missões/atividades de formação profissional, esporte, lazer, cultura, cidadania e integração social permanecem como Políticas Públicas de Juventudes a serem desenvolvidas através dos CUCAs, porém construídas e executadas de forma diversa, pois houve a participação popular através dos OPs na desde a sua criação, existe também a participação da iniciativa privada e de instituições internacionais como parceiras interessadas no desenvolvimento econômico social e não só do poder público como no período da implantação dos CSUs, existe um atendimento etário prioritário de 15 a 29 anos, e um protagonismo juvenil e formação cidadã na busca da ocupação dessas juventudes através de atividades, tanto de formação tradicional como línguas, esportes, informática e não tradicional cultura afro, direitos humanos, saúde, buscando assim, planejá-las e executá-las dentro dos interesses dos próprios jovens.

Ainda sobre os CSUs, Ramos (2007) relata que essas experiências se disseminaram pelo Brasil, sendo que em Fortaleza foram implementados até os anos de 1990. A jornalista Sara Oliveira relata em matéria no jornal “O Estado” na edição

de 11 de julho de 2011²⁰, que os CUCAS tem como fonte de inspiração as práticas e ações públicas anteriormente já trabalhadas pelos CSUs, considerando-se inclusive que os equipamentos dos CUCAS viriam a substituir perspectivas já trabalhadas e enfrentadas pelos equipamentos dos CSUs:

À época do regime militar, entre 1975 e 1984, os Centros de Serviços Urbanos (CSUs) foram implantados como ação de política social. Eram mais de 500 em todo o Brasil. Em Fortaleza, ainda existem sete unidades. Piscinas, quadras esportivas, auditórios, salas de aula espaços que superam os 10 mil metros². **Tais características não garantiram sua preservação, que foi substituída por novas e ousadas construções, como os Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (Cuca).**

As finalidades dos equipamentos urbanos, porém, acabam por serem as mesmas: desenvolver atividades de formação e integração. Os gastos com manutenção, reformas e construções em 2011, porém, são diferentes. Em 2011, de acordo com o Balanço Geral da Prefeitura de Fortaleza, foram orçados quase R\$ 4 milhões para os CSUs, hoje, chamados de Centros de Cidadania. Das 15 ações planejadas com este dinheiro, apenas seis já estão em execução. Com a construção dos Cucas das regionais VI e V, e equipamentos do Cuca da Secretaria Executiva Regional I (SER), foram gastos R\$ 17 milhões. Apenas duas destas ações começaram a ser feitas.

Muitos programas ainda são desenvolvidos nos centros, principalmente, os que têm caráter de assistência social. Mas uma realidade é alarmante e traz dúvidas quanto à aplicabilidade de recursos do poder público. Enquanto o orçamento da construção de cada um dos seis Cucas, promessa da atual gestão da Prefeitura, é de R\$ 13 milhões, muitos centros sequer têm suas paredes pintadas. O vereador João Alfredo (Psol) já enviou ofício às seis SERs questionando sobre a disparidade financeira entre manutenção dos centros e construção dos Cucas. Nenhuma resposta foi recebida.

O governante quer deixar sua marca e esquece as manutenções que precisam ser feitas. Esse é o retrato da política social da Prefeitura”, avaliou o vereador. Ele visitou dois Centros de Cidadania e conclui que parte da estrutura está “imprestável”. Para discutir a problemática, uma audiência pública foi realizada em um dos centros, o do Conjunto Ceará. “Houve promessas de reformas que transformariam os equipamentos abandonados. Mas nenhum prazo foi dado”, contou João Alfredo. (Grifos nossos)

Percebemos que, de alguma forma, os equipamentos CUCAs vieram em substituição aos CSUs, com uma “repaginada”, necessária para atender a nova realidade social das políticas de juventude no cenário brasileiro, inclusive com novos estatutos de juventude. Este comportamento político é comum aos gestores brasileiros, como se depreende em diversos outros momentos e experiências histórica política, Podemos citar como exemplo o Programa Bolsa Família criado no governo Lula, que na verdade reuniu diversos auxílios sociais em um só programa e que

²⁰ Reportagem do Jornal O Estado. Disponível em : <http://www.oestadoce.com.br/geral/csu-e-cuca-descompasso-de-investimentos-em-lazer> Acesso em: 10 jul. 2017.

representou um marco daquela gestão.

Já no caso dos CUCAS a mesma intencionalidade política se depreendeu, pois como já existia em Fortaleza estruturas físicas anteriores que desempenhavam funções semelhantes, os CSUs, e que poderiam ter sido integrados/reaproveitados/resignificados pela Rede Cuca como uma das unidades regionais, ou como um equipamento de apoio às atividades, pois em uma rede nem todos os nós são iguais, e inclusive como um equipamento público já reconhecido pela comunidade (ao invés de gerar uma relação de frustração a comunidade que deixou de ser atendida) o que poderia garantir uma efetividade e continuidade de uma política já aplicada, mas por uma escolha política da ex-prefeita Luizianne Lins, preferiu simbolizar o CUCA como um marco estético das PPJs em Fortaleza, através do reaproveitamento de outro equipamento de origem privada (Clube de Regatas) o que de início pode ter causado um estranhamento²¹/tensão na comunidade do entorno :

(...) segundo de que o governo ele precisaria **no momento que a gente assumiu o governo municipal, claramente ter alguns símbolos que representasse isso, assim o CUCA virou um símbolo de uma das políticas de juventude**, digo assim, nós fizemos várias, fizemos o estatuto da juventude, fizemos as praças da juventude, fizemos o PROJOVEM, fizemos o CREDJOVEM e várias outras políticas de juventude, o CUCA se destacava como espaço físico que pudesse abrigar todas as juventudes nas suas diferenciações, nas suas potencialidades, na sua diversidade, o que a gente entendia, o que esse agrupamento sempre entendeu que não existe uma juventude, existem juventudes, juventudes que se diferenciam pela raça, pelo sexo, se diferenciam pela classe social, então assim, a gente tinha que pensar num equipamento que tivesse tudo de bom, de confortável, de produtivo, que atraísse os jovens.

Já o CUCA Regional IV funcionará no prédio do Centro Social Urbano (CSU) Presidente Médici que fica localizado na Avenida Borges de Melo, no Bairro de Fátima.

O local ganhará uma reforma e também total adequação para abrigar todo o equipamento do centro, Atualmente , o CSU se encontra em processo de licitatório.²² (Grifos nossos)

Ao fazermos uma leitura atenta das falas da ex-gestora, podemos identificar não só que de fato as experiências locais serviram como fontes de inspiração

²¹ Estranhamento que pode ainda ser evidenciado e registrado em Diário de Campo no momento da Reunião do Conselho do Cuca Jangurussu, pela prática de depredamento que ocorre na área externa do Cuca Jangurussu, provavelmente por ser um equipamento ainda não inteiramente integrado, inclusive sobre o ponto de vista arquitetônico alienígena ao seu entorno, no seu local existia anteriormente um campo de futebol de areia.

²² Jornal Diário do Nordeste. Disponível em :

<<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/cucas-devem-ser-entregues-ate-o-mes-de-julho-1.184209>> Acesso em: 09 fev.2017.

para os processos de idealização e criação dos CUCAS, como também as próprias vivências pessoais, o conhecimento e experiência da ex-prefeita, pois quando jovem participou das atividades dos CSUs, e do movimento estudantil no DCE da UFC. Foi nesse ambiente universitário que surgiu pela primeira vez a nomenclatura CUCA, servindo para designar institucionalmente e popularmente os Centro Universitário de Cultura e Arte, nome dado para os equipamentos públicos municipais idealizados pois,

(...) tudo isso gerou a ideia de fazer o Centro Urbano que se chamou CUCA, que inclusive se remonta a experiência que eu tive no movimento estudantil onde a gente tentou construir e não conseguiu no DCE da UFC, o Centro Universitário de Cultura e Arte, que era CUCA, daí o nome que a partir daí eu achei que era o melhor nome que definia, por que tinha a ver com cuca legal, tinha a ver com cuca no sentido da razão, do pensamento, da inteligência, (...)²³

Embora tenhamos como referências de antecedentes institucionais da Rede Cuca, essas duas experiências locais das políticas públicas de juventudes - ABCs e CSUs , observamos em nossa pesquisa que em nenhuma delas, foram utilizadas como “o modelo” de planejamento e institucionalização, fato esse levantado através das entrevistas semiestruturadas que realizamos, assim:

Quando o CUCA foi planejado no governo da Luizianne, eu estava na Secretaria Nacional da Juventude, como se tratava de um contrato internacional precisava passar pelo Congresso, pelos órgãos do governo federal e fui eu quem ficou responsável por acompanhar a tramitação da Prefeitura de Fortaleza, o que eu percebi é que houve uma ação muito coordenada, na então Assessoria de Juventude, Afonso Fialho, que foi o coordenador da juventude nas duas gestões da prefeita Luizianne, ele buscou essa articulação transversal, mas não houve tanto sucesso, mas ele aproveitou do acúmulo que tinha do Conselho Nacional da Juventude logo em sua formação, de tudo que havia sido produzido de conhecimento tanto na academia como fora dela, para garantir que esse processo de construção política e mesmo estrutural, porque o CUCA com esse nome existe aqui em Fortaleza, mas em toda América do Sul já existia os CRJs - Centro de Referências de Juventude, e infelizmente todos eles acabaram fechando por equívocos na gestão e na concepção, e essa foi uma preocupação desse gestor, com uma ampla articulação com o governo federal, para garantir que esse equipamento tivesse características que garantissem sua perpetuação independente da gestão que ali estivesse, eu não percebi essa articulação com as secretarias, mais sim com as organizações de juventude estadual e municipal e com o governo federal. (Grifos Nossos). Entrevistado 4

²³ ALVES, Nagela Raposo. CUCA- Uma Experiência De Política Pública Municipal De Jovens Em Fortaleza, 2013. Disponível em: < <http://www.politicasuece.com/upload/e049b94ca2d5becabb061a5523ab0334.pdf> >. Acesso em: 15 nov. 2016.

Se eu não me engano eram os CRJs. Enfim, existiam centros parecidos na América Latina, existem experiências parecidas na América Latina que não se sustentaram, que hoje não existe mais. Entrevistado 8

Tomando também os CRJs como referência de antecedente institucional dos CUCAS, verificamos que outras experiências vivenciadas nos planos acadêmicos e políticos, também foram importantes e serviram de base conceitual e institucional nos processos de criação e de planejamento de um novo equipamento público municipal, destinado às políticas públicas de juventudes na cidade de Fortaleza.

Essas três experiências institucionais trazem também importância cultural organizacional, externando-se pela cultura de valores, crenças básicas, hábitos e padrões de comportamentos aceitos ou não, compartilhados ou não pelos membros das organizações públicas e sociedade civil envolvidos no planejamento do PIPPJ, pois essas ações públicas, mais especificamente de seus gestores, influenciam as ideias norteadoras, a cultura organizacional, os canais de comunicação e de informação que envolveram e envolvem o planejamento e a execução das PPJs pela Rede Cuca.

Neste contexto perguntamo-nos, como se deu o planejamento estratégico do CUCA enquanto novo equipamento público voltado às juventudes? De acordo com a pesquisa de campo que realizamos e a partir do levantamento de documentos institucionais, pudemos verificar que a ideia de planejamento estratégico já começa a ser delineada nas reivindicações que são apresentadas nas pautas de reuniões e debates públicos em Fortaleza após o período eleitoral de 2004, durante os trabalhos da equipe de transição de Governo.

Realizou-se neste mesmo período, o Seminário Sobre o Orçamento Participativo - OP com objetivo de debater o modelo a ser aplicado em Fortaleza. Deste resultou o OP que foi testado no PPA (2006-2009), realizado entre os meses de maio a julho de 2005.

Nestas oportunidades também se iniciaram a discussão do documento do Plano Diretor da cidade de Fortaleza, que só veio a ser concluído no ano de 2009, fatos esses que originaram uma pauta específica que trata da necessidade de criação de um local público de difusão e produção de cultura para os jovens de Fortaleza e que estes bens públicos deveriam ser alocados em bairros da periferia como uma forma de executar as políticas públicas de juventudes.

A participação social e política de diversos grupos e organizações da

sociedade civil local vieram a se consolidar em dois momentos políticos importantes na gestão pública municipal, isto porque a população participava de forma direta nas diversas reuniões e encontros preparatórios e deliberativos que se realizaram durante os mesmos períodos das discussões do OP; e, noutro momento, pela participação por intermédio dos representantes da população que vieram a compor os denominados Fóruns de delegados (as) e o posteriormente o Conselho de Orçamento Participativo - COP (todos do ano de 2005).

Esse OP se dividiu e organizou em três processos: o Territorial, o de Segmentos Sociais e o OP Criança e Adolescente - OPCA, com características e funções diferentes diante da estratégia da PMF.

Este último se dividiu em duas etapas, a primeira delas o OPCA Territorial que obedecia a divisão das SER's, como público prioritário as crianças e adolescentes atendidos pela FUNCI e programas de ONGs. Já o OPCA Escolar, tinha como participantes as crianças e adolescentes da rede pública municipal de ensino.

Através das reivindicações apresentadas por esses diversos atores sociais, atuando nas formas de participação política junto com a gestão pública municipal na época, foi discutida uma pauta específica sobre a criação da Rede Cuca, em que as principais reivindicações dos jovens de Fortaleza naquela época foram a disponibilização de cursos voltados para as áreas de ecologia, lazer, esportes, ciência e tecnologia, inclusão digital, formação artística, educação e saúde preventiva, comunicação popular, produção cultural e projetos de empreendimentos culturais.

A partir dessa demanda foram realizadas consultas para saber o que os jovens da cidade de Fortaleza gostariam de ter em sua formação naquele equipamento público que estava sendo criado. Além da realização de outras pesquisas para saber em qual bairro deveria ser alocado o primeiro Cuca; quantos equipamentos deveriam ser implantados em toda a cidade para poder atender minimamente o público jovem. E foi no âmbito destas discussões decidiram pela criação dos CUCAS, seguindo a divisão política administrativa municipal das seis Regionais,

Era um equipamento onde seriam desenvolvidas as principais políticas de juventudes do município seria através do equipamento. As principais políticas deveriam ser desenvolvidas desde o leque da participação até chegar a formação, desenvolvida no equipamento essa era a ideia e que funcionasse como espaço de socialização também, visto que você não via espaço de socialização na cidade. **Na época, antes deles fazerem o projeto, eles fizeram uma pesquisa, um diagnóstico da juventude de Fortaleza. Eles**

fizeram a pesquisa/diagnóstico, depois fizeram o projeto para as políticas públicas de juventude, depois desse projeto, foi que veio o projeto CUCA. Uma das coisas era o percentual altíssimo de jovens que nunca tinham entrado no cinema, no teatro, então era uma das coisas também para dá acesso aos equipamentos de culturas, por isso tinha que seguir aquele padrão dos ricos, então uma das coisas que a prefeita colocava nas reuniões é que queria o cinema com tapete vermelho, do jeito que era o cinema, que a classe média viveu, que os pobres não tinham acesso e até esse nível de detalhe era pensado, justamente para que o CUCA se abrisse para todo o leque de ações destinadas ao segmento jovem. O termo que ela usava era que o CUCA tem que ser a atração fatal para os jovens. Ele tem que chegar e se ele não tiver afim de fazer nada, tem que ser algo pelo menos com o visual bonito, então todos os CUCAs foram construídos na frente de algum recurso natural, o CUCA foi na barra, o outro na nascente de uma lagoa, porque tinha que ter o visual bonito, porque se o jovem não quisesse fazer nada, ele tinha que se admirar com a natureza, porque até isso os jovens pobres não tem. Então ele foi pensado pra atingir todas essas dimensões na origem do projeto. (Grifo nosso) Entrevistado 03

Ao escolherem em qual o bairro seria a construção dos CUCAs, foi levado em consideração qual seria o local específico, além de questões e dados estatísticos como o número de jovens, se esses estavam em áreas de vulnerabilidade social, se o bairro onde o equipamento fosse alocado teria um raio de influência em relação a outros bairros. Definindo-se que o primeiro deles funcionaria no antigo Clube de Regatas na Barra do Ceará, e conseqüentemente contemplaria outros bairros mais próximos como Quintino Cunha e Vila Velha, além de respeitar o exigido nas discussões do OP, que houvesse um recurso natural, visual bonito, a ser contemplado pelos jovens, funcionando assim, como um fator mais atrativo para estes, o que foi observado nos três equipamentos que compõe a Rede Cuca, a saber: Cuca Barra – Rio Ceará, Cuca Mondubim – Lagoa do Mondubim e Cuca Jangurussu- Lagoa do Jangurussu.

Levando-se em consideração as informações disponibilizadas pelos dirigentes do Instituto Cuca e os dados do Instituto de Pesquisa do Ceará (IPECE, 2010), que se utilizaram do Censo de 2010, realizamos um levantamento dos bairros que mais se destacam em número de jovens, corroborando com a escolha do Bairro Barra do Ceará, a ser o primeiro beneficiado com o equipamento CUCA, e em seguida o Mondubim e o Jangurussu, por terem a maior concentração de jovens, vejamos o quadro a seguir:

Tabela 2 - Os dez bairros com a maior população jovem

Nome dos bairros	15-19 anos	20-24 anos	25-29 anos	Total de jovens
Barra do Ceará (regional 1)	7.382	8.015	7.180	22.577
Mondubim (Sede do IC, regional V)	7.242	7.578	7.486	22.306
Vila Velha (regional I)	5.696	6.248	5.892	17.836
Granja Lisboa (regional V)	5.585	5.433	5.015	16.033
Jangurussu (terceiro CUCA regional IV)	5.264	5.012	4.920	15.196
Passaré (regional IV)	4.891	4.993	4.955	14.839
Quintino Cunha (regional III)	4.799	5.079	4.878	14.756
Vicente Pinzon (regional II)	4.158	4.723	4.650	13.531
Pici (regional III)	4.380	4.550	4.069	12.999
Genibaú (regional V)	4.303	4.568	3.973	12.844

Fonte: Adaptada do IPECE (2010) dados IBGE/ Censo Demográfico

Outros fatores que influenciaram a decisão da eleição do Bairro Barra do Ceará a ser o primeiro a ter um CUCA foi o destaque em relação aos demais bairros da cidade, face o maior índice de violência (com 862 relações conflituosas em 2007) segundo o Mapa da Violência, no qual se observava também que era o bairro com maior extensão territorial e maior população.²⁴

No planejamento da instalação desse equipamento, fez-se importante o conhecimento das demandas a nível nacional e local com relação ao mercado de trabalho, do perfil dos jovens de Fortaleza, a promoção ao acesso aos bens culturais, à revitalização urbana e dos territórios juvenis.

Outros fatores sociais peculiares desse bairro, foram a grande concentração de motéis, a exploração sexual de menores, grandes índices de violência, de casos de gravidez na adolescência, expressando a necessidade de intervenção através de diversos programas e políticas públicas voltadas especialmente para as juventudes, porque:

²⁴ WAISELSZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2016. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf> .Acesso em: 02 fev. 2017.

A Barra era um dos lugares mais violentos, que tem os indicadores de violências altos, todos os indicadores de violências com os jovens eram altos na Barra, a exploração sexual de criança e adolescente era altíssima na Barra. Na época o bairro que tinha maior quantidade de motéis na época era a Barra do Ceará e não era pelo fato de que as pessoas desenvolvem atividade sexual maior do que os outros bairros, infelizmente não é por isso, mas é porque tinha indicadores altíssimos de exploradores sexual de criança e adolescentes na Barra não se permanece hoje, mas naquele momento era, por isso a escolha do Bairro. (Grifo nosso) Entrevistado 03

O prédio é onde funcionava o Clube de Regatas, passou um tempo sem funcionar nada, sem função alguma, foi reformado e foi criado esse CUCA. Melhorou o entorno, pequenos comércios, a Barra do Ceará era conhecida como ponto de prostituição, quando vinha trabalhar aos sábados me deparava com crianças em frente ao rio Ceará, aqui é um local rodeado por motéis, a criminalidade era muito forte, e continua sendo mas a prostituição diminuiu bastante. Não vimos mais crianças se prostituindo no entorno, até mesmo adultos cada vez mais raro de se ver, mas não é tão fácil de se ver como antes era. (Grifo nosso) Entrevistado 07

Então diante dessas vulnerabilidades e riscos sociais grifados nas entrevistas acima, em somatório com o fato de possuir a maior população jovem, bairro com maior extensão geográfica, fundamentaram a escolha do bairro Barra do Ceará como o primeiro a ser instalado o equipamento público CUCA.

Nos documentos institucionais como PIPPJ e PPP, identificamos várias propostas pedagógicas apresentadas e que foram e são adotadas ao longo de sua implementação como por exemplo: a proposta de contratação de pessoas para atuar no local que inicialmente já morassem no próprio entorno, pois desta forma já conheciam as práticas e o cotidiano do território onde o equipamento estava situado, a captação de verbas de origem pública e privada, bem como a programação, a cargo das respectivas diretorias de educação e direitos humanos, dentre outras questões jurídicas e administrativas.

Encontramos expostos nos documentos de sua instalação, a saber Contrato de financiamento do BID, Decreto Municipal que Regulamenta a UGP e Estatuto do Instituto Cuca, a necessidade de conhecimento do território, vejamos a transcrição parcial do PPP que justifica a necessidade do colaborador de conhecer o território onde os equipamentos CUCAs estão instalados,

A Rede Cuca propõe de cada colaborador perceba o seu papel junto a comunidade. Para isso, é preciso que os professores agucem as suas percepções em relação ao lugar onde o equipamento está situado e o seu entorno. Isso significa uma atitude investigativa e dialógica em relação aos jovens e os bairros, suas histórias, demandas específicas (...)

No tocante ao planejamento pedagógico percebemos que no projeto

político houve a intenção de se criar um “espaço” para a promoção dos direitos sociais, como educação, lazer, empregabilidade e cidadania das juventudes e da livre manifestação cultural nas suas diversas formas, onde o jovem pudesse ter a oportunidade de se encontrar, de interagir, de propor e de ressignificar esse espaço através dessas práticas. Práticas institucionalizadas através de programas como Comunidade em Pauta, Cuca na Comunidade, Conselho de Jovens e de outras práticas institucionais de participação social.

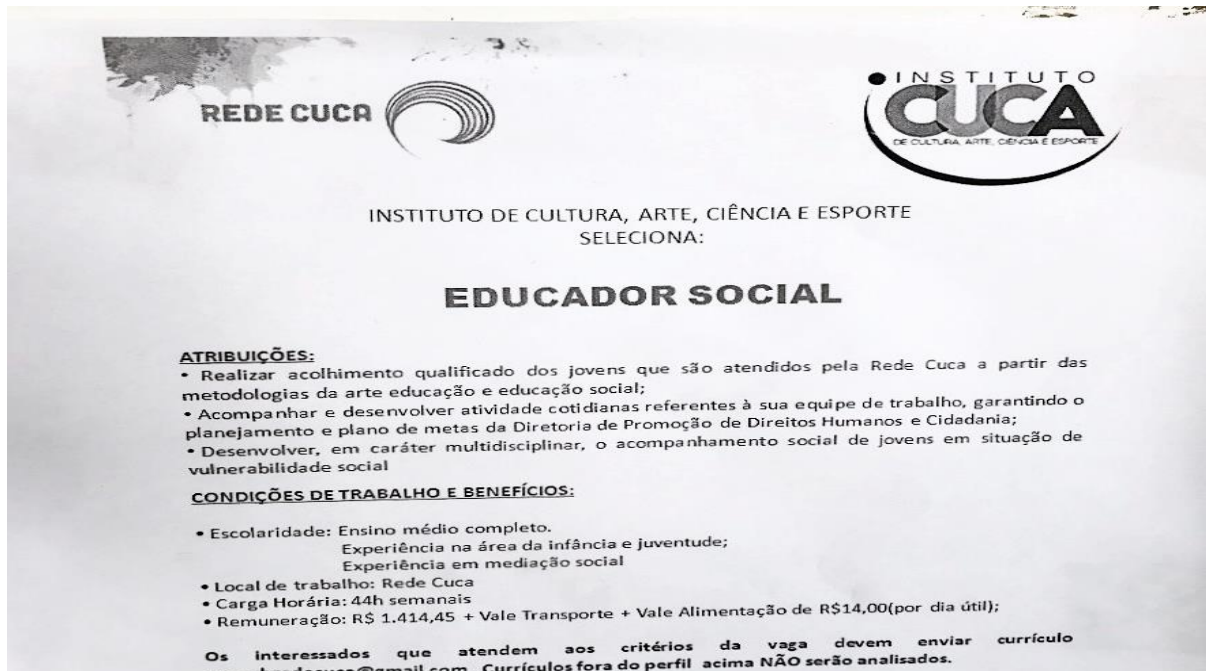
O planejamento pedagógico procurou realizar a contratação de colaboradores que tivessem uma escuta sensível, facilitando assim o exercício da comunicação permanente e o compartilhamento e registro de ideias e sugestões para que juntos a esse novo espaço, pudessem transformá-lo, tais argumentos são:

(...) inspirados no pensamento de Paulo Freire, entendemos que o diálogo, elemento fundamental da sociabilidade humana é um dos princípios pedagógicos mais importantes da Rede Cuca. Acreditamos que através da comunicação solidária e da interlocução de saberes, professores e estudantes potencializam a relação humana verdadeiramente transformadora, aquela pautada pelo reconhecimento do outro em suas diversas dimensões (afetiva, emocional, intelectual, criativa, corporal, etc.)
²⁵

Registramos através de fotografia abaixo retirada no mês de junho de 2017, a efetividade dessa busca do profissional com sensibilidade da escuta, diante das exigências para a contratação do educador social, encontradas em cartaz fixada em flanelógrafo, onde se exige comprovação de experiência em mediação social, e nomina como atribuições da função realizar o acolhimento e acompanhamento dos jovens atendidos pela Rede Cuca e os jovens em situação de vulnerabilidade social.

²⁵ Cf. Anexo B

Foto 1 – Comunicado de seleção de educador social



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador

Os CUCAs pensados como uma Rede de Proteção e Oportunidades são compostos atualmente por três equipamentos, e que contam com profissionais qualificados e capacitados continuamente pelo Instituto Cuca e UGP, como previsto na meta 13 do Relatório da Comissão de Acompanhamento e Avaliação do CUCA Jangurussu (Contrato de Gestão 03/2016) “Realizar uma formação continuada dos professores e colaboradores” para atendimento aos jovens, e exercitam diariamente o diálogo com a comunidade do entorno, são profissionais como: pedagogos, professores (temporários ou celetistas), médicos, auxiliares de enfermagem, produtores, técnicos, psicólogos, assistentes sociais, bibliotecários, educadores sociais entre outros profissionais,

Sim, a gestão do CUCA procura sempre estar dialogando com todos os seguimentos da Sociedade, do bairro do entorno, está trazendo a comunidade em geral para as atividades aqui dentro do CUCA sejam as escolas, sejam os meninos do skate, dos esportes, dos grupos culturais que sempre se apresentam aqui no teatro, a gestão ela sempre tá aberta as solicitações de acessos aos usuários e da comunidade em geral, e ficam principalmente no entorno que ficam mais próximos da gente, a gente tem um contato maior, todos os seguimentos solicitam espaços no Cuca, realizando através de uma agenda, e organizando esse acesso a esses seguimentos. (Grifo nosso) Entrevistado 05

Os CUCAs possuem envolvimento com as comunidades de entorno, o que gera um bom nível de articulação com associações comunitárias e

movimentos sociais, por exemplo, de forma mais notória no CUCA Jangurussu. A gestão dos CUCAs é realizada, atualmente, pelo Instituto CUCA, que é uma organização social contratada e supervisionada pela Coordenadoria de Juventude (ente municipal). **É uma gestão democrática e que conta, inclusive, com um conselho gestor comunitário, onde as entidades e movimentos que participam do dia a dia dos CUCAs tem a oportunidade de dialogar com a gestão e também repassar diretamente suas dúvidas e demandas.** No caso, cada unidade CUCA possui o seu conselho comunitário. (Grifo nosso) Entrevistado 09

Nós temos uma parceria com essas equipes que interagem diretamente com o Posto de saúde Lineu Jucá, toda quinta-feira, temos uma atividade chamada ambulatório adolescente, é uma parceria forte que já existe a anos com esse posto, que esta mais próximo, e esse posto vem com os médicos residentes para fazer o atendimento para a comunidade aqui dentro, isso é bem importante porque o CUCA fica bem na divisão de dois territórios que entram conflito por causa da guerra do trafico, então boa parte da comunidade não pode ir ao posto na Barra do Ceará, (...) os educadores sociais e demais colaboradores conquistaram a subida no morro de Santiago, agora é bem mais tranquilo, a Doutora Tatiana, ela tem uma excelente inserção no território a nove anos, ela fez a inserção dos educadores sociais no território (...) Entrevistado 07

Diante desses relatos colhidos através da aplicação das entrevistas semiestruturadas na pesquisa de campo, podemos perceber que nas falas e depoimentos colhidos, há relevância no diálogo permanente entre os colaboradores, e destes com as comunidades atendidas pelas PPJs, para que as mesmas possam ser implementadas da forma mais próxima possível do que foi planejado.

Inclusive através da prática institucional intersetorial, como a experiência do Posto de Saúde vinculado à SMS (mais que auxilia no Cuca Saudável) os quais precisam se adequar à realidade social de cada um dos territórios onde se pretende aplicá-lo, diante das peculiaridades envolvidas, inclusive por exemplo quando um educador social ou um profissional da saúde pode ou não subir no Morro de Santiago, como se vislumbra da entrevista realizada no CUCA Barra, pois no momento em que ocorre conflitos territoriais, o acesso àquele local fica prejudicado.

Quanto à temática das ações de educação, desde o Projeto Político Pedagógico - PPP do CUCA Barra (do ano de 2009) previa tanto cursos de formação inicial como inglês modulo I, quanto cursos de formação continuada, como artes marciais, divididas em diversas áreas, cultura, arte, ciência e esporte, entendidas como fatores de desenvolvimento social das juventudes de Fortaleza, sendo ofertadas segundo critérios e períodos definidos e acessíveis por meio da formalização de matrícula (em regra se exigindo documentos de identificação, comprovante de domicílio e/ou termo de responsabilidade para os menores de 18 anos).

Sendo essa, uma das formas institucionais de monitorar, acompanhar e

avaliar quantitativamente os atendimentos, através da frequência, da emissão de certificados, de reuniões realizadas com próprios professores, por meio de avaliação²⁶ realizada pelos alunos e nominada como *feed back*, dividida em quatro tópicos e realizado após a conclusão dos cursos. O primeiro deles, o aluno realiza sua autoavaliação durante o curso, sobre os aspectos de participação, pontualidade e aproveitamento. O segundo tem-se a avaliação do professor sobre nove aspectos. No terceiro a avaliação do curso sobre sete aspectos e no último um espaço destinado às justificativas, críticas e sugestões.

Outra forma de participação/avaliação, também quanto ao planejamento pedagógico pelos alunos, se faz por meio de enquete²⁷, em que os jovens enumeram os cursos que gostariam de realizar e qual o melhor turno para o desenvolvimento dessa atividade sugerida.

A avaliação institucional é realizada, para tentar verificar se aquela(s) ação(ões) está(ão) tendo o retorno almejado pela Coordenadoria Pedagógica, ou se merecem ser alteradas para poder ter o alcance pretendido em suas metas contratuais, por exemplo: indicativo considerável de emissão de certificados de conclusão de cursos, expectativas e oferta de número de vagas por curso e turno e planejamento sobre quais cursos de formação devem ser ofertados. Assim, as metas fixadas nos contratos de gestão podem ser melhor adequadas as demandas de cada espaço, conforme esse canal de diálogo com os jovens atendidos, seguindo o que foi previsto no documento institucional do PPP quando concebe que :

A proposta perfil de ação docente da Rede Cuca que será expressa nesse texto não é rígida, ou tão pouco, tem a intenção de encapsular o professor num modelo hermético de ação, que o conduza a rotinas de trabalho marcadas pelo emprego de uma técnica metodologicamente calculada, Não se trata disso! O que pretendemos referendar é a ideia de que ser professor do Cuca implica num conjunto de desafios de ordem pedagógica e didática que exigem de nossos colaboradores um compromisso intenso com a juventude de nossa cidade, e que precisamos de nossos encontros com os jovens, experiências realmente significativas.

Outra informação importante que observamos no PPP é a possibilidade do aluno a qualquer tempo poder ser transferido entre os CUCAs, desde que em cursos e atividades similares, o que facilita a permanência dos jovens nos equipamentos públicos, permitindo assim o processo de inclusão social dos usuários; no tocante a

²⁶ Cf. Anexo C

²⁷ Cf. Anexo D

questão da evasão, é considerado situação de abandono pela Rede Cuca, se houver duas faltas seguidas e não justificadas pelo aluno resultando também no bloqueio da matrícula .

Medida esta que entendemos que deve ser repensada, pois diante das situações sociais vivenciadas pelas juventudes vulneráveis, justificar sua ausência poderia constituir uma forma invasiva e constrangedora, de quem busca retornar ao equipamento público, mesmo frente as suas dificuldades pessoais, ficando impedido de concluir o curso. Essa prática ao nosso ver, evidencia uma forma de exclusão institucionalizada, que inibe o convívio desse jovem nos grupos sociais que frequentava nos espaços da Rede Cuca.

A avaliação da aprendizagem e assiduidade nos cursos, se faz de uma forma tradicional e conservadora, por meio da apuração da frequência de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) e de avaliação de aproveitamento igual ou superior a 7 (sete), através de realização de provas, trabalhos de pesquisa, lista de exercícios, experimentos, produções artísticas, audições dentre outros resultados, definidos de acordo com o perfil do curso.

Embora possa se perceber que o PPP da Rede Cuca reproduz o modelo conservador e utilizado na escola, percebeu-se nas ações propriamente ditas, que existem algumas dinâmicas e perspectivas inovadoras, pois refletem e proporcionam realidades diferentes de acordo com os territórios onde estão inseridos, ou seja, proporciona experiências e práticas de acordo com as demandas desses lugares como ballet, poesia, internet jogar uma bola, de encontro com amigos, para namorar ou contemplativo da natureza, que talvez objetivamente aquelas juventudes não vivenciassem sem este equipamento.

Estando o professor, diretamente vinculado à Diretoria de Educação, interagindo com toda a Rede Cuca e não só com seus pares, participando das equipes multidisciplinares nas sessões de planejamento e das atividades compartilhadas entre as diretorias e coordenações. Sendo essa prática dialógica imprescindível, entre as diversas Diretorias, para realização das atividades, inclusive da execução das políticas transversais como em oficinas com a participação juvenil; eventos culturais como as apresentações de quadrilha; projetos de comunicação envolvendo direitos, deveres e cidadania em parceria com o GRIM da UFC; a formação profissional e as ofertas de práticas e atividades de lazer realizadas a partir de eventos como Feira de Inovação e festivais de música; práticas esportivas através de jogos (Copa Arena da

Juventude e Olimpíadas da Juventude) etc.

Diante destas atividades pontuamos sobre a transversalidade utilizada nas Políticas Públicas de Juventudes como proposta de propôr uma mudança no modelo tradicional de gestão municipal, abandonando-se a verticalidade organizacional e construindo diálogos laterais, com a finalidade de encontrar e construir soluções diversas ao lidar com os desafios encontrados no âmbito da gestão pública.

Para Serra (2004) a ideia de transversalidade está inserida na busca de responder aos problemas, afastando-se das estruturas hierarquizadas e tradicionais e buscando entender a multidimensionalidade da realidade e construir melhores Políticas Públicas e resultados através do “Estado Relacional”, envolvendo os diferentes atores sociais.

No mesmo sentido, complementa Reinach (2013), ao analisar o tema da transversalidade, destacando a necessidade do comum acordo entre atores sobre o fato de uma política transversal de juventudes, falar a respeito de cultura organizacional e de novas formas de gestão, pois verticalizada/tradicional, o mesmo órgão não teria capacidade de assimilar diferentes demandas sociais, como igualdade racial, direitos humanos, igualdade de gêneros e outras áreas. Pois um órgão/secretaria pode ter o papel de fomento e coordenação de diversas ações, porém ele demanda de outros órgãos especializados, a cooperação para implementar Políticas Públicas nessas diferentes áreas, como ocorre na Rede Cuca com relação ao atendimento a questões psicossociais através dos CAPs CRAS, de cidadania como emissão de documentos, de violências e atos infracionais ao Conselho Tutelar e DCA, dentre outros.

Muitos desses programas e atividades são realizadas envolvendo mais de uma área específica devido a sua transversalidade (meta 21 do Contrato de Gestão 06/2013 do Cuca Jangurussu) – realizar 19 atividades transversais com jovens no âmbito das manifestações da cultura urbana e da cultura popular), como arte, cultura e educação, ou educação, cidadania e saúde, e que inclusive como as metas institucionais eram temáticas (ligadas à diretorias específicas), a mesma ação muitas vezes pontuava em mais de uma dessas metas ao mesmo tempo, como percebemos e exemplificamos com a citação das metas do mesmo contrato de gestão acima citado.

Meta 1 (possibilitar mensalmente o acesso gratuito de 3.000 pessoas prioritariamente jovens). Meta 7 (emitir certificado para 100% dos jovens que

concluírem as atividades de formação continuada). Meta 8 (realizar anualmente 1.300 matrículas em atividades de formação inicial ou continuada e 8.000 em práticas esportivas). meta 9 (realizar anualmente 2000 atendimentos pela biblioteca). Meta 10 (ofertar 1.100 vagas em atividades de formação inicial e continuada, gerando no mínimo 70% de matrículas).

Nas metas citadas se previam a quantidade de matrículas, outra a quantidade de cursos disponíveis numa área, outra a emissão de certificados, outra a quantidade de jovens atendidos gratuitamente pelo equipamento, que muitas vezes resultam do desenvolvimento de uma só ação, mas que igualmente pontuava em mais de uma meta.

No entanto, não devemos concluir que essa forma de previsão e execução de metas previstas nos contratos de gestão de forma negativa, pois se observarmos que a Política Pública de Juventude tem natureza transversal, é inegável que a mesma perpassará e atenderá por meio de suas ações, mais de uma temática social ao mesmo tempo (educação, cidadania, empreendedorismo, esportes, trabalho), e que muitas vezes para a execução de um projeto e sua plena efetividade, não basta disponibilizar vagas em um curso ou em seleções, tem que se buscar a matrícula, sua continuidade como aluno/beneficiado e da sua conclusão com emissão de certificado ao final.

Percebemos com a comparação das metas contratuais de 2014 a 2016, que a pratica dessa transversalidade teve sua continuidade durante a execução das PPJs pela Rede Cuca. No entanto com uma alteração sensível no quantitativo dessas metas, que inicialmente eram planejadas e executadas através de número bem maior de metas, onde se totalizavam-se, 35 metas para o ano de 2014, 34 metas para o ano de 2015 e apenas 8 metas para o ano de 2016 (contrato de gestão 03/2016). Nesse último ano, a diminuição das metas, não refletiu, ou não diminui os atendimentos conforme se verifica na tabela 4, mas numa revisão na abordagem das ações que agora reuniram em uma só meta, as ações e resultados que antes eram diluídas em diversas metas, tornando assim mais simplificado a verificação de seus cumprimentos, através do agrupamento das metas, da análise dessas atividades e de seus respectivos documentos comprobatórios, mantendo a mesma sistemática de avaliação definida no Contrato de Gestão,

Os critérios de avaliação dos resultados a serem utilizados pela Comissão de Avaliação, de que trata o caput, estão definidas no ANEXO II- SISTEMA DE AVALIAÇÃO, sendo realizada mediante quadro de indicadores de desempenho, composto de indicadores de qualidade e de produtividade, mensuráveis de forma transparente e desenhados para incentivar o CONTRATADO a alcançar os níveis elevados de desempenho. Cada serviço terá como peso correspondente à sua participação relativa aos custos operacionais.

No mesmo documento acima citado, relata que a nota a ser atribuída em cada meta varia de 0 a 10, conforme a relação entre o resultado e a meta prevista, sendo 10 atribuído se o resultado comprovado for de 85% a 100%, ou seja, onde se atingiu quase a totalidade ou totalidade das metas compromissadas respectivamente, (Relatório da Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Contrato de Gestão 03/2016²⁸).

Em algumas metas, percebemos uma considerável variação de notas, a exemplo da meta 2 de certificar 80% do alunos inscritos (o que antes era previsto em 70%), o que reflete que algumas metas são mais complexas de realizar, e ainda percebemos, que de acordo com o bimestre, também ocorriam variações de pontuação, a exemplo do período de férias de janeiro e fevereiro, ou seja, quando os atendimentos eram menores, e, conseqüentemente, as notas eram menores na avaliação. Essa variação que ficou em torno de 6 (seis) e 10 (dez) pontos, mas, ao final dos 12 meses de gestão, obteve uma média de 8,9 pontos, caracterizando um conceito de “muito bom” para o contrato de gestão do Instituto Cuca.

Tabela 3- Metas do Contrato de Gestão 03/2016

(continua)

Metas do Contrato de Gestão do Instituto Cuca - Contrato 03/2016 - Rede Cuca

Meta 1	Possibilitar 280.000 atendimentos à pessoas, prioritariamente jovens, em todas as atividades realizadas no CUCA e disponibilizar gratuitamente espaços do CUCA para encontros, reuniões e outros, advindos de demandas externas;
Meta 2	Certificar no mínimo 80% dos jovens inscritos em cursos em seus níveis, básicos, intermediários e avançado, em cursos livres, formação continuada e em qualificação profissional;

²⁸ Cf. Anexo E

Tabela 3- Metas do Contrato de Gestão 03/2016

(conclusão)

Metas do Contrato de Gestão do Instituto Cuca - Contrato 03/2016 - Rede Cuca

Meta 3	Ofertar 44.000 vagas em diversas práticas esportivas;
Meta 4	Atender 360 estudantes do 9º ano da rede municipal de ensino, ofertando-lhe o contraturno através do projeto integração;
Meta 5	Realizar 30 atividades, projetos e/ou grupos de discussão para a promoção dos direitos da juventude, direitos humanos e proteção social, envolvendo a comunidade e as famílias dos jovens atendidos nas atividades e práticas do CUCA
Meta 6	Realizar 120 apresentações de espetáculos de teatro, dança, música e/ou circo de artistas, grupos ou coletivos de diversos gêneros, assim como de grupos profissionais ou amadores;
Meta 7	Apoiar 30 atividades transversais abrangendo os diversos segmentos de educação, cultura, esporte, comunicação e/ou direitos humanos por meio de propostas de segmentos internos ou externos;
Meta 8	Promover a inclusão social, educacional e profissional de 400 jovens através do projeto cozinha criativa.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observamos ainda que a execução dos pressupostos orientadores da Rede Cuca se dá através da realização dessas várias metas nos contratos anuais de gestão do Instituto Cuca e que foram cumpridas a contento, conforme evidenciado pelos relatórios da Comissão de Acompanhamento e Avaliação, onde se evidenciou que não houve descontinuidade nem mesmo, quando houve a mudança de gestão, e onde se observou que as metas foram sendo modificadas nos quesitos espécie e no quantidade, de um contrato para outro, mas sempre atingidas de forma satisfatória., o que serviu de justificativa inclusive para a renovação anual dos contratos supracitados.

No documento institucional do PPP da Rede Cuca, identificamos a previsão de princípios e normas de convivência, com disposição de direitos, deveres, atribuições, vedações, e demais normas disciplinares, a forma encontrada para regular as condutas e práticas dos colaboradores e dos usuários, permitindo o acesso e o convívio mais harmônico de todos, nesse espaço de socialização; e também a

organização de calendário acadêmico, no qual a semana letiva consta com 5 (cinco) dias, de terça-feira a sábado, ficando as segundas-feiras reservadas para as atividades (internas) de planejamento, reuniões administrativas e manutenção do equipamento público.

Ainda com relação ao PPP, este informa que os princípios institucionais voltados para a criação dos CUCAs foram: redução de risco social, ampliação e potencialidade das oportunidades juvenis, inserção nos mercados culturais, e inicialmente pensado para ser um equipamento que faria parte de um Programa Integrado de Política Pública de Juventude para Fortaleza, com o intuito de desenvolver a economia, a inclusão social, a inserção do jovem no mercado de trabalho, como forma propiciá-lo a emancipação humana e de diminuir as disparidades de renda, gênero e desigualdade socioculturais da população jovem do município de Fortaleza.

Dessa forma, verificamos por meio da leitura atenta e análise social dos diversos documentos institucionais do Cuca já citados (em especial: PREFEITURA DE FORTALEZA CUCA, 2007), que desde a sua fundação, já existia uma preocupação de capacitar os jovens, aproveitando suas experiências pessoais e cotidianas, para a formação cidadã, cultural, esportiva e profissional, potencialidades estas, tidas como bens culturais imateriais disponíveis nos diversos espaços urbanos de Fortaleza, como por exemplo: as práticas e saberes que envolvem as atividades de circo, turismo, gastronomia, cultura, etc.

Entretanto, mesmo se considerarmos como um dos objetivos principais a capacitação cidadã e profissional dos jovens para o mercado de trabalho, a partir do estímulo/presença destes nas diversas atividades/cursos que são oportunizadas pela Rede Cuca, não podemos esquecer também de outros objetivos e metas a serem implementados em suas diversas ações, procurando apresentar o equipamento público CUCA como um polo difusor e democratizador de cultura, arte, esporte e lazer, isso justificado pelo argumento de sermos uma cidade com um número elevado de habitantes, e como tal, o poder público local deveria investir mais nas áreas socioculturais e educativas.

Conforme dados apontados no Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (2010) de Fortaleza estaríamos no penúltimo lugar entre as capitais brasileiras neste indicador social, o que justificaria a proposta de criar um equipamento público que propiciasse maior ocupação dos espaços urbanos da cidade, através de ações

públicas incentivadoras de práticas sociais, culturais e de cidadania.

Na época da implantação do primeiro equipamento, como um centro urbano, Fortaleza contava principalmente com o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, criado em 1999 e com o Centro Cultural Bom Jardim inaugurado em 2006, ambos equipamentos de políticas públicas de arte e cultura do Estado do Ceará.

Esses centros organizam exposição de fotografias, cursos de artesanatos e exibição de filmes, palestras, shows e cursos técnicos nessas áreas profissionais. Mas, tais atividades não eram necessariamente voltadas para nenhuma parcela específica da população, ou seja, as juventudes, assim não podemos identificá-lo vê-lo como uma PPJ, pois os mesmos atuavam e atuam ainda hoje, como equipamentos voltados ao lazer e ao entretenimento da população local, de visitantes e dos turistas.

Ficando evidenciado que viemos a ter um espaço urbano de política pública de cultura, artes, lazer exclusivamente voltado para as juventudes, em Fortaleza, através da criação do Centro de Cultura, Arte, Esporte, Lazer e Ciência-Cuca.

Assim quando descrevemos todo o processo de idealização e implementação da Rede Cuca na cidade de Fortaleza, e olhamos atentamente para os motivos que foram explanados quanto a escolha do bairro Barra do Ceará para a instalação do primeiro CUCA, verificamos que o poder público acaba por transformar não só as juventudes, mas no cotidiano vivenciado e nas práticas do lugar, criando-se uma nova memória para aquele território, Certeau (1994), uma vez que diversas formas de organização social e os arranjos culturais são reelaborados naqueles espaços e lugar, como ocorreu por exemplo, no caso das negociações para o livre acesso dos educadores sociais e dos profissionais na área de saúde nas comunidades que historicamente são reconhecidas como locais de conflito territorial.

Segundo a interpretação de Corrêa (2011) podemos conceber que a gestão pública municipal de Fortaleza utilizou dessas práticas sociais de diálogo, negociação e mediação com a comunidade local para poder dar início aos processos de alocação e construção do primeiro CUCA, isto seria uma “forma de antecipação espacial”, que consiste em tentar prever algo antes de acontecer. Assim podemos entender a complexidade deste fenômeno,

(...) em uma faceta da gestão econômica, política e social, aquela estando subordinada, mas também condicionando-a. É a dimensão espacial do processo geral de gestão, confinando-se ao espaço sob controle de um Estado ou de uma dada empresa. Entendemos gestão do território o conjunto de práticas que visa, no plano imediato, criação e o controle da organização

espacial. (...) (CORRÊA, 2011, p. 35).

O que nos permitiu considerar que a implementação, o sucesso e a continuidade desta política pública é condicionada ao reconhecimento das peculiaridades sociais, políticas e culturais dos territórios envolvidos, da dinâmica ou lógica de funcionamento de suas práticas locais e do diálogo permanente com a comunidade e pessoas residentes e frequentadoras dos lugares do entorno, para que assim as PPJs tenham maiores possibilidades de realização eficaz.

Continuidade essa que se percebe que ocorreu tanto no tocante às políticas de juventudes já desenvolvidas na época da implantação do CUCA Barra, quanto na nomenclatura (CUCA), dos equipamentos que foi mantida, mesmo diante da mudança dos gestores municipais e do rompimento da aliança político-partidária que ocorreu nesse período eleitoral e de transição (2012-2013), o que é visto como uma atitude positiva da atual gestão, pois capitaliza a política e o equipamento já existente.

Fato esse que confirmamos nessa pesquisa, através do conteúdo das entrevistas realizadas, onde todos os entrevistados foram uníssomos quanto a continuidade dessas PPJs, que foram devidamente formalizadas e continuadas por meio dos aditivos contratuais de gestão dos CUCAs pelo IC, e dos acréscimos de atividades realizadas por esses equipamentos, tanto quanto, a maior diversidade nas espécies de atendimentos quanto ao quantitativo de atendimentos²⁹ :

Toda gestão que entra, trás um pouco de sua história e experiência, transformações acontecem mas não com perdas, são feitas avaliações onde não repetimos a mesma coisa que não funcionava, os cursos são sempre remodelados, novos projetos entram, por exemplo, o juventude na onda, que é da coordenadoria de juventude, é maravilhoso, surgiu no CUCA Barra. Tivemos um período também de cursos de corte e costura em parceria com o SENAC, que foi um grande sucesso, por outro lado, tivemos cursos audiovisuais que não funcionaram bem, a diretoria de educação que repensa, vê a avaliação dos jovens e reformula. **A cada nova gestão avançamos, continuamos o que deu certo e ampliamos.** Vim pra área administrativa e tenho uma visão do todo, antes eu ficava só na Cultura então só me envolvia com o mundo da cultura, como gerente vejo todas as áreas, e em expansão. Agora, claro, cada qual trás sua personalidade, suas ideias. (Grifos nossos)
Entrevistado 07

Muito interessante essa pergunta, porque acho que ela tem como cerne, talvez sendo pretencioso o sucesso da rede CUCA, a gente sempre pensa em melhorar os nossos serviços, a formula da longevidade da politica publica é a gente nunca achar que está bom. Mas na transição do Governo da

²⁹ Cf. Anexo F

Luizianne pro Roberto Claudio, houve naquele momento de eleição o rompimento de uma aliança que existia e quando os programas foram apresentados nas eleições eram programas opostos, pelo menos assim foi passada e eu achei muito bacana por que em 2014, **acho, a rede CUCA deixou de ser uma política de governo e passou a ser uma política de estado, por uma decisão política do prefeito criou-se a rede**, inaugurou-se o CUCA do Mondubim e o CUCA do Jangurussu, um tinha apenas 60% de execução de obras e o outros 40%, então inauguraram esses novos CUCAS, criou-se o conselho de rede pra gente ter uma padronização das atividades. **Houve a contratação dos funcionários pra gente poder começar a rodar o projeto e a manutenção da marca, dos nomes e isso pra mim é muito importante porque geralmente os gestores mudam os nomes dos projeto para tentar capitalizar e na atual gestão não teve isso, houve uma continuidade e uma ampliação do contrato de gestão** na verdade, tanto de receita própria quando do nosso financiador que é o BID. (Grifos nossos) Entrevistado 08

Na gestão da prefeita eu não estava, mas como estudioso da agenda de juventude, eu acho que não houve descontinuidade, eu acho que houve um incremento, da demanda pelos relatos e por tudo que eu estudei , de secretariado também, do Secretário Elcio Batista **foram continuadas e inovadas, houve uma continuidade e sempre um plus, uma ideia nova é característico se eu chego vou dar ideias novas e dar oxigenação** inclusive na de presidente, eu era coordenador do pro jovem, eu já vim pro cuca e participei dessa mudança, ai você observa que tudo que estava funcionando continua e , como eu disse , se traz ideias novas, vinha de uma gestão muito boa, todos os projetos que eu falei é da gestão nova, olimpíadas da juventude, Festival do Amor, Festival do Hip Hop, Favela Arte Festival a gente trouxe o Dexter , a gente teve o Mv Bill aqui no Cuca Mondubim, então são ideias novas que veio para dar uma oxigenação nos equipamentos.(Grifos nossos) Entrevistado 05

Pelo o que eu acompanhei quando ocorreu a transição, eu estava no governo Cid, estava como coordenador de juventude do governo Cid. Não houve descontinuidade porque só tinha o CUCA da Barra em pleno funcionamento e todas as atividades foram mantidas e ampliadas, mas devido a mudança de demandas, quando se instalou de fato a rede cuca, como as demandas foram mudadas, também mudou algumas formas de atuação dosCUCAs nesses territórios onde eles estão inseridos, mas não houve descontinuidade. Eu acredito que o maior acerto do prefeito Roberto Cláudio tenha sido: não mudar o nome do equipamento, porque tem gestores que entram e querem apagar o que o outro fez, então ele não mudou e acho que isso foi muito bom. Ele não desconstruiu a forma de como o CUCA operava, ele ampliou e com as novas demandas ampliaram cada vez mais, pode-se dizer que estamos em plena expansão e isso se afere principalmente quando se falam de números. Se a gente pegar os contratos de gestão dos cucas ele só evoluiu, o contrato de gestão atual diz respeito a quase 22 milhões em investimento na rede cuca, isso é muito significativo e mostra que quando tem descontinuidade não tem jeito, o processo de contingenciamento na descontinuidade faz com que o orçamento diminua radicalmente. Uma redução de 10% , 15% é aceitável, mas quando ultrapassa 20% tem descontinuidade, por melhor que seja o gestor, uma redução drástica por mais de 25% demonstra descontinuidade, o que não ocorreu nem na casa dos 10, nem na casa dos 20%, pelo contrário, o ultimo contrato de gestão a ser celebrado antes do nosso tenha sido na casa dos 18 milhões e agora estamos na casa de quase 22 milhões.(Grifos nossos) Entrevistado 02

Não houve descontinuidade em serviços ou contratos. Na verdade, houve uma maior diversificação e ampliação no número de vagas ofertadas pelos CUCAs a partir da primeira gestão do prefeito Roberto Cláudio. (Grifos nossos) Entrevistado 09

Outro elemento que corrobora com essa continuidade e expansão, foi relatado pelo entrevistado 02, que diz respeito ao montante de investimento, mesmo quando vivenciamos no país um período de escassez de recursos econômico-financeiro, mas o que ocorreu quanto as PPJs pela Rede Cuca, seguiu num sentido inverso à redução de investimentos, ou descontinuidade de contingenciamento, pois houve na verdade um incremento diante dos valores originalmente contratados.

Como forma de demonstrar o acréscimo de atendimentos e jovens beneficiados no decurso da execução das PPJs, tabulamos os dados fornecidos por cada uma das diretorias temáticas ao CEPPJ, a partir do momento do seu funcionamento em rede:

Tabela 4- Atendimentos e beneficiados da Rede Cuca

Rede Cuca		
	Atendimentos	Beneficiados
2014	249.560	74.868
2015	296.068	88.820
2016	332.404	99.721
TOTAL	878.032	263.410

Fonte: Elaborado pelo autor

4.2 AS TERRITORIALIDADES EXISTENTES NOS BAIRROS ONDE SE SITUAM OS CUCAS

A Política Pública de Juventudes desenvolvida através da Rede Cuca, por ter o viés de proteção social, é concebida de forma a atingir a população jovem pertencente a determinada delimitação territorial, em cada uma das regionais administrativas municipais onde os CUCAS estão localizados, se fazendo necessário em nossa análise social, observar algumas ações que ocorreram durante a realização de nossa pesquisa nesses três territórios.

Realizadas através da observação participante, com membros dos diversos grupos que os compõe, de forma a observar suas práticas institucionais que

interferem no território, buscando criar um novo cotidiano, sendo esse um dos conceitos-chave fundamentais dentro campo de estudo de equipamentos urbanos, inclusive previsto como uma das metas a serem atingidas de acordo com o Contrato de Gestão do IC e o Relatório da Comissão de Acompanhamento e Avaliação do ano 2014 (primeiro ano de funcionamento,) a exemplo do CUCA Mondubim: Meta 29 - “Implantar o Programa de Cultura de Paz Através da Mediação de Conflitos e Promoção de Direitos Humanos”, ação de inegável observação e interferência territorial.

Assim, para melhor analisarmos as territorialidade que são estabelecidas na Rede Cuca na cidade de Fortaleza, é fundamental apreendermos um pouco mais das definições e aplicações desse conceito.

Santos (2002) nos adverte sobre a importância do território e dos seus usos, mostrando como é grande o campo de disputa em torno de um território, e nele podemos encontrar as horizontalidades, que seriam (os lugares vizinhos, as continuidades territoriais e o espaço banal), bem como as verticalidades (pontos distantes uns dos outros ligados por formas de processos sociais, redes onde foi planejado a participação de equipamentos institucionais e interventores da PMF).

Ao aprofundarmos um pouco mais este conceito de Santos (2002) conseguimos ampliar e superar a concepção geográfica clássica de território, fundamentada, sobretudo, na prevalência e na estabilidade de determinados atributos, com maior peso para a contiguidade do espaço e para suas características físicas.

Para este autor, a noção de território se define, principalmente, na perspectiva das relações humanas, como atesta o uso da expressão “nosso quadro de vida”, para referir-se ao que o território tem de permanente comportando outros elementos de natureza dinâmica, traduzidos em relações e processos sociais que conectam pontos, os quais, embora não estejam necessariamente próximos fisicamente, configuram novas e distintas formas de expressão territorial, de características mutáveis e transitórias.

Sendo necessário considerar que variados tipos e escalas de territórios são demarcados por atributos diversos, como: diferenças na cidade (áreas centrais e áreas periféricas, como no caso dos CUCA); projetos e estratégias de intervenção como por exemplo, “Territórios da Cidadania”, ação governamental que busca promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de

cidadania por meio do desenvolvimento territorial sustentável competência essa da DPDH.

Assim o território reflete, em sua configuração, um jogo de forças sociais, políticas, culturais e econômicas, no qual são determinantes as relações de poder, como defende Souza (1995). É o “espaço apropriado” – que pode ser, por exemplo, um país, reconhecido internacionalmente por leis e tratados formais; uma vizinhança, organizada em associação de moradores; um espaço virtual de relacionamento, construído (individual ou coletivamente) na internet, dentre infinitas possibilidades, vejamos o relato que identifica essa realidade prática,

No Jangurussu por exemplo era um espaço inutilizado, e desde que o CUCA chegou houve a política de juventude, existe até alguns estudos para o juventude de direitos humanos, ela modifica o território e modificando o território modifica a vida das pessoas. Por exemplo a revitalização do Lago da Pedra próximo ao Jangurussu tem uma relação direta com o CUCA, as pessoas começam a caminhar ao redor e a fazer o cooper. O CUCA passa a ser um ponto de referencia e um ponto de encontro das pessoas; o CUCA é utilizado como praça, porque foi projetado para isso. Então é um espaço de encontro, é um espaço onde as famílias vão assistir sessões de cinema e de teatro e isso de fato modifica sim. Como por exemplo a rotina de uma jovem mãe que pode deixar o seu filho no CUCA (na biblioteca ou em alguma atividade) e pode ficar mais tranquila pra ir trabalhar ou pra estudar.
Entrevistado 08

Nesse sentido, compreendemos que entre as principais demandas a que uma Política Pública voltada para as Juventudes deve atender, seria o “direito ao território”, ou seja, o direito ao exercício pleno da cidadania em um espaço definido não somente por seus atributos físicos, mas, sobretudo, pelo conjunto das relações sociais que nele se constroem.

O que observamos compor a Meta 5 do Relatório da Comissão de Acompanhamento e Avaliação da Rede Cuca do Contrato de Gestão 03/2016 (período maio de 2016 a abril de 2017) “Realizar 30 (trinta) atividades , projetos, e/ou grupos de discussão para a promoção dos direitos da juventude, direitos humanos, e proteção social, envolvendo a comunidade, as famílias dos jovens atendidos nas atividades e práticas do CUCA” onde essa meta mensal, segundo o mesmo documento foi superada com mais de 1000 ações realizadas em 12 meses, vejamos a tabela abaixo retirada do relatório citado;

Tabela 5- Quantidade de atividades da meta 05 da Rede Cuca
META 05

	BARRA	MONDUBIM	JANGURUSSU	TOTAL
MAIO e JUN	51	70	66	187
JUL e AGO	40	55	56	151
SET e OUT	53	105	36	194
NOV e DEZ	45	209	100	354
JAN e FEV	25	33	60	118
MAR e ABR	26	46	57	129
TOTAL	240	518	375	1133

Fonte: Relatório da Comissão de Acompanhamento e Avaliação da Rede Cuca do Contrato de Gestão 03/2016

De acordo com a tabela acima, podemos depreender que o número de atividades desenvolvidas por um só dos CUCAs (Mondubim), responderia sozinho por aproximadamente a metade de todas as ações realizadas, e excederia o quantitativo da meta 05, tal resultado quantitativo provavelmente se deu pelo fato do Instituto Cuca, OS responsável pela gestão dos CUCAS, esteja sediado no próprio CUCA Mondubim, o que promoveria diante da proximidade da unidade gestora e executora, uma maior preocupação com o cumprimento das metas, resultando assim um maior número de ações.

Dentre esses eventos podemos citar a Feira da Saúde que ocorreu nos três equipamentos como atividade do calendário da DPDH, Cuca na Comunidade evento que ocorre cotidianamente com dialogo com a discussão de assuntos de interesse da comunidade e disposição de espaços do equipamento, Projeto Mente Livre Cuca Crespa que trabalha o empoderamento, consciência e cultura negra, Mulheres de Todas as Cores: AS MAMAS, AS BI E AS RACHAS UNIDAS NOS MOVIMENTOS ,ocorrido no Mondubim como um projeto de autonomia, cidadania para as mulheres de Fortaleza em parceria com a Coordenadoria de Políticas para as Mulheres, Roda de Conversa com Cannibal Vocalista da Banda Devotos uma das bandas mais importantes do cenário Punk Rock Brasileiro ocorrido no Jangurussu.

Nesse jogo de forças, fluxos de informação, comunicação, de formação cidadã é que se define, se as políticas em redes serão mais ou menos atuantes na produção desse espaço urbano, garantindo a determinados grupos sociais, mais possibilidades de afirmação/interação do que a outros, e onde normalmente os jovens são o grupo mais atingidos pelas desigualdades socioeconômicas – sobretudo aqueles das áreas de risco e das periferias de Fortaleza, questões como a reduzida mobilidade urbana, a relação predatória da sociedade com o meio ambiente, o abandono político-administrativo, a marginalização de grupos étnicos, de gênero, GLBT, pessoas portadoras de necessidade especiais e culturas locais, entre outras, têm sido reconhecidas como sérios obstáculos à construção dos sentidos de pertencimento e autonomia dos jovens.

Os principais desafios que se colocam para a gestão pública em conjunto com a sociedade, é transformar e construir estratégias de interação e apropriação, pelos jovens, em relação a esse “quadro de vida”, criando ou estimulando redes que atuem na direção do fortalecimento da cidadania e da sustentabilidade do ambiente em que vivem, estudam, trabalham ou se divertem, o que pressupõe, necessariamente, a compreensão e o reconhecimento do jovem como sujeito da produção do território, integrado com os demais grupos sociais que o compartilham, por meio de relações com os bens comuns; relações de produção, troca e consumo; relações de direitos e responsabilidades cidadãos; relações de poder e de esferas de gestão pública; relações de identidade social e cultural.

Implicando ter em conta a história, a cultura e os aspectos regionais e locais de cada território, em suas vulnerabilidades e potencialidades, e os distintos grupos que o habitam, considerando suas relações com as várias esferas do poder público.

Conforme aponta Novaes (2012), é na ampliação das oportunidades de elaboração e conquista de bens públicos pelos jovens que reside a possibilidade de criação de novos territórios de sociabilidade, nos quais encontrem terreno fértil para se enraizar, zelar e se identificar, tendo como ponto de partida, compreender como se dão as relações entre eles e o território e considerar as respostas a suas demandas como chaves de mudança.

O território nesse contexto entende-se como o recorte espacial definido pelas relações de poder, de apropriação e de controle sobre os recursos e os fluxos, baseadas em diversos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais.

Como já sinalizado, vários são os grupos que compõe esses espaços, mas,

no caso desta pesquisa, o que nos interessou foi o grupo representado pelos jovens da cidade de Fortaleza, com seus diferentes estilos, credos, etnias e classes sociais, que sentem e se apropriam dos Cucas como os seus territórios de vivências.

Pois é nesse sentido que as relações sociais se materializam e se reproduzem, gerando territórios a partir dessas mesmas relações, fato esse que observou-se levando em conta as diversidade de algumas atividades, horários e práticas esportivas em cada um dos três CUCAs que compõe a Rede .

Devendo-se também observar as peculiaridades, de cada bairro onde os CUCAs estão localizados, geralmente em bairros pobres, localizados na periferia, sendo um deles em região litorânea da cidade e mais afastado das demais comunidades (da regional I) e, os outros dois mais centrais em relação a comunidade de atendimento, mas onde se identificaram igualmente através dos relatos das entrevistas realizadas, conforme trechos já transcritos, a existência de disputas espaciais e territoriais entre os jovens que ali residem.

Como exemplo, podemos citar como peculiaridades territoriais, Silva (2006) que nos informa que, após a década de 1990, o bairro Barra do Ceará passou a ser conhecido por abrigar *gangues* que vivem em conflito umas com as outras. Fato esse atribuído ao problema de drogas. Assim, alguns jovens pertencentes a *gangues* rivais têm dificuldade de chegar ao Cuca Barra, pois para isso têm que passar pelo território da *gangue* inimiga, hoje denominadas de facções.

No CUCA Jangurussu segundo relatos dos entrevistados e de matérias jornalísticas, também é um território caracterizado por suas particularidades, pois tendo sido reconhecido como a comunidade que mais participa dentre os três CUCAs, reivindicando e se organizando para exigir e reclamar ao Poder Público melhores condições nos serviços urbanos de Fortaleza, notadamente com relação aos horários de atendimentos que tinham sido reduzidos e a diminuição/demissão de funcionários (medida essa tomada com o fito de reduzir despesas), outro exemplo de mobilização da comunidade ocorreu no tocante a redução de violência na periferia, e apareceu nos jornais locais, como a passeata contra a chacina de jovens em Messejana e de outras caminhadas com a temática de combate a violência, onde inclusive ocorreu a ocupação do equipamento,

Representantes de movimentos sociais ocuparam o Centro Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (Cuca) do Bairro Jangurussu no início da noite desta quinta-feira (24). A ocupação é um protesto por melhorias na

infraestrutura do equipamento, linhas de ônibus e ciclofaixas que interliguem os Cucas, implantação de restaurante popular, mais cursos e a garantia de não haver demissão de funcionários, segundo a Frente Povo sem Medo no Ceará, que lidera a ocupação.

A assessoria do Instituto Cuca, que gerencia a rede de centros, se reuniu com representantes do movimento para discutir as reivindicações.

O instituto anunciou na semana passada que, a partir próxima terça-feira (29), os três CUCAs (Barra do Ceará, Jangurussu e Mondubim) vão passar a funcionar em horário ampliado. **“A decisão de ampliar o horário de atendimento da Rede Cuca vai possibilitar uma maior oferta de vagas em cursos e atividades, além de oportunizar um maior acesso da comunidade aos equipamentos”, explica o secretário da Juventude Júlio Brizzi.**³⁰ (Grifos nossos)

O pedido de paz era unânime entre as cerca de 300 pessoas que estiveram na tarde ontem na III Caravana da Periferia. O grupo, formado em sua grande maioria por jovens de movimentos sociais, partiu em caminhada do CUCA Jangurussu ao Sítio São João, no mesmo bairro. Quase dez dias após a chacina que matou 11 pessoas na Grande Messejana, o movimento também pediu justiça aos responsáveis pelos crimes.³¹ (Grifo nosso)

(...) eu posso citar, por exemplo, a comunidade do Jangurussu é uma comunidade muito atuante na gestão, os jovens vão reivindicam, eles fazem movimentos, dos três CUCAs sem dúvida é onde a gestão é mais democrática, pelo menos há uma articulação maior com os líderes comunitários, com os pais dos jovens, os próprios jovens são muito atuantes então acaba que há negociações no sentido de atender essas demandas esses anseios, onde eu vejo que a gestão esta mais próxima não só do jovem mas como da própria comunidade (...)(Grifos nossos) Entrevistado 01

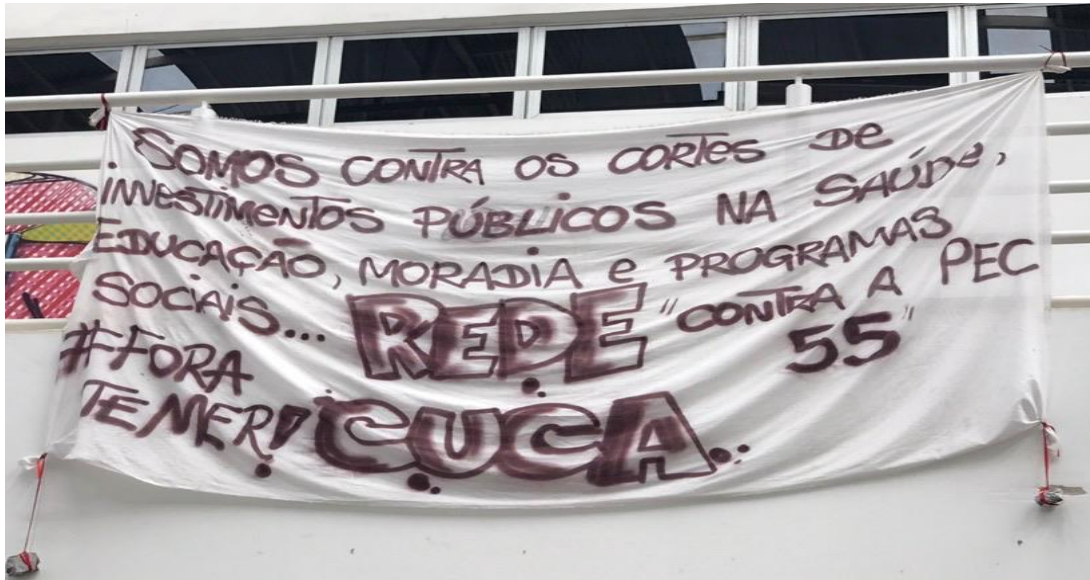
Como evidência do protagonismo juvenil, do assentimento institucional pela Rede Cuca, das reivindicações da comunidade, de práticas democráticas, e mais especificamente, do próprio posicionamento político sobre a PEC 55 sobre a redução de investimentos em educação, saúde e programas sociais, colacionamos duas fotos tiradas no CUCA Jangurussu que vem confirmar o relato daquele espaço e ter essa característica de participação e expressão democrática quer seja pelo uso de linguagem por faixas, quer seja pelo grafite, pelo rip rop, pelos movimentos populares, todas formas de expressão legítimas da população jovem que podem vivenciar essa prática nesse centro urbano municipal, destacamos algumas dessas experiências registradas nas fotos 2 (sobre a PEC 55) e 3 (resultado da discussão da utilização

³⁰ Disponível em: < <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2016/03/representantes-de-movimentos-sociais-ocupam-cuca-do-jangurussu.html> > Acessado em : 12 jul. 2017.

³¹ Disponível em: < <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/dom/2015/11/21/noticiasjornaldom,3537950/jangurussu-jovens-em-caminhada-pedem-paz-na-periferia.shtml> > Acesso em : 12 jul. 2017.

dos espaços e atividades) no mês de julho de 2017 abaixo,

Foto 2 – Faixa com manifestação política



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador

Foto 3 – Informativo da DPDH

DIRETORIA DE DIREITOS HUMANOS
EQUIPE DE PROTAGONISMO JUVENIL

ARTES CÊNICAS - Julho DE 2017

REDE CUCA

OBS: Dias que a Sala de Artes Cênicas estará indisponível:
Próxima Reunião: 26/07/2017.

DIA DA SEMANA	HORÁRIO	GRUPO	RESPONSÁVEL	RESPONSÁVEL
TERÇA-FEIRA	8:00 às 9:00	DPDH		
TERÇA-FEIRA	9:00 às 10:00	Tay	Tay	
TERÇA-FEIRA	11:30 às 12:30	Laguz Circo	Felipe Abreu	
TERÇA-FEIRA	12:30 às 13:30	Laguz Circo	Felipe Abreu	
TERÇA-FEIRA	17:00 às 18:00	Joker	Sarah	
TERÇA-FEIRA	18:00 às 19:00	F3	Luan	
TERÇA-FEIRA	19:00 às 20:00	F3	Luan	
TERÇA-FEIRA	20:00 às 21:00	Sul'Clan	Agriberto	
TERÇA-FEIRA	21:00 às 21:45	Sul'Clan	Agriberto	
QUARTA-FEIRA	14:30 às 16:00	Sul'Clan	Agriberto	
QUINTA-FEIRA	8:00 às 9:00	Laguz Circo	Felipe Abreu	
QUINTA-FEIRA	9:00 às 10:00	Laguz Circo	Felipe Abreu	
QUINTA-FEIRA	17:00 às 18:00	Drag Life	Rony	
QUINTA-FEIRA	18:00 às 19:00	Cia Mad	Gutto	
QUINTA-FEIRA	19:00 às 20:00	Cia Mad	Gutto	
QUINTA-FEIRA	20:00 às 21:45	Vallet	Jenne	
SEXTA-FEIRA	14:30 às 16:00	Drag Life	Rony	
SÁBADO	8:00 às 9:00	Glasial	Cesar	
SÁBADO	9:00 às 10:00	Glasial	Cesar	
SÁBADO	10:00 às 11:00	Young B.	Layane	
SÁBADO	11:00 às 12:00	Young B.	Layane	
SÁBADO	13:30 às 14:30	Vallet	Jenne	
SÁBADO	14:00 às 15:00	Weapon X	Glauber	
SÁBADO	15:00 às 16:00	Katsu	Luana	
SÁBADO	16:00 às 17:00	Joker	Sarah	
SÁBADO	17:00 às 18:00	Dark & Wild	Gully	
SÁBADO	18:00 às 19:00	Dark & Wild	Gully	
SÁBADO	19:00 às 20:00	Da'Sul	Leno	
SÁBADO	20:00 às 21:00	Da'Sul	Leno	
SÁBADO	21:00 às 21:45	Da'Sul	Leno	
DOMINGO	14:00 às 15:00	Tsumi	Sarah	
DOMINGO	15:00 às 16:00	Joker	Sarah	
DOMINGO	16:00 às 17:00	Tay/Breno	Tay	
DOMINGO	17:00 às 17:45	Tay/Breno	Tay	

Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador

A foto 3 retirada do flanelógrafo também do Cuca Jangurussu, já vem nos

revelar que os horários de atendimento foram ampliados conforme reivindicação da comunidade, e publicados pela Diretoria de Direitos Humanos e a Equipe de Protagonismos Juvenil (unidade que compõe a própria DPDH, mais que cuida mais da parte de da criação de oportunidade para sa juventudes), a exemplo no mês de julho de 2017, disponibilizando a sala de Artes Cênicas para determinados grupos de trabalho/atividades, de terça-feira a domingo, iniciando-se às 8:00hrs e se estendendo até às 21:45hrs (com exceção dos sábados e domingos que se encerra mais cedo), e comunicando a data da próxima reunião, dia 26/07/2017, para a escuta e debate com os jovens assuntos de seus interesses, demonstrando-se assim que os horários das atividades, e que as reuniões são previamente agendadas mensalmente, para a escuta e divulgação das ações das Diretorias.

Da mesma forma, depreendemos das entrevistas, como os CUCAs são compreendidos pela comunidade e, que se localizam, como um território de paz, espaço onde não ocorrem conflitos violentos, e identificados pela comunidade com um lugar simbólico de paz, que recorrem inclusive àquele espaço como forma de proteção de violências, e utilizam essa simbologia para transitar entre os territórios conflituosos, exemplificado pela conduta dos alunos que pedem a entrega do fardamento da Rede Cucas, antes de haver iniciado o curso, para que possam transitar entre os territórios e frequentar o CUCA conforme relatos abaixo,

(...) na verdade a gente nem procurou construir essa identidade, ela se cria, os CUCAs eles são tratados como territórios de paz, então muito dificilmente vai acontecer um homicídio dentro do CUCA, porque já se construiu essa identidade, e relatos chegam pra gente que o próprio crime organizado ele repudia qualquer ação negativa que seja feita dentro do CUCA, o CUCA é um espaço em que a comunidade gosta e se utiliza, inclusive existe situações que o aluno solicita a entrega do fardamento para que possa transitar entre os territórios de forma mais segura (...) Entrevistado 05

(...) por exemplo quando acabou a pacificação na Barra nós tivemos 2 alunos do CUCA que forma mortos na briga e entre as gangues, e por mais que a gente tente impactar, mas a condição de vulnerabilidade ela não é determinada só pela mudança pelo CUCA (...) na área de segurança, esse é um espaço de paz, pois quem mesmo que está no crime organizado eles não fazem disputa de território dentro dos CUCAs, existe um código para não agressão, mais fora o contexto é diferente, estamos vendo no contexto nacional o fim da pacificação, ao mesmo tempo que aumenta a oferta dos cursos, das atividades culturais, das atividades do CUCA, tem do lado de fora as questões de política de segurança pública, considerado aonde os CUCAs estão ancorados eles são o principal equipamento do poder público, sendo canalizadores das insatisfações da população jovem vulnerável e da violência no que diz respeito a segurança pública, funcionar como nós gostaríamos que funcionasse, e ai nós temos uma complexa violência de raça, de gênero, e essa violência se tornam mais complexas ainda quando o estado ainda não foi capaz de apresentar para o sistema de segurança, que

a condição de cidadão ela é a mesma que frequenta a aldeota da mesma que mora na serrinha, portanto o impacto do CUCA (...) Entrevistado 04

Território de paz sim, tivemos tentativas de linchamento em que jovens correram aqui pra dentro em busca de proteção, jovem mãe espancada pelo marido pra escapar de morrer assassinada veio buscar abrigo aqui, passa pelo portão correndo, presenciamos um caso grave de tentativa de assassinato em que um jovem entrou aqui ensanguentado e os que tentaram matá-lo permaneceram lá fora, pois até mesmo os ligados a criminalidade e tráfico entendem que aqui ninguém mexe, nessa época estávamos sem guarda. Essa consciência não veio de uma hora pra outra, foi um trabalho contínuo, de formiguinha, da gente subir o morro, ir nas “quebradas” da redondeza, fazer esse diálogo e trazer esses meninos pra cá, eles chegaram a entender esse espaço como de proteção, de possibilidades e isso é respeitado. Entrevistado 07

Mas que embora os CUCAs, sejam compreendidos como um território de paz, não foram idealizados com o viés precípua de solucionar a problemática que diz respeito a segurança pública, embora tenha um impacto transversal nessa seara, pois não compete constitucionalmente aos municípios tal política pública, e ainda como o equipamento foi criado exclusivamente para atender as demandas da população jovem de 15 a 29 anos, não tendo sido previstos nessas, a mitigação da insegurança pública, mas que inegavelmente por ser uma política (transversal) social, certamente refletirá na realidade dos seus territórios, fato esse inclusive confirmado segundo a vivencia do entrevistado abaixo,

O contrato com o BID, dá como fundamento principal a redução de violência no espaço urbano, a gente pega os dados da Secretaria de Segurança Pública, mesmo e a gente sabe desse debate que tem ai do fim da pacificação nos territórios, mas os dados SSPDS informam que os territórios onde os CUCAs estão ancorados eles conseguiram reduzir o impacto da violência letal sobre a população jovem e população negra, fruto do estudo do professor Julio Jacobo, 50 mil jovens por ano morrem no Brasil, mas de 80% desses jovens, são negros da periferia, se a gente for pegar os dados da Assembléia Legislativa que fez estudo similar sobre isso, esses dados apontam que esses jovens, são jovens que não concluíram sequer o ensino fundamental, e ratificam que são jovens negros, a existência do CUCA, baseado no contrato com o BID para a diminuição da violência letal e o aumento da expectativa de vida da população jovem, se a gente for falar do contrato que existe com o BID, o principio primordial é diminuir a violência letal,(...) Entrevistado 04

Os CUCAs ao funcionarem em rede a partir de 2014, tornaram-se espaços integrados às múltiplas territorialidades locais, que podem ser expressas nesses espaços de forma distinta e até simultânea, pois na Rede Cuca ocorrem atividades de terça a domingo nos três equipamentos, que podem ou não ser da mesma natureza como o Viradão da Juventude, Arraia da Juventude, Olimpíadas Jovem, mas que têm a possibilidade e oportunidade de acesso à infraestrutura existente de forma

integrada, inclusive com o transporte realizados entre os três equipamentos através do Busão da Juventude que funciona com uma lançadeira, que ao levar as juventudes de um equipamento ao outro, faz e reforça os nós da rede, através dessa promoção da inclusão social e o mesmo ocorre, com o transporte escolar para o projeto de integração (contraturno) das escolas do bairro, e no qual há distribuição de merendas para esses alunos.

Esses processos de territorialização compõem o movimento de construção de referências simbólicas e identitárias num determinado espaço. É a forma que as juventudes encontram para se manter em certa unidade, enquanto a desterritorialização é o contrário. Ela significa desprendimento em conjunto, com a perda da identidade de um grupo ou sujeito em relação ao espaço que ocupava. Já a territorialização seria a reconstituição das referências simbólicas e de identidade dentro de um espaço que já foi usado anteriormente (HAESBAERT, 2006).

Mais recentemente surge outra linha de análise territorial também preocupada com os modos de apropriação simbólicos e culturais, definida pelas “microterritorialidades”, mas não vamos nos ater muito a conceito, pois ele não é muito empregado quando tratamos de territórios que são criados por meio de ações institucionais como no caso do objeto em estudo de nossa pesquisa, que são mediados a partir da construção da Rede Cuca.

Dessa forma a Rede Cuca interfere e remodela os territórios da cidade, onde se encontram, por meio dos fluxos que se estabelecem mediante a procura dos jovens que são oriundos de diversos bairros da cidade de Fortaleza, tornando - se um equipamento de oportunidades e experimentação para as juventudes, mas podemos constatar também existem críticas por parte dos jovens.

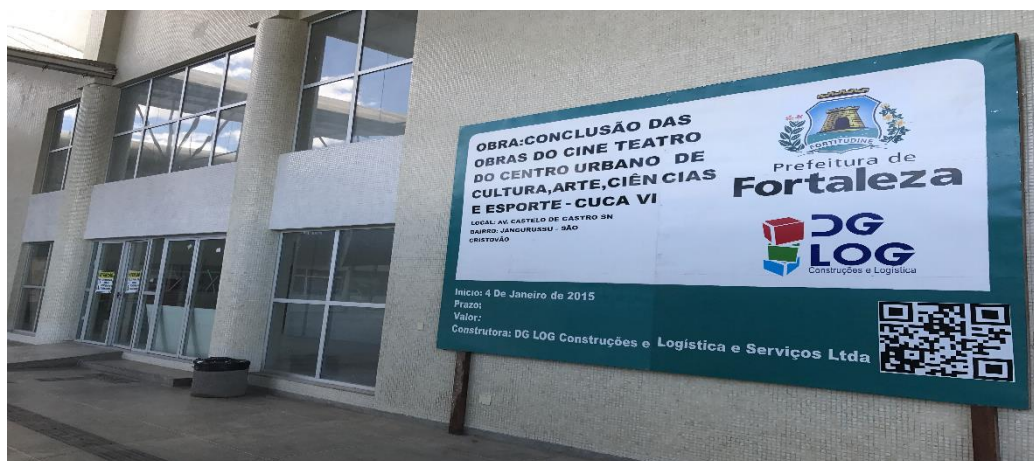
As críticas obtidas dos alunos entrevistados, referem-se à falta de material como bolas para jogarem (jovens não vinculados institucionalmente por matrícula) que podem ter acesso aos equipamentos esportivos mediante apresentação de identidade, da ausência de funcionamento de parte dos equipamentos como da piscina por quase um ano (em face de duas manutenções estruturais seguidas) e do teatro ainda não concluído (ambos no CUCA Jangurussu), de material de higiene nos banheiros, dos bebedouros que algumas vezes não funcionam ou não estão disponíveis em todos os espaços, da falta de lanches, principalmente para os praticantes de atividades esportivas, que muitas vezes se deslocam direto do trabalho ou de outras atividades e não tem tempo ou recurso para se alimentarem antes das

práticas esportivas, de menor quantitativo de horários no período noturno para as atividades ofertadas (provavelmente um dos fatores seria a questão da segurança nos equipamentos nos horários mais próximo ao seu fechamento) e da carência de salas de aula, diante das demandas da comunidade jovem serem maior que a capacidade atual do equipamento.

Percebendo-se que muitos dos comentários apreendidos nas entrevistas, se referem à manutenção, aquisição e reposição do material e equipamento, competências do Diretoria Administrativa Financeira, e que portanto não são especificamente ações de políticas públicas em si, mas da gestão e estimativa adequada desses bens e materiais, que se desgastam ou se esgotam num determinado tempo, se fazendo necessário a manutenção e novas aquisições.

Quanto a ausência de espaços para desenvolver algumas atividades, percebemos que são de origem da execução da própria obra de engenharia, que foi executada de forma inadequada, como na piscina onde se logo após a inauguração do equipamento (CUCA Jangurussu), ficou sem funcionamento diante da necessidade das manutenções acima citadas, e que tiveram de ser realizadas por uma nova empresa, e do Cine teatro que também não foi concluído quando da entrega do equipamento público à comunidade do Jangurussu.

Foto 4 – Placa informativa de obra



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador

A foto acima demonstra que até o mês de julho de 2017, as obras do Cine Teatro não tinham sido concluídas, nem tinham um data de previsão de entrega da obra conforme a placa da PMF, o que deveria ter sido entregue desde 2014 com a inauguração e entrega do equipamento CUCA Jangurussu, responsabilidade à época

da Fujita Engenharia, mas que atualmente se encontra em execução, através de nova licitação e contratação de outra construtora.

Essa ausência do Cine Teatro no Cuca Jangurussu exigiu da administração do equipamento, uma capacidade de adaptação à esta realidade estrutural, onde mantiveram as atividades e respectivas matrículas/vagas dos alunos interessados nas práticas referentes a este espaço, mais especificamente, cursos, palestras, apresentações e lazer, relacionados ao cinema e ao teatro, que de um modo geral ficaram sendo executadas de uma forma diferenciada do previsto no projeto da Rede Cuca, pela ausência daquele espaço específico, pois as mesmas (atividades) estão ocupando outros espaços como a sala de artes cênicas, o anfiteatro, ou as salas multiuso, lugares que passaram a ter uma maior disputa, principalmente durante a noite, quando a procura pelos cursos e atividades é maior. (Diário de Campo)

Entendemos que a solução encontrada pela Rede Cuca para algumas destas problemáticas, é estabelecer parcerias entre poder público e o privado, na tentativa de sanar essas dificuldades, partindo de editais de projetos de financiamento para as suas atividades, principalmente nesse momento de crise econômica que perpassam todos os entes federativos, e onde as parcerias passam a ser uma forma de suprimir ao máximo as carências e os custos que uma política pública social como a de juventudes, precisa para se manter, prática essa adotada em várias outras secretarias municipais no governo de Roberto Cláudio.

4.2.1 Cuca na Comunidade

Uma forma de amplificar as ações dos CUCAs dentro dos territórios, foi primeiramente realizado através da expansão do CUCA Barra para a comunidade, por meio da realização de atividades de extensão, como cursos dentro da própria comunidade e até ampliação da faixa etária, de modo que pudessem ter acesso todos os que se interessassem em fazer essas atividades dentro ou fora dos muros do equipamento, como a pintura de casas, realização de grafites temáticos, limpeza das margens do Rio Ceará.

As experiências de extensão com de atividades realizadas pelos CUCAs em rede na comunidade, são recentes, pois ocorreram a partir de janeiro de 2015, com a manutenção e deslocamentos de ações às praças dos bairros, urbanização do entorno dos equipamentos, como nos canteiros centrais do entorno, com limpeza a

plantação de mudas, onde podemos verificar que houve uma grande adesão e aceitação por parte da comunidade com a ida do CUCA até a locais que eram menos assistidos pelo poder público. E a proposta é que ocorram outras ações de extensão como essas em todos os três equipamentos que compõe a Rede Cuca, estreitando assim, a relação esta e os seus bairros vizinhos.

Esse projeto realiza diversas atividades, notadamente pela equipe de Protagonismo Juvenil junto com a Comunicação Popular e Cidadania, por vezes realizada através dos editais específicos e com divulgação nas rádios comunitárias; pelo projeto de Economia Criativa e Empregabilidade como o Programa Cozinha Criativa outra atividade que promove também o protagonismo e empregabilidade; pela a Promoção de Saúde e Cidadania a exemplo do Cuca Saudável, geridas pela Diretoria de Promoção dos Direitos Humanos da Rede Cuca, em conjunto com comunidades vizinhas, ONGS, líderes comunitários e comerciantes dos bairros do entorno.(Diário de Campo)

Assim, a Rede Cuca fomenta institucionalmente a construção/modificação de outros territórios além do espaço em que estão instalados, como nas experiências citadas das ações e atividades desenvolvidas nas comunidades do Jangurussu, do Mondubim e da Barra, várias ações que ultrapassaram os limites físicos do seu equipamento, conforme mostra no folder e fotografia abaixo, na realização de uma dessas ações na referida localidade do entorno do CUCA Mondubim ocorrida em junho de 2017.

Figura 2 – Comunicado da Rede Cuca sobre o Cuca na Comunidade



Fonte: Página do facebook da Rede Cuca

Foto 5 – Participantes do Cuca na Comunidade



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador

4.3 PRESSUPOSTOS ORIENTADORES DAS AÇÕES INSTITUCIONAIS DESENVOLVIDAS PELA REDE CUCA

Podemos identificar dos Contratos de Financiamento e de Gestão, e em especial das entrevistas realizadas entre os gestores e colaboradores da Rede Cuca, que a missão ou os pressupostos orientadores das ações desenvolvidas por estes equipamentos públicos municipais, são: a promoção da proteção social e a oportunidade aos jovens, ratificado na fala de um dos gestores do PIPPJ,

O CUCA na verdade ele tem um projeto, uma centralidade de proteção social e oportunidade pra juventude, a gente tem como linha essas duas linhas principais, promover a proteção social principalmente porque nós estamos em territórios vulneráveis e violentos e também com muitos jovens com baixo IDH, alto índice de gravidez na adolescência, então são indicadores que a gente trabalha, então a gente tem que fazer um trabalho consorciado de proteção social, por entender isso não é tão simples, nós lá não somos uma escola, não somos também um centro de qualificação, não somos um clube social, mas somos tudo isso, o CUCA pretende ser tudo isso, um grande equipamento ancora que a gente leve diversas políticas e tenha um foco jovem pra transformação, identificar, receber ou trazer o jovem, captar o jovem para o equipamento para que a gente possa fazer esse trabalho de proteção e oportunidade, oportunidade obviamente por tudo que o equipamento oferece, a gente tem material de ótima qualidade, estudo de rádio, estúdio de audiovisual, sala de dança, teatro, anfiteatro, quadra poliesportiva, quadra de areia, um espaço vasto, estímulo ao meio ambiente a saúde, enfim é muito rico, de atividades e oportunidades, e a gente trabalha dentro dessa linha, proteção social e oportunidade pra juventude, são as nossas linhas macro de trabalho. Entrevistado 02

Nós temos dois fundamentos, oportunidade e proteção social ao jovem, basicamente isso, quando você fala em oportunidades, é um mundo de coisas é oportunidade no ingresso no mercado de trabalho, é a oportunidade de realização de um curso, de prevenção, de acesso a arte e cultura, e

quando você fala em proteção, toda essa rede, a DPDH ela trabalha, muito no empoderamento do jovem para que ele exerça seu direito de forma autônoma, que ele seja protagonista da sua vida, cuidado com a saúde do jovem, não só com a saúde física mais também psíquica, mental também nosso lema era oferecer ao jovem de Fortaleza, proteção social e oportunidades, com essas múltiplas atividades, claro isso de forma alinhada com as políticas públicas e com o próprio Estatuto Nacional da Juventude .
Entrevistado 01

E não só dos documentos institucionais e das entrevistas percebemos a disponibilidade de oportunidades e proteção social, quando entramos e observamos o funcionamento da Rede Cuca através de cada um dos equipamentos, conferimos pelo comportamento dos jovens, pela participação/realização de eventos e dos cursos por meio do setor de matrícula, que naquele espaço, que naquele lugar se reconhece atitudes que visam à proteção social e a promoção de diversas oportunidades às juventudes frequentadoras.

O economista Amartya Sen (pensamento compensatório às restrições naturais) e o filósofo político John Rawls (critério distributivo de riquezas), ambos os autores, cada um na medida de suas teorias, *apud* Pansieri (2016), abriram caminho para a justificação de uma proteção social aos indivíduos e grupos vulneráveis da sociedade. Percebendo, cada um à sua maneira, a importância e a imprescindibilidade do Poder Público amparar a garantia dos direitos sociais e por conseguinte, as liberdades individuais, e assim conferir igualdade de oportunidades a todos, construindo-se assim uma justiça social.

No mesmo sendeiro, Alain Euzéby (2004, p. 22) analisa a proteção social como,

Conjunto de mecanismos de redistribuição de rendas que têm por missão beneficiar os menos protegidos pela eficácia do sistema econômico, ampliar o leque de possibilidades oferecidas aos indivíduos no curso de sua vida, favorecer a igualdade de chances, reduzir ou apagar as desigualdades ligadas a fatores negativos e, assim, contribuir para a realização do bem estar coletivo.

Essa proteção social das juventudes, não reside apenas em redistribuir riquezas para sanar necessidades imediatas, mas sobretudo, proporcionar maior liberdade de escolha principalmente aos jovens menos assistidos que, tendo compensadas suas restrições naturais através do acesso a cursos, saúde preventiva, cidadania, esportes, artes e lazer, poderão ter suas vulnerabilidades mitigadas, e se equiparar aos demais pares, em termos de possibilidades de escolhas, ampliando dessa forma as suas opções sociais.

Ademais, a proteção social é o fio condutor de uma ordem socioeconômica mais justa e eficaz, é através dela que se confere bem-estar aos jovens de uma maneira abrangente, e mais, não apenas às juventudes atendidas por essa rede de proteção são beneficiadas, pois tanto a comunidade do entorno (que também tem acessibilidade direta a alguns serviços do equipamento, como teatro, cinema, piscina) como toda a sociedade, podem colher os frutos desse equipamento público.

Entendemos essa proteção social, como uma forma de garantir a inclusão das juventudes que se encontram em situação de vulnerabilidade e em situação de risco social decorrentes da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos) e da fragilização de vínculos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) inserindo-as nessa nova Rede Municipal, institucionalmente criada e destinada a atender, transformar e incluir às juventudes de Fortaleza, e concomitantemente executora do PIPPJ do município de Fortaleza, prevenindo-se assim novas situações de risco, por meio do desenvolvimento das potencialidades juvenis, do fortalecimento de vínculos comunitários, e da inclusão social dos jovens atendidos nessas diversas.

Afirmamos, que essa Proteção Social não se constitui numa voluntariedade estatal e sim num dever, e o é, desde a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, onde se adotou a doutrina denominada “proteção integral”, que visa assegurar a todas as crianças e aos adolescentes, as condições básicas de sobrevivência, a integridade física, psicológica e moral, o desenvolvimento pessoal e social; no mesmo sentido surgiu o Estatuto da Juventude, fortalecendo essas premissas estatais, que em seu art. 14 traz o seguinte “O jovem tem direito à profissionalização, ao trabalho e à renda, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, adequadamente remunerado e com proteção social.”

Todavia há de se observar, que nos territórios urbanos das periferias, essa articulação em redes ou em parcerias visando a Proteção Social, num “cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, grupos e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum”, nos diz Santos (1999).

E para as juventudes vulneráveis e em risco social, localizadas nessas periferias, é possível a utilização da mesma base ética para o trabalho e a proteção social como direito dessa população, pensando-se como o autor, numa “contiguidade (...) criadora de comunhão” em que se possam tecer redes cuja organização não

submeta a espontaneidade, nem eliminando o conflito, mas sejam espaços de debate e criação coletiva de soluções e de movimentos para a expansão da cidadania, principal objetivo institucional dos colaboradores do DPDH da Rede Cuca, que sempre buscam através diálogo com os jovens e com o membros das comunidades, criar e expandir a autoestima, o empoderamento e a cidadania.

E mais, evidenciamos que numa sociedade globalizada como a nossa, onde existe uma incontestável concentração de renda, naturalmente acentuam-se mais as desigualdades sociais, onde as camadas mais vulneráveis precisam de uma atenção redobrada por parte do Poder Público e das demais instituições privadas e internacionais (BID).

Devendo-se buscar promover essa justiça social, pois as consequências dessas injustiças atingem a todos, tanto no âmbito interno como externo, devido a globalização mundial, no qual a hegemonia da economia se sobrepõe à sociedade, ou seja, ao invés de a economia funcionar em torno da sociedade, o que ocorre é o inverso, a sociedade serve à economia e se subjeta a ela.

Se fazendo necessário esse tipo de intervenção estatal na sociedade, a fim de sustentar o desenvolvimento e redução das desigualdades sociais, através dessa lógica compensatória e tardia da proteção social.

Portanto percebe-se na pesquisa em comento, que a Rede Cuca foi criada para atender e realizar essas premissas jurídicas, políticas e sociais não em forma de equipamentos isolados, mas em forma de Rede de Proteção e de Oportunidades, e onde no seu planejamento inicial, se buscou inclusive uma gestão mais coletiva possível, especialmente no tocante aos jovens,

(...) participação popular, que tinha uma coordenação específica pra isso e que tinha responsabilidade que tinha de existir uma participação efetiva dos jovens na definição de tudo que fosse executado no equipamento. Inclusive a ideia original, caso você leia as entrevistas dos gestores na época queriam que a política caminhasse para uma autogestão, que o CUCA passasse por um período de transição e que os jovens é que realmente fosse os gestores do equipamento, essa era a ideia original. Eu não detectei isso no momento da minha pesquisa, isso não estava consolidado, agora percebíamos espaços formados de tentativas de garantir essa participação conflituosa, estava no início então você percebia os conflitos e os jovens falavam que não estavam sendo respeitados, eles eram ouvidos e não obrigatoriamente respeitados. Então você percebia naquele momento que tinha algo germinado, mas ainda não dava pra detectar a participação real dos jovens ainda definindo as diretrizes, tinha uma vontade mas ainda não dava para detectar isso de fato, não era algo que se pudesse comprovar de fato já existindo (...). Entrevistado 03

Contudo, não podemos deixar de observar, que neste contexto de desenvolvimento, fomentado pela globalização e pelas políticas neoliberais (que prega a intervenção mínima do Estado não somente em vias econômicas, mas também sociais), a competitividade na sociedade se tornou muito mais relevante que a solidariedade e a cooperação social, e que muitas vezes, relega à sociedade o desafio de resolver seus próprios conflitos e disparidades, e esta se fragmenta ainda mais ao buscar responder os problemas e interesses de forma individual, Bordieu (1998).

O que conseqüentemente, enfraquece a Proteção Social, que perderia valor na proporção em que passa a ser entendida como encargo oneroso do Poder Público ou mesmo como uma contribuição pesada à economia nacional.

E mesmo havendo contribuição obrigatória ou responsabilidade atribuída ao Poder Público, nota-se que o amparo social não é tão significativo diante dos dados sociais do IBGE, IPECE, seja em virtude da não realização das Políticas Públicas de Juventude de forma transversal como previsto nos planos de governo, quer seja pelo corte financeiro, sempre realizado nessas áreas sociais, o que conseqüentemente diminui os recursos humanos, o número de ações e de seus alcances. Agravados ainda pela negligência estatal com relação à escuta dos jovens e de sua participação política, quer seja em virtude da ausência do pensamento coletivo e da sociedade civil, atores esses de participação política valorosa na busca do bem estar social.

Sobre esse tema, Pierre Bourdieu (1998, p. 15), defende que o senso de responsabilidade coletiva estabelecido pelo Estado do Bem Estar Social, inclusive no tocante à pobreza e miserabilidade, fora desmerecido em detrimento do “retorno ao individualismo” que, por sua vez, também acusa a vítima – o próprio indivíduo – como responsável pela sua própria infelicidade e lhe atribui o encargo da “auto-proteção”.

O bem-estar da coletividade é, nitidamente, desmerecido em nome dos interesses particulares e em nome da liberdade dos mercados, da competitividade e da circulação de riquezas. Esse tipo de raciocínio que, de fato, existe em dias atuais, compromete o equilíbrio e a paz social, ao passo que a economia também constitui base ao desenvolvimento humano. Não há como se sustentar as premissas de igualdade se não houver cooperação entre os indivíduos e, mais, se o Estado, não abraçar para si determinadas responsabilidades.

Destacamos ainda que, em caso de negligência ou omissão do Poder Público diante suas obrigações enquanto promotor de justiça social ou, mesmo

quando uma gestão é atuante em políticas sociais protetivas (tardias), esses resultados (positivos ou negativos) nem sempre são facilmente mensuráveis, pois muitas vezes, não se encontram bases (avaliações qualitativas) para justificar a efetividade e o alcance das contribuições sociais, fato esse percebido na Rede Cuca, que possuem vários dados quantitativos de atendimentos³², que inegavelmente se ampliaram no decorrer dos anos, mas não possuem elementos e dados qualitativos publicados/disponibilizados, que embora tenhamos conhecimentos pelos relatos colhidos que foi contratado e realizado a um ano uma pesquisa de impacto dessas políticas públicas de juventudes, até o momento de conclusão dessa pesquisa a mesma não foi disponibilizada para o público em geral nem ao pesquisador.

Dentre os poucos documentos institucionais de monitoramento que tivemos acesso citamos a “Pesquisa de Indicadores de Acompanhamento e de Impacto” realizado pelo Instituto Cuca do ano de 2013, onde a amostragem foi composta pela aplicação de questionário em apenas 619 jovens frequentadores do CUCA Barra e com margem de erro de 10%, quantitativo pouco expressivo, pois reflete menos de 1% da população jovem dos bairros a serem atendidos (quantitativo do IPECE/IBGE) pelo equipamento.

Alguns resultados indicados na pesquisa foram positivos, como: a maioria dos jovens se sente satisfeitos (97,58%) com os serviços oferecidos pelo CUCA, que as atividades que mais lhes interessam são esportivas e culturais, que o CUCA teve influencia na criação ou participação das juventudes em algum grupo ou empreendimento, que em média duas vezes ao mês frequentam os eventos (esportivos, culturais, feiras, seminários, etc) desenvolvidos naquele espaço, 94,35% afirmam que o CUCA lhes proporcionou um maior acesso aos bens culturais e de lazer, e 95,32% percebem que a chegada do CUCA melhorou sua relação com a comunidade. Demonstrando-se assim que o equipamento é reconhecido pelo seu público alvo, como um equipamento que proporciona oportunidades nas mais diversas áreas, possibilitando assim a acessibilidade a bens culturais, de esporte, de lazer, dentre outros.

Outros resultados também foram observados, como, a maioria dos jovens não possuíam empreendimento ou negócio, nem tampouco faziam parte de nenhum grupo coletivo, o que reflete a necessidade do incentivo ao empreendedorismo juvenil

³² Relatórios de Atendimento que compõe os Contratos de Gestão anual do Instituto Cuca

e ao exercício da participação ativa e cidadã desses jovens, em especial os excluídos socialmente.

Também se faz imprescindível entender que a pobreza, que as desigualdades e os riscos sociais são fatos sociais inevitáveis, e corroboram com a negligência estatal, dentre outras questões sociais e, logicamente, enfraquecem os sistemas de proteção.

Observamos ainda que muitas das ações desenvolvidas na Rede Cuca, tanto se referem à Proteção Social, quanto à Oportunidades (segundo pressuposto orientador), que seriam os cursos voltados a formação profissional e o empreendedorismo, que dessa forma envolvem mais de uma Diretoria, como a de educação e a de proteção de direitos humanos, visando combater o desemprego, e promover à paz e ao equilíbrio das relações sociais.

Pois entendem que o emprego é fonte de rentabilidade, desenvolvimento, de inclusão social, de empoderamento, sendo um instrumento que proporciona possibilidades de escolhas, e sua ausência, ao revés, constitui fator de insegurança e mal estar.

Nas paredes internas nas áreas de convivência e nos muros, foram realizadas intervenções através do grafite pelas juventudes, direcionados tematicamente pelos educadores sociais, em especial pelo artista Tubarão, onde os adolescentes exercitam o direito de expressão, de manifestação cultural, de comunicação visual e identidade social, através de suas assinaturas, nos quais se identifica o empoderamento com relação a questões de etnia e gênero, e pedidos de paz, nas fotos 6 e 7, ambas registradas em durante observação das atividades no Cuca Mondubim.

Foto 6 – Grafite sobre Cultura de Paz



Fonte:Elaborado pelo autor

Foto 7 – Grafite sobre o empoderamento étnico e de gênero



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador

É neste sentido que a efetivação de um sistema de Proteção Social por uma Rede de Políticas Públicas de Juventudes, atende aos argumentos da justiça social, protegendo a sociedade de conflitos os quais ela não tem mecanismos para resolver sozinha. Afastando-se assim a ideia de distanciamento ente sociedade e Poder Público, pois este existe em função e para aquele, devendo organizar as relações políticas e sociais de modo a suprir as deficiências promovidas pelo mundo globalizado e promover desenvolvimento e bem-estar coletivo.

Na perspectiva da garantia de Oportunidades e da Proteção Social precisamos considerar a existência de grandes contingentes da população jovem vivendo em situação de precariedade pessoal e social, para a qual são necessários programas e serviços massivos.

Nesse sentido, a Rede Cuca de proteção, pode servir de ancoragem para as reivindicações e necessidades da comunidade do entorno, ampliando-se assim o arco de proteção social como um todo, e inclusive para a descoberta de caminhos alternativos para algumas situações, pois ao olhar para cada um dos territórios onde se localizam, percebemos demandas especiais, que exigem soluções também especiais, como com relação a demanda no CUCA na Barra com relação a exploração sexual de jovens (com palestras sobre DSTs, planejamento familiar e HIV) e no CUCA Jangurussu que possui um percentual considerável de pessoas portadoras de

necessidades especiais, conforme dados colhidos nas entrevistas semiestruturadas e pela descrição da meta 15 do Relatório da Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Contrato de Gestão do CUCA Jangurussu,

(...) é referencia para a saúde para se ter ideia nós atendemos muito mais pessoas para teste de AIDS e doenças sexualmente transmissíveis, do que a rede institucionalizada da Secretaria Municipal de Saúde ou da Secretaria Estadual de Saúde, nos somos tão procurados quanto as redes do CAPS,(...) Entrevistado 04

(...) o temos um percentual considerável de jovens deficientes, essa equipe de saúde acompanha de forma mais especifica esse grupo, nessa equipe de saúde temos medico, psicólogo, assistente social e técnico de enfermagem (...) Entrevistado 01

Descrição

Direcionar 04 (quatro) ações desenvolvidas pelo cuca, prevendo a participação de pessoas com deficiência, visando ampliar e fortalecer possibilidades em cada atividade.

Embora componha os objetivos das políticas sociais públicas, a questão da proteção social aparece também como tarefa direta da Política de Assistência Social com parcerias entre os CRAS, CAPS, SMS, por isso inegavelmente essa política tem que se desenvolver de forma intersetorial, pois oferece a ela a possibilidade de mobilizar e buscar outros patamares de cidadania para aqueles que atendem, juventudes, e de forma transversal a comunidade do entorno pelas ações e serviços prestados a todos, como “Comunidade em Pauta”, “Cuca na Comunidade”, Espetáculos, Teatro, Cinema, Eventos aulas de Zumba e Hidroginástica.

Além da perspectiva de intersetorialidade com as demais políticas sociais, a assistência social, pode-se observar que a Rede Cuca articula os aspectos sociais aos econômicos na explicitação das desigualdades sociais, e na proposição de ações para reduzi-las, através da compreensão do conjunto de processos, recursos, estratégias e ações formais ou não formais.

Oferecendo aos jovens em sua própria diversidade social e pessoal, oportunidades em diversos mercados, como por exemplo da “Semana Geek” que oferece oficinas de cosmaker, Sexta da Radiola que ocorre no Cuca Mondubim onde é disponibilizado caixa de som e microfone para que os jovens ouçam música e cantem, oficina de vídeo no youtube, exposição de fanzines, K-pop; Feira do Trabalho e da Inovação com ações voltadas para a empregabilidade; Festival de Música da Juventude para jovens envolvidos com música e canto; Festival de Teatro e Circo e curso nessas áreas como de faixas e clows, orientado aos jovens envolvidos com

artes cênicas; Copa Cuca com competições de futebol, vôlei e basquete, Campeonatos de artes marciais que ocorre em cada um dos CUCAs e as Olimpíadas da Juventude, voltados aos envolvidos com atividades esportivas, Campanhas de conscientização como “Mente Livre Cuca Crespa” que trabalha a consciência negra; Projeto Conexões Periféricas que em 2016 abordou o tema LGBT; Festival de Dança, outro evento de grande impacto, pois muitos jovens em especial os do CUCA Mondubim, se dedicam diariamente a esta arte, ensaiando sempre naquele espaço; curso de formação em informática e robótica para os jovens mais voltados a ciência; Editais como da “Ação Jovem” idealizado para os jovens empreendedores; tem também os projetos “Reporter Cuca”, “Maratona no Rádio”, Cursos de fotografia e cinema, próprios para os interessados na área da comunicação; o Favela Arte Festival que se realizou nesse mês de junho em parceria com a Central única das Favelas, e que teve o objetivo de fortalecer a cultura urbana produzida nas comunidades, sem falar das ações na área da saúde e cidadania desenvolvidas pelo “Cuca Saudável e a Biblioteca.

Devendo-se ressaltar que essas atividades citadas são exemplificativas diante da diversidade e constante atualização dessas atividades, na qual algumas são de natureza continuada como os cursos e as práticas esportivas, e outras esporádicas como os festivais e os editais, mas todas divulgadas através de programação em revista mensal impressa e por meio do acesso pela rede mundial de computadores no endereço <https://issuu.com/institutocuca>, ou ainda em pagina pessoal institucional no *facebook* da Rede Cuca.

Essas oportunidades basearam-se no cotidiano e na demanda de cada território onde cada CUCA esta localizado, fortalecendo as redes e movimentando novas redes locais que vitalizem o esforço de cooperação, e criando outros canais de participação, solidariedade e de engajamento cívico dos jovens e da comunidade do entorno.

Estrategicamente, para obter a adesão da comunidade, é necessário divulgar essas informações de forma que produzam segurança e confiança nos participantes, percebemos essa característica ao observarmos a realização pelos diversos sites e espaços virtuais como *facebook*, feitas tanto pelos colaboradores como pelos próprios jovens, republicando, compartilhando, curtindo e marcando os colegas, outros meios de comunicação/adesão se fizeram por meio das rádio comunitárias e local, revistinha de programação mensal da Rede Cuca, dos líderes

comunitários, das visitas dos colaboradores às escolas locais e do carro de som. Pois a legitimação, o acesso aos recursos e o processo de adesão, por sua vez, afetam o sucesso do processo da implementação das políticas públicas BRONZO; VEIGA, (2007).

4.4 A QUESTÃO SOCIAL PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NAS AÇÕES INSTITUCIONAIS DA REDE CUCA

Percebemos várias formas de participação política nas ações institucionais desenvolvidas pela Rede Cuca que serviram como instrumentos de intermediação e diálogo entre as juventudes, comunidades do entorno e poder público, procurando resolver problemas sociais e ao mesmo tempo pretendendo garantir que todos os indivíduos pudessem atuar de maneira positiva na tomada de decisões. Desse modo, novas formas de participação social e política precisam ser entendidas quando consideramos o desdobramento da sociedade em rede no cenário político brasileiro nas duas últimas décadas, quando:

As mudanças fizeram com que os debates acadêmicos sobre o associativismo girasse em torno das políticas públicas, trazendo preocupações mais relacionadas com a “institucionalização” das práticas coletivas em conselhos e outras formas incorporadas à lógica política institucionalizada. Como decorrência passaram-se a enfatizar as novas formas de gestão social e as formas de participação política no âmbito de diferentes instancias estatais” . (GOHN, 2001, p. 125)

Podemos citar como uma primeira experiência de participação política os Orçamentos Participativos, onde a população local participava do processo de decisão sobre quais obras, investimentos e serviços seriam priorizados dentro de um rol de propostas políticas apresentadas ao poder municipal, legitimando essas decisões locais.

A construção de uma política pública participativa deve ser acompanhada de práticas sociais de cidadania e de emancipação política exercidas via mecanismos que priorizam os diálogo e discursos de maneira concreta e efetiva nas decisões político-administrativas nos âmbitos local, regional e nacional, que nos leva ao entendimento de que segundo Oliveira (2012, p 372) “Todo direito, para adquirir legitimidade que a contemporaneidade lhe demanda, deve ser construído e interpretado discursivamente por todos os interessados”.

O conceito de práticas segundo Michel de Certeau (2014), e aplicável no caso do nosso estudo, se refere às práticas participativas políticas, é pensar o cotidiano institucional como uma proposta de como essas organizações públicas se utilizam dessas dinâmicas em suas estruturas organizacionais junto à sociedade, que se legitimam pelos saberes e valores que permeiam tais práticas e estratégias próprias de cada instituição pública. Os efeitos das práticas podem ser considerados em relação aos vínculos de trabalho, às categorias sociais (gênero, etnia, classe social, tecnologia, à guisa de exemplo) que são destacadas e particularizadas no ambiente social constituído dessas organizações institucionais.

Nas práticas sociais e políticas situadas da Rede Cuca, podem ser identificadas nos documentos institucionais, PIPPJ, Contrato de Financiamento com o BID, PPP, nos Relatórios da Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos Anuais de Gestão e em dados colhidos através da observação participante e conforme o recorte temporal de nossa pesquisa, aconteceram as seguintes experiências de participação política: a) Ouvidorias Jovens; b) Conselho Consultivo, formado por membros da sociedade civil e do poder público; c) a realização de consultas a alunos e ex alunos, com aplicação de questionário de avaliação e enquetes com perguntas sobre quais cursos e em que horários as atividades deveriam ser oferecidas; d) Comunidade em Pauta que são reuniões feitas com os membros da comunidade para tomada de decisões coletivas sobre o uso de serviços e espaços públicos dos CUCAs; e e) “Sou Vizinho do CUCA” ação institucional que informa a comunidades sobre as atividades que serão realizadas.

4.4.1 Ouvidoria Jovem e Fórum de Jovens

No documento Institucional PIPPJ de Fortaleza, encontramos a previsão de componente do planejamento estratégico denominado Ouvidoria Jovem, segundo nossas pesquisas documental e de campo, esta ação institucional não pôde ser implementada por razão de ordem jurídica, pois a PGM - Procuradoria Geral do Município determinou por parecer jurídico que não poderia haver o órgão Ouvidoria nos CUCA's, porque na Organização Administrativa Municipal todas as reivindicações apresentadas pela população devem ser concentradas e encaminhadas à CGM - Controladoria e Ouvidoria Geral do Município. Todavia, em resposta a esse parecer

normativo da PGM, outro mecanismo de participação política foi criado na Rede Cuca, o Fórum de Jovens que são reuniões colegiadas realizadas nos três CUCAs, onde somente os jovens participam sem interferência dos colaboradores dos equipamentos.

Os Fóruns de Jovens possuem inclusive uma página social específica na rede social do *facebook*, que ilustramos a seguir nas figuras 3, 4 e 5, nesse espaço virtual e democrático são divulgadas informações nas quais podem ser encontradas postagens com debates, críticas e elogios sobre as atividades oferecidas pela Rede Cuca, ou seja, o exercício da prática do ativismo ou participação política, se fazendo aytavés da rede social, demonstrando mais um canal de debate para além dos espaços físicos, não limitando a participação dos jovens somente ao momento de uma reunião e dia específico, pois o espaço virtual possibilita a participação política das juventudes ser mais ampla e mais livre.

Figura 3 – Página do *facebook* Fórum de Jovens do CUCA Jangurussu



Fonte: Página do facebook Fórum de Jovens do CUCA Jangurussu

Na foto acima, escolhida propositalmente, por representar o registro de um dos momentos de tensão ocorrida no Cuca Jangurussu, entre uma jovem, mulher, negra vestida com uma roupa que representa um estilo “reage” (membro do Fórum de Jovens), e um representante do Poder Público Municipal, o Vice-prefeito e expert em segurança pública Moroni Torgan.

Momento esse no qual a jovem desenvolveu uma linguagem e participação, onde se discutia a instalação de equipamento de monitoramento de segurança pública nas proximidades daquele Cuca, dialogo esse que foi potencializado pelas redes sociais, local livre, indisciplinado e que não tem vínculo institucional, assim como o próprio Fórum de Jovens, que vem sendo construído nos três equipamentos pelas próprias juventudes como forma de exercitar sua participação política de forma mais organizada.

Figura 4 – Página do facebook Fórum de Jovens do CUCA Barra

The image shows a screenshot of a Facebook page for 'Fórum de Jovens - CUCA Barra'. The page header includes the Facebook logo, the page name, and a search bar. The main content area features a post by Monique Souza, dated August 12th, which is a video from 'Rede Cuca Fortaleza'. The post text reads: 'Está chegando a hora...!o/ Galera, confere como foram as apresentações da seletiva do Festival de Música da Juventude no shopping Rio Mar Fortaleza e fica ligado que os seis projetos selecionados irão realizar suas apresentações, HOJE, sábado (12/08), a partir das 18h, na Rede Cuca Mondubim, dentro da programação especial do Viradão da Juventude. Vem com a família, amigos e fazer novos amigos, que estamos preparando tudo com muito amor para vocês! #prefeituradefortaleza #redECA #festivaldemusicadajuve'. Below the text is a video thumbnail with 'Assistir novamente' and 'Compartilhar' buttons, and a view count of 1,125. The right sidebar contains several other posts, including one about 'IDEIAS ORIGINAIS : decoração , organização & dicas...' and another about 'Pladas @ Só Rindo # HUMOR FAZ BEM!'.

Fonte: Página do facebook Fórum de Jovens do CUCA Barra

Conforme se evidencia da figura 4, o Fórum de Jovens tem várias potencialidades, e na utilização das redes sociais, se multiplicam essas ações e o fomento da participação das juventudes em atividades externas ao equipamento, possibilitando assim a promoção de uma inclusão social mais ampla, e também permite, por ser mais um espaço de diálogo, trabalhar-se junto com as juventudes as ações desenvolvidas como PPJ pela Rede Cuca, como se observa nesse chamamento do Festival de Música de Juventude ocorrido no Shopping Rio Mar.

Figura 5 – Página do facebook Fórum de Jovens do CUCA Mondubim

The image shows a screenshot of a Facebook page for 'Fórum de Jovens - Cuca Mondubim'. The main content is a post by 'Jair Costa' sharing a publication about a singing course. The course details are: 'CURSO DE CANTO', 'Carga horária: 20h/a', 'Público atendido: 20 pessoas', 'Inscrições: 05 a 25 de agosto', 'Período das aulas: 5 a 20 de setembro', 'Horário: 18h as 20h30', and 'Local: Centro Cultural Bom Jardim'. The post is supported by logos from the Instituto Dragão do Mar, the Government of Ceará, and IBV. The page interface includes a search bar, navigation menu on the left, and suggested pages on the right.

Fonte: Página do facebook Fórum de Jovens do CUCA Mondubim

Na figura 5, identificamos que o Fórum de Jovens divulga os cursos e atividades desenvolvidas pelos Cucas, o que aumenta as oportunidades das juventudes de conhecer o equipamento, suas atividades e a sua natureza pública e gratuita que às vezes é desconhecida, pelo desconhecimento do mesmo por alguns membros das regionais onde estes equipamentos estão inseridos. Outra observação que se nota da figura acima são as parcerias transversais existentes no desenvolvimento das PPJs.

Os Jovens do Fórum tem atualmente um representante no Conselho Consultivo como porta voz daquela representação coletiva, e por serem essa coletividade não institucional, algumas vezes é perceptível a tensão entre os seus membros e os colaboradores do equipamento, a exemplo de uma dessas interações sociais ocorridas no CUCA Jangurussu, quando o gerente quis disponibilizar uma sala por entender ser um espaço mais adequado para a realização das reuniões do Fórum de Jovens e estes não aceitaram, por preferiram se reunir em outros espaços físicos do CUCA de forma mais autônoma, como embaixo da caixa d'água, nas dependências do ginásio poliesportivo dentre outros espaços, comportamento esse que nos refletiu que esses jovens querem manter uma maior liberdade e independência política em relação à instituição pública Rede Cuca.

4.4.2 Da prática do Conselho Consultivo

A estrutura política e administrativa da Rede Cuca comporta duas espécies de Conselhos, o Conselho de Gestão e o Conselho Consultivo. O primeiro se reúne todas as segundas-feiras de cada semana e composto exclusivamente por membros que compõe a estrutura organizacional da Rede Cuca, ou seja, por gerentes, coordenadores, professores, educadores sociais, psicólogos, bibliotecários e outros, que se reúnem para discutir e debater a pauta com assuntos pertinentes à gestão do equipamento, atividades de natureza pedagógica dentre outras, todas entendidas como sendo assuntos internos e diante dessa perspectiva, não convocando jovens e nem membros da comunidade do entorno para estarem presentes, desconstituída dessa maneira de participação política democrática. (Diário de Campo) A interpretação que construímos sobre a participação política no Conselho de Gestão, é que suas práticas vão de encontro ao que foi originariamente projetado para a implementação do equipamento que seria a gestão do equipamento contando também com a participação dos próprios jovens,

[...]

2. A participação dos jovens como elemento indispensável na elaboração, discussão e implementação de suas ações;

[...] (PIPPJFOR, 2007, P. 51)

No período que foi criado, **que foi gerido o projeto estava previsto um núcleo de participação popular, que tinha uma coordenação específica pra isso e que tinha responsabilidade que tinha de existir uma participação efetiva dos jovens na definição de tudo que fosse executado no equipamento. Inclusive a ideia original, caso você leia as entrevistas dos gestores na época queriam que a política caminhasse para uma autogestão**, que o cuca passasse por um período de transição e que os jovens é que realmente fosse os gestores do equipamento, essa era a ideia original. (Grifos nossos) Entrevistado 03

Ao longo de nossa pesquisa constatamos que essa participação política dos jovens especificamente na gestão do equipamento não ocorre, embora tenhamos detectados pelos demais canais de participação política, inclusive pela rede social do *facebook*, no qual os jovens se manifestam por comentários que não são respeitados pela gestão da Rede Cuca.

No tocante ao Conselho Consultivo, este é composto de forma eclética, por 18 assentos e seus membros não possuem mandatos temporários, porque podem vir

a ser substituídos no caso de três faltas não justificadas. Sua composição é de oito provenientes do Poder Público e dez da Sociedade Civil, sendo estes últimos componentes cinco jovens, um jovem membro da Comunidade em Pauta, um jovem membro dos esportes, um jovem membro da comunicação, um jovem membro do Fórum de Jovens e um jovem da comunidade e não matriculado nas atividades do CUCA. Os outros cinco membros da sociedade civil são: um comerciante da comunidade local, um comunicador de rádio, um representante de ONG, um vizinho CUCA e um líder comunitário.(Diário de Campo)

Apesar de todos os esforços da equipe da Rede CUCA de tornar os mecanismos de participação política representativo e democrático, durante a pesquisa de campo, verificamos que existem algumas dificuldades quanto a realização das reuniões do Conselho Consultivo, que talvez possam ser explicadas por motivos de desinteresse e de carência de servidores de órgãos envolvidos como Polícia Militar, Guarda Municipal, CREAS, Distrito de Educação e da SER respectivas. Constatamos a ausência de representantes destes órgãos embora tenham sido devidamente oficiados, a Guarda Municipal que é um dos órgãos da gestão municipal identificamos a presença de servidores nos espaços físicos dos equipamentos CUCAs porém, estes normalmente não se faziam presentes na reunião e esta ausência de participação não conseguimos compreender.

Também pode se indentificar, especialmente no Conselho do Cuca Jangurussu, onde essa prática é mais recente, que a participação dos jovens é mais retraída, onde cada uma das duas reuniões que participamos, somente um jovem participou, sendo que na primeira da área dos esportes e na segunda do Fórum de Jovens, embora em quantitativo a representação seja pequena, em qualidade pudemos observar que os jovens quando se fazem presentes, sabem se representar e se expressar reivindicando e questionando direitos coletivos das juventudes e da comunidade como a limpeza do canal do bairro, como a disposição do camarim da quadra poliesportiva.

Conforme relatado por um dos jovens que compõe o Conselho Consultivo do Mondubim, a escolha dos representantes jovens se dão de duas formas, através da escolha pelos próprios jovens como ocorre no Fórum de Jovens, e quando não é possível de forma espontânea a escolha, é indicado pelo Coordenador ou Supervisor, ou seja um representação criada de cima para baixo, como ocorreu com o jovem Issac Rosendo,

Como participo das atividades na comunicação na Rede Cuca a 3 anos fui convidado pelo Supervisor de comunicação para representar os Repórteres Cuca.

Nos assentos destinados ao Poder Público há membros do próprio equipamento, como gerente, assessor jurídico, educador social psicólogo, mas que também tiveram uma postura absenteísta, em especial no CUCA Jangurussu, pois os mesmos não se faziam presentes conforme atas da primeira³³, segunda³⁴ e terceira reuniões, o que talvez se justifique pelo período dos meses de junho, julho nos quais foram realizados muitos eventos como: Arraia da Juventude, Feira do Trabalho e Inovação, Olimpíadas das Juventudes, Viradão da Juventude dentre outros, o que refletiria a carência de profissionais que neste período estavam ocupados com nesse período com a organização de todos estes eventos supracitados.

As reuniões eram previstas e condicionadas anteriormente a presença por maioria simples, mais em decorrência da constante ausência desse quórum, as regras do estatuto foram modificadas e passou a prever que estas reuniões poderiam acontecer com qualquer número, mas o que ainda não permitiu à mesma sempre ser realizada, embora sejam devidamente comunicadas a todos os seus membros, inclusive em flanelógrafo no equipamento, avisos de mensagens no grupo de whatsapp e com dia regularmente previsto para realizar-se, especificamente todas as segunda quarta-feira do mês no horário 15:30, mas que por exemplo no CUCA Jangurussu no mês de agosto, na qual ocorreria a terceira reunião do Conselho Consultivo, esta deixou de acontecer diante da presença apenas do gerente e de um representante comerciante da comunidade, o que inviabilizou a realização da mesma somente com dois membros, que só veio a ocorrer no mês seguinte, no dia 13 de setembro de 2017, com o quórum não tão representativo de apenas cinco dos dezoito membros previstos estatutariamente, o gerente, um representante de uma ONG, um líder comunitário, um comerciante da comunidade e uma jovem, consideramos que o diálogo ali realizado poderia ser mais rico se houvesse uma participação maior ou com todos os membros.

³³ Cf. Anexo G

³⁴ Cf. Anexo H

Numa reunião do Conselho Consultivo no Cuca Mondubim fomos apresentados como estudante de mestrado da UECE, essa experiência do Conselho foi realizada no dia 22 de junho de 2017, com quórum bem representativo, pois contou com a presença de 12 membros, onde foi publicizado em quadro, os informes, a pauta e os encaminhamentos e realizado a assinatura da ata anterior, nona reunião do Conselho Consultivo³⁵.

A ação institucional dos CUCAs de realizar as reuniões do Conselho Consultivo juntamente com os representantes das juventudes e da comunidade local demonstra que essa experiência de participação política especialmente quando bem representado o seu quórum nestas reuniões pode vir a impulsionar positivamente o dialogo e a inserção do equipamento no cotidiano e território onde se localizam. Como podemos observar abaixo:

Foto 8 – Reunião do Conselho Consultivo do CUCA Mondubim



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador

Quanto às reuniões do Conselho Consultivo do CUCA Barra, apesar das diversas tentativas da gerente deste equipamento, no intuito de realizar essas

³⁵ Cf. Anexo I

reuniões, a mesma não se efetivou, ou seja, não ocorreu nenhum encontro dos seus membros até a conclusão dessa pesquisa em setembro de 2017, embora sendo o mais antigo dos equipamentos, o que poderá gerar consequências pela ausência desse canal político de diálogo naquela comunidade.

O que nos demonstrou que esse canal de participação e diálogo do equipamento estaria melhor referendada no cotidiano do território do Mondubim.

Confirmamos esse fato também, através da observação participante no Conselho Consultivo no CUCA Jangurussu, no qual a representante jovem que participou da reunião ocorrida no dia 13 de setembro do corrente ano, atuava de forma bem ativa em relação aos demais membros, reivindicando o retorno do bebedouro em frente a sala de espelhos (artes cênicas), o não funcionamento adequado dos demais (quatro) bebedouros com água quente, o posicionamento do equipamento sobre o apoio do festival de dança “Jovem Dança” que faz parte da Amostra Comunidade em Pauta e que foi um sucesso no ano passado, e mais, questionou a instalação de torre de vídeo monitoramento na praça da que fica do lado do CUCA Jangurussu, onde seria implantada pela Vice prefeitura uma célula de Segurança Comunitária, mas que tal fato ainda não tinha sido dialogado com a comunidade do entorno. (Diário de Campo)

Essa última manifestação da jovem, nos faz confirmar que as instituições públicas em geral e nos equipamentos públicos da Rede Cuca a situação não é diferente, talvez por razões políticas ou culturais, a tendência das administrações públicas é procurar resolver e enfrentar as problemáticas que se apresentam na execução das PPJs de um modo centralizado, ou seja, com a menor interferência possível dos demais atores sociais, por isso mesmo os canais de participação popular previsto nos documentos institucionais de criação dos CUCAs, acabam por possuir a natureza mais consultiva/informativa, sendo muitas vezes mais simbólica essa participação, que ativa propriamente dita, o que certamente cria mais tensões de poder e de interesses nesses territórios.

4.4.3 Consultas realizadas aos jovens atendidos

Podemos colocar como participação política a ação institucional da Rede CUCA de consultar os jovens atendidos durante a realização das atividades através

do diálogo dos professores com seus respectivos alunos em sala, neste momento são debatidas suas perspectivas, entendimento sobre a metodologia aplicada, discussão sobre assuntos de formação cidadã, valorização do empoderamento, dentre outras temáticas que possam vir a interessar os jovens. Segundo relato de um dos alunos, esta consulta é interpretado pela turma como uma espécie de reunião que serve de condição para a continuidade da atividade, assim podemos visualizar a participação dos jovens nessas reuniões e nas impressões colhidas dos seus relatos, que afirmam que a participação pode acontecer de forma voluntária ou não durante as reuniões para dialogarem com os colaboradores e apresentadas nas falas a seguir:

As vezes tem reunião, nós não participamos porque não gostamos. Jovem 2
 Ele acha que sim e o professor faz reunião com os seus alunos. Jovem 8
 Folha cheio de perguntas para melhorar o CUCA e receberem as reclamações. Jovem 9

Reunião em salas e nas artes cênicas, só de ouvir, informa as atividades. Jovem 12

Para ensaiar tem que participar das reuniões. Jovem 15 (Grifos nossos)

E conforme se infere desses relatos, que foram confirmados pelos colaboradores e por quase a totalidade dos jovens entrevistados, essa prática participativa é realizada, quer seja com a integração espontânea dos jovens, quer seja de forma involuntária. O que nos fez refletir sobre essa manifestação do jovem de não se interessar em integrar politicamente os canais de diálogo, o quão fica mais distante e desafiador daquele sonho de autogestão da idealizadora da Rede Cuca, a ex-prefeita Luzianne Lins, que embora em sua entrevista tenha feito esse registro, no desenho do programa não deixou nenhum registro para execução desse fim, como um curso de formação de jovens gestores públicos.

Outra prática realizada inclusive com o auxílio do setor de matrícula, é o preenchimento pelos alunos de uma avaliação institucional com pontuação variável de 0 a 10, realizado após a conclusão das atividades chamado de *feed back*, onde os alunos podem exteriorizar suas impressões, desejos, opiniões sobre o curso, sobre o colaborador, sobre o equipamento, conforme fala colhida do jovem nove “Folha cheio de perguntas para melhorar o CUCA e receberem as reclamações”, também aplicam enquete simplificada onde apontam até cinco atividades/cursos que desejariam que se realizassem e escolhem o respectivo turno de sua preferência,. Essas duas formas de consultas institucionais são realizadas sem haver necessidade de identificação do

aluno ou seja, de forma anônima, fato esse que não é possível nas outras formas de participação política e social acima citados, diante da identificação visual, por meio de assinatura em ata ou de perfil em rede social.

4.4.4 Realização do Comunidade em Pauta

Desde a criação do primeiro equipamento público do CUCA (Barra), exigência do PIPPJ e do Contrato de Gestão, previa-se o desenvolvimento do projeto “Comunidade em Pauta” e ele é descrito como um ação “que possibilita a comunidade solicitar o uso de espaço dos Cucas para ensaios e atividades esportivas, reuniões e encontros em geral, conforme a disponibilidade na agenda”, estimulando a relação direta do CUCA com a comunidade do entorno e promovendo a integração e a convivência social nesse espaço público, criando-se essa memória e consequentemente a percepção desse local como um lugar comunitário.

Ao analisarmos a narrativa de um dos entrevistados notamos que existem regras institucionais para o uso e a concessão dos espaços do equipamento por parte da comunidade, pois são vedadas atividades que a gestão considerem nocivas aos jovens e durante reunião que ocorre todos os meses pode ser agendado o uso dos espaços físicos para o mês seguinte, a solicitação do espaço pode ser viabilizada também por quem não se fez presente na reunião física, via internet pelo endereço <https://juventude.fortaleza.ce.gov.br/rede-cuca>. Assim,

[...] várias atividades com as comunidades, todos os meses a comunidade se reúne, e ela através do Comunidade em Pauta, faz a agenda do mês seguinte, então os grupos de interesses lá, os grupos culturais, folclórico, esportivos, quem vai usar a quadra, quem vai usar o anfiteatro, o teatro, sala de dança, sala multiuso, enfim além disso a gente tem o mecanismo que pelo site da prefeitura, qualquer pessoa, qualquer grupo, pode pedir, solicitar, obviamente tem as regras para poder conceder, mas pode solicitar os espaços do Cuca para utilizar inclusive pelo site institucional, então as comunidades principalmente as mais carentes do entorno(...) Entrevistado 02

Encontramos outro programa que é realizado com a comunidade através da Rede Cuca, mas que não podemos confundir, pelas suas peculiaridades como ausência de participação política, pois o que de fato ocorre nessa ação institucional, é a execução de ações públicas (já planejada e discutida) desenvolvidas externamente com relação ao local físico dos equipamentos, mas em conjunto com a comunidade, ou seja há participação social, porém pelo nosso olhar, sem participação

política, essa ação é intitulado “Cuca na Comunidade”, programa esse que foi descrito quando tratamos das territorialidades, por entendermos ser mais pertinente àquela temática.

4.4.5 Vizinho do CUCA

O programa “Vizinho Cuca” chegou a ser desenvolvido nos três equipamentos, sendo que em alguns a comunidade era mais participativa e noutros menos, como por exemplo no caso específico do Cuca Mondubim. Nessa ação os colaboradores visitavam as residências localizadas no entorno dos equipamentos e com a concordância dos moradores fixavam placas na frente das casas visitadas, após explicar e apresentar o CUCA e suas propostas, informando a programação das atividades de lazer e cultura a serem realizadas naquele mês, sensibilizando os vizinhos para conhecerem o equipamento, as vezes com um café da manhã seguido de visita guiada, como podemos verificar na fala do entrevistado a seguir:

[...] outro projeto mais de envolvimento da comunidade , eu sou vizinho do Cuca, a gente fez o mapeamento do entorno dos três Cucas, onde se deu melhor foi no Cuca da Barra, de visita aos vizinhos, identificação desses vizinhos, a fixação de uma plaquinha, eu sou Vizinho do CUCA, eles recebiam todos os meses a programação, e tínhamos uma atividade voltadas para ele de uma forma exclusiva, ou um café da manha, ou uma sessão de cinema, ou um teatro, fazíamos em uma determinada cota , reserva para que eles pudessem participar , era uma forma de aproximar a comunidade e fazer com que eles participassem da gestão [...] Entrevistado 01

No momento de nossa pesquisa de campo essa prática já se encontrava suspensa, embora tenhamos ouvido dos gestores que pretendiam resgatar essa experiência, por entenderem que ela foi positiva no momento de implantação do equipamento, e pelas possibilidades que a mesma gerou como o fato dos educadores sociais conseguirem acessar mais os territórios das comunidades para que o equipamento pudesse atingir implementar as políticas e programas voltados as juventudes.

Esta memória social pode ser encontrada dentro da instituição CUCA nas percepções de um dos entrevistados, quando este descreve

[...] o que era que acontecia por enquanto está parado, tinha o Cuca na Comunidade e a gente tinha as placas dos vizinho do Cuca, quando acontecia o Cuca na Comunidade, a gente saia visitando e criando o vinculo e ai quando

havia essa visita, colava um adesivo de azulejo de vizinho do Cuca.
Entrevistado 05

Encontramos na análise social dessas formas de participação política acima elencadas a preocupação da gestão dos equipamentos CUCAs em sensibilizar e mobilizar a comunidade e jovens para a integração nesse novo espaço, articulando institucionalmente a participação democrática e procurando potencializar os direitos sociais e o exercício de cidadania, de um ponto de vista que eles pudessem encontrar na Rede Cuca, mais um espaço de convivência e de interação social.

4.5 REDE CUCA COMO UM ESPAÇO URBANO

Para se desenvolver essa compreensão de espaço devemos dividi-lo em dois planos, no espaço coletivo e o espaço privado, de acordo com Carlos (2011), onde o espaço privado é mais ligado à habitação, e o coletivo mais ligado à sociedade que se constitui em espaços mais amplos e complexos, entendidos também como espaços públicos, e que no caso de nossa pesquisa, esses espaços são em Centros Urbanos de Cultura, Arte, Esporte e Ciências.

Nos quais são desenvolvidas várias práticas, e através dessas relações sociais, a Rede Cuca ganha sentido, objetivo e algumas vezes, podem entrar em contradição, quando se criam hierarquias sociais nestes territórios, que acabam influenciando na escolha dos acessos a esses lugares urbanos, pois os lugares acabam tendo valores simbólicos, que não são necessariamente compreendidos como identidade de todos.

Devemos ainda observar, que a criação de Centros Urbanos como a Rede Cuca, não deixa de ser uma forma de produção da cidade, dentro do espaço urbano. Carlos (2011) denomina as mudanças do “espaço do consumo” para o “consumo do espaço”, em que além dos valores simbólicos fetichizados, ainda temos a mediação pelo valor de troca, que é submetido à lógica de que todos os indivíduos devem estar consumindo e produzindo todo tempo, caso contrário nem cidadãos seriam.

Desta maneira, o espaço da cidade é alvo de várias contradições, de (re) criação de signos urbanos da vida moderna, que acabam sendo reproduzidas pelas relações sociais, de maneira que são construídas pelo cotidiano, sendo, muitas vezes, a implementação de Centros Urbanos como os CUCAs uma forma de barreira “virtual”

de contenção de uma população mantendo seus membros no seu local indicado, no caso, a periferia.

E, ainda, como forma de diminuir as desigualdades sociais postas no território. O Estado e o Município são os organizadores dessa política, eles fazem com que apareçam espaços institucionalizados, como o meio que proporcionar à população de baixa renda, o acesso à cultura, a arte, aos esportes, aos cursos de formação e profissionalizantes, um espaço de convívio e de contemplação para aqueles que não desejam fazer nada, como forma de emancipação humana e do direito de vivência na cidade onde residem.

Observamos que os CUCAs são lugares sobre o ponto de vista antropológico, pois criam um social orgânico, uma identidade que antes não existia, passando a desenvolver uma função social que antes não existia mesmo que no início possa ter havido ou ainda haja algum estranhamento, ao revés que os não-lugares não criam relação, e sim solidão e similitude, Augé (1994) .

Prosseguindo com Marc Augé (1994, pag.95) faz a seguinte afirmação “Na realidade concreta do mundo de hoje, os lugares e os espaços, os lugares e os não-lugares misturam-se, interpenetram-se. A possibilidade do não-lugar nunca está ausente de qualquer lugar que seja.” E complementa “Lugares e não-lugares se opõem (ou se atraem), como as palavras e as noções que permitem descrevê-las.” (P. 98.), o que nos faz concluir que em um mesmo espaço podem coexistir não lugares e lugares a depender dos indivíduos que ali se encontram, se reconhecendo ou se diferenciando neste mesmo espaço.

No mesmo sentido Michel de Certeau (1994) propôs, das noções de lugar e de espaço, uma análise que constitui, aqui, um antecedente obrigatório. Ele não se opõe, por sua vez, os “lugares” aos “espaços” como os “lugares” e os “não-lugares”.

O espaço, para ele, é um “lugar praticado”, “um cruzamento de forças motrizes”: são os passantes que transformam em espaço a rua geometricamente definida pelo urbanismo como lugar” (p. 75.), e pelos relatos já citados das juventudes e dos documentos institucionais relativos às metas institucionais de participação inclusive da comunidade do entorno, se constata que esse espaço urbano está em permanente transformação dialógica.

Nesse sentido quem transforma os CUCAs em espaços, ou seja em lugar praticado, são os jovens atendidos pelas diversidades de oportunidades através das atividades disponíveis, e diga-se de passagem não só aos jovens, aos seus familiares,

às crianças e adolescentes abaixo da faixa etária de 15 a 29 anos, que possuem por exemplo, atividades específicas para elas na biblioteca como contação de histórias, leitura de livros, jogos de tabuleiro e acesso a internet; do futebol de salão para crianças, parceria com o Sesc direcionadas ao público infantil e juvenil, e o ballet atividade desenvolvida com crianças de 7 a 14 anos pela professora Tay Vieira. Além das peças de teatro e as exposições de cinema, específicas para o público infantil, que são acompanhados por membros da família, reforçando assim também esses laços e convívio social familiar.

Possuem em especial uma atividade no Cuca Barra, com um espaço/prédio especial para o desenvolvimento desse programa denominado “Cozinha Criativa” em parceria com o Senai onde há formação de na área de culinária, hotelaria e serviços correlatos.

Os adultos da comunidade que inicialmente não foram contextualizados como sujeitos a serem beneficiados por este equipamento público, passaram então a ser inseridos em algumas atividades ofertadas, devido a sensibilidade de alguns colaboradores e gestores, que enxergaram na participação destes sujeitos novas possibilidades e potencialidades para a comunidade. Desta forma, situações nas quais muitas as mães que muitas vezes acompanhavam os seus filhos e os esperavam de forma inativa, são atendidas como momentos oportunos para atividades de integração social como por exemplo aulas aulas de Zumba e de hidroginástica, e também o teatro, shows e cinema que possuem programação diversa de lazer e a inclusão social dos jovens e de suas famílias.

Dentre essas programações, uma das mais esperadas no ano, e de sucesso expressivo pelo quantitativo do público participante, conforme fotos abaixo, reunindo juventudes, famílias e comunidade em geral, denominasse “Arraia da Juventude”.

Atividade que ocorreram nos três equipamentos da Rede Cuca, em finais de semana consecutivos do mês de julho de 2017, dias 10, 17 e 24 (respectivamente Barra, Jangurussu e Mondubim), e na qual se desenvolvem diversas atividades ligadas a cultura junina, como barracas de comidas típicas da própria comunidade, apresentação de quadrilha, cidade cinematográfica etc, inclusive com premiação em dinheiro para a melhor quadrilha, evento que registramos quando ocorreu no CUCA Barra, primeiramente o pátio de entrada foto 09, e em seguida o acesso ao ginásio

poliesportivo onde houve a apresentação das quadrilhas, foto 10, espaços estes que se encontrava inteiramente lotados

Foto 09 – Arraia da Juventude no CUCA Barra



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador

Foto 10 – Entrada do CUCA Barra no Arraia da Juventude



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador

E na mesma oportunidade, não podemos deixar de observar na entrada do equipamento de forma bem ostensiva, dois veículos da Guarda Municipal com luzes acessas e cinco policiais armados, o que de certa forma criou uma sensação de

insegurança e segurança nos presentes, e que poderia refletir a exclusão social daqueles que se sentiram de algum modo incomodados com esse tipo de controle e monitoramento, mas, ao mesmo tempo pode produzir uma sensação de segurança (ou insegurança) aos frequentadores daquele espaço, ante a presença da força de segurança tática da guarda municipal, fato devidamente comprovado pelas fotografias 11 e 12 ,a seguir:

Foto 11 – Veículos da Guarda Municipal na entrada do CUCA Barra



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador

Foto 12 – Guardas Municipais armados na entrada do CUCA Barra



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador

A imagem acima, onde se identifica a presença de cinco guardas municipais uniformizados, perfilados e inclusive com arma em punho, na entrada do equipamento Cuca Barra no Evento das festas juninas, destoa de um cenário cultural receptivo, e acolhedor a juventude vulnerável. Embora tendo um caráter de garantir a segurança da atividade, em face da forma realizada poder na verdade reforçar estigmas de agressividade e violência, já tão vivenciados pelas juventudes daquele local

Todavia, pela visível quantidade de pessoas da comunidade em geral, em especial de jovens, e pelos resultados da pesquisa de indicadores de acompanhamento e de impacto realizadas no Cuca Barra em 2013, (documento já citado) é inegável a existência entre essas juventudes, do sentimento de pertencimento àquele espaço, quer pelas atividades dispostas nas mais diversas áreas, quer pela simples possibilidade de ir a um lugar se encontrar com amigos para dançar, para namorar, para jogar bola ou andar de skate na pista de esportes radicais, sem necessariamente estarem matriculados ou controlados naquele espaço, é o que se percebe do próprio relato colhido nos três equipamentos onde foram entrevistados 15 jovens ao todo, que se manifestaram quanto ao espaço dos CUCAs, onde os mesmos realizam as atividades de seus interesses, que funciona com um lugar de integração social entre as juventudes através por exemplo do Viradão da Juventude, que existe o acesso livre a internet, nos seguintes termos,

É bom , tem algumas coisa boas, wi fi, futsal e futebol de campo, eu fico tranquilo quando estou dentro do CUCA . Jovem 02

Legal as atividades artes marciais que faço com meus amigos e o Viradão no CUCA Barra. Jovem 03

Bom, mas tem gente usando drogas, ponto de encontro entre amigos para saírem , gazear a aula, para usar internet *wifi*. Jovem 04

É uma abertura de porta profissional e de esporte, muita gente sai da favela, das drogas dá muita oportunidade para gente, como participar do campeonato cearense e mundial. Jovem 07

Eu acho muito bom, o lazer, muitos esportes, muitos cursos, tem espaços para os jovens, incentivo e integração das classe sociais, o Viradão é ótimo. Jovem 08

Ótimo para os jovens, dá uma chance nos esportes, conhece novas pessoas, inclusão de pessoas, alfabetização, curso de fotografia, muita coisa, você esta sempre ali é como se fosse sua casa continua fazendo várias atividades, uma depois de concluir a outra. Jovem 09

Por ser um ambiente público, tem muita cultura e esportes, por ser aberto ao público, muitas pessoas que não podem frequentar clubes tem acesso. Jovem 11

Tranquilo, espaçoso, ventilado, seguro e inseguro ao mesmo tempo. Jovem
14

De onde se depreende que o jovem que conhece e frequenta a Rede Cuca, o reconhece como um lugar destinado aos jovens, um espaço praticado por eles em diversas dimensões, e visto de forma positiva, onde a rede pública viabiliza oportunidades de convívio social, e de outras práticas mais tradicionais como cursos, que os mesmos, provavelmente não teriam acesso, sem aquele equipamento, e suas multiplicidades de ações públicas, tanto para os jovens precipuamente, como para toda a comunidade do entorno.

Mas para que haja uma expansão desse lugar, desse espaço e sua continuidade, é imprescindível a realização de diálogos contínuos e pactos sociais entre a, comunidade, a sociedade civil e as PPJs, permitindo a consecução de atalhos, recursos e apoios possíveis, que na maioria das vezes estão próximos mas são ignorados, justamente porque a atuação política é isolada.

Podemos retomar como exemplo, da experiência vivenciada no CUCA Jangurussu nesse setembro de 2017, no caso quando da implantação por decisão exclusiva do poder público municipal do “Programa de Pacificação Territorial” proposta essa idealizada pelo vice-prefeito Moroni Torgan, junto com o Estado do Ceará (Ceará Pacífico), com a instalação de uma torre de monitoramento e de segurança pública que estava sendo criada no território do entorno do Cuca Jangurussu, e que sofreu enorme resistência por parte da comunidade, e em especial dos jovens que ali residem, pois existe na memória coletiva, de que são os jovens principalmente pobres e negros, as principais vítimas da polícia judiciária que o discriminam por serem de determinada cor ou classe social.

E mais, uma política amparada na vigilância não deixa de ser criminalizante, pois os protagonistas conforme acima citado, vão ser alvo desse monitoramento, pois terão sua circulação observadas e limitadas diariamente, acabando por restringir-se em uma política de segurança e um controle social das classes já vitimadas socialmente.

O que vem a corroborar com a ideia de desconhecimento histórico dos movimentos sociais e culturais, que existem nesses territórios, e que certamente serão inibidos com essa ação, como os saraus e os rolezinhos, que acontecem nos CUCAs tanto na área interna quanto externa, reforçando-se assim a exclusão social desses jovens, que poderiam muito bem, ser recepcionados pela Rede Cuca e seus

educadores sociais, e se tornarem alunos ou frequentadores desse equipamento, mas que diante desse novo equipamento público de monitoramento/segurança, se afastaram daquele espaço, tornando para estas juventudes, o Cuca Jangurussu em um “não lugar”.

O desgaste político e a resistência por parte da comunidade, poderiam ter sido evitados, solucionando-se/adaptando-se a questão da segurança pública, de outra forma, se tivessem ocorrido discussões prévias no momento de elaboração dessa ação governamental, pois a tomada de decisões políticas isoladas, verticalizadas, impedem a participação política democrática dos grupos sociais aos quais se destinam as ações públicas.

A construção das políticas públicas, exigem a participação política tanto dos atores sociais internos (colaboradores e gestores públicos) como de atores sociais externos (grupos da sociedade civil, ONGS), caso contrário, a tendência é a própria política pública enfraquecer e perder sua legitimidade.

A gestão pública deve caminhar para um novo modo de ação, cada vez mais articulado com os praticantes daquele espaço, complementando e sintonizando as demandas heterogêneas das realidades sociais locais, onde a ação em rede se coloca como possibilidade de integração, eficácia e efetividade da gestão pública, buscado como ideal no início do projeto, de acordo com a entrevista semiestruturada realizada em pesquisa de dissertação de mestrado³⁶, na qual a gestora municipal à época,

E aí a nossa experiência tanto no segmento da juventude como também a nossa forma de ver a sociedade, a gente sempre achou que deveriam ter cortes muito específicos em setores que tinham necessidades diferenciadas, especificidades diferenciadas que era a juventude, que eram as mulheres, que eram os negros, que eram os idosos, ou seja, compreender a cidade na sua totalidade, então com esse acúmulo de experiência e com todo esse debate, o que a gente via de políticas de juventude, a gente observava que as políticas de juventude implementadas que existiam nos governos não dialogavam com os jovens, entrava pelo um ouvido e saía pelo outro, era algo que não tocava profundamente na alma do jovem (...) alguns projetos não estabeleciam uma linguagem horizontal e democrática com o setor, possuem características conservadoras, carregadas de falso moralismo que não conseguem estabelecer identificação com o “espírito da juventude”, então a gente precisava primeiro entender esse setor de juventude.

(...)

³⁶ ALVES, *op.cit.*, p.67

Sem dúvida, inclusive eu tinha dentro dos meus sonhos, das minhas utopias em relação ao CUCA, em um determinado momento que ele chegaria a ser auto gestor, ele ia ter os próprios jovens comandando a pauta do anfiteatro, a quadra, não sei o que fosse a partir de uma organização deles, essa era a meta, chegar em um processo de organização onde eles próprios poderiam gerir junto com a prefeitura o CUCA, com protagonismo, definir quem toca, quem pauta, qual é o filme, nós tínhamos isso como meta. (LUIZIANNE LINS,p. 69)

Não só a fala da ex-prefeita nos leva essa percepção, como a análise de documentos institucionais (PIPPJ, Concepção e Desenvolvimento, e Programação dos CUCAS, parte 1 e parte 2 e nos Anais dos Encontros Municipais de Movimentos e Organizações de Juventude de Fortaleza) que legitimaram o programa CUCA à época, por intermédio de espaços de participação juvenil, como nas reuniões do OP, nas discussões intersetoriais ocorridos no CMJ.

Porém até o presente momento, não foi delineado e realizado uma ação de gestão que garantisse o desenvolvimento desta participação/ gestão ativa, o que na nossa visão reduz as potencialidades do “empoderamento” dos jovens atendidos e do pertencimento da comunidade do entorno dos CUCAS, pois eles ficam à mercê das boas intenções dos executores da política, mantendo os jovens como mero objeto das políticas públicas, quando eles poderiam ser atores e sujeito ativos de direitos sociais, dentre eles, o de agente participante das decisões, principalmente das que lhes dizem respeito.

4.6 OS LIMITES E AS POSSIBILIDADES DOS CUCAS ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA DE JUVENTUDES EM REDE

Os novos desafios da vida cotidiana e a própria ciência nos movem a compreender que a sociedade atual é complexa e exige um visão globalizada que incorpore fenômenos sociais, culturais e políticos inesperados e incertos, dos quais não podemos nos afastar, nem muito menos olhar de maneira parcial e fragmentada.

O modelo de Rede aplicado nas políticas públicas surge como um fenômeno complexo e multifacetado, que requer um olhar atento sobre as possíveis alterações na forma de organização da sociedade atual e nos últimos 10 anos (período de idealização dos CUCAs) observamos novos desdobramentos institucionais nas articulações, parcerias e formação de política pública em redes, com ações da sociedade civil organizada, de órgãos de governo e de empresas privadas.

A palavra “rede” etimologicamente origina-se do latim *rete*, *retis*, com o sentido de: teia (de aranha); rede, laço; sedução (HOUAISS, 2001). Considerando esse caráter polissêmico, destacamos o debate levantado por alguns autores que constroem diversos sentidos que contribuem para a melhor compreensão desse conceito tanto quando aplicado às redes sociais e como no caso de referências de organização.

Castells (2012), iniciando o debate teórico sobre a sociedade em rede, entende como um conjunto de nós conectados, e cada nó um ponto onde a curva se intercepta, não tendo um centro, e onde os nós não podem ser compreendidos como mais importantes que outros, pois todos dependem dos demais na medida em que estão na rede, apontando-se a interdependência entre os nós de uma rede, no entanto sem ignorar as diferenças que possam existir ou residir entre eles.

A estrutura em rede segundo Whitaker (1998) surge como contraposição à estrutura vertical, permitindo a horizontalidade das relações entre os membros.

No entanto, o vocábulo “rede” também é utilizado para qualificar estruturas, sistemas ou modos de organização empresarial ou governamental que se caracterizam por reunir elementos com similaridade de serviços ou produtos, mantendo alguma ligação entre si, mesmo que se localizem em diferentes pontos de um território. Porém, nem tudo o que nomeamos rede é necessariamente rede do ponto de vista sociológico e político.

Nesse sentido, percebemos em nossas leituras e observações participantes realizadas na pesquisa de campo, foram importantes para a análise do modelo institucional que foi denominado de “Rede” e adotado na área das PPJs na cidade de Fortaleza, mais especificamente nos equipamentos públicos municipais CUCAs.

No qual, a princípio se denotou uma certa inovação e reorganização da gestão pública municipal tradicional, introduzindo novos valores, habilidades e processos que tratavam da condução de ações de proteção social dos jovens e geração de oportunidades, numa realidade social marcada por graves situações de desigualdade social, e na qual se passa a atuar procurando somar e integrar competências como saúde, educação e inclusão social e a realização de intervenções através da promoção de atividades com ênfase nos direitos humanos, no empreendedorismo e no empoderamento.

Desta maneira, as ações das PPJs procuram atuar integrando demais serviços públicos como CRAS, CREAS, formando parcerias intersetoriais nas quais se encaminham os jovens que necessitam de ações sociais específicas como apoio no tratamento de dependências químicas/psicológicas, do encaminhamento ao Conselho Tutelar quando as situações envolvem os jovens e suas famílias, na busca de solucionar problemáticas que surgem decorrentes de abandono e diversas formas de violências, encaminhamentos este que só ocorrem após as devidas escutas pela equipe de saúde, com o psicólogo e com o educador social, ambos vinculados a DPDH.

A Gestão Pública Brasileira adotou a Política Pública em Rede primeiramente adotado no Brasil na área da saúde³⁷ através do SUS, modelo que poderá também ser adaptado no planejamento de políticas juvenis, por entender ser mais eficiente o alcance social de vários equipamentos públicos ligados entre si, inclusive incluindo a escola com o contraturno, as Praças da Juventude, os Centros de Artes Unificados- Ceus e as Areninhas (onde se realiza a Copa Areninha da Juventude) como previsto no PIPPJ, no Plano Fortaleza 2040, em especial no Eixo Juventude, nos quais se trabalha ao mesmo tempo, a representação política de vários interesses, conexões, nós, expressando-se assim a complexidade e diversidade da execução de Políticas Públicas de Juventude, lembrando-se inclusive, que os jovens são um segmento social que é afetado por planos econômicos, políticos e sociais, mas que outras variáveis e riscos sociais precisam ser considerados como multicausais e multidependentes entre si, ou seja, a própria sociedade civil deve ser vista também como uma “sociedade-rede”.

A fruição das ações públicas em rede provoca uma retomada da totalidade. Isto é, “exige apreender a realidade social e nela agir como um complexo, um todo que é tecido junto. Impõe uma perspectiva que integre, organize e totalize” (NOGUEIRA, 2001, p. 35).

No tocante a execução das Políticas Públicas de Juventude algumas mudanças foram observadas na presente pesquisa sobre a Rede Cuca,

³⁷ Cf. Site do Ministério da Saúde, disponível em : < http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sus_saude_brasil_3ed.pdf > acessado em 01 de set. 2017.

principalmente no que se refere a contribuição de uma nova habilidade (e que auxilia aos gestores a transposição da fronteiras da setorialização): a da consecução necessária de programas-rede, que agregam diversos serviços, projetos, sujeitos sociais e organizações, como por exemplo o evento “Feira do Trabalho e das Inovações” ocorrida nos CUCAs Mondubim e Jangurussu em junho de 2017, que foca nas questões de empregabilidade, cidadania, saúde, empreendedorismo dentre outras ações sociais, criando assim uma nova cultura política no fazer social público, caracterizada por: socializar o poder, capacidade de negociar, incentivo de autonomias, flexibilizar, compatibilizar tempos heterogêneos e múltiplos dos atores e processos de ação.

Na Rede Cuca, percebemos que o modelo de gestão preocupou-se com a definição dos fluxos de circulação dos interesses das diversas diretorias e coordenadorias (Diretoria de Promoção de Direitos Humanos, Diretoria de Educação, Esporte e Cultura, Diretoria de Comunicação e Diretoria Administrativa Financeira), e no relacionamento de interserviços e programas como os editais de protagonismo juvenil e formação de monitores como ocorre no “Juventude na Onda” que beneficia 15 escolinhas onde alunos são capacitados para fabricação de pranchas de surfs, para formação de instrutores bolsistas e no final também se realiza campeonato de surf, tudo em parceria com STDS , onde os colaboradores das Diretorias e os atores sociais jovens, potencializam ações dessa natureza com o auxílio dos canais institucionais de diálogo como: Conselho Consultivo com reunião prevista mensalmente; Conselho de Gestão; Reuniões semanais das diretorias realizadas todas as segundas-feiras; Comunidade em Pauta e por último o Fórum de Jovens de reunião prevista também semanalmente.

São estes canais que auxiliam na oferta de oportunidades e de acesso a serviços conforme as especificidades de cada um dos territórios onde os CUCAs estão localizados, tentando integrar as juventudes a programas e serviços ofertados por ações públicas que buscam reduzir os índices de vulnerabilidade juvenil.

A adoção do modelo em Rede requer essa participação social e política de todos os envolvidos com as PPJs, como também a articulação, integração, complementaridade, cooperação e parcerias entre o sistema S, membros da Sociedade Civil e ONGs, promovendo a socialização de informações e conhecimentos, que são indispensáveis para o desenvolvimento do trabalho social numa sociedade complexa como a nossa.

Mediante essas parcerias e apoios do sistema S e de Parcerias Público e Privados, como por exemplo na realização da “Feira de Trabalho e Inovação” e na realização grandes eventos como o “Viradão da Juventude”, constitui uma ferramenta de cooperação mútua e gestão compartilhada entre o equipamento e essas instituições de direito privado.

O autor Annunziato (2011) alerta sobre algumas questões que podem ocorrer quando parcerias assim são formadas:

A parceria público-privada pressupõe contrapartidas de todas as partes envolvidas, em prol de interesses e benefícios mútuos, que, bem planejados e executados, atingirão satisfatoriamente os anseios públicos e privados, tornando válida e eficaz a legislação instituída para tanto. [...] por isso, a inclusão do particular para a gestão da coisa pública não só lhe incentiva a cumprir com sua função social, constitucionalmente prevista, como busca a eficiência na disponibilização dos serviços públicos para a sociedade brasileira e, conseqüentemente, o desenvolvimento nacional (ANNUNZIATO, 2011, p. 02).

Essas parcerias, todavia, acabam sendo uma forma de “acordo” para viabilizar verbas para a execução de projetos. Porém, como todo “acordo”, sempre há uma contrapartida que deve beneficiar a ambos, e o que for decidido deve ser bom para todas as partes. Entretanto, essas instituições se beneficiam também desses eventos como um local para publicizar as suas marcas e produtos, gerando mais consume de bens e serviços. Um dos primeiros documentos institucionais dos CUCAs , PPP , já encontramos esta forma que forma de captação de verbas, qual seja, de origem pública e privada através de parcerias.

A título de exemplificação podemos citar a meta 05 do CUCA Barra do Contrato de Gestão 08/2014 “Captar recursos de no mínimo 3% (três por cento) do valor global do contrato firmado no período” que foi comprovado através da captação de R\$156.639, 43, correspondendo na verdade a 2,7% (dois virgula 7 por cento) do valor global do contrato, ou seja meta parcialmente cumprida através do projeto “Dialogando com Arte” do edital AMBEV e do Jovens de Responosa relativo ao projeto “Jazz no CUCA”.

A Rede Cuca também realiza diversas parcerias com os meios de comunicação, como por exemplo com as rádios populares dos bairros onde estão inseridos informando da existência daquele equipamento público e de suas atividades internas (cursos) e externas (Cuca na Comunidade), como com o jornal o POVO de grande circulação e acessível gratuitamente pela internet, com um caderno específico

em edição mensal denominada de “FORTALEZA DA JUVENTUDE” que divulga de forma impressa as atividades e políticas públicas voltadas para as juventudes de Fortaleza que são realizadas através da Rede Cuca.

Outro exemplo que ainda está em fase de execução e que podemos citar de PPP, se refere à construção do CUCA³⁸, localizado na Regional 2, numa área denominada Grande Mucuripe o terreno já foi escolhido, e o convênio será realizado por uma Operação Consorciada Urbana onde uma das empresas participantes é do Grupo Empresarial M. Dias Branco e onde não haverá nenhum custo direto da PMF.

Esse novo projeto em relação com os anteriores poderá resultar em vantagens e agilidade de execução por se tratar de uma obra com recursos da iniciativa privada e inclusive com relação ao espaço e as identidades que ali serem promovidas, pois aquele Grupo Empresarial já é reconhecido pela comunidade.

Ademais, observou-se que apesar da orientação para o trabalho em rede com relação aos CUCAS, ter emergido como um dos critérios importantes na formulação de Políticas Públicas de Juventudes, a estrutura dos serviços públicos as quais a CEPPJ lida, continuam nas mesmas estruturas verticalizadas e compartimentalizadas, o que tem muitas vezes conservado as mesmas carências e ou deficiências, como se percebeu com relação ao Conselho Tutelar que são chamados a se fazerem presentes em situações como: 1) os casos de “Rolezinho no CUCA Mondubim” momento quando se concentram aproximadamente cerca de dois mil jovens e se solicita, o apoio do Conselho Tutelar que nunca se fez presente no momento da pesquisa, em face da carência de colaboradores para a abordagem desse quantitativo de jovens; 2) dos encaminhamentos aos CRAS e CREAS que não dão um retorno à DPDH; 3) das solicitações à Guarda Municipal e à Polícia Militar que não são atendidas nem mesmo com relação a participação desses no Conselho Consultivo e por último 4) e das decisões de gestão que são concentradas mais no âmbito da CEPPJ.

De acordo com a publicação “Redes de Proteção Social” (2010), a Secretaria de Direitos Humanos (órgão, federal) defende que o modelo mais

³⁸ Disponível em :

<<https://www20.opovo.com.br/app/opovo/vidaarte/2015/09/28/noticiasjornalvidaarte,3510704/2015-28-09vidaarte0302-obras-de-mais-tres-cucas-devem-comecar-em-20.shtml?m=0>> Acesso em : 12 jan. 2017.

adequado de rede pressupõe relações mais horizontalizadas, exigindo a presença de articulação socioeducativa e intersetorial entre todas políticas públicas que ofertam serviços as juventudes e que haja a participação das famílias, a comunidade no território onde se estão situadas.

Vislumbramos essa característica sendo observada no Relatório do CUCA Barra como Meta 32 “Articular parcerias que possam potencializar a atuação intersetorial da Comissão para a promoção dos direitos humanos e fortalecimento da rede de proteção social” comprovado de fato através de fotografias, material gráfico, atas de reuniões, lista de assinatura dos participantes e folha rosto da atividade com descrição, ou seja, evidências que a meta foi atingida.

Podemos observar também, que a Rede Cuca desenvolve uma ação intersetorial interessante com a SEAS e a STDS, exclusiva aos jovens que se encontram cumprindo medidas sócio-educativas, esses jovens são recepcionados especialmente na Rede Cuca pelos seus colaboradores e através de uma visita guiada, são apresentados ao equipamento e às suas diversas atividades, convidando-se os mesmos, como forma de possibilitar a sua inclusão social após o cumprimento das medidas sócio-educativas, e declarando-se que aqueles profissionais e o equipamento público estarão disponíveis para eles, momento em que os mesmos são agraciados com a camisa da Rede Cuca, como uma forma simbólica de estímulo e pertencimento social.

Essa articulação socioeducativa e intersetorial significa sobretudo, fazer contato com todos os atores sociais envolvidos, onde cada um possa se abrir a novos conhecimentos, à circulação de ideias e propostas de intervenção que propõe a ação coletiva na direção do bem comum, como pode ser observado na “Cuca na Comunidade” onde são dialogados com a comunidade do entorno dos CUCAs ações que demandas por eles próprio, como a limpeza do canteiro central de avenidas, pintura dos imóveis residenciais, colocação de mudas de árvores, realizadas em conjunto com as Regionais, Seinfra, Urbfor, Horto Municipal dentre outros.

Outra forma de diálogo para além do institucional, também pode ser realizada através do próprio site de internet, ou em reuniões no equipamento, é o nominado “Comunidade em Pauta” onde a própria comunidade requisita os espaços físicos institucionais para a realização de atividades de seus interesses, sendo disponibilizado todo o apoio técnico necessário, promovendo-se assim outro espaço de interação social não só dos jovens mais de toda a comunidade do entorno,

redesenhando o território local, e onde os próprios colaboradores podem desenvolver atividades em conjunto, aproveitando-se dessa oportunidade demandada pela própria comunidade.

A busca da intersectorialidade ideal para uma gestão em rede, é condição imprescindível para que as juventudes sejam atendidos de modo integral, otimizando esses espaços, seus serviços e competências. A ação de políticas públicas multisetoriais e intergovernamentais permite à gestão o intercâmbio de potencialidades entre agentes sociais, promove a intervenção mais cooperativa e agregadora, ampliando o desempenho dessa política pública de juventudes, promovendo assim a visão e atuação mais efetivas sobre a realidade social e a construção de uma teia de novos sentidos para a ação coletiva, viés esse percebido como necessário desde o desenho inicial do PIPPJ de Fortaleza,

A gente teve um foco como mulheres e juventude sempre de forma muito contundente no governo, não é a toa que entre as coordenadorias dos direitos humanos estes foram os únicos setores sociais que ficaram ligados diretamente ao gabinete da prefeita, os demais faziam parte da secretaria de direitos humanos, lá eles tinham uma vida independente, uma vida própria. Ligado ao gabinete da prefeita foi o setor de mulheres com status de secretaria e juventude com status de secretaria, eu acho que isso daí já foi uma demonstração de que a gente queria uma política intersectorial onde a juventude fosse vista em todos os sentidos, ela fosse vista desde o secretário regional, ela fosse vista na assistência social, ela fosse vista na política de educação, na política de saúde, nas políticas indiretas, (...) ³⁹

Essas conexões são importantes para a articulação entre as políticas sociais de juventudes não sendo apenas as de ordem comunitária e territorial, mas exigem a vinculação a redes temáticas e institucionais municipais, estaduais e federais, tais como, com a SMS no Cuca Saudável que realiza atividades em parceria com o Posto de saúde do Bairro, e da SME com a realização do “Projeto Integração”. No qual os estudantes do nono ano do ensino fundamental tem a oportunidade de participar das diversas atividades do equipamento e de reforço nas matérias de

³⁹ ALVES, *op.cit.*, p.67

português e matemática, integrando assim o currículo formal com experiências socioeducativas, durante os cinco dias da semana e onde eles têm transporte escolar e três refeições. Também através dessa última ação, busca-se manter os alunos da rede pública municipal, com bons índices no IDEB que no ano de 2015 ficaram com nota média 5.4 e 4.2 para os anos iniciais e finais respectivamente.

A dinâmica dessas parcerias e ações intersetoriais dependerá, como diz Toro (1996) da “mobilização de vontades” que viabilizem, apesar das dificuldades (de socialização do poder, o respeito às autonomias e a capacidade de negociação e mediação de conflitos e interesses) encontradas na criação de pactos individuais e sociais de cooperação e de complementariedade entre os jovens, comunidades, colaboradores, gestores, organizações, projetos e serviços.

Assim, consideramos a rede, como a representação organizacional que deve sobretudo considerar as relações articuladas e de apoio mútuo através de relações familiares e comunitárias, estas seriam inclusive a uma das principais bases da atuação em rede, é a construção da confiança entre os participantes, que conforme GIDDENS (1991) que cita a definição de confiança compreendendo-a como crença ou crédito em alguma qualidade ou atributo de uma pessoa ou coisa, ou a verdade de uma afirmação, entendendo essa confiança geralmente como um estado mais contínuo, não se cuidando de uma escolha, mas de uma irrecusável resultante da vida moderna.

O desenvolvimento das Políticas Públicas em rede promove mudanças culturais na forma do Poder Público estabelecer relações com a Sociedade Civil, com as comunidades locais, serviços e programas de organizações governamentais e não governamentais.

Pois construir a política pública em redes, significa também acreditar/executar no diálogo sobre a identificação de diferenças e semelhanças entre os diversos segmentos sociais que compõem a sociedade civil, para que possam juntos planejar e colaborar na execução de ações públicas afirmadoras de direitos fundamentais e sociais.

Essa nova perspectiva da rede enquanto conceito de “rede de significações” nos é apresentada por Rossetti-Ferreira (2000) que defende a valorização do conteúdo simbólico das relações que seriam mediadoras do desenvolvimento humano em situações interativas. Esta rede de significados estrutura um “meio” de segmentação e combinações que a cada momento e situação, captura

e recorta o fluxo de comportamentos dos indivíduos que sofrem contínuas e mútuas transformações, tornando-os significativos naquele contexto.

Partindo desta ideia de rede explanada por Rossetti-Ferreira (2000), percebermos que para se viabilizar a política pública em rede é preciso criar um canal por onde possam fluir diferentes culturas, valores, expectativas, temores, e não apenas a mera troca de comunicação de informações e de veiculação de projetos comuns, pois existe a diversidade cultural e social de indivíduos e grupos que podem contribuir na construção de diálogos e tomada de decisões a cada nova etapa das PPJs.

Nesse novo plano cultural político de gestão pública, a rede se apresenta sobretudo como arquitetura de complementaridade na ação, é nesse contexto de mudança que surge o conceito de capital social que na visão de (COSTA, 2005) pode ser percebido como o aproveitamento do potencial do indivíduo no sentido de interagir com outros indivíduos que estão a sua volta, como seus parentes, amigos, colegas de trabalho, mas também com os que estão distantes e que podem ser acessados remotamente.

No que se refere a Rede Cuca, atuar em rede representa principalmente a implementação, execução e avaliação de programas e políticas públicas voltados para a proteção social e oportunidades aos jovens.

A reflexão desse novo paradigma quanto a esta forma de intervenção social e política, terminam por criar um modelo de gestão pública que precisa contemplar interesses coletivos de diversos segmentos da sociedade. Entendemos que o exercício e aprendizado contínuos na gestão pública das redes, possibilitarão o aprimoramento e melhorias significativas quanto às práticas institucionais desenvolvidas em cada um dos CUCAS.

E por derradeiro, entendemos salutar, destacar outra ação institucional que existia e que a Rede Cuca esta buscando resgatar, chamado “Sou Vizinho CUCA” que viemos identificar através das entrevistas:

(...) a comunidade do Jangurussu é uma comunidade muito atuante na gestão, os jovens vão reivindicam, eles fazem movimentos, dos três cucas sem duvida é onde a gestão é mais democrática, pelo menos há uma articulação maior com os líderes comunitários, com os pais dos jovens, os próprios jovens são muito atuantes então acaba que há negociações no sentido de atender essas demandas esses anseios, onde eu vejo que a gestão esta mais próxima não só do jovem mas como da própria comunidade, nos outros não, acho que há uma certa distancia, no da Barra já houve , **havia inclusive um movimento um programa chamado “sou**

vizinho do Cuca” e a gente trabalhou muito no CUCA Barra que era um CUCA que já estava implementado, de visitas e a fixação de plaquinhas e cadastramento desses vizinhos, e havia atividades específicas para esses vizinhos, de sessões de cinema de sessões de teatro exclusiva, de café da manhã com bate papo, então assim, na Barra houve esse movimento, mais onde atualmente eu sinto que há uma efetiva participação maior é no CUCA Jangurussu, deveria ser intensificado. No caso do CUCA da Barra e do CUCA Mondubim houve uma busca, no CUCA da Barra um CUCA já implementado a gente instituiu esse programa nos outros CUCAs foi implementado de uma forma muito incipiente e enfim ele não vingou, no CUCA da Barra esse programa, ele teve continuidade, esse cadastro de vários vizinhos, desenvolvemos várias atividades, mais isso partiu de uma iniciativa do equipamento, no CUCA Mondubim mesmo antes da abertura do CUCA Mondubim houve um movimento no entorno, mais partindo do equipamento. No Jangurussu percebo que o contrário, por alguma razão de perfil da comunidade, de carências múltiplas que a região tem, a própria localização do CUCA Jangurussu, os outros dois são isolados, o CUCA Jangurussu não, ele é dentro da comunidade, são diversos fatores, geográficos, de arquitetura, é o próprio perfil da comunidade, são muito organizados, e politicamente muito arriegados também, então esse movimento, essa participação parte deles, dos jovens da comunidade, então é isso que acho que faz a diferença. (Grifos nossos)

No qual percebemos através do relato do entrevistado, que o fato da localização do equipamento também influencia a resposta/participação democrática da comunidade nas políticas públicas de juventude, pois como o CUCA Jangurussu é situado dentro da comunidade, facilita o acesso dos atores sociais do entorno, e mais que o perfil da comunidade também influencia essa participação.

Ressaltamos que no estágio atual da democracia, onde se deve operacionalizar uma participação maior da sociedade desde os OPs e do cidadão nos destinos políticos do país, o Poder Público deve buscar trabalhar em conjunto, para obter melhores resultados nas políticas públicas, especialmente nas áreas sociais, já tão carentes de investimentos de recursos.

O atual estágio de democracia em que vivemos, nos leva a novas coalizões, moldando novas parcerias do poder público, sociedade civil, iniciativa privada e comunidades visando a efetivação da prestação de serviços de natureza pública, criando uma consciência coletiva que estes não são apenas responsabilidade dos agentes públicos, são de toda a coletividade societário. Nas democracias contemporâneas, essas coalizões ganharam enorme importância para assegurar participação efetiva/integral da sociedade como um todo; representado através de canais de diálogo e/ou espaços de construção democrática e coletiva da política pública.

Segundo Santos (2002, p. 67):

(...) o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação. O espaço impõe sua própria realidade; isso a sociedade não pode operar fora dele. Consequentemente, para estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos (...).

Portanto sendo importante para a gestão pública municipal de Fortaleza, perceber que o caminho da participação social e política pode enriquecer o diálogo da cidadania, devendo a proposta de articulação em redes ser amparados em intencionalidades mais claras e abertos que respeitem os ritmos dos espaços.

Nessa concepção de formação pluralista da rede de proteção, ou seja, da apreensão dos jovens e da comunidade do entorno sobre esse novo espaço público, criado institucionalmente em seus territórios, somente através dessa compreensão/apreensão, esses sujeitos não mais serão percebidos como vítimas das circunstâncias, mas também como agentes produtores do espaço.

Todavia pôde-se se perceber também algumas limitações no campo de ordem financeira, pois a COEPPJ por ser vinculada ao Gabinete do Prefeito, não possui dotação orçamentária própria, conforme LDO, ou seja, o orçamento das PPJs utilizado é do Gabinete Municipal de Fortaleza, não possuindo portanto autonomia administrativa financeira, o que traz um risco de descontinuidade tota ou parcial das atividades desenvolvidas.

Outra fragilidade percebida se refere aos colaboradores da Rede Cuca, pois não são servidores públicos ou possuem alguma estabilidade, sendo cargos de confiança, celetistas ou terceirizados, o que provoca um fluidez maior desse quadro, principalmente quando há mudança de gestão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar”

(Paulo Freire)

A temática de nossa pesquisa se inseriu no contexto das políticas públicas municipais implementadas pela Rede Cuca e a questão das juventudes, admitimos que como todo percurso acadêmico defrontamo-nos com algumas dificuldades, desafios e descobertas que nos fizeram amadurecer como ser humano e como pesquisador, e neste mesmo percurso foram necessários vários conceitos e teorias que possibilitaram analisar as PPJs, tais como: práticas cotidianas, espaço urbano, territorialidades, e a questão da execução das políticas públicas transversais frente aos seus planejamentos e as possibilidades de uma política transversal e intersetorial, pois a utilização destes conceitos fundamentou nossa análise social sobre a Rede Cuca, composta atualmente por três Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte, que possuem como meta a criação de uma Rede de Proteção Social e de Oportunidades às juventudes atingidos por situações de vulnerabilidade e risco social da cidade de Fortaleza.

Diante da delimitação temática de estudo, realizamos pesquisa documental procurando encontrar ter acesso a dados estatísticos e documentos institucionais referentes políticas públicas voltadas às juventudes de Fortaleza e aos jovens atendidos pela Rede Cuca.

Um dos resultados dessa análise social, se refere exatamente a observação que podemos fazer sobre um dos fundamentos do Contrato de Financiamento do BID com PMF e por via de consequência do PIPPJ de Fortaleza, sobre a ideia que se faz do fato social da gravidez na adolescência como sendo uma condição não desejada e que seria em si mais uma problema/risco social a ser enfrentado pelo jovem, ou seja, mais uma vulnerabilidade social, porém após algumas escutas registrada em diário de campo, tivemos que reconsiderar nossa interpretação, pois essas jovens desejavam ser mãe, constituir família e assim se sentiam em outro papel social da cultura territorial, pois passaram a possuir um lar próprio, uma família, um trabalho, ou seja, sentem-se mais realizadas e incluídas socialmente dentro do contexto e realidade social vivenciados pelas juventudes daquelas comunidades.

Então ser mãe, ser pai é simbólico, é empoderador e é desejado, nesse contexto insistir nessa visão “elitista” que o jovem ou o pobre não pode ou não deve constituir família não é avançar socialmente é um retrocesso, quando existiam instituições estatais como a FUNABEM para cuidar dessas crianças e adolescentes, o que o Estado, junto com a Sociedade deve fazer é possibilitar o acesso a bens e serviços necessários a todos a desenvolverem uma vida com dignidade.

Ao frequentarmos os espaços da Rede Cuca e observarmos os sujeitos de uma forma menos predefinida: os colaboradores, as juventudes, os membros das comunidades, que também se faziam presentes nesses espaços, para assim tentarmos apreender as práticas cotidianas existentes no equipamento institucional e as experiências vivenciadas pelos jovens na condição de matriculados ou não matriculados.

Havíamos proposto verificar através da pesquisa de campo, o entendimento da seguinte indagação: como funcionava a Rede Cuca na execução de políticas públicas de juventude em Fortaleza? Para responder a esta questão elaboramos três objetivos específicos:

- a) Verificar os pressupostos orientadores da Rede Cuca, e exemplificar como os mesmos foram realizados na execução dos Contratos de Gestão;
- b) Realizar a análise social e institucional das PPJs executados pelos CUCAs através leitura, estudo e pesquisa dos documentos institucionais, da observação participante e dos relatos dos atores sociais atendidos pelos equipamentos;
- c) Identificar se nessa PPJ foi viabilizado a participação política dos jovens e da comunidade do entorno.

Reconhecemos que nem todos esses questionamentos puderam ser respondidos ou analisados de forma mais profunda, pois toda pesquisa já nasce limitada num determinado contexto temporal, material, referencial, e considerando ainda as dinâmicas sociais nas quais operam processos políticos, é difícil abordarmos todos os aspectos, tentamos fazer um recorte temporal e espacial na pesquisa. Ressaltamos que fomos construindo as nossas considerações finais, tendo plena consciência de que elas não são conclusivas nem tampouco definitivas, pois a questão dos efeitos sociais de uma política pública de juventude fazem parte de um processo de construção diária, constante e inacabada para atender as problemáticas da pobreza e da violência.

Antes de respondermos às questões postas nos objetivos específicos acima, argumentamos que as Políticas Públicas de Juventudes na cidade de Fortaleza, ainda não se constituíram em suportes institucionais suficientes pelo pouco tempo de implementação, para que esses indivíduos possam viver os tempos social e individual das juventudes, livres de situações de vulnerabilidade e riscos sociais, caminhando para a vida adulta, e para tanto, se faz necessário que as PPJs promovam o empoderamento e a ocupação dos espaços urbanos pelas juventudes, porque assim poderá promover a prevenção da violência.

Podemos constatar que na revisão de literatura e na análise dos marcos legais, que na cidade de Fortaleza, vem avançando na temática das PPJ, pois na sociedade contemporânea brasileira as juventudes são concebidas como possuidoras de bens sociais e de direitos reconhecidos que são reivindicados ao Poder Público e que precisam ser efetivados. A questão da efetivação dos diversos bens sociais é responsabilidade conjunta da Sociedade Civil, da Comunidade, da Iniciativa Privada e do Estado que faz as intermediações do direito pela via das normas jurídicas e sociais, mas é na sociedade que os bens sociais alcançam o patamar de Direito, logo o ente público só o fará como tal, se assim for definido pelas relações sociais e tensões políticas que são estabelecidas entre as juventudes, as comunidades dos entornos da Rede Cuca e o município de Fortaleza.

Nesse sentido, as Políticas Públicas de Juventudes em Fortaleza precisam de constantes negociações sociais que implicam na concordância estabelecida no plano societário de que determinados bens sociais são direitos de todos os cidadãos, sem diferenciação de origem, etnia, classe, orientação sexual, religião, etc, portanto dependem da parceria entre a sociedade e poder público para a sua efetivação.

Essa tendência de estabelecimento de parceria entre o público e o privado, esta presente como uma das características da construção dos CUCAs, também já se apresenta nas discussões temáticos do OP, na própria realização do PIPPJ de Fortaleza e no Contrato de Financiamento com o BID que foi um grande marco de parceria institucional internacional, seguido pelos processos de implementação previstos nos Contratos de Gestão dos CUCAS pelo Instituto Cuca, que previa nas metas anuais destes contratos um percentual financeiro realizado através de parcerias público-privado.

A importância da política pública realizada através dessas parcerias se faz notar na idealização do projeto de construção de um dos CUCAs da Regional II, área

também denominada como o Grande Mucuripe, onde será construído o primeiro Cuca pela iniciativa privada, em relação aos projetos anteriores ele poderá ter algumas vantagens, pois por se tratar de uma execução com iniciativa privada, normalmente são mais céleres, e a citada empresa já possui uma identidade com o local onde será construído o futuro equipamento, mas essa indagação somente teremos a certeza de seu resultado quando da sua efetiva conclusão e funcionamento, que se for realmente um processo exitoso poderá ser adotado em outros equipamentos juvenis pelo município de Fortaleza.

No primeiro do objetivo específico proposto em nossa pesquisa, pretendíamos verificar quais os pressupostos orientadores da Rede Cuca e exemplificar como os mesmos foram realizados, neste intuito aplicamos entrevistas semiestruturadas, onde uma das perguntas se referia exatamente a conhecer esses pressupostos, e não houve nenhuma dissonância entre as respostas registradas e os pressupostos orientadores que são: as questões da Proteção Social e da Promoção de Oportunidades, através da oferta de diversas de atividades pelos equipamentos públicos, tais como: esportes, empreendedorismo, cursos profissionalizantes, programas de saúde, encaminhamentos aos órgãos competentes das políticas intersetoriais, dentre tantas atividades que citamos ao longo da dissertação.

Com relação à questão da Proteção Social ela foi desenvolvida de forma intersetorial, onde ações na área da saúde foram realizadas em parceria com os Postos de Saúde de cada bairro e com o projeto do Cuca Saudável, outras parcerias foram firmadas com entidades como CRAS, CAPS, Conselho Tutelar, a SME com o contraturno no equipamento, onde existe o transporte escolar e o fornecimento de merenda.

Mas mesmo existindo a intersetorialidade na execução dessas atividades de proteção social, percebemos que nem todas as entidades citadas possuíam o mesmo grau de articulação entre a CEPPJ e os demais órgãos, sejam municipais ou estaduais, o que certamente afetou o enfrentamento das situações de vulnerabilidades juvenis, a exemplo no caso dos encaminhamentos de jovens realizados aos CAPS, CRAS, que não retornavam com o *feed back* daqueles jovens, ou nos casos nos quais o Conselho Tutelar não se fazia presente quando solicitado como no momento de realização dos “Rolezinhos” que acontecem nos CUCAs com a concentração aproximadamente dois mil indivíduos jovens, o que dificultava a efetividade da proteção social dos mesmos pelos colaboradores daquele equipamento

público. Consideramos todos estes casos como situações emblemáticas que ilustram a importância da intersetorialidade dentro dos programas e políticas públicas voltadas para as juventudes.

Compreendemos a partir da análise dos relatos colhidos, que o número limitado de capital humano (colaboradores, servidores públicos) tanto desses parceiros intersetoriais (órgãos públicos), como da própria Rede Cuca, não são capazes de suprir a demanda de todas as juventudes que se encontram em situação de risco social destas SERs, o que nos leva a acreditar que a realização do pressuposto da Proteção Social, consiga atender apenas de um número limitado de jovens.

A leitura e análise dos problemas sociais enfrentados na execução da intersetorialidade não podem ser interpretada somente no critério quantitativo de colaboradores, mas também na organização e disposição dos espaços físicos onde as atividades se desenvolvem, pois existem em comum nos três CUCAs, 4 salas de multiuso, uma sala de artes cênicas, uma sala para fotografia, uma para radio, outra para música, as atividades de artes marciais não tem sala própria e adequada; refletindo que a arquitetura espacial da Rede Cuca precisa ser revista para este tipo de atividade.

A perspectiva de garantia de Oportunidades e a Proteção Social precisa ser reconsiderada, face à existência do grande contingente de população jovem vivendo em situações de violência e de vulnerabilidade social que podem ser atenuadas com a disponibilidade de programas e serviços que venham atender o maior numero possível de jovens.

A Rede Cuca enquanto um instrumento público de Proteção Social, pode também servir como um meio ou espaço potencializadores onde se organizam as reivindicações e necessidades das comunidades do entorno, ampliando a Proteção Social como um todo, e apontando caminhos alternativos para algumas situações, pois ao olharmos atentamente para cada um dos territórios onde se localizam os CUCAs, percebemos demandas específicas, como no Jangurussu a questão da cultura negra e de portadores de necessidade especiais.

O que nos remete a reflexão, que pode ser uma das soluções possíveis, a modificação dos projetos arquitetônicos desses equipamentos, com mais salas versáteis, com biombos ou paredes de gesso. A experiência de estrutura física dos CUCAS sugere que novos projetos arquitetônicos considere a perspectiva de

construção de outros equipamentos públicos desta vez, talvez menores fisicamente, porém melhor distribuídos dentro da mesma área administrativa regional, e não apenas grandes equipamentos públicos por regional, expandindo possibilidades de atendimento quanto a Proteção Social e de Oportunidade.

No que diz respeito ao segundo objetivo específico da pesquisa que consistiu na análise dos programas executados pela Rede Cuca, sobre o viés das territorialidades onde cada um deles se encontrava localizado, identificamos a importância da observação atenta, da escuta minuciosa e do diálogo permanente com os membros das comunidades e dos territórios onde os CUCAs estão instalados, pois é através dessas práticas sociais e políticas, que a existência do equipamento público pode potencializar suas ações e atingir múltiplos públicos, dentre eles, a própria diversidade de juventudes presentes em cada um dos territórios. Verificamos na prática institucional da Rede Cuca a preferência em contratar colaboradores que pertençam aos territórios e que tenham uma escuta sensível com relação aos jovens, para poderem atuar como facilitadores no diálogo territorial.

Os desdobramentos das questões territoriais diferenciam as práticas e programas de cada um dos CUCAs, nos quais de uma forma geral, o planejamento e execução do Planejamento Político Pedagógico coincide, como nos cursos de formação inicial, continuada, práticas esportivas, artes marciais, arte, lazer, programas de saúde e cidadania, mas essas atividades possuem interferências das práticas territoriais, a exemplo do programa “Juventude na Onda” no CUCA da Barra onde acontecem aulas de surf, monitoria e construção de pranchas naquele território, pois vários bairros daquela regional, se localizam próximo as praias, e da atividade de Polo Aquático que foi uma das demandas da comunidade, e por isso só se realizam na área da sua piscina.

No território do CUCA Mondubim, foi constatado que as manifestações artísticas como a dança tinham aceitação entre os jovens, em qualquer dia ou horário, assim diversos estilos são praticados, em especial o K-pop, e a música e dança Reggae, originada de demanda também na comunidade e que foi atendida através do programa “Sexta da Radiola” momento que o equipamento fornece aparelhamento de som e microfone para eles ouvirem, cantarem e dançarem seus estilos musicais

No Jangurussu percebemos que este é o território mais carente de serviços públicos para jovens, onde as demandas estão voltadas as atividades ao circenses como “faixas” e “clows”, e também a dança de rua, como uma característica

local, lembrando-se que como citado no trabalho, a pouco tempo estão podendo desenvolver as atividades da piscina, como natação, e que ainda não possuem o Cine Teatro, o que limita as atividades relacionadas aquele espaço.

Os programas e atividades desenvolvidos pela Rede Cuca, possuem tanto natureza regulatória como emancipatória, porque na experiência de regulação a gestão pública se apresenta na forma verticalizada e definida, ou seja, algumas decisões são tomadas sem a participação política ou social dos jovens, como quais atividades serão desenvolvidas, quais horários, quantas turmas ofertadas, etc.

Por outro lado também percebemos características emancipatórias se considerarmos o fato dos gestores sem empenharem em observar as especificidades da cultura e demandas territoriais utilizando canais de diálogo como o “Comunidade em Pauta”, da “Avaliação Institucional”, da aplicação do “Enquete”, e da realização de consultas e demais reuniões com seus alunos. Estes mecanismos institucionais terminam por promover a participação política dos jovens e da comunidade nos território, procurando observância de seus direitos, de sua cultura local, de sua memória, de suas práticas cotidianas e de suas demandas, buscando promover a inclusão social desses indivíduos nos novos espaços urbano que são ressignificados. Nesse sentido concordamos com a ideia de Touraine (2007) de que os direitos culturais são capazes de mobilizar determinada população.

No terceiro objetivo específico proposto na pesquisa esta intrinsecamente ligado à averiguação da execução dos programas pela Rede Cuca e a observância das territorialidades, neste contexto pretendíamos entender se na política pública de Juventude, foi viabilizado mecanismos institucionais que garantissem a participação social e política dos jovens e das comunidades do entorno.

Como o modelo de execução dessa política pública se deu na forma de REDE, o planejamento e a execução ocorreram de forma transversal e intersetorial, gerando o dialogo e troca de informações entres os CUCAs, seus territórios, colaboradores, e outros órgãos públicos municipais e estaduais. A promoção deste diálogo é devidamente institucionalizado por diversos instrumentos de participação política como o Conselho Consultivo, Cuca em Pauta, Fórum de Jovens, Reuniões e com consultas na redes sociais do *facebook*, inclusive com a realização de ações que fomentam a participação social como o “Cuca na Comunidade”. Observamos que existe a participação política dos jovens, que reivindicam melhorias, cursos e ações

da gestão da Rede Cuca, e demonstram reconhecer aquele equipamento, como um espaço de diversidade e de oportunidades que antes não existia naqueles territórios.

No entanto nem sempre a iniciativa de participação política é espontânea, pudemos observar que em alguns casos, as ações de participação política partem do equipamento e não do jovem, que muitas vezes participa involuntariamente, por ser colocado como uma condição ou requisito necessário a continuidade das atividades e aulas que são desenvolvidas ou frequentadas pelo aluno, mas que muitas vezes após essa entrada “involuntária” permanece no processo de democrático de participação política, se engajando e introduzindo na sua vivência cotidiana aquela prática.

Na experiência do Conselho Consultivo, os jovens como os e demais membros nem sempre se fazem presentes nas reuniões, o que dificulta o exercício de participação democrática nesse momento, que seria mais representativo se todos se fizessem mais presentes. No Conselho Gestor, a composição é feita exclusivamente de colaboradores do equipamento, prática que vai de encontro no que estava previsto nos documentos institucionais e no projeto idealizado pela então prefeita Luizianne Lins que propunha a autogestão do equipamento foi futuramente feita pelas próprias juventudes, o que embora entendamos ser uma ideia muito desafiadora, entendemos que antes de pensarmos neste nível, temos que efetivar um processo real de empoderamento como via inclusive de criar oportunidades e responsabilidades às juventudes, dentre elas sugerimos uma formação em gestão pública, para depois gradativamente passarem a ser um protagonista da mais ativo da própria Rede Cuca.

Interessante notar que apesar de não conseguirmos visualizar significativa participação dos jovens nos canais presenciais e institucionais de diálogo, o mesmo não ocorre com relação à participação política nas redes sociais, onde constatamos que os Fóruns de Jovens são bem ativos, e informações são publicadas, curtidas, compartilhadas fotos de eventos, cursos, escrevem depoimentos, fazem críticas, que são acompanhadas e monitoradas pelos gestores, a fim de buscarem atender essas demandas e sugestões, que ali são expostas. O que nos remete para as reflexões propostas por Manuel Castells (2012) quanto à importância de analisarmos a questão da “sociedade em rede”.

Dentre as diversas práticas cotidianas observadas na Rede Cuca, que apontamos nessa pesquisa é o fato dos jovens atendidos ou frequentadores destes equipamentos públicos, o reconhecerem como um espaço de inclusão social,

impressão confirmada e compartilhada pelas entrevistas como lugar de encontro com os amigos, lugar para namorar, lugar para realizar rolezinho e que pudemos averiguar durante as observações participantes realizadas nos dias dos eventos como o Arraiá da Juventude e diversos Festivais. Tanto dos jovens como a comunidade do entorno, demonstrando sinais de pertencimento e afetividade que podem inclusive ser encontradas na manutenção do local e dos seus mobiliários.

O espaço urbano que identificamos na pesquisa de campo trata-se de um lugar praticado, tanto pelos alunos matriculados como pelos não matriculados, que se apropriam dele para jogar bola, andar de skate, usar o sinal de wifi, namorar, marcar encontro com os amigos, dentro de tantas outras práticas observadas, que não se restringem apenas aos jovens, mas também a outros membros da comunidade que utilizam o equipamento, na hidroginástica, zumba, teatro, cinema, e nos finais de semana a piscina é aberta para a comunidade, sem se esquecer dos demais espaços através do Comunidade em Pauta.

Outra observação relacionada ao território onde os CUCAs se encontram, com relação ao sentimento da comunidade do entorno, é que mesmo que naqueles territórios existam conflitos vivenciados com atos de violência, dentro da Rede Cuca, a comunidade o reconhece como um lugar de paz, mas isso não significa que não esta livre de tensões ou conflitos mas que há possibilidade de diálogo quando eles ocorrem, e onde até a conclusão dessa pesquisa não tomamos conhecimento de atos de violência praticados dentro dos CUCAs, pelo contrário, houveram situações em que algumas pessoas já recorreram àquele espaço para se protegerem, ou se utilizam simbolicamente da qualidade de alunos do CUCA, para poderem transitar entre os territórios conflituosos.

Finalmente, resta-nos ainda expor uma breve consideração quanto a importância da execução de Políticas Públicas de Juventude em Rede cujo modelo institucional precisa ser adaptado as condições de transversalidade e que compreendemos ser a melhor alternativa para procurar reduzir e combater as situações de vulnerabilidades juvenis, lembrando que já existem outras experiências de Políticas Públicas Sociais em Rede, a exemplo do SUS na área da saúde, que deve ser integrado com outras unidades e equipamentos diversos de políticas públicas, como saúde, educação, direitos humanos, assistência social dentre outros, diversificando assim o atendimento e reforçando os nós da rede, podendo ser um dos grandes diferenciais dos projetos anteriores como ABCs e CSUs, e aumentando

também essa rede de proteção com mais nós, alcançando um maior número de juventudes através de outros equipamentos já existentes ou que estão previstos nos Programa Fortaleza 2040, como Praças da Juventude, Céus, dentre outros.

A política pública no modelo de Rede se torna mais eficaz quando a sua execução não segue exclusivamente o modelo tradicional de gestão pública que é setorializado e vertical prática muito recorrente nas Políticas Públicas no Brasil nos últimos anos. Ações institucionais isoladas de equipamentos públicos não possuem grande alcance social, por isto mesmo as decisões devem estar atreladas de forma intersetorial e transversal, ou seja em rede, que é como a sociedade atualmente já se organiza.

Seguindo as finalidades de execução, de metas e busca de resultados esperados pelas PPJs, é primordial o permanente diálogo entre os órgãos que compõem o Poder Público e a participação política das juventudes e demais segmentos da sociedade civil que possam vir a contribuir com críticas e sugestões para os projetos e ações desenvolvidas pela Rede Cuca, pois estes equipamento se alimentam com a própria comunidade, esse pode ser outro diferencial que existe entre os projetos anteriores não souberam trabalhar, digo, ABCs, CSUs e CRJs, que sabemos que ainda não se encontra perfeitamente organizado e acabado como na sua forma de Política Pública de Juventude, mais esta caminhando em busca de construir uma PPJ continuada onde já se apresenta com um espaço público denominado Rede Cuca de inserção e promoção saúde, de bens culturais, de lazer, de práticas esportivas, de cidadania, de empreendedorismo na cidade de Fortaleza.

Acreditamos que o exercício e aprendizado contínuos na gestão pública das redes, podem proporcionar o aprimoramento dessa política e melhorias significativas quanto às práticas institucionais, não somente como um instrumento para colaborar na formação cidadã e promover a emancipação das juventudes que são os principais atores sociais capazes de transformar suas experiências de vida, dando a elas outro significado, a mudança de condição vulnerável e de risco a que são expostos.

Mas apesar de todas as observações realizadas nesta pesquisa, sempre existirão questionamentos, pois ainda que estas questões internas da administração pública como transversalidades e intersetorialidades sejam solucionadas, isso nos garantirá um resultado positivo e contínuo das PPJs?

Em havendo novamente uma mudança de gestão municipal, o modelo de política pública em Rede poderá ser abandonado por uma questão simbólica no atual contexto em que vivemos de política governamental?

E se os nós dessa Rede Cuca forem construídos com participação política efetiva da sociedade e da iniciativa privada poderão ser desatados e desaparecer como os projetos anteriores?

Percebemos ao final que a pesquisa acadêmica sempre nos levará a novos questionamentos, a novas dúvidas, e que a mesma nunca está definitivamente concluída, e que devemos ser zelosos, pois também poderão servir de referências para outras pesquisas que virão, e assim espero ter contribuído neste mérito, quanto à temática das políticas públicas de juventudes e Rede Cuca em Fortaleza.

REFERÊNCIAS

ABAD, Miguel. Crítica política das políticas de juventude. In: FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda. **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2003.

ALMEIDA, Suely Souza *et all*. **Da avaliação de programas sociais à constituição de políticas públicas: a área da criança e do adolescente**, Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

ALVES, Nágela Rapôso. **CUCA: uma experiência de política pública municipal de jovens em fortaleza**. Fortaleza: EdUECE, 2013.

ANDRADE, Elisabete Agrela de; BÓGUS, Cláudia Maria. **Políticas públicas dirigidas à juventude e promoção da saúde: como a proposta de auxiliares da juventude foi traduzida em prática**. **Interface Comunicação Saúde Educação**, São Paulo, v.14, n.35, p. 853-866, dez. 2010.

ANNUNZIATO, Eduardo Sprada. **Licitações nas parcerias público-privadas**. São Paulo:[s.n], 2014. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/tal/conteudo/licita%C3%A7%C3%B5es-nas-parcerias-p%C3%BAblico-privadas>>. Acesso em: 02 set. 2015.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

ARIEIRA, Marcia *et all*. **Programa integrado de políticas públicas de juventude (BR-L1122) : proposta de préstamo**. São Paulo: BID, 2007.

ÀRIES, Phillippe. **História social da criança**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papirus, 1994.

AVRITZER, Leonardo; NAVARRO, Zander. **A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. O orçamento participativo e a teoria democrática: um balanço crítico. In: AVRITZER, Leonardo; NAVARRO, Zander (Orgs). **A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo**. São Paulo: Cortez, 2003.

BARBALHO, Alexandre. **A modernização da cultura: políticas para o audiovisual nos governos Tasso Jereissati e Ciro Gomes**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2005.

BARBOSA, Livia. **Juventudes e gerações no Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: Meridional, 2012.

BASTOS, Maria Alice Junqueira. **A escola- parque**. São Paulo:[s.n], 2009. Disponível em: <<http://www.au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/178/artigo122877-3.aspx> ac>. Acesso em: 10 jun. 2016.

- BAUMAN, Zigmunt. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. 2.ed. Rio de Janeiro: editora 34, 2016.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BONDUKI, N. J.; ROLNIK, R. **Periferias**: a ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho. São Paulo: EdUSP, 1979.
- BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Cidadania, um projeto em construção**. São Paulo: Claroenigma, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983
- BRAGA, Elza Franco. **Estado e políticas públicas**: vivências e criticidades. Fortaleza: EdUFC, 2008.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.
- _____. Lei nº. 6.697, de 10 de outubro de 1979. Institui o Código de Menores. Congresso Nacional, **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília-DF, 11 out.1979. Seção 1, p.4.
- _____. Lei no. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília- DF, 14 jul.1990. Seção 2, p.5.
- _____. Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013, que instituiu o Estatuto da Juventude, Congresso Nacional, **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília - DF, 6.ago.2013. Seção 2, p.8.
- _____. **Guia de políticas públicas de juventude**. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República, 2006.
- _____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Glossário de termos, variáveis e indicadores educacionais**. Brasília: ME, 2014. Disponível em:< <http://www.edudatabrasil.inep.gov.br>. > Acesso em : 01 jul. 2015.
- BUCCI, Maria Paula Dallari. **Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2013.
- CAMARANO, Ana M. et al. **Caminhos para a vida adulta**: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Ipea, 2004.
- CARDOSO, Adalberto. Juventude, trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação. **Cadernos CRH**, Salvador, v.26, n.68, p.293-314, ago.2013.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição (do) espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

- CARVALHO, José Alberto Magno; WONG, Laura L. Rodríguez . **A transição da estrutura etária da população brasileira na primeira metade do século XXI**. Rio de Janeiro: Cad. Saúde Pública, 2008.
- CARVALHO, Maria Cristina Neiva de; GOMIDE, Paula Inez Cunha. Práticas educativas parentais em famílias de adolescentes em conflito com a lei. **Estud. psicol.**, Campinas, v.22, n.3, p.20-27, set. 2005.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica sobre o salário**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**. Rio Janeiro:[s.n], 2012.
- _____. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CEARÁ. TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICIPIOS DO CEARÁ. Disponível em < <http://www.tcm.ce.gov.br/transparencia/> >. Acesso em: 10 abr.2017.
- CEARÁ. TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ. Disponível em: < <http://www.tre-ce.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado> >. Acesso em: 25 mar. 2017.
- TRIVIÑOS, Augusto N.S. A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.
- CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Campinas: Papiрус, 2012.
- _____, Michel de . **A invenção do cotidiano**. Petropolis : Vozes, 2014.
- CLEMENTINO, Josbertini Virgínio; CORDEIRO, Maria Celeste Magalhães. Políticas públicas de juventude no Brasil: resgate de uma trajetória em construções. **O público e o privado**, Fortaleza, v.23, n.20, p.50-58, jul/dez. 2012.
- _____, Josbertini Virgínio Clementino. **As políticas de juventude na agenda pública brasileira: desafios e perspectivas**. Fortaleza: EdUECE, 2014.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço urbano**. 3. ed.Rio de Janeiro: Ática, 1995.
- COSTA, Ana Rojas *et al.* **Família: redes, laços e políticas públicas**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- COSTA, Rogério. Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoais, inteligência coletiva. **Interface – Comunic., Saúde, Educ.**, São Paulo,v.9, n. 17, p. 235-48, ago. 2005.
- COTRIM, Gilberto. **Direito Fundamental: instituições de direito público e privado**, 22.ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? reflexões em torno da socialização juvenil. **Educ. Soc.**, Campinas, v.28, n.100, p.1105-1128, out. 2007.
- DEBERT, Guita Grin. A dissolução da vida adulta e a juventude como valor. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v.16, n.34, p. 49-70, dez. 2010.

DIAS, Reinaldo, MATOS, Fernanda. **Políticas públicas**: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012.

DOWBOR, Ladislau et al . **Desafios da globalização**. Petrópolis - RJ: Vozes, 1997.

DUARTE, Clarice Seixas. O ciclo das políticas públicas. In: SMANIO, Gianpaollo Poggio; BERTOLIN, Patricia Tuma Martins (Org) . **O direito e as políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2013.

EDUARDO, Lara de Paula; EGRY, Emiko Yoshikawa. Estatuto da criança e do adolescente: a visão dos trabalhadores sobre sua prática. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v.44, n.1, p.40-48, mar. 2010.

ELIAS, Norbert. **Escritos e ensaios**: estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ELIOT, T.S. **Notas para a definição de cultura**. São Paulo: [s.n] , 2011.

ESPÍNDULA, Daniel Henrique Pereira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Representações sobre a adolescência a partir da ótica dos educadores sociais de adolescentes em conflito com a lei. **Psicol. estud.**, Maringá, v.9, n.3, p.20-28, dez. 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas do registro civil**: volume 42. Brasília: IBGE, 2015.

INSTITUTO DE CULTURA, ARTE, CIÊNCIA E ESPORTE. **Estatuto associação civil instituto de cultura, arte, ciência e esporte - Instituto CUCA**. Fortaleza: EdCUCA,2010.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Brasília: IPEA, 2015.

EUZÉBY, Alain. Proteção social, pilar da justiça social. In: SPOSATI, Aldaíza. **Proteção social de cidadania**: inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal. São Paulo: Cortez, 2004.

FERREIRA, Maria Clotilde Rossetti. Uma perspectiva teórico-metodológica para análise do desenvolvimento humano e do processo de investigação. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v.13, n.2, p.40-48, set. 2000.

FIALHO, Lia Machado Fiuza. **Assistência à criança e ao adolescente infrator no brasil**: breve contextualização histórica. Fortaleza: ABEU, 2014.

_____. **A vida de jovens infratores privados de liberdade**. Fortaleza: EdUFC, 2015.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann; KORNDÖRFER, Ana Paula; CADAVIZ, Aline Kassick. Da agressão à assistência, da infração à correção: menoridade e violência urbana (Porto Alegre, 1890-1920). **R. bras. Est. Pop.**, São Paulo, v.22, n.1, p.195-199, jan./jun. 2005.

FORTALEZA 2040. **Desenvolvimento da cultura e do conhecimento**. Fortaleza: Iplanfor, 2016.

_____. **Eixo 2 juventude**: versão preliminar. Fortaleza: Iplanfor, 2016.

_____. **Plano de desenvolvimento econômico e social**: versão preliminar. Fortaleza: Iplanfor, 2015.

FORTALEZA. **Sistema de informação de mortalidade**. Fortaleza:SIM, 2015. Disponível em: <http://sistemas.sms.fortaleza.ce.gov.br/sim_local/default.asp> . Acesso em: 26 jan.2016.

_____. **Sítio Institucional da Prefeitura de Fortaleza**. Fortaleza:[s.n], 2015. Disponível em: <<https://catalogodeservicos.fortaleza.ce.gov.br/categoria/juventude/servico>> . Acesso em: 27 jan.2016.

_____. **Sítio de notícias da Prefeitura de Fortaleza**. Fortaleza:[s.n], 2016. Disponível em: <<https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-inaugura-cucas-mondubim-e-jangurussu>>. Acesso em: 25 jan.2017.

_____. **Perfil básico municipal**. Fortaleza: IPECE, 2016.

_____. **Portifólio do Instituto Cuca**. Fortaleza:[s.n], 2017.

_____. **Plano de aquisições da UGP**. Fortaleza: CEPPJ, 2011.

_____. **Projeto Político Pedagógico - Rede Cuca**. Fortaleza:[s.n], 2014.

_____. **Regulamento operacional do PIPPJ**. Fortaleza:[s.n], 2008.

_____. **Revista de programação gratuita da Rede Cuca- Barra**. Fortaleza:[s.n], 2015

_____. **Revista de programação gratuita da Rede Cuca**. Fortaleza: [s.n], 2016

_____. **Revista de programação gratuita da Rede Cuca – Jangurussu**. Fortaleza:[s.n], 2015.

_____. **Revista de programação gratuita da Rede Cuca – Mundubim**. Fortaleza:[s.n], 2015.

_____. **Violência sexual**: monitoramento da política de atendimento à criança e ao adolescente na cidade de Fortaleza. Fortaleza: RENAS, 2017.

FREZZA, Marcia; MARASCHIN, Cleci; SANTOS, Nair Silveira dos. Juventude como problema de políticas públicas. **Brasil Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v.12, n.21, p.313-323, jun. 2009.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **Observatório da criança e do adolescente**. Disponível em: < <https://observatoriocrianca.org.br/>> . Acesso em: 10 maio 2017.

- FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: EdFGV,2015.
- GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmedia, 2005.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- _____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1995.
- GIOVANNI, Geraldo Di; NOGUEIRA, Marco Aurelio. **Dicionário de políticas públicas**. São Paulo: Edunesp, 2015.
- GODOY, Arilda S. Pesquisa quantitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n.3, p.20-29, jun.2015.
- GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- GOMES, Mércio Pereira. **Antropologia**. São Paulo: Contexto, 2008.
- GONÇALVES Hebe Signorini et al. Problemas da juventude e seus enfrentamentos: um estudo de representações sociais. **Psicologia & Sociedade**, Rio de Janeiro, v.2, n. 20, p.217-225, jun.2008.
- HAESBAERT, Rogério da Costa. **“Gaúchos” no Nordeste: modernidade, des-territorialização e identidade**. 1995. 293f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.
- HAGUETE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis:Vozes, 2003.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2011.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 7.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- _____. **Sociologia de la vida cotidiana**. 3.ed. Barcelona: Edicion 62, 1991.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínuo. Brasília:IBGE, 2010.
- _____. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro:IBGE, 2010.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Brasília: IPEA, 2009.
- INSTITUTO DE PESQUISA DO CEARÁ. **Perfil de Juventude do Ceará em 2010**. Fortaleza:IPC, 2011. Disponível em:
<<http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ipeceinforme/lpec>>. Acesso em:10 nov. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional de saúde. Acesso e utilização dos serviços de saúde, acidentes e violências.** Brasília: IBGE, 2015.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia:** guia prático de linguagem sociológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

JUNQUEIRA, L.A.; INOJOSA, R.M.; KOMATSU, S. **Descentralização e intersectorialidade na gestão pública municipal no Brasil:** a experiência de Fortaleza. Caracas: UNESCO/CLAD, 1998.

KUNZ, Ana; CARDINAUX, Nancy. **Investigar en derecho:** guía para estudiantes y tesis. Buenos Aires: UBA, 2005.

LALLEMENT, Michel. **Histórias das ideias sociológicas:** das origens a Max Weber, 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

LARANJEIRA Denise Helena P. ; TEIXEIRA Ana M.F.; BOURDON, Sylvain. Juventude, trabalho, educação: os jovens são o futuro do Brasil? **Caderno CRH,** Salvador, v. 20, n. 49, p. 95-105, jan. 2007.

LOPES, José Reinaldo de Lima. Direito subjetivo e direitos sociais: o dilema do judiciário no Estado Social de Direito. In: FARIA, José Eduardo (org.) **Direitos humanos, direitos sociais e justiça.** São Paulo: Malheiros, 2002.

LOPES, R. E.; SILVA, C. R.; MALFITANO, A. P. S. Adolescência e Juventude de grupos populares urbanos no Brasil e as políticas públicas: apontamentos históricos. **Revista HISTEDBR,** Campinas, v.5, n. 23, p. 114-130, set. 2006.

LOPES, Roseli Esquerdo et al. Juventude pobre, violência e cidadania. **Saúde Soc.,** São Paulo, v.17, n.3, p.63-76, nov.2008.

MANSO Ana, ALMEIDA Ana Tomás de. Um discurso a duas vozes: potencialidades de um estudo interpretativo sobre lei e institucionalização **Psicol. Reflex. Crit.,** Porto Alegre, v.22, n.3, p.27-32, set.2009.

MAPA DA CRIMINALIDADE E DA VIOLÊNCIA DE FORTALEZA. **Perfil da SER.** Fortaleza:EdUECE, 2011.

MARINHO, Camila Holanda. Inquietações sobre juventudes, experiências e metodologias. **O público e o privado,** Fortaleza, v.5,n. 21, p 33-51, jan.2013.

MARGULIS, M; URRESTI, M. **La juventud es más que una palabra.** Buenos Aires : Biblos, 2001.

MARQUES, E.; TORRES, H. **São Paulo:** segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo: SENAC, 2005.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade.** São Paulo: Paulus, 2002.

_____. **Sociologia da fotografia e da imagem.** São Paulo: Contexto, 2008.

MASI, Domenico. **Caminhos da cultura no Brasil.** Rio de Janeiro: Sextante, 2015.

- MATTOS, Laura Kemp de; FURTADO, Janaina Rocha; ASSIS, Neiva. Jovens, juventude e políticas públicas: produção acadêmica em periódicos científicos brasileiros (2002 a 2011). **Estudos de Psicologia, São Paulo**, v.18, n.2, p.327-333, abr. 2013.
- MINAYO, Cecília. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- MIOTO, Regina Célia Tamasso; SCHUTZ, Fernanda. **Intersectorialidade na política social: reflexões a partir do exercício profissional dos assistentes sociais**. Pelotas:[s.n], 2011.
- MORAIS, Neira de. Crianças e adolescentes: da afonia social à participação nas discussões sobre políticas públicas. **O público e o privado**, Fortaleza, v.12, n. 20, p. 137-154, dez. 2012.
- MORGAN, Lewis Henry; TYLOR, Edward Burnett; FRAZER, James George. **Evolucionismo cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Em defesa da política**. 2. ed. São Paulo: Senac, 2001.
- NOVAES, Regina. Entre juventudes, governos e sociedade. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PARA, Fernanda Carvalho. **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, 2012.
- NEVES, Marcos Fava. **Planejamento e gestão estratégica de marketing**. São Paulo: Atlas, 2008.
- OLIVEIRA, Felipe Faria de. **Dicionário de políticas públicas**. Barbacena:[s.n], 2012.
- OLIVEIRA, Rachel Facundo Vasconcelos de. **Políticas públicas para a juventude: o caso do centro urbano de cultura, artes, ciências e esporte-cuca barra**. Fortaleza:EdUVA, 2015.
- PAIS, Jose Machado. **Correntes teóricas da sociologia da juventude**. Brasília:[s.n], 2001.
- PANSIERI, Flávio. **A crítica de Amartya Sen à concepção Rawlsiana de justiça**. Florianópolis: [s.n],2016.
- PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- PRIORE, Mary Del. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.
- RAMOS, Luciene Borges. **O centro cultural como equipamento disseminador de informação: um estudo sobre a ação do Galpão Cine Horto**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2007.
- RIBEIRO, L. C. Q.; LAGO, L. **Reestruturação nas grandes cidades brasileiras: o modelo centro/periferia em questão**. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1994.

RODRÍGUEZ, Ernesto. **Políticas públicas de juventud em America Latina: de la construcción de espacios específicos, al desarrollo de una perspectiva generacional.** Caracas: [s.n],2014. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1692715X2003000200002&script=sci_artt ext > . Acesso em : 18 jul. 2015.

ROSA ,Miriam Debieu. **O discurso e o laço social dos meninos de rua.** São Paulo:[s.n],1999.

ROSANVALLON. Pierre. **Por uma historia conceptual de lo político.** Buenos Aires: Fundo de Cultura Economica SA, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Civilização brasileira.** Rio de Janeiro:[s.n], 2005.

_____; CHAUI, Marilena. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento.** São Paulo: Cortez , 2013.

_____; AVRITZER, Leonardo. **Para ampliar o cânone democrático.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **A crítica da razão indolente contra o desperdício da experiência para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática.** São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Mariana Chies Santiago, AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelle de. Políticas de segurança pública e juventude: o caso do Rio Grande do Sul. **O público e privado**, Fortaleza, v.12, n. 21, p.111-126, jan.2013.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro, Record, 2001.

_____. **A natureza do espaço.** São Paulo: EDUSP, 2002.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia.** São Paulo: Editores Associados, 2008.

_____. **História das idéias pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2007.

SILVA, Jose Borzacchiolo da. **Nas trilhas da cidade.** 2. ed. Fortaleza: Secretaria da Cultura do Ceará, 2006.

SILVA, Luciane Soares. Na contramão da ordem? cultura urbana, juventude e estigma na cidade do Rio de Janeiro. **O público e o privado**, Fortaleza, v.12, n. 21, p. 09-32, jan. 2013.

SILVA, Roselani Sodré da, SILVA, Vini Rabassa da. Política nacional de juventude: trajetórias e desafios. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 24, n. 63, p. 663-678, jun.2011.

SMANIO, Gianpaolo Poggio, BERTOLIN, Patrícia Tuma Martins. **O Direito e as políticas públicas no Brasil.** São Paulo: Atlas, 2013.

SOUSA, Edson Luiz André de; GOLDMEIER Paula. Juventude em tempos de violência. **Rev. mal-estar subj.**, Fortaleza, v.8, n.4, p.30-38, dez. 2008.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORREIA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

SPINDOLA, T; SANTOS, R.S. Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa(dora?). **Rev. Esc. Enf.**, Rio de Janeiro, v.37, n.2, p.119-26, out. 2003.

SPOSITI, Aldaíza. **Regularização social tardia: característica das políticas sociais latino- americanas na passagem entre o segundo e o terceiro milênio**. São Paulo:Intervenção Social, 2003.

SPOSITO, Marília Pontes, CARRANO, Paulo Cesár Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista brasileira de educação**, São Paulo, v.20,n.24, p.16-39, dez. 2003

_____, SILVA Hamilton Harley de Carvalho e, SOUZA, Nilson Alves de. Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 11, n. 32, p. 238-371, ago. 2006.

_____. **O estado da arte sobre a juventude na pós- graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999- 2006)**. Belo Horizonte:[s.n], 2009.

_____; CORROCHANO, Maria Carla. **A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil**. São Paulo: EdUSP,2005.

_____. **Transversalidades no estudo sobre jovens no Brasil: educação, ação coletiva e cultura** Universidade de São Paulo Educação e Pesquisa. São Paulo [s.n], 2010.

SZAPIRO, Ana Maria, RESENDE, Camila Miranda de Amorim. Juventude: etapa da vida ou estilo de vida? **Psicologia & Sociedade**, Rio de Janeiro, v.1, n. 22, p. 43-49, out. 2010.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2009.

TOMMASI, Livia De. Resenha um olhar sobre as experiências de políticas públicas de juventude na América Latina. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v.12, n. 25, p.30-39, jan. 2004.

TOURAINÉ, Alain. **Um novo paradigma: para compreender o mundo hoje**. Petrópolis, RJ: Cortez, 2007.

VEIGA, L. & BRONZO, C. Intersetorialidade e políticas de superação da pobreza: desafios para a prática. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v.30, n.92, p.5 - 21, jun. 2007.

VELHO, Gilberto. **Um antropólogo na cidade**. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência: homicídios por arma de fogo no Brasil**. Brasil: FLACSO, 2016.

WITHAKER, Francisco. **Redes**: uma estrutura alternativa de organização. Rio de Janeiro:[s.n],1998. Disponível:
<http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_estrutalternativa.cfm>. Acesso em: 12 jun. 2017

APÊNDICES

APÊNDICE A - Entrevista Semiestruturada

Entrevista semiestruturada

- 1) Sobre o seu olhar, o cuca tem uma gestão democrática e consegue articular os segmentos da população envolvidos a participar de suas atividades?
 - 2) O cuca se tornou um espaço de relevância à comunidade do entorno, representada pelo bairro em que se encontra e as adjacências?
 - 3) Houve mudança na rotina dos moradores do bairro? E se houve quais?
 - 4) Você percebe se o cuca sofre interferências constantes por parte do poder público por motivos políticos e eleitorais?
 - 5) Quantos jovens já foram atendidos? E como se dá essa relação do usuário jovem com o equipamento? É controlada?
 - 6) Existe algum programa de assistência, acompanhamento ou intervenção social ao jovem e ou sua família? Se existe qual/ís?
 - 7) Que Projetos vocês desenvolvem com os jovens? Exemplifique, como do acesso ao computador e internet pela leitura de livros, o do passaporte cuca ao jovem ganhar selos/carimbos por se apropriar de outro equipamento cultural de sua cidade.
 - 8) Você tem conhecimento dos fundamentos e princípios do Cuca? Quais são os fundamentos e princípios do projeto CUCA?
 - 9) Cada CUCA procurou constituir sua identidade a partir do contexto sociocultural em estaria inserido?
 - 10) Cada Cuca tem um conselho gestor? Como é composto? Tem mandato?
 - 11) O CUCA promove atividades de integração entre a comunidade (não jovem) dentro do equipamento com os jovens ou para os jovens? (ex. conotação de histórias, baile das saudades, hidroginásticas, aula de computação)
 - 12) Se buscou essa integração na concepção da arquitetura dos Cucas para aproximar a comunidade ?
 - 13) A concepção desse projeto foi intersecretarial? Como aconteceu com os CEUS?
 - 14) Após a efetivação da implantação da Rede Cuca, com três unidades, os objetivos propostos se encontram operacionalizados?
 - 15) Você percebe que houve alguma alteração na situação de vulnerabilidade juvenil do entorno?
- Resposta: Estamos finalizando pesquisas recentes que trarão resultados nesse sentido.
- 16) Com a criação de novas unidade do Cuca houve redirecionamento de trafego e transporte coletivo local?
 - 17) Houve alguma mudança influenciada no entorno, como comercio, e arquitetura das residências? Requalificando o espaço urbano?
 - 18) Os equipamentos e coordenadorias, respondem a quem, qual ou quais secretarias? Tem regimento padrão?
 - 19) Como foi a transição de uma gestão a outra? Houve descontinuidade de serviços, contratos?

APÊNDICE B - Entrevista Semiestruturada Dos Jovens

Entrevista semiestruturada dos jovens

- 1) Você frequenta algum Cuca, qual ou quais?
- 2) O que você acha do Cuca?
- 3) Você acha que o Cuca pode melhorar?
- 4) Você acha que o jovem participa das decisões do Cuca?

APÊNDICE C – Ofício À Coordenadora De Recursos Humanos



Ofício Nº01/2016/ MPPP

Fortaleza, 21 de Dezembro de 2016.

Sra.
NATALIA DE SOUSA CAMPOSAL
Coordenadora de Recursos Humanos
Rua Santa Barbara, s/n, Mondubim, Fortaleza-Ce

Cumprimentando cordialmente, venho por meio deste, comunicar que o meu Orientando Erlon Albuquerque de Oliveira esta realizando pesquisa para Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará, com a temática " Políticas Públicas Para a Juventude no Município de Fortaleza e Rede Cuca" e solicita neste ensejo, conforme o projeto do orientando, a disponibilização de dados, documentos e entrevistas, com o fim de fornecer elementos e informações necessários para atingir os objetos da referida pesquisa científica.

Sem mais para o momento, reitero os votos de elevada estima e apreço.

Atenciosamente,

A handwritten signature in purple ink that reads "Alexandre Barbalho".

Prof. Dr. ALEXANDRE ALMEIDA BARBALHO (Orientador)
Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas
Universidade Estadual do Ceará

APÊNDICE D – Ofícios a Diversos Órgãos Públicos



Ofício Nº02/2017/ MPPP

Fortaleza, 21 de Junho de 2017.

Sr.
 Julio Brizzi Neto
 Secretário Municipal de Juventude
 Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude
 Avenida da Universidade 1895, Benfica, Fortaleza-Ce

Cumprimentando cordialmente, venho por meio deste, solicitar na qualidade de pesquisador e mestrando da Universidade Estadual do Ceará, especificamente no Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará, com a temática "*Políticas Públicas Para a Juventude no Município de Fortaleza e Rede Cuca como redução de vulnerabilidades e risco social*" e solicito neste ensejo, conforme necessário à temática do projeto, a disponibilização de dados, documentos referentes ao ano pretérito (2016) e dos anos anteriores até de 2009, pois pretendo avaliar as atividades/atendimento ano a ano, de cada uma das diretorias, inclusive em comparação com as gestões de Luizianne Lins e Roberto Cláudio, com os detalhamentos existentes quanto a faixa etária, gênero, nível de escolaridade, as mais procuradas, as que existe maior evasão e seus respectivos motivos de evasão, as ações/programas que são continuamente desenvolvidas, as que deixaram de ser e as novas surgidas em cada ano. Tudo com o fim de fornecer elementos e informações necessários para atingir os objetos da referida pesquisa científica.

Sem mais para o momento, reitero os votos de elevada estima e apreço.

Atenciosamente,

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Erlon Albuquerque de Oliveira".

Erlon Albuquerque de Oliveira (mestrando)
 Advogado OAB-Ce 11.750
 Professor Universitário do Curso de Direito da Estácio-FIC
 Assessor Jurídico da SCSP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ, Centro de Humanidades,
 Av. Paranjana, S/n
 Itaperi 60900-000 Fortaleza, Ce- Brasil
 Telefone: 31019880

Recebido por: Camila ALS - em 21/06/17 às 14:18



2ª VIA

Ofício Nº01/2017/ MPPP


Fortaleza, 07 de Junho de 2017.

Sr.
SANDRO CAMILO CARVALHO
Secretario Adjunto da Justiça e Cidadania
Rua Tenente Benevolo , 1055, Meireles, Fortaleza-Ce

Cumprimentando cordialmente, venho por meio deste, solicitar na qualidade de pesquisador e mestrando da Universidade Estadual do Ceará, especificamente no Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará, com a temática "*Políticas Públicas Para a Juventude no Município de Fortaleza e Rede Cuca como redução de vulnerabilidades e risco social*" e solicito neste ensejo, conforme necessário à temática do projeto, a disponibilização de dados, documentos do corrente ano e dos anos anteriores até de 2008 se possível, pois o primeiro Cuca surge em 2009, sobre atos de violência tendo como autor e como vítimas os jovens de 18 a 29 anos, diante do corte etário da competência de vocês, ressaltando que se vocês também tiverem dados relacionados com violência desde os 14 ou 15 anos, também me interessaria. Tudo com o fim de fornecer elementos e informações necessários para atingir os objetos da referida pesquisa científica.

Sem mais para o momento, reitero os votos de elevada estima e apreço.

Atenciosamente,


Erlon Albuquerque de Oliveira (mestrando)
Advogado OAB-Ce 11.750
Professor Universitário do Curso de Direito da Estácio-FIC

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ, Centro de Humanidades,
Av. Paranjana, S/n
Itaperi 60900-000 Fortaleza, Ce- Brasil
Telefone: 31019880

Recb' em, 07/06/17
Sandro Aguiar

**SOLICITAÇÃO DE OBSERVAÇÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO
CUCA MONDUBIM**

Ao Conselho Consultivo do Cuca- Mondubim

Eu, Erlon Albuquerque de Oliveira, assessor jurídico municipal matrícula 6344803, venho solicitar a este Conselho Consultivo, vivenciar esta experiência no âmbito das políticas públicas de juventude no município de Fortaleza, e observar a existência efetiva de participação política de jovens nesse equipamento, ressaltando que essa observação é de suma importância para a realização da pesquisa de dissertação de mestrado em políticas públicas que estou realizando neste equipamento desde o início do corrente ano.

Certo de que a solicitação será atendida, fiquem com os meus votos de estima e consideração.

Fortaleza, 13 de junho de 2017.



Erlon Albuquerque de Oliveira

APÊNDICE E – Termo de livre consentimento e esclarecimento

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante:

Eu, Erlon Albuquerque de Oliveira, sou estudante do curso de Mestrado em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará. Estou realizando uma pesquisa sob a Política Cultural desenvolvida nos Cucas sob orientação do professor Alexandre Barbalho, cujo objetivo é realização de dissertação de mestrado sob o tema.

Sua participação envolve uma entrevista semiestruturada, que será gravada se assim você permitir e fotografada, e que tem a duração aproximada de até duas horas.

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo pesquisador fone 98162-6563 ou pela entidade responsável – Comitê de Ética em Pesquisa da UECE, fone 3101.9890

Atenciosamente

_____, Fortaleza, 26 de agosto de 2017

Eu _____, CPF ou RG _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), **AUTORIZO**, através do presente termo, a realizar a entrevista e fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes, e **DECLARO** ter recebido uma cópia do termo de consentimento.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

_____, Fortaleza, 26 de agosto de 2017

ANEXOS

ANEXO A - Estatuto do Instituto CUCA

ESTATUTO ASSOCIAÇÃO CIVIL INSTITUTO DE CULTURA, ARTE,
CIÊNCIA E ESPORTE - INSTITUTO CUCA

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, DURAÇÃO, SEDE E FORO

Art. 1º - O INSTITUTO CULTURA, ARTE, CIÊNCIA E ESPORTE, também denominado INSTITUTO CUCA, é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse coletivo, e com autonomia administrativa, operacional e financeira, cujo funcionamento será regido por este Estatuto e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Art. 2º - O INSTITUTO CUCA tem prazo de duração indeterminado.

Art. 3º - O INSTITUTO CUCA tem sede e Foro na cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará.

Art. 4º - O INSTITUTO CUCA limitará suas atividades às finalidades constantes no Artigo 5º, sendo vedado o apoio ou a oposição a partido político ou a candidato a partido político.

CAPÍTULO II

DAS PREMISSAS, DAS FINALIDADES E DOS OBJETIVOS

Art. 5º - O INSTITUTO CUCA orientará suas ações partindo das seguintes premissas:

- I. Promoção da auto-estima dos segmentos juvenis pelo estímulo ao seu potencial criador e produtor de conhecimentos;
- II. Participação dos jovens como elemento indispensável na elaboração, discussão e implementação de suas ações;
- III. Atividades de formação, produção e difusão cultural como vetores fundamentais na geração de oportunidades, de emprego e renda;
- IV. Reforço da diversidade cultural como fator de riqueza e desenvolvimento sustentável.

1º REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Registro Microfilmado

MAIA Nº 103385

Lara Fernandes Vieira

Advogada

OAB-CE 13.760

CE-542.132.663-20



Art. 6º - São finalidades do INSTITUTO CUCA:

- I. contribuir na reversão do quadro de exclusão que atinge o segmento juvenil, promovendo experiências e vivências construtivas, visando a elevação da auto-estima de jovens envolvidos com os estigmas da pobreza, do racismo, do sexismo e discriminação contra jovens portadores de deficiência;
- II. promover a inserção dos jovens em experiências comunitárias inovadoras, que busquem a qualidade de vida, uma vida segura e um desenvolvimento integral;
- III. incentivar práticas de valorização da vida e de inserção no campo dos direitos, com ênfase na afirmação das conquistas históricas no campo dos direitos humanos;
- IV. promover conhecimentos e fazeres na área ambiental e ecológica, de saúde preventiva, de ciência e tecnologia, de participação política, de comunicação democrática, fortalecendo na população atendida uma consciência cidadã, de participação, de jovens como sujeitos;
- V. constituir-se como espaço de referência para a população jovem, descentralizando equipamentos culturais, revitalizando e requalificando espaços urbanos, contribuindo no desenho de novas ações direcionadas à juventude;
- VI. promover o empreendedorismo cultural afirmando a área da cultura como fator de desenvolvimento social da população jovem em Fortaleza;
- VII. ser um fator de articulação do conjunto de atores e ações centradas no desenvolvimento integral dos jovens, em especial dos projetos do PIPPJ.

Art. 7º - O INSTITUTO CUCA tem por objetivos apoiar, incentivar, assistir, desenvolver e promover atividades de formação, lazer e entretenimento nas áreas de cultura, arte, ciência e esporte nos termos deste Estatuto:

§ 1º - Para cumprimento de seus objetivos, o INSTITUTO CUCA poderá, conforme definido pelo Conselho de Administração, realizar as seguintes atividades:

1º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
 REGISTRO
 MAIA Nº 14.3385

Lara Fernandes Vieira
 Advogada
 OAB-CE 13.760
 CPF: 542.132.883-20



- a. manter e/ou administrar equipamentos destinados a promoção e valorização da CULTURA, ARTE, CIÊNCIA E ESPORTE;
- b. realizar eventos e ações culturais e esportivas direcionadas para jovens e adultos;
- c. promover cursos de formação para jovens e adultos em cultura, arte, ciência e esporte;
- d. desenvolver programas de incentivo à formação de platéias para jovens e adultos;
- e. ações voltadas para promover o acesso de alunos e docentes das escolas públicas às atividades nas áreas de CULTURA, ARTE, CIÊNCIA E ESPORTE;
- f. promover o empreendedorismo cultural afirmando a área da cultura como fator de desenvolvimento social da população jovem de Fortaleza;
- g. desenvolver atividades de produção e difusão cultural;
- h. fomentar a criação de espaços de expressão e produção artística e intelectual que contribuam para a promoção da cidadania, do acesso à cultura, ao lazer, ao esporte e às artes em geral;
- i. difundir o repertório cultural e artístico dos jovens;
- j. proporcionar e incentivar o intercâmbio cultural, artístico, esportivo e científico regional, nacional e internacional;
- k. promover e realizar a capacitação e profissionalização de jovens e adultos com a finalidade de consolidar e fortalecer as indústrias criativas e de bens culturais;
- l. desenvolver ações que visem a integração ao mercado de trabalho e a inclusão social por meio da difusão e do ensino das artes, da ciência e do esporte;
- m. promover ações de visibilidade, valorização e reconhecimento da cultura local, estimulando a participação do segmento juvenil em eventos locais e nacionais;
- n. instituir ações de estímulo relacionadas com os campos de atuação dos Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte, podendo estabelecer prêmios e outras formas de reconhecimento;

Handwritten marks and signatures on the left side of the page, including a circled '1' and a signature.

1º REGISTRO LIVRO DAS PESSOAS JURÍDICAS
 Microfilmado
 Nº 14.3385
 MAIA

Lara Fernandes Vieira
 Advogada
 OAB-CE 13.760
 CPF: 112.132.663-20



- o. difundir a cultura, a arte, a ciência e o esporte, disponibilizando espaços no Cuca para apresentações, mostras e exposições dos trabalhos e das atividades resultantes do Programas;
- p. promover atividades de produção, em caráter experimental e com finalidades pedagógicas, sem fins lucrativos, em diferentes áreas;
- q. incentivar, promover e proporcionar à comunidade cearense atividades esportivas, científicas e artístico-culturais, sobretudo nas seguintes áreas: artes visuais, plásticas, cênicas, literárias, musicais, áudio-visual e patrimoniais;
- r. constituir Fundo de Capital e outros, caso necessário, para os CENTROS URBANOS DE CULTURA, ARTE, CIÊNCIA E ESPORTE, a ser composto por doações, contribuições, recursos governamentais, eventuais excedentes financeiros e outros;
- s. difundir e explorar marcas e conteúdos, dentro do Sistema de Creative Commons;
- t. desenvolver campanhas, realizar estudos e pesquisas, divulgar e distribuir informações, dados, trabalhos, documentos, entre outras atividades relacionadas com seus objetos;
- u. administração e gerenciamento dos espaços do Cuca, negociando, de acordo com os valores praticados pelo mercado, o recebimento de receitas quando da utilização, cessão ou empréstimo dos espaços, dentro de condições predefinidas e pelo estabelecimento de regras de uso e ocupação;
- v. colaborar ou participar de programas governamentais, de entidades privadas ou da associação civil que afetem ou sejam afins às suas áreas de atuação, podendo, inclusive, tomar assento em Comitês, Câmaras, Fóruns, Redes e outros;
- w. realizar quaisquer atividades ou praticar quaisquer atos necessários ou relacionados ao cumprimento de seu objetivo social, desde que amparadas neste Estatuto.

§ 2º - Para a realização dos seus objetivos, o INSTITUTO CUCA poderá celebrar contratos de gestão, convênios, contratos, acordos,

MAIA Nº 103385

Lara Fernandes Vieira
Advogada
OAB-CE 13.760
CPF: 542.122.863-20

parcerias e outros instrumentos, com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

Art. 8º - O INSTITUTO CUCA atuará de forma permanente e observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, não fazendo qualquer discriminação de clientela, raça, cor, gênero ou religião.

CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO E DA ORGANIZAÇÃO

SEÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 9º - É vedada a distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro do INSTITUTO CUCA.

Art. 10º - São órgãos do INSTITUTO CUCA:

- a. Assembléia Geral;
- b. Conselho de Administração;
- c. Diretoria Executiva;
- d. Conselho Consultivo; e
- e. Conselho Fiscal.

Parágrafo único. É vedado o exercício simultâneo de cargos nos órgãos acima especificados por uma mesma pessoa. Os conselheiros indicados para integrar a Diretoria Executiva devem renunciar ao assumirem as correspondentes funções executivas.

Art. 11 - Os membros dos órgãos especificados no artigo anterior, assim como os instituidores ou equivalentes do INSTITUTO CUCA, não receberão remuneração, vantagens ou benfeitorias, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades, bem como

REPUBLICA CIVIL DAS PESSOAS
 MAIA Nº 12.3385

Lara Fernandes Vieira
 Advogada
 OAB-CE 13.780
 CPF: 542.132.683-20



não receberão qualquer valor a título de distribuição de dividendos, bonificações, participações, excedentes operacionais ou parcelas do patrimônio do INSTITUTO CUCA.

§ 1º - Sem embargo do disposto no caput, o Conselho de Administração do INSTITUTO CUCA poderá instituir e fixar remuneração para os membros da Diretoria Executiva que efetivamente atuarem na gestão executiva do INSTITUTO CUCA, respeitados os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação e os limites estabelecidos para remuneração de dirigentes de Organizações Sociais.


§ 2º - A referida remuneração não constituirá direito adquirido, podendo ser retirada a qualquer momento, pelo Conselho de Administração, especialmente caso assim se faça necessário para que o INSTITUTO CUCA obtenha determinados registros, títulos e qualificações concedidos pelo Poder Público.

Art. 12 - Os conselheiros do INSTITUTO CUCA não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Diretoria Executiva do INSTITUTO CUCA, em decorrência dos atos regulares de sua gestão.

SEÇÃO II - DOS SÓCIOS

Art. 13 - São considerados sócios do INSTITUTO CUCA todos aqueles que têm afinidade com os princípios, ideais e finalidades do Instituto, devendo sua Proposta de Admissão ser aprovada pela Diretoria, na forma definida pelo Conselho de Administração.

Art. 14 - Cabe aos associados:


Lara Fernandes Vieira
Advogada
OAB-CE 13.780
CPF: 542.132.663-20

INSTITUTO CUCA
REGISTRO CIVIL DAS EMPRESAS SOCIAIS
REGISTRO CIVIL DAS EMPRESAS SOCIAIS
MAIA Nº 143385

- I. Obedecer às disposições estatutárias, aos regulamentos, às decisões do Conselho de Administração, bem como às resoluções da Diretoria;
- II. Propor ao Conselho de Administração e à Diretoria qualquer medida tendente ao cumprimento dos fins do INSTITUTO;
- III. Votar e ser votado para compor o Conselho de Administração, na forma deste Estatuto.

Parágrafo Único. Os associados manifestarão suas vontades na Assembléia Geral ou por meio de seus representantes eleitos para comporem o Conselho de Administração.

Seção III - DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 15 - A Assembléia Geral é a reunião dos associados em pleno gozo de seus direitos, convocada e instalada de forma estatutária a fim de deliberar sobre a eleição do representante dos associados no Conselho de Administração.

Art. 16 - A Assembléia Geral da Associação será convocada:

- ordinariamente, a cada quatro anos para a eleição do representante do conselho e, anualmente, para aprovação da prestação de contas; e
- extraordinariamente a qualquer tempo.

Art. 17 - A convocação de Assembléia Geral ordinária ou extraordinária será feita pelo Presidente do Conselho de Administração mediante aviso público publicado no Diário Oficial do Município e em jornal local de grande circulação, com antecedência máxima de trinta dias e mínima de quinze dias mencionando dia, hora, local e assuntos da pauta.

Art. 18 - A eleição dos representantes dos associados no Conselho de Administração far-se-á com observância dos seguintes princípios:

- Elegibilidade de todos os associados;

REGISTRO CIVIL DAS EMPRESAS
 Registro Microfilmado
MAIA Nº 103385

Lara Fernandes Vieira
 Advogada
 OAB-CE 13.780
 CPF: 542.132.663-20





- II. Inscrição de candidatos até quarenta e oito horas antes do horário previsto no edital para a votação, junto à Comissão de Eleição;
- III. Eleição por voto direto e secreto, sendo considerados eleitos os candidatos que obtiverem maioria simples dos votantes;
- IV. Se nenhum dos candidatos obtiver maioria simples no primeiro escrutínio, proceder-se-á a um segundo, com os dois candidatos mais votados no primeiro, sendo considerado eleito o que obtiver, nesse escrutínio, maioria simples, não computados os votos em branco ou nulos.

Parágrafo Único. Será constituída Comissão de Eleição para a escolha dos representantes dos associados no Conselho de Administração, trinta dias antes do término do mandato desses e composta por 03 associados escolhidos pelo Presidente do Conselho de Administração.

Seção IV - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 19 - O Conselho de Administração, órgão máximo de deliberação e orientação do INSTITUTO CUCA, é constituído por 10 membros, a saber:

- I. dois (2) representantes da Coordenadoria de Juventude da Prefeitura Municipal de Fortaleza indicados pelo Coordenador de Juventude, ambos **membros natos**;
- II. um (1) representante da Coordenadoria de Esporte da Prefeitura Municipal de Fortaleza indicado pelo Coordenador de Esporte, **membro nato**;
- III. um (1) representante da Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Fortaleza indicado pelo Secretário de Cultura, **membro nato**;
- IV. três (3) **membros natos**, indicados por dirigentes de entidades da associação civil, convidados pelo Coordenador de Juventude da Prefeitura Municipal de Fortaleza;

MAIA Nº 143385

Lara Fernandes Vieira
Advogada
OAB-CE 13.760
CPF: 542.132.863-20



V. dois (2) representantes da área de atuação do INSTITUTO CUCA, de notória capacidade profissional e com reconhecida idoneidade moral, eleitos pelos demais integrantes do Conselho de Administração;

VI. um (1) representante eleito na Assembleia Geral dentre os associados do INSTITUTO CUCA.

§ 1º - Os membros eleitos ou indicados para compor o Conselho de Administração não poderão ser parentes consanguíneos ou afins até 3º (terceiro) grau do Prefeito, Vice-Prefeito e de Secretários do Município de Fortaleza.

§ 2º - O mandato dos conselheiros é de 04 (quatro) anos, sendo admitida uma recondução por igual período. Os membros natos poderão ser substituídos a qualquer tempo.

§ 3º - Em casos de vacância de cargos no Conselho, a eleição ou indicação do novo membro, que completará o mandato do anterior ocupante do cargo, obedecerá aos procedimentos previstos no Artigo 12.

§ 4º - O Presidente do Conselho de Administração será um dos Conselheiros, eleito pela maioria absoluta de seus membros.

§ 5º - O exercício da Presidência coincidirá com o mandato do Conselheiro eleito para a função.

§ 6º - No caso de vacância da Presidência, o Conselho elegerá, no prazo de trinta dias contados a partir da vacância, outro conselheiro para a função.

Art. 20 - O Conselho de Administração reunir-se-á:

- a. ordinariamente, 4 (quatro) vezes por ano;
- b. extraordinariamente, a qualquer tempo;

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
 Registro Microfilmado
 MATIA Nº 145385

Lara Fernandes Vieira
 Advogada
 OAB-CE 13.760
 CPF: 542.132.883-20



c. extraordinariamente, por convocação escrita do Ministério Público ou da Procuradoria Geral do Município

d. extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente, por solicitação de um terço de seus membros, ou por solicitação da Diretoria.

§ 1º - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por seu Presidente ou por, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus membros.

§ 2º - O Conselho de Administração reunir-se-á com a presença mínima de metade de seus membros e suas deliberações serão adotadas por maioria simples de votos, ressalvados os casos de quorum especial.

§ 3º - Em caso de empate nas votações do Conselho de Administração, o voto de seu Presidente será de qualidade, sendo contado em dobro.

§ 4º - Não se realizando reunião por falta de quorum, será convocada nova reunião, com intervalo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 5º - Caso não haja quorum para uma segunda reunião, o Conselho de Administração reunir-se-á 30 (trinta) minutos após, com qualquer número de presentes, não podendo, porém, deliberar sobre matérias que exigem quorum especial.

§ 6º - O Diretor Executivo do INSTITUTO CUCA participará das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho de Administração, sem direito a voto.

Art. 21 - Compete ao Conselho de Administração:

a. promover e estabelecer a política geral do INSTITUTO CUCA, para a consecução de seus fins estatutários;


REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
 Registrado e Microfilmado
 MAIA IVº 103385

Lara Fernandes Vieira
 Advogada
 OAB-CE 13.760
 CPF: 842.132.863-20



- b. zelar para que em suas atividades, o INSTITUTO CUCA cumpra as leis, o Estatuto, os regimentos e os regulamentos;
- c. designar e dispensar, por maioria absoluta de votos, os membros da Diretoria Executiva, do Conselho Consultivo e do Conselho Fiscal;
- d. autorizar o recebimento de doações com encargos, desde que previamente autorizadas pelo Ministério Público;
- e. decidir sobre a alienação de bens imóveis do INSTITUTO CUCA e autorizar o Diretor Executivo a solicitar as autorizações junto às autoridades competentes (Ministério Público – Curadoria de Fundações) e a proceder, posteriormente, à esta alienação;
- f. fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas no Contrato de Gestão e aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais do INSTITUTO CUCA, com auxílio de auditoria externa;
- g. aprovar:
 - I. a proposta de Contrato de Gestão e seus aditamentos;
 - II. a proposta de orçamento e o programa de investimentos;
 - III. e cumprir o regimento dos Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte, mantidos pelo INSTITUTO CUCA;
 - IV. o regimento interno que deverá, no mínimo, dispor sobre a estrutura, o gerenciamento, os cargos e as competências;
 - V. por maioria de, no mínimo 2/3 (dois terços), de seus membros, o regulamento para a contratação de obras e serviços, compras e alienações, plano de cargos, salários e benefícios dos empregados;
 - VI. e encaminhar ao órgão supervisor da Prefeitura Municipal de Fortaleza o relatório de execução do contrato de gestão, relatórios gerenciais e de atividades elaborados pela Diretoria Executiva;
- h. dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do presente Estatuto ou relativas à execução das atividades do INSTITUTO CUCA;
- i. exercer as demais atribuições previstas neste Estatuto.


Parágrafo Único. O Conselho de Administração deverá autorizar a contratação de empresa de auditoria externa para auditar as contas do INSTITUTO CUCA,



 Prefeitura Municipal de Fortaleza

 Secretaria Municipal de Planejamento e Microfinanças

 MAIA Nº 103385



 Lara Fernandes Vieira

 Advogada

 OAB-CE 13.780

 CPF: 542.132.863-20

inclusive para a verificação da aplicação de recursos objeto do Contrato de Gestão.

Art 22 - Ao Presidente do Conselho de Administração compete:

- a. convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração e designar o respectivo Secretário;
- b. cumprir e fazer cumprir o Estatuto;
- c. exercer o voto de qualidade no caso de empate, que neste caso valerá em dobro;
- d. exercer as atribuições que lhe forem conferidas, por delegação do Conselho de Administração.

§ 1º - Poderá o Presidente do Conselho de Administração decidir, *ad referendum*, matérias urgentes que, por seu teor, ameacem ou causem danos aos interesses do INSTITUTO CUCA, não podendo por isso, aguardar reunião de seu Conselho.

Art. 23 - Compete aos membros do Conselho:

- a. discutir e votar as matérias em pauta;
- b. assistir o Presidente do Conselho em suas funções.

SEÇÃO V - DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 24 - A Diretoria Executiva é órgão máximo de administração executiva do INSTITUTO CUCA, cabendo a esta promover os objetivos institucionais, segundo as diretrizes e planos aprovados pelo Conselho de Administração.

Art. 25 - A Diretoria compõe-se de três profissionais de nível superior, eleitos pelo Conselho de Administração, com reconhecida experiência nas áreas de atuação do INSTITUTO CUCA, sendo: um Diretor Presidente, na qualidade de dirigente máximo; um Diretor de Programação e um Diretor de Gestão Financeira e de Negócios.

REGISTRO DE MICROFILMADO
 MAIA Nº 103385

Tara Fernandes Vieira
 Advogada
 OAB-CE 13.780
 CPF: 542.132.663-20



Parágrafo único. Para a posse em seus respectivos cargos, os membros da Diretoria apresentarão a declaração de bens.

Art. 26 - Os casos de perda do mandato, de qualquer um dos membros da Diretoria, poderão ocorrer quando:

- I. no exercício de suas funções, infringir as normas legais e regulamentares que disciplinam o funcionamento do INSTITUTO CUCA e regem a gestão da coisa pública;
- II. afastar-se, sem licença, por mais de trinta dias consecutivos das suas funções, entendido que as licenças serão concedidas pelo Conselho de Administração.

Art. 27 - As substituições ocorrerão dentro dos seguintes critérios:

- I. em seus impedimentos eventuais, o Diretor Presidente indicará o seu substituto;
- II. os diretores indicarão seus substitutos, desde que estes estejam no exercício de funções compatíveis com a substituição.

Art. 28 - Em caso de vacância de cargo da Diretoria Executiva do INSTITUTO CUCA, caberá ao Conselho de Administração a indicação do novo membro.

Art. 29 - A Diretoria reunir-se-á:

- a. ordinariamente, pelo menos uma vez por mês;
- b. extraordinariamente, sempre que convocada por seu dirigente máximo.

Art. 30 - A Diretoria aprovará seu Regimento Interno que disciplinará o funcionamento de suas reuniões e a tomada de decisões.

Art. 31 - Compete à Diretoria:

- a. cumprir e fazer cumprir este Estatuto e as deliberações do Conselho de Administração;
- b. implementar as políticas, diretrizes, estratégias, planos de atividades do INSTITUTO CUCA e os respectivos orçamentos.

1º REGIMENTO CIVIL DAS ADVOGADAS PORTUGUESAS
 Registro Microfilmado
 Nº 103385
 MAIA

Lara Fernandes Vieira
 Advogada
 OAB-CE 13.760
 CPF: 510.432.883-20



estabelecidos no Contrato de Gestão e aprovado pelo Conselho de Administração;

c. planejar, dirigir e controlar todos os serviços e atividades do INSTITUTO CUCA;

d. encaminhar, até 31 de janeiro, de cada ano, ao Conselho Fiscal, relatório circunstanciado sobre a execução dos planos do exercício findo, com a prestação de contas dos recursos públicos neles aplicados; a avaliação do Contrato de Gestão e as análises gerenciais cabíveis;

e. encaminhar ao Conselho de Administração:

I. a proposta de orçamento-programa anual, para execução das atividades previstas no Contrato de Gestão;

II. a proposta de orçamento geral anual, contemplando as unidades administrativas do INSTITUTO CUCA;

III. os relatórios mensais das atividades com os respectivos balancetes;

IV. a prestação de contas e o relatório anual de gestão;

V. a avaliação do Contrato de Gestão e as análises Gerenciais cabíveis;

VI. propostas de alterações em políticas, diretrizes, estratégias, planos de atividades e respectivos orçamentos, com exposição de motivos.

f. aprovar e encaminhar ao Conselho de Administração:

I. o Regulamento que disporá, entre outros assuntos, sobre estrutura administrativa, atribuições das unidades administrativas, gestão, cargos e competências;

II. o Regulamento que disporá, entre outros assuntos, sobre carreiras, plano de cargos e salários, vantagens, benefícios, seleção, treinamento e disciplina, relativos ao pessoal do INSTITUTO CUCA;

III. o Regulamento que disporá, entre outros assuntos, sobre sistemas de planejamento e controle, informações gerenciais,

1ª Vara Cível das Comarcas de Fortaleza
 Acórdão Microfilmado
 MAIA Nº 143385

Lara Fernandes Vieira
 Advogada
 OAB-CE 13.780
 CPF: 542.132.663-20.



- orçamento, contabilidade, custos, finanças, alçadas decisórias, procedimentos administrativos, e normas de Auditoria Interna;
- IV. o Regulamento que conterá os procedimentos para a contratação de obras e serviços, compras e alienações;
- V. designar os ocupantes de cargos de direção e assessoramento;
- VI. contratar serviços especializados, dentro das dotações orçamentárias;
- VII. promover, através das unidades administrativas, os estudos e pesquisas de natureza técnica e administrativa, para alicerçar propostas ao Conselho de Administração;
- VIII. aprovar convênios ou contratos de prestação de serviços com pessoas físicas ou jurídicas, desde que seja a solução melhor correspondente aos objetivos do INSTITUTO CUCA;
- IX. decidir a contratação de pessoal e administrá-lo de modo a garantir, nas instituições geridas pelo INSTITUTO CUCA, elevados e rigorosos padrões de atendimento à população;
- X. publicar anualmente no Diário Oficial do Município de Fortaleza, os relatórios financeiros e o relatório de execução do Contrato de Gestão;
- XI. abrir e movimentar contas bancárias;

g. responsabilizar-se pelas obrigações contraídas pelo INSTITUTO CUCA em decorrência de ato regular de gestão.

Art. 32 - Compete ao Diretor Presidente do INSTITUTO CUCA:

- I. cumprir e fazer cumprir este Estatuto e as decisões do Conselho de Administração e da Diretoria;
- II. dirigir as atividades do INSTITUTO CUCA;
- III. presidir as reuniões da Diretoria;
- IV. nomear, remover, promover, comissionar, punir e demitir funcionários;
- V. autorizar despesas e promover o pagamento das obrigações;
- VI. assinar acordos, convênios e contratos;

[Handwritten signatures and initials]

REGISTRO DE DOCUMENTOS JURÍDICOS
 Registro Microfilmado
 MAIA Nº 123385

[Handwritten signature]
 Lara Fernandes Vieira
 Advogada
 OAB-CE 13.760
 CPF: 542.132.663-20



VII. movimentar as contas bancárias, sempre em conjunto com o Diretor de Gestão e Finanças, ou na ausência deste, por quem for designado especificamente para praticar tais atos;

VIII. representar o INSTITUTO CUCA ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, podendo constituir procuradores, mandatários ou prepostos com fins específicos;

IX. delegar competência ao membro da Diretoria ou a outros integrantes do corpo funcional do INSTITUTO CUCA para exercer, especificamente, na parte ou no todo, qualquer de suas atribuições previstas nas alíneas "d", "e" ou "f";

X. comunicar ao Conselho de Administração, para as providências dispostas neste Estatuto, o afastamento irregular, o impedimento temporário por mais de trinta dias consecutivos, a vacância do cargo, o pedido de licença ou afastamento, a infringência às normas legais e regulamentares que disciplinam o funcionamento do INSTITUTO CUCA e regem a gestão da coisa pública, ou a ocorrência de ato que possa causar prejuízo efetivo ou potencial à imagem da entidade.

Art. 33 - Compete aos demais membros da Diretoria:

- I. dirigir as atividades das unidades administrativas subordinadas a cada um deles;
- II. assistir o Diretor Presidente em suas funções;
- III. substituir o Diretor Presidente;
- IV. exercer as atribuições recebidas por delegação, delas prestando contas.

SEÇÃO VI - DO CONSELHO CONSULTIVO

Art. 34 - O Conselho Consultivo é órgão de consulta e aconselhamento, cabendo-lhe auxiliar a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração na consecução das finalidades estatutárias, principalmente opinando sobre assuntos relevantes nas áreas de atuação do INSTITUTO CUCA.

INSTITUTO CUCA
 Fundação de Amparo à Pesquisa Microfilmada
 MAIA Nº 105385

Lara Fernandes Vieira
 Advogada
 OAB-CE 13.780
 CPF: 542.132.683-20



§ 1º - O Conselho Consultivo, eleito pelo Conselho de Administração, será composto por até 10 (dez) membros.

§ 2º - Os membros do Conselho Consultivo exercerão suas funções por um período de 02 (dois) anos, permitindo-se reconduções.

Art. 35 - O Conselho Consultivo reunir-se-á, por convocação de seu Presidente, que será eleito por seus pares, mediante convocação com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência.

§ 1º - As atas das reuniões do Conselho Consultivo serão lavradas por um Secretário designado pelo Presidente e assinada pelos presentes.


§ 2º - As deliberações do Conselho Consultivo serão tomadas por maioria simples.

§ 3º - Cabe ao Presidente do Conselho Consultivo, no caso de empate, o voto de qualidade, que neste caso valerá em dobro.

SEÇÃO VII - DO CONSELHO FISCAL

Art. 36 - O Conselho Fiscal, órgão de fiscalização financeira e contábil do INSTITUTO CUCA, compõe-se de 8 (três) membros titulares e respectivos suplentes, indicados da seguinte forma.

- I. um representante da Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Fortaleza;
- II. um representante da Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Fortaleza;
- III. um representante da Secretaria do Planejamento Prefeitura Municipal de Fortaleza;
- IV. um representante da Secretaria da Administração Prefeitura Municipal de Fortaleza;


Lara Fernandes Vieira
Advogada
OAB-CE 13.760
CPF: 542.132.663-20


MAIA Nº 14 3305



V. um representante da Procuradoria Geral Prefeitura Municipal de Fortaleza;

VI. um representante da Coordenadoria de Juventude Prefeitura Municipal de Fortaleza;

VII. dois representantes de entidades da associação civil.

§ 1º - Os membros indicados para compor o Conselho Fiscal terão mandatos de dois anos, permitida a recondução por igual período.

§ 2º - O Conselho Fiscal reunir-se-á mensalmente em sessões ordinárias e, extraordinariamente, quando convocado pela Diretoria ou a requerimento de qualquer de seus membros.

§ 3º - O Presidente do Conselho Fiscal será escolhido por seus pares, dentre os membros titulares, quando da primeira reunião.

Art. 37 - Compete ao Conselho Fiscal:

I. examinar e emitir parecer sobre os relatórios e balancetes mensais da entidade;

II. supervisionar a execução financeira da entidade, podendo examinar livros, registros, documentos ou quaisquer outros elementos, bem como requisitar informações;

III. examinar e emitir parecer sobre os relatórios gerenciais e de atividades da entidade, e respectivas demonstrações financeiras, elaborados pela Diretoria, relativos às contas anuais ou de gestão da entidade;

IV. pronunciar-se sobre assuntos que lhe forem submetidos pela Diretoria ou pelo Conselho de Administração;

V. pronunciar-se sobre denúncia que lhe foi encaminhada pela sociedade, adotando as providências cabíveis;

VI. executar outras atividades correlatas.

Art. 38 - Ao Presidente do Conselho Fiscal compete:

[Handwritten signatures and initials]

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
 Registro Microfilmado
 MAIA Nº 145385

[Handwritten signature]
 Lara Fernandes Vieira
 Advogada
 OAB-CE 13.760
 CPF: 542.132.663-20



- I. cumprir e fazer cumprir, com o auxílio dos outros membros, todas as atribuições do Conselho Fiscal;
- II. convocar e presidir todas as reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Fiscal;
- III. exercer, no caso de empate, o voto de qualidade, que neste caso valerá em dobro;
- IV. exercer as atividades que lhe forem conferidas pelo regimento interno do INSTITUTO CUCA e pelo Conselho de Administração.

Art. 39 - O Presidente do Conselho Fiscal escolherá seu substituto entre seus pares, para suas faltas ou impedimentos.

Parágrafo único. Em caso de vacância de um dos cargos titulares do Conselho Fiscal, um dos membros suplentes assumirá este cargo, devendo ser indicado um novo suplente.

Art. 40 - O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente:

- I. no mês de março de cada ano, para examinar e emitir parecer sobre o relatório anual das atividades da Diretoria Executiva e a prestação de contas do exercício anterior;
- II. em data prefixada de comum acordo por seus membros para atendimento das atribuições que lhe confere o Art. 30 deste Estatuto.

Art. 41 - O Conselho Fiscal reunir-se-á extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação de seu Presidente, ou pela maioria de seus membros e por convocação escrita do Ministério Público.

Art. 42 - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas pelo voto concorde da maioria de seus membros titulares.

CAPÍTULO IV

DOS RECURSOS

Art. 43 - Constituem recursos do INSTITUTO CUCA:

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS FÍSICAS
 Registro Microfirmado
 Nº 143385

Lara Fernandes Vieira
 Advogada
 OAB-CE 13.780
 CPF: 542.132.663-20



- I. os advindos de venda de ingressos, assinaturas, alugueis, prestações de serviço, bem como os derivados de cessão de direito ou de produção de bens;
- II. os resultados derivados de operações de crédito ou aplicações financeiras de qualquer natureza;
- III. as rendas oriundas de seus bens e outras de natureza eventual;
- IV. os usufrutos, doações, rendas, legados, heranças, auxílios e subvenções de qualquer natureza nacional ou estrangeira;
- V. a receita oriunda da venda de produtos, de recebimento de royalties e de licenciamento de marcas ou direitos;
- VI. os recursos repassados pelo Poder Público Municipal, Estadual ou Federal;
- VII. as contribuições que lhe forem feitas por pessoas físicas ou jurídicas;
- VIII. as receitas decorrentes de auxílios para pesquisas e estudos realizados pelo INSTITUTO CUCA ou sob sua supervisão;
- IX. as dotações orçamentárias que lhes destinar o Poder Público Municipal, na forma do respectivo Contrato de Gestão;
- X. outras receitas.

§ 1º - O INSTITUTO CUCA aplicará as subvenções e doações recebidas nas finalidades a que estejam vinculadas.

§ 2º - O INSTITUTO CUCA aplicará seu patrimônio, receitas, rendas, recursos, excedentes e eventual resultado operacional, integralmente, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

CAPÍTULO V

DO PATRIMÔNIO

Art. 44 - Constituem o patrimônio do INSTITUTO CUCA:

- I. a dotação inicial atribuída por seus instituidores;
- II. os direitos e bens móveis, imóveis, veículos, ações, títulos, valores, entre outros, que vier a adquirir;

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
 Registro Microfilmado
 MAIA Nº 14.3385

Lara Fernandes Vieira
 Advogada
 OAB-CE 13.760
 CPF: 542.132.863-20



III. a parte dos resultados líquidos proveniente de suas atividades, destinadas para esse fim;

IV. as dotações, legados, auxílios e contribuições, que lhe venham a ser destinados por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, destinados para esse fim.

Art. 45 - O patrimônio, os legados ou as doações que lhe foram destinados, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, à escolha do Conselho de Administração, serão transferidos à entidade qualificada como Organização Social no âmbito do Município de Fortaleza, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, na proporção dos recursos e bens por este alocados.

CAPÍTULO VI

DA REFORMA DO ESTATUTO E EXTINÇÃO DO INSTITUTO CUCA

Art. 46. - O Conselho de Administração, em reunião especialmente convocada para este propósito e mediante o voto favorável de, pelo menos, 2/3 (dois terços) de seus membros, poderá deliberar sobre a reforma deste Estatuto e sobre a extinção do INSTITUTO CUCA.

Parágrafo único. O presente Estatuto somente poderá ser alterado naquilo que não contrarie ou desvirtue os fins do INSTITUTO CUCA, devendo as eventuais alterações ser previamente submetidas à aprovação do Ministério Público.

Art. 47 - Em caso de dissolução ou extinção do INSTITUTO CUCA, o patrimônio, os legados ou as doações que lhe foram destinados, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, a escolha do Conselho de Administração, serão transferidos à outra entidade qualificada como Organização Social no âmbito do Município de Fortaleza, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Município, na proporção dos recursos e bens por este alocados.

1º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
 Registro Microfilmado
 Nº 13385

Lara Fernandes Vieira
 Advogada
 OAB-CE 13.760
 CPF: 542.132.663-20



CAPÍTULO VII

DO EXERCÍCIO SOCIAL E DAS CONTAS

Art. 48 - O exercício social e financeiro do INSTITUTO CUCA coincidirá com o ano civil, com término em 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo único. No primeiro trimestre, o Diretor Executivo, submeterá ao Conselho de Administração, o balanço e os demonstrativos contábeis do exercício findo, e no quarto trimestre, o plano de trabalho e o orçamento para o próximo ano.

Art. 49 - O INSTITUTO CUCA prestará contas A Assembléia Geral, ao Conselho de Administração e nos termos da legislação pertinente, observando os princípios fundamentais e as Normas Brasileiras de Contabilidade, fazendo publicar anualmente no Diário Oficial do Município de Fortaleza seu balanço, os relatórios financeiros, o relatório de execução do contrato de gestão e tornando disponíveis, em lugar acessível, cópia do relatório de atividades e das certidões negativas de débito junto ao INSS e ao FGTS.

CAPÍTULO VIII

DOS RECURSOS HUMANOS

Art. 50 - O regime para os empregados do INSTITUTO CUCA será o da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Art. 51 - Os procedimentos para contratação de empregados e o disciplinamento da relação empregatícia do INSTITUTO CUCA com seu pessoal serão estabelecidos em regulamento próprio.

Art. 52 - O Regulamento cuidará dos princípios básicos da gestão do pessoal e disporá sobre os procedimentos quanto:

- I. à seleção para admissão do pessoal;
- II. aos dirigentes e deveres dos empregados;

1º REGISTRO CIVIL DAS EMPRESAS JURÍDICAS
 Registro Microfilmado
 Nº 103305

Lara Fernandes Vieira
 Advogada
 OAB-CE 13.780
 CPF: 542.132.863-20

- III. ao regime disciplinar, às normas de apuração de responsabilidade e às penalidades;
- IV. à formação e ao treinamento do pessoal;
- V. ao plano de carreiras, cargos e funções gratificadas;
- VI. aos salários, benefícios e vantagens para os empregados.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 53 - O primeiro mandato do representante dos associados no Conselho de Administração será exercido pelo associado eleito na reunião em que tomara posse o Conselho de Administração.

Parágrafo Único. O representante de que trata este artigo deverá solicitar que as entidades previstas nos incisos I, II, III e IV do Art. 14 indiquem os seus representantes, devendo assim que dispuser de todas as indicações convocar a primeira reunião do conselho para: eleição do Presidente do Conselho de Administração.

Art. 54 - Na reunião de deliberação e aprovação deste estatuto será eleita e empossada diretoria provisória composta por Diretor Presidente, Diretor Financeiro e Secretário competindo a estes assessorar o Diretor Presidente a praticar os atos de administração que se fizerem necessários, inclusive movimentar contas bancárias, em conjunto com o Diretor Presidente.

§ 1º - A diretoria provisória gerirá a entidade até a eleição e posse do Conselho de Administração.

§ 2º - A diretoria provisória deverá realizar, no prazo de até trinta dias, o registro deste estatuto em cartório e a publicação do mesmo no Diário Oficial do Município de Fortaleza.

Lara Fernandes Vieira
Advogada
OAB-CE 13.780
CPF: 542.132.863-20

REGISTRO DE EMPRESAS JURÍDICAS
Registro Microfilmado
MAIA Nº 143305



Art. 55 - As eventuais dúvidas e omissões deste Estatuto serão solucionadas pelo presidente do Conselho de Administração e posterior homologação por aquele Colegiado.

Art. 56 - Este Estatuto, após aprovação da autoridade competente, entrará em vigor na data de seu registro.

José Elcio Batista
José Elcio Batista, brasileiro, solteiro, sociólogo, residente e domiciliado nesta capital, à Av. Padre Antônio Tomás, nº 3655, Cocó, CEP 60190-020, RG: 91002344940, SSP/CE, CPF: 518171523-00.

Camila da Silva Silveira
Camila da Silva Silveira, brasileira, solteira, educadora, residente e domiciliada nesta capital, Rua Primeiro de Maio, nº 1912, Granja Portugal, CEP 60541-310, RG: 2000010054554 - SSP/CE, CPF: 002.762.843-48.

Debora Marjorie Soares Barbosa Saraiva, brasileira, solteira, mobilizadora social, residente e domiciliada nesta capital, Rua Manacá nº 61, Carlito Pamplona, CEP 60335-470, RG: 2000002278457 SSP/CE, CPF: 019.838.383-57.

Debora Marjorie S. B. Saraiva

Lara Fernandes Vieira
Lara Fernandes Vieira
Advogada
OAB-CE 13.760
CPF: 542.132.663-20

04
VÁLIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
IAIA
Av. Pe. Antônio Tomás, 920
Tel: (PABX) 268.1727
Apresentado hoje, protocolado e registrado em
filme no livro "A do Registro Civil das Pessoas
Jurídicas" sob o número.
143305

26 NOV 2009

Karine Aires de Oliveira
Escritório Advogado



Retificação do Estatuto Social do Instituto Cuca

Retifico o Artigo 3º informado a nova redação: O Instituto Cuca tem sede e foro na cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, à Rua Manoel Padilha 126, CEP 60.040-550, Bairro Fátima.

Fortaleza 29 de novembro de 2008.

José Elcio Batista
José Elcio Batista
Diretor-Presidente

Camila da Silva Silveira
Camila da Silva Silveira
Diretora Financeira

Débora Marjorie Soares Barbosa Saraiva
Débora Marjorie Soares Barbosa Saraiva
Secretária

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS FÍSICAS
Registro Microfilmado
Nº 143385

REFORMA ESTATUTÁRIA DO INSTITUTO DE CULTURA, ARTE, CIÊNCIA E ESPORTE

O INSTITUTO CUCA, INSTITUTO DE CULTURA, ARTE, CIÊNCIA E ESPORTE, nesse ato representado por sua Presidente MARLEY MAGALHÃES UCHÔA, brasileira, divorciada, Pedagoga, residente e domiciliada em Fortaleza – CE na Avenida Alameda das Adenãteras, 600 casa 22, CEP: 60190-560, portadora da carteira de identidade nº 301887 MINAER e inscrita no CPF sob o nº 218.551.533-00, vem alterar o seu Estatuto, protocolado e registrado no "1º Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas", sob o número 143385, Cartório Pergentino Maia, nos seguintes termos:

A sede anterior do Instituto CUCA estava localizada na Rua Manoel Padilha, 126, CEP: 60040-550, Bairro de Fátima, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará e passa a ser na Avenida Presidente Castelo Branco, 6417, CEP: 60010-000, Bairro Barra do Ceará, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, modificando assim seu Estatuto, conforme a nova redação a seguir:

Art. 3º - O Instituto CUCA tem sede e Foro na cidade de Fortaleza, capital do Ceará, à Avenida Presidente Castelo Branco, 6417, CEP: 60010-000, Bairro Barra do Ceará, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

Fortaleza, 26 de abril de 2010.

Marley Magalhães Uchôa
MARLEY MAGALHÃES UCHÔA
Presidente do Instituto CUCA

Yara Regina Rodrigues
YARA REGINA RODRIGUES
Diretora Administrativa Financeira
do Instituto CUCA

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS
 AN. DO. ANTONIO LUIZ DE M. SILVA
 AN. TEL. (0481) 208.1721
 Protocolo hoje protocolado e averbado em
 143385
 143385
 04
 AC 752867
 CERT. JAG
 04

CERTIFICADO
 que a presente cópia é verdadeira e fiel ao original
 que se encontra arquivado no Livro nº 143385
 do Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas
 do Cartório de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas
 do Município de Fortaleza, Estado do Ceará, em 26 de abril de 2010.
 YARA REGINA RODRIGUES
 Diretora Administrativa Financeira
 do Instituto CUCA

AUTENTICAÇÃO
 PARA O REGISTRO CIVIL
 03 DV 412197



SEGUNDA REFORMA ESTATUTARIA DO INSTITUTO DE CULTURA, ARTE, CIÊNCIA E ESPORTE - INSTITUTO CUCA.

O INSTITUTO CUCA, INSTITUTO DE CULTURA, ARTE, CIÊNCIA E ESPORTE, neste ato representado por sua Presidente, LARA FERNANDES VIEIRA, brasileira, divorciada, advogada e professora, portadora do RG nº 94002215380 SSP/CE, inscrita no CPF: 542.132.633-20, residente e domiciliada nesta capital a Avenida Engenheiro Santana Junior nº 2620, apartamento 1500, Bairro Cocó, CEP: 60192-200, vem alterar o seu Estatuto, protocolado e registrado no "1º Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas" sob o número 143385, Cartório Pergentino Maia, nos seguintes termos:

Art. 1º. Fica alterado o inciso IV do Art. 6º do Estatuto do Instituto CUCA, o qual passa a ter a seguinte redação:

"Art. 6º [...]

IV. Promover conhecimentos e fazeres na área ambiental e ecológica, de promoção e prevenção de saúde, de ciência e tecnologia, de participação política, de comunicação democrática, fortalecendo na população atendida uma consciência cidadã, de participação, de jovens como sujeito "

Art. 2º. Ficam acrescidos os incisos VIII e IX ao Art. 6º do Estatuto do Instituto CUCA, o qual passa a ter a seguinte redação:

"Art. 6º [...]

VIII – Realizar e/ou apoiar programas, projetos e ações de educação que contribuam para o acesso de jovens a Instituições de Educação Profissional Técnica de nível Médio, de Graduação e Pós-Graduação.

IX – Realizar e/ou apoiar programas, projetos e ações de Educação nos níveis de Ensino Fundamental e Médio com vista à inserção de jovens no mercado de trabalho."

Art. 3º. Fica alterado o "caput" do Art. 7º que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 7º. O INSTITUTO CUCA tem por objetivos apoiar, incentivar, assistir, desenvolver e promover atividades de educação, formação, lazer e entretenimento nas áreas de cultura, arte, ciência e esporte nos termos deste Estatuto".



Art. 4º. Fica alterado o "caput" do Art. 25, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 25. A Diretoria compõe-se de 05 (cinco) profissionais de nível superior, eleitos pelo Conselho de Administração, com reconhecida experiência nas áreas de atuação do INSTITUTO CUCA, sendo: 01 (um) Diretor Presidente, na qualidade de dirigente máximo; 01 (um) Diretor de Difusão e Programação, 01 (um) Diretor de Educação; 01 (um) Diretor de Núcleos Especiais; 01 (um) Diretor Administrativo - Financeiro".

Art. 5º. Ficam acrescidos os incisos V e VI ao Art. 33 do Estatuto do Instituto CUCA, o qual passa a ter a seguinte redação:

"Art. 33 [...]

V - Responder pelas decisões tomadas no âmbito de suas competências administrativas, delas dando ciência ao Diretor-Presidente quando solicitado ou no caso de manifesto dano ao INSTITUTO CUCA, sem prejuízo do cumprimento do dever legal de prestar contas às autoridades máximas da Entidade.

VI - Cumprir fielmente as disposições do Regimento Interno da Diretoria da entidade, nos termos do Art. 30 deste Estatuto".

Art. 6º. Os demais artigos que não foram citados permanecem inalterados.

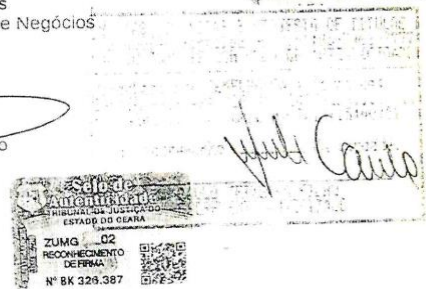
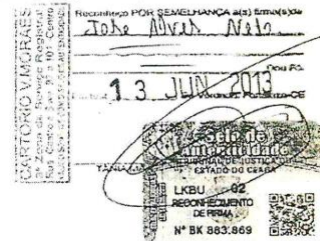
Art. 7º. Esta reforma estatutária entrará em vigor na data do seu registro junto ao órgão competente.

Fortaleza, 13 de maio de 2013.

Lara Fernandes Vieira
Lara Fernandes Vieira
Diretora Presidente
Instituto CUCA

Yara Regina Rodrigues
Yara Regina Rodrigues
Diretora de Gestão Financeira e de Negócios
Instituto CUCA

Jose Alves Neto
Jose Alves Neto
Diretor de Programação
Instituto CUCA



ANEXO B - Projeto Político Pedagógico Da Rede CUCA



1. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

A Rede Cuca é vinculada à Coordenadoria de Juventude da Prefeitura Municipal de Fortaleza e potencializa importantes políticas públicas voltadas aos jovens de nossa cidade. Em nosso equipamento, a juventude vivencia um processo de inclusão social por meio da formação, experimentação, produção e expressão livre no campo das artes, das tecnologias, dos esportes, do lazer, etc. As ações dos Cucas são gerências por três diretorias, a saber: Diretoria de Programação e Difusão, Diretoria de Direitos Humanos e Cidadania e Diretoria de Educação.

A Rede Cuca é um espaço por excelência para a promoção do direito e cidadania da juventude e da livre manifestação das culturas juvenis, em suas mais diversas formas de existir, agir e/ou intervir. No Cuca, o jovem tem a oportunidade do encontro, de se organizar em grupo, de interagir e propor, de ressignificar o espaço. Isso acontece de forma institucionalizada nos programas Comunidade em pauta e Conselho de jovens, mas também no conjunto das práticas cotidianas, em que a equipe de colaboradores tem um perfil profissional voltado à escuta sensível, à comunicação permanente, ao compartilhamento e registro de ideias e ao estar e construir juntos. Essa intencionalidade pedagógica se materializa no pensamento de que precisamos pautar nossas ações ou *fazer para e com o jovem!*

Nesse sentido, inspirados no pensamento de Paulo Freire, entendemos que o *diálogo*, elemento fundamental da sociabilidade humana, é um dos princípios pedagógicos mais importantes da Rede Cuca. Acreditamos que, através da comunicação solidária e da interlocução de saberes, professores e estudantes potencializam a relação humana verdadeiramente transformadora, aquela pautada pelo reconhecimento do outro em suas diversas dimensões (afetiva, emocional, intelectual, criativa, corporal, etc.), anulando relações do tipo colonizadoras ou de dominação cultural.

Nosso compromisso é perceber o jovem em sua completude, como alguém que sabe e que é sujeito das suas próprias experiências e leituras de mundo. Um ser capaz de se expressar livremente, de diversas maneiras, e que pode vir a dialogar com outras formas de estar no mundo e saberes da cultura, ou com os currículos e itinerários formativos - propostos nas ações promovidas pela Rede Cuca.

Acreditamos que nesse encontro entre as histórias de vida e experiências de nossa juventude e a proposta educacional da diretoria de educação, poderemos promover aquilo que Pierre Bourdieu convencionou chamar de *capital cultural*: a aprendizagem de um conjunto de qualificações intelectuais que, uma vez incorporadas pelo jovem e corporificadas em seus modelos de ação, poderão lhe ajudar no seu desenvolvimento intelectual, qualificação profissional, trajetórias de vida e convívio social.

Sabemos que o exercício da cidadania numa sociedade hierarquizada e desigual é bastante difícil. A cada dia, os jovens - que representam a maior parcela de nossa população, pois há em torno de 51.340,473 brasileiros que possuem entre 15 e 29 anos de idade (Censo IBGE, 2010) - vivenciam dificuldades relativas à educação, à saúde, à moradia, ao lazer, à cultura, etc. Essa questão parece agravar-se quando as pesquisas indicam que uma parcela significativa da população, com faixa etária que a qualifica como jovem, parece se encontrar mais vulnerável aos problemas da violência urbana, ao consumo de drogas, ao não planejamento familiar, ao acesso ao mercado de trabalho e aos bens da cultura.



Diante de tal realidade, compreendemos que os Cucas são equipamentos fundamentais na redução de desigualdades e discriminações. Pela garantia de acesso aos espaços públicos, a Rede possibilita à juventude a apropriação das condições de inserção, da inclusão, do exercício da liberdade, da cidadania e de criação. Os espaços são destinados ao cumprimento de uma programação estruturada nas áreas do Áudio Visual e Mídias Digitais, Esporte, Lazer e Entretenimento, Artes Cênicas, Música, Ciência e Tecnologias Sociais, Dança, Literatura e formação técnico-profissional.

As orientações do código de conduta dos colaboradores, bem como a proposta pedagógica dos Cucas, posicionam-se favoráveis ao respeito à diferença e ao combate a desigualdade como princípios não dissolutos de nossa identidade. Assim, o reconhecimento da diversidade étnica, de orientação sexual, das relações de gêneros e demais formas de organização e expressão da juventude deverão ser preservadas e inteiramente respeitadas por todos que fazem a Rede Cuca.

SOBRE A REDE CUCA

Instituto Cuca

O Instituto de Cultura, Arte, Ciência e Esporte, também denominado Instituto Cuca, é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos ou econômicos, de interesse coletivo e caráter eminentemente organizacional, assistencial, esportivo, recreativo, educacional e cultural, sem cunho político ou partidário, qualificada como Organização Social pelo Decreto Municipal nº 12.587 de 23/10/2009, publicado no diário oficial do município de Fortaleza/Ceará em 06/11/2009, responsável pela gestão da Rede Cuca e projetos de juventude afins aos seus objetivos estatutários. Tem sede e foro nesta capital à **Avenida Presidente Castelo Branco nº 6417, Bairro Barra do Ceará, CEP 60.010-000, Fortaleza/Ceará.**

Rede Cuca

A Rede Cuca é uma Rede de Proteção e Oportunidades composta pelos Cucas Mondubim, Jangurussu e Barra, que conta com profissionais qualificados para o atendimento do público jovem, tais como: pedagogos, professores, médicos, auxiliares de enfermagem, produtores, técnicos, psicólogos, assistentes sociais, bibliotecários, educadores sociais entre outros, aptos para o atendimento do público jovem.

Princípios do Instituto Cuca

O Instituto Cuca adotará como princípios institucionais de suas ações:

- I. Promoção da autoestima dos segmentos juvenis pelo estímulo ao seu potencial criador e produtor de conhecimentos;
- II. Participação dos jovens como elemento indispensável na elaboração, discussão e implementação de suas ações;
- III. Atividades na área de educação, formação, produção e difusão cultural como vetores fundamentais na geração de oportunidades, de emprego e de renda;
- IV. Reforço da diversidade cultural como fator de riqueza e desenvolvimento sustentável.

Missão

O Instituto Cuca tem como missão democratizar o acesso à informação, aos bens, serviços, equipamentos culturais, artísticos, esportivos e tecnológicos, incentivando o desenvolvimento das



potencialidades humanas por meio da promoção de atividades de educação, formação, lazer e entretenimento nas áreas de cultura, arte, ciência e esporte, de forma integrada, descentralizada e democrática, promovendo participação juvenil e proteção social.

O Instituto Cuca conta com os seguintes órgãos da Administração Executiva: I. Assembleia Geral; II. Conselho de Administração; III. Diretoria Executiva; IV. Conselho Fiscal, com composição e finalidades definidas em seu Estatuto.

A estrutura pedagógica do Instituto CUCA conta com: I. Diretoria de Educação; II. Coordenação Técnico-Pedagógica; III. Corpo Docente; IV. Corpo Discente; V. Secretaria Escolar; VI. Laboratórios de Aprendizagem; VII. Biblioteca; VIII. Dos Organismos Colegiados. Por meio desta equipe, realiza Ações de Educação, conforme a legislação vigente e determinações estatutárias.

Ações de Educação

A Rede Cuca realiza formações iniciais e continuadas nas áreas de cultura, arte, ciência e esporte entendidas como fatores de desenvolvimento pessoal, profissional, intelectual, afetivo e social da das juventudes de Fortaleza.

As formações são ofertadas segundo critérios e períodos previamente definidos e seu acesso é efetivado por meio da formalização de matrícula.

Organização do Ensino

As atividades de formação ofertadas pela Rede Cuca caracterizam-se como Cursos de **Formação Inicial e Continuada** destinados à qualificação e requalificação profissional, independente da escolaridade prévia, não estando sujeitas à regulamentação curricular, sendo oferecidas de forma livre em função das necessidades do mundo do trabalho e da sociedade.

Você poderá acessar na Sala de Matrículas as seguintes oportunidades:

Cursos Intensivos

Iniciações, sensibilizações ou aperfeiçoamentos nas diversas áreas da cultura, arte, ciência e esportes com carga horária até 60 horas / aula.

Cursos Extensivos

Formação intermediária e aperfeiçoamentos nas diversas áreas da cultura, arte, ciência e esportes, com carga horária superior a 61 horas /aula.

Práticas Esportivas

Prática continuada de esportes em suas diversas modalidades, visando a promoção do bem estar pessoal e coletivo, do autoconhecimento e da cidadania.

Clubes, Grupos e Seleções

Formação vivencial de médio e longo prazo das práticas artísticas ou esportivas, visando o aprimoramento técnico, a fruição da arte e do esporte e a pesquisa.

Conforme disposição estatutária, o Instituto CUCA poderá ministrar cursos de educação profissional inicial e continuada e técnica de nível médio.



A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida na forma subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio.

Organização do calendário

1. A semana consta de 5 (cinco) dias letivos, de terça a sábado.
2. As segundas são destinadas a manutenção e organização dos equipamentos e espaços.
3. As matrículas são realizadas mensalmente, conforme oferta regular, preferencialmente no início de cada mês.
4. Uma hora/aula corresponde a 60 minutos.
5. Os intervalos serão de 15 min após duas horas de aula.

Todas as atividades ofertadas pela Rede Cuca constituem-se como o primeiro nível da Educação Profissional e visam proporcionar ao jovem o desenvolvimento de suas competências e habilidades, de forma crítica, consciente, participativa e responsável, bem como de suas capacidades de lidar com a complexidade da vida produtiva e social.

Atividades Transversais e Complementares

As atividades transversais e complementares são ações de Difusão e Programação e de Promoção de Direitos Humanos que contemplam todas as idades e dinamizam as ações da Rede Cuca, promovendo o diálogo sobre temas de interesse da comunidade e o acesso às diversas manifestações culturais, artísticas e esportivas

Ações de Difusão e Programação

A Rede Cuca oferta e realiza mensalmente experiências de fruição coletivas, de reconhecimentos, formação do olhar e de plateias em atividades de entretenimento, lazer e difusão, nas áreas de cultura, artes e esportes valorizando a participação de artistas e atletas locais.

Ações de Promoção de Direitos Humanos

Os princípios e valores relativos aos Direitos Humanos adotados pela legislação brasileira são pautas permanentes da Rede Cuca e estão presentes na realização de atividades que contemplam as seguintes metodologias transversais: Economia Criativa e Empregabilidade; Participação Juvenil, Comunicação Popular e Cidadania, Mediação de Conflitos, Meio Ambiente, Saúde e Cidadania.

AGENTES DO PROCESSO EDUCATIVO

Os agentes do processo educativo compreendem todos os profissionais no exercício da docência, os que oferecem suporte pedagógico direto, incluindo as atividades de administração, apoio técnico ou de orientação, além dos alunos e familiares.

COORDENAÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA

A **Coordenação Pedagógica** coordena o planejamento pedagógico em consonância com a Proposta Pedagógica da Rede Cuca, possibilitando e priorizando a construção e o estabelecimento de metodologias colaborativas de aprendizado integrando todos os grupos que desempenham o fazer pedagógico. Acompanha, com as coordenações técnicas e professores, o desempenho, conquistas e desafios do(a)s jovens aluno(a)s.

A **Coordenação de Cultura e Arte** propõe processos formativos diversificados e afinados com a contemporaneidade, voltados especialmente para o desenvolvimento de competências necessárias



aos jovens interessados tanto em artes cênicas – circo, dança e teatro – como em música e literatura. Suas atividades intencionais direcionam-se para a socialização e promoção dos conhecimentos culturais e artísticos.

A **Coordenação de Cultura Digital** propõe processos formativos diversificados e afinados com a contemporaneidade, voltados especialmente para o desenvolvimento de competências necessárias a jovens interessados em mídias digitais (games, design, mídias móveis etc) em artes visuais (arte digital, fotografia, audiovisual, arte de rua), e em comunicação. Suas atividades intencionais objetivam a socialização e promoção dos conhecimentos reconhecidos como cultura digital, artístico e comunicacional.

A **Coordenação de Esportes** propõe a promoção da saúde física, mental e cidadania através da oferta das diversas modalidades esportivas, desenvolvendo atividades de esporte em três eixos principais: Participação (lazer), Educação e Competição. Suas atividades intencionais direcionam-se para socialização e promoção dos conhecimentos sobre o corpo e sua relação com a saúde e com a cidadania.

Essas coordenações são orientadas para estimular a interdisciplinaridade, não só entre conhecimentos específicos, mas também na proposição de ações em conjunto, favorecendo o trabalho colaborativo e criativo num ambiente que também favorece e valoriza ações singulares.

Professores

Os professores da Rede Cuca são profissionais qualificados para a orientação das atividades pedagógicas, orientações individuais, formação de clubes e grupos entre outras atividades.

O Corpo docente será constituído por professores de formação profissional devidamente habilitados para o exercício das suas funções, na forma da legislação vigente e contratados de acordo com a legislação trabalhista em vigor, nas modalidades:

- I - Contratação de serviços temporários, neste caso, denominados professores temporários ou
- II - Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, neste caso, denominados professores residentes.

A admissão do professor é feita mediante seleção procedida pela Coordenação do Curso, e aprovação final da Diretoria Executiva, e o mesmo só será empossado no exercício do magistério, após entrega dos documentos necessários a efetivação de sua contratação.

O TRABALHO DOCENTE

O professor cumpre um papel essencial no desenvolvimento das atividades da Rede Cuca. É no cotidiano das práticas docente que estabelecemos uma relação intensa de ensino e de aprendizagem com a comunidade e realizamos nossa proposta pedagógica, formalizada em nosso Projeto Político Pedagógico – PPP.

A proposta de perfil de ação docente da Rede Cuca que será expressa nesse texto não é rígida ou, tão pouco, tem a intenção de encapsular o professor num modelo hermético de ação, que o conduza a rotinas de trabalho marcadas pelo emprego de uma técnica metodologicamente calculada. Não se



trata disso! O que pretendemos referendar é a ideia de que ser professor do Cuca implica num conjunto de desafios de ordem pedagógica e didática que exigem de nossos colaboradores um compromisso intenso com a juventude de nossa cidade, e que precisamos fazer de nossos encontros com os jovens, experiências realmente significativas.

As orientações acerca da prática docente de nosso guia foram construídas a partir da leitura dos documentos da Rede Cuca (PPP, Estatuto, Regimento, Código de Conduta); da contribuição de nossos colegas professores, em suas reflexões críticas nos encontros pedagógicos de formação e nas reuniões propostas pelas coordenações técnicas; e pelo trabalho cotidiano de observação, pesquisa, intervenção e participação das coordenações pedagógicas dos Cucas.

O Professor da Rede Cuca é um interagente junto aos pares, à coordenação, aos usuários, aos espaços formativos do equipamento e à comunidade. Por isso o *trabalho em equipe* é um dos fundamentos de sustentação de nossa Rede. É imprescindível ao professor, *ser de relações*, estabelecer uma proposta comunicativa de trabalho que dialogue com os interesses da coordenação ao qual está vinculado, e com as ações dos demais professores a fim de construir parcerias e atividades interdisciplinares.

Embora esteja vinculado diretamente à Diretoria de Educação, o professor atua em toda a Rede Cuca, podendo participar de equipes multidisciplinares em sessões de planejamento e atividades compartilhadas entre diretorias e coordenações, tais como: oficinas, eventos, festivais, jogos, reuniões, etc.

A Rede Cuca propõe que cada colaborador perceba o seu papel junto à comunidade. Para isso, é preciso que os professores agucem as suas percepções em relação ao lugar onde o equipamento está situado e o seu entorno. Isso significa uma atitude investigativa e dialógica em relação aos jovens e os bairros, suas histórias, demandas específicas, interesses, movimentos políticos, artísticos, esportivos, culturais e educativos. Parte do sucesso dessa Rede de cooperação passa pela compreensão de que os processos educativos do Cuca excedem a sala de aula e transitam pela pesquisa, pela criação e proposição de projetos, pelo desenvolvimento de metodologias relacionadas às juventudes.

Na utilização dos espaços educativos o professor deverá orientar-se de modo a perceber e considerar o pensamento dos jovens: o seu lugar de fala, percepções e projetos de vida. O horário de formação, que já confere ao ato educativo uma forte dimensão técnica e instrumental, é também momento de encontro, partilha e transversalidade.

Isso implica que as diversas *metodologias* utilizadas pelos professores confirmam ao ato educativo uma percepção dos interesses e formas de expressão de nossos estudantes, bem como funcionem para as orientações em torno de questões ligadas as suas histórias e seus projetos de vida. É nesse contexto de pesquisa e estudo de interesses que temas, tais como: participação juvenil, direitos, deveres, cidadania, política, cultura, profissionalidade, saúde, ética, meio ambiente, violência urbana, territórios, cultura de paz, lazer etc., devam ser inseridos como *temas transversais*. Essa intencionalidade pedagógica se materializa no pensamento de que precisamos pautar nossas ações ou fazer para e com o jovem!

Aluno/a

São considerados aluno/as da Rede Cuca todo/as o/as jovens regularmente matriculado/as nos



cursos e modalidades esportivas ofertados.

MATRÍCULA

A efetivação da matrícula, ato formal de ingresso no curso, clube, grupo ou prática esportiva ofertados pela Rede Cuca, realizar-se-á na Sala de Matrícula, segundo condições de acesso, classificação, períodos e horários estabelecidos e divulgados previamente, observando o número de vagas existente e mediante a entrega de documentação exigida.

CURSOS, CLUBES E GRUPOS

Idade

15 a 29 anos

Documentos

- 1) cópia do documento de identificação com foto (RG, Carteira de Motorista, Carteira de trabalho, entre outros); caso não os possua, poderá apresentar a Certidão de Nascimento;
- 2) cópia de comprovante de endereço com CEP;
- 3) para os adolescentes menores de 18 anos, será necessário apresentar o Termo de Responsabilidade devidamente preenchido e assinado pelo representante legal com cópia do documento de identificação do Responsável Legal (Mãe, Pai, Avós, entre outros).

MODALIDADES ESPORTIVAS

Idade

14 anos e seis meses a 29 anos completos na data da matrícula.

Documentos

- 1) cópia de documento de identificação com foto (RG, Carteira de Motorista, Carteira de trabalho, entre outros); caso não os possua, poderá apresentar a Certidão de Nascimento;
- 2) cópia de comprovante de endereço com CEP;
- 3) para os adolescentes menores de 18 anos, será necessário apresentar o Termo de Responsabilidade devidamente preenchido e assinado pelo representante legal com cópia do documento de identificação do Responsável Legal (Mãe, Pai, Avós, entre outros).
- 4) Atestado Médico emitido pela Rede Cuca (Cuca Saudável) ou por outras instituições de saúde;
- 5) Para a prática de Natação será necessário apresentar aprovação do teste de Natação realizado por profissional designado pelo Cuca.

Da Transferência entre Cucas

As transferências serão efetuadas e admitidas para cursos e atividades similares e aceitas em qualquer época do ano mediante solicitação do aluno.

ATENÇÃO!

- O Instituto Cuca poderá definir, em conformidade com a sua finalidade educacional, atividades complementares com critérios de acesso diferenciados no que diz respeito a idade, nível de escolaridade, documentações exigidas, divulgando-os previamente;
- Será nula, de pleno direito, sem qualquer responsabilidade para o Instituto Cuca, a matrícula que se fizer com documento falso ou adulterado, ficando o responsável passível das penalidades que a lei determinar;
- Será considerado abandono do curso, clube, grupo ou prática esportiva a ausência não justificada do(a) aluno(a) por duas faltas seguidas a qualquer tempo da atividade;



A efetivação da matrícula implicará na aceitação dos termos deste Guia e Proposta Pedagógica do Instituto Cuca.

AVALIAÇÃO

Avaliação de Aprendizagem

A avaliação tem um caráter diagnóstico, formativo, contínuo e sistemático, reconhecendo o/a aluno/a como construtor do seu conhecimento e constituindo-se como parte relevante do processo educativo. Contempla todas as dimensões da formação humana, considerando os seus aspectos cognitivos, psicomotores e socioafetivos.

É importante que, ao primeiro momento de contato com a turma durante o processo de apresentação da proposta da formação, o professor esclareça quais são as formas e critérios de avaliação estabelecidos em seu plano de curso. Do mesmo modo, o cursista deverá ser informado que tem direito a um processo de recuperação, caso não alcance a média para aprovação instituída pela Rede Cuca.

A Avaliação dos cursos se fará por meio da apuração da Frequência e da Avaliação de Aproveitamento. Neste caso, poderão ser realizadas a aplicação de provas, trabalhos de pesquisa, listas de exercícios (individuais ou em grupo), produções artísticas, trabalhos, exercícios, experimentos, audições, registros, portfólios, visitas técnicas, geração de produtos, dentre outros resultados.

As avaliações consideram o desenvolvimento de competências e habilidades de acordo com as necessidades do mundo do trabalho e dos perfis profissionais definidos através de planos de cursos específicos.

Ao término do Curso, será considerado aprovado/a o/a aluno/a que obtiver número total de pontos igual ou superior a 7,0 (sete) e/ou frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária estabelecida pela Rede Cuca.

A avaliação das práticas esportivas se fará exclusivamente por meio da apuração da frequência, sendo considerado aprovado o/a aluno/a que obtiver frequência mensal, igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária estabelecida pela Rede Cuca.

Os resultados das avaliações deverão ser utilizados como princípios orientadores para a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades dos alunos, levando em consideração o predomínio dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos bem como transparência e autoavaliação.

ATENÇÃO!

- A frequência dos alunos é obrigatória e registrada pelos professores em seu caderno de planejamento diário, portanto, não deixe de comunicar sua presença ao professor;
- É vedado o abono de falta às atividades, salvo nos casos expressos pela legislação vigente (licença gestante (Lei nº6202 de 17.04.1975), licença de saúde (Decreto-Lei nº1044 de 21.10.1969), portanto, não deixe de comunicar e justificar faltas, procurando com o professor buscar formas de recuperação dos conteúdos e atividades realizadas;



- Duas faltas seguidas, sem justificativa, será considerado abandono da atividade e gerará bloqueio da matrícula.

Avaliação Institucional

A Rede Cuca realiza periodicamente pesquisas e avaliações quantitativas e qualitativas a respeito de suas ações, buscando aferir o grau de satisfação dos usuários, a qualidade dos serviços prestados, a participação da comunidade, entre outros aspectos previstos por seu Projeto Político Pedagógico.

Os nossos cursistas também participam ativamente desse procedimento. Ao final de cada formação, os jovens são convidados a preencher o formulário da avaliação institucional em que consta uma autoavaliação, a avaliação do professor, e do curso de uma forma geral.

Avaliação Educacional

Os resultados das avaliações de Aprendizagem e Institucional deverão subsidiar a avaliação educacional da Rede Cuca no tocante a melhoria de currículos, ambiente de aprendizagem, metodologias, formas de capacitação dos docentes, visando o aperfeiçoamento das práticas educativas.

Recuperação

Entende-se por estudos de recuperação o tratamento especial dispensado ao/as aluno/as nas situações de avaliação da aprendizagem, cujos resultados forem considerados pelo professor como insuficientes.

Os estudos de recuperação serão realizados durante e/ou ao final do curso, visando desenvolver as competências que o/a aluno/a não demonstrou domínio, através de atividades escolares suplementares, orientadas pelo professor, com programação estabelecida pela coordenação pedagógica e no Plano de Curso.

Competirá ao professor estabelecer estratégias de recuperação, podendo adotar processos pedagógicos diversos, como pesquisas, estudo de módulos, trabalhos individuais ou em grupos, leituras complementares, relatos de experiência e outras atividades que, a seu critério, forem julgadas adequadas, sempre voltadas a aprimorar a aprendizagem do/a aluno/a.

A duração dos Estudos de Recuperação será definida pela Rede Cuca atendendo ao grau de dificuldade verificada e ao ritmo de aprendizagem do/a aluno/a, levando-se sempre em consideração o parecer do/a professor/a que conduz o processo de recuperação.

O resultado dos Estudos de Recuperação, se satisfatório, deverá ser lançado na ficha individual do aluno, prevalecendo sobre aquele obtido durante o período letivo.

Reprovação

Estarão reprovados os alunos que obtiverem nota abaixo de 7,0 (sete) e/ou frequência inferior a 75% da carga horária.

CERTIFICAÇÃO

Certificados e Declarações de Participação



A conclusão das atividades formativas dará direito a certificados aos jovens que obtiverem aprovação dentro dos critérios definidos nas atividades.

Palestras, Oficinas e Vivências com carga horária de até 20 horas/aula, darão direito a declarações de participação, desde que tenha havido aproveitamento da atividade e/ou frequência mínima.

Nas modalidades esportivas, os jovens poderão solicitar declarações de participação.

INSTRUMENTAIS PEDAGÓGICOS

Comunicação Interna

A Comunicação Interna (C.I.) é um instrumento de circulação de informações, solicitações e agendamentos, que acompanha a elaboração do Plano de curso e encaminha as providências necessárias à realização da atividade.

Plano de curso

O professor deverá elaborar o *plano de curso* das atividades sob sua responsabilidade, submetê-lo à apreciação da Coordenação Técnica, para posterior aprovação da Coordenação Pedagógica e Diretoria de Educação, procurando sempre adequá-lo à realidade da juventude, à experiência do/as aluno/as, e aos conteúdos da área de conhecimentos da coordenação ao qual está vinculado.

Esses planos são apresentados em formulário padrão em que constam: cabeçalho, ementa, pré-requisitos, competências, plano de aula (data/mês, dia, horário, sala, bases tecnológicas/conteúdos, metodologia de aula, necessidades técnicas), avaliação de competências, metodologia de avaliação, Material de consumo, bibliografia básica e atividades complementares. Caberá ao coordenador de área e ao coordenador pedagógico esclarecer possíveis dúvidas e auxiliar o professor na elaboração desse instrumento.

Diário de Classe e Boletim da Turma

Os *diários de classe* devem estar permanentemente atualizados e presentes no Cuca. Deverão ser devolvidos diariamente a sala de professores. Os apontamentos nos diários de classe são de responsabilidade exclusiva do professor e deverão ser preenchidos, a cada aula ministrada, com a frequência dos alunos e o conteúdo programático de acordo com o plano de aula pré-estabelecido. Ao final da formação as frequências do/as aluno/as devem ser totalizadas. A rede Cuca utiliza como critério para a aprovação do estudante a porcentagem de 75% de frequência nas atividades.

Acompanhando o diário de classe segue o *boletim* da turma que deverá ser preenchido com pelo menos duas notas, uma relativa a participação e a outra de natureza técnica. O resultado por soma e divisão simples deverá objetivar uma nota final igual ou superior a 7,0. As notas dos cursistas deverão ser registradas em boletim atribuídas numa escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez).

Relatório mensal

O *relatório mensal* é um documento em que o professor apresenta, em linguagem objetiva, uma descrição do conjunto das atividades desenvolvidas. O formulário está dividido em quatro partes: descrição de atividades mensais, avaliação de produtos gerados, comprovações da atividade e considerações do Coordenador Técnico.



Nele, o professor deverá pontuar todas as suas ações do mês, considerando reuniões, cursos ministrados, estudos e pesquisas realizadas para aprimorar as suas práticas educacionais, assim como todos os projetos e parcerias (entre coordenações, direções e instituições).

Neste instrumento o professor poderá compartilhar diálogos, metodologias e experiências exitosas de ensino. Propor sugestões institucionais/pedagógicas que possam contribuir com as mudanças necessárias para garantir a qualidade do trabalho docente na Rede Cuca. Acrescentar fotografias, vídeos e depoimentos dentre outros registros que vão demarcar o seu jeito particular de pensar, criar, elaborar e realizar os cursos.

O prazo para a entrega do relatório é estabelecido pelos coordenadores técnicos.

ESPAÇOS EDUCATIVOS

Os Espaços Educativos são destinados principalmente às aulas teórico-práticas dos cursos e esportes do Programa de Educação. O seu funcionamento leva em conta as especificidades das áreas, carga horária, número de alunos por atividade, equipamentos e material que serão utilizados.

Biblioteca

As bibliotecas da Rede Cuca são espaços de contato direto e criativo com o universo da leitura e da literatura, com atividades para todas as idades e oferta de diversos serviços, tais como: consulta local, acesso à internet, jogos de tabuleiro, desenho, grupos de leitura e uma programação diferenciada que inclui leituras dramatizadas, oficinas, contações de histórias, encontros com escritores, palestras, dentre outras atividades.

Horário de atendimento

terças a sextas, de 8h às 20h, sábados, de 9h às 17h e domingos, de 9h às 12h e 13h às 17h.

Os usuários deverão obedecer ao Regulamento de funcionamento da Biblioteca.

LABORATÓRIOS DE APRENDIZAGEM

Os laboratórios são considerados instâncias complementares aos processos de ensino-aprendizagem e visam oportunizar a relação teoria e prática. Sua coordenação ficará a cargo de docentes ou técnicos competentes na área de sua formação.

São laboratórios de Aprendizagem:

Laboratório de Informática

Os laboratórios de informática estão equipados com 20 computadores conectados à Internet e servem como recursos didático-pedagógicos para realização dos cursos.

Sala de Artes Cênicas

São espaços destinados a aulas, a ensaios de mostras e espetáculos, realização de performances, em estreita articulação com os Programas de Difusão e Comunidade em Pauta.

Estúdio de Áudio

Espaço socioeducativo que tem como finalidade a realização de aulas de música, a produção e gravação de peças de áudio das aulas, a experimentação artística e a preparação do/a aluno/a para o mercado de trabalho na área da música.

Estúdio de Audiovisual



Espaço socioeducativo que tem como finalidade a realização de aulas e a produção e gravação de produtos audiovisuais, a experimentação artística e a preparação do/a aluno/a para o mercado de trabalho na área de audiovisual.

Central de Imagens

Destinada a edição e tratamento de imagens e produtos audiovisuais.

Radio Escola

Tem por finalidade o planejamento, a criação, a produção e a veiculação interna de peças de áudio.

Central de Ideias

Espaço destinado a elaboração de projetos, identificação de oportunidades de trabalho, encontros e formação.

Salas Multiuso

Espaços para realização de ações formativas nas diversas áreas de atuação da Rede Cuca.

Parque Esportivo

Destinado para as práticas esportivas, o parque esportivo do Cuca é composto por: Ginásio, Pistas de esportes radicais, Campo de areia, Piscina e Quadra poliesportiva externa.

Horário de funcionamento dos laboratórios de aprendizagem

Terça a sábado, de 8h às 21h

Sala de Professores

Sala destinada ao convívio, troca de saberes e aprendizagem dos professores. A sala conta sempre com a presença de um atendente que organiza e guarda material de consumo para as atividades letivas bem como diários e boletins de aula.

Sala de Matrículas

A sala de matrículas é o setor responsável pelas informações, emissão de documentos, registro e controle da vida educacional do aluno, bem como pela organização dos registros educacionais e de banco de dados relativos aos professores.

ESPAÇOS DE DIFUSÃO

São espaços de fruição, formação de plateia, aplicação de conhecimentos teórico-práticos e experimentações artísticas, proporcionando, num sentido técnico e criador, a expressão das habilidades adquiridas.

Cineclube

Destinado a realização de exibição de filmes, debates, seminários entre outras atividades.

Cineteatro e Anfiteatro

Destinado a realização de mostras, seminários, palestras, workshops, Festivais, apresentações artísticas, além de contemplarem o desenvolvimento de atividades resultantes do Programa de Educação.

ATENÇÃO! No acesso aos diversos espaços, os usuários deverão obedecer às normas de funcionamento específicas definidas em regulamentos próprios.

Orientações para a utilização dos espaços educacionais e equipamentos

O/A professor/a deverá se apresentar em seu ambiente de trabalho sempre num período de tempo mínimo que anteceda o horário marcado para o início da formação, e anterior à chegada dos



estudantes. É responsável pelo espaço e pela utilização segura dos equipamentos que se encontram sob sua responsabilidade devendo comunicar-se com o setor administrativo ao final da atividade e, se necessário, também nos intervalos.

É importante o docente comunicar, com antecedência ao coordenador da área e a atendente da sala dos professores, a possibilidade de ausência ou atraso e logo em seguida programar a reposição das aulas. É oportuno negociar com os estudantes o melhor período e horário para que esses momentos aconteçam. Em hipótese alguma, o professor poderá designar alguém para substituí-lo sem a anuência da Coordenação ou das Diretorias da Rede Cuca.

A reserva de equipamentos de multimídia ou de qualquer espaço físico (laboratório, quadra, campo, outras salas, etc.) deve estar prevista no Plano de Curso e ser solicitada com antecedência, junto ao setor responsável.

ATENÇÃO! No acesso aos diversos espaços de aprendizagem, os usuários deverão obedecer às normas de funcionamento específicas definidas em regulamentos próprios.

PRINCÍPIOS E NORMAS DE CONVIVÊNCIA

A Rede Cuca adota como princípios de convivência, o respeito às diferenças individuais relacionadas a etnia, credo, gênero, orientação sexual, opções políticas e culturais ou deficiências de qualquer natureza, que estão contidos nas relações de direitos e deveres deste Regimento.

Para atender aos princípios referidos, a Instituição buscará:

- I - Criar um clima de confiança e ética que promova o desenvolvimento interpessoal e participativo de todos os envolvidos no processo educativo;
- II - Valorizar os seus profissionais, estimulando-os em suas iniciativas inovadoras;
- III - Articular-se com as famílias criando processos de integração;
- IV - Promover ações educativas junto à comunidade que enriqueçam o desenvolvimento do educando e favoreçam a garantia da sua cidadania.

São atribuições do/as professor/as:

- I. Participar de elaboração, implementação e avaliação do Projeto Político Pedagógico do Instituto Cuca;
- II. Participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, formação e avaliação;
- III. Elaborar e cumprir o plano de curso referente aos planos curriculares sob sua responsabilidade nos prazos indicados e de acordo com as orientações da coordenação Técnico Pedagógica, informando nos casos de serem consideradas necessárias readaptações;
- IV. Preparar recursos didáticos e utilizá-los de forma adequada e em acordo com a legislação de direitos autorais e/ou licenças livres;
- V. Preencher os diários de classe conforme determinações da Coordenação Pedagógica, registrando diariamente a frequência dos alunos e o conteúdo programático, assim como observações e dados necessários para a avaliação;
- VI. Zelar pela aprendizagem dos alunos, estabelecendo estratégias de recuperação para aqueles com menor rendimento;
- VII. Colaborar com as atividades de articulação entre alunos e comunidade para participação das atividades do Cuca;
- VIII. Apresentar-se pontualmente e assiduamente, ministrando dias letivos e horas-aulas



- estabelecidos, recuperando aulas eventualmente perdidas, em concordância com a Coordenação;
- IX. Manter comunicação com a Coordenação Técnico Pedagógica, a respeito das dificuldades pedagógicas ou frequências irregulares identificadas em sala de aula;
 - X. Zelar pelos equipamentos e instalações do Cuca sob sua responsabilidade no exercício de suas atividades;
 - XI. Elaborar e entregar relatórios de atividades realizadas, nos prazos indicados e de acordo com as orientações da Coordenação;
 - XII. Encaminhar a Sala de Matrícula aluno/as que não estejam regularmente matriculados;
 - XIII. Entregar à Supervisão de Atendimento nos prazos estipulados, os resultados das avaliações do rendimento e frequência dos alunos;
 - XIV. Colaborar nas atividades de orientação educacional, bem como desempenhar outras atribuições docentes ou correlatas, previamente acordadas;
 - XV. Colaborar e participar na organização das atividades e festividades complementares às ações pedagógicas;
 - XVI. Colaborar no processo de acompanhamento dos alunos em estágio supervisionado;
 - XVII. Participar dos organismos colegiados quando solicitado;
 - XVIII. Observar o Regimento desta Instituição.

São direitos do Corpo Docente

- I. Ser respeitado na condição de profissional atuante na área da educação e no desempenho de suas funções;
- II. Solicitar aplicação de formas para atualização técnica, científica e cultural relativa ao seu campo de atuação, inclusive a aquisição de material e outros recursos que melhorem a eficiência e eficácia do processo ensino-aprendizagem;
- III. Participar da elaboração e implementação da Proposta Pedagógica e Regimento Interno;
- IV. Ter asseguradas as condições adequadas de trabalho;
- V. Tomar conhecimento das disposições do Regimento Interno;
- VI. Receber apoio técnico-pedagógico para orientar o educando quanto à elaboração do projeto profissional e outras atividades da função do docente;
- VII. Participar, desde que previamente acordado com a Coordenação e Diretoria, de aperfeiçoamentos profissionais, cursos, programas de atualização e palestras;
- VIII. Receber seus vencimentos referentes aos serviços prestados e devidamente pactuados conforme acordos específicos de trabalho.

É vedado ao corpo docente

- I. Discriminar alunos por suas diferenças individuais relacionadas com etnia, credo, gênero, opções políticas e culturais diferenciadas, situação social nacionalidade e capacidade intelectual;
- II. Fazer proselitismo político ou religioso, ou incitar os alunos a movimentos de agitação ou prática de atos de indisciplina;
- III. Ocupar-se em aula de assuntos estranhos à sua tarefa educativa;
- IV. Adotar ou vender em caráter de obrigatoriedade, obras de sua autoria sem permissão prévia da Direção Executiva do Instituto CUCA;
- V. Dispensar alunos ou impedi-los de assistir a aulas, consignar falta a alunos, atribuir notas ou reduzi-las, alegando motivos de indisciplina individual e ou coletiva;
- VI. Aplicar penalidades aos alunos, além das advertências e repreensão;
- VII. Utilizar-se de equipamentos, ferramentas e matéria-prima, destinados ao desenvolvimento dos cursos, para a realização de trabalhos particulares de quaisquer natureza;



- VIII. Falar em nome do Instituto CUCA ou de qualquer colega em qualquer oportunidade sem que tenha para isso obtido prévia autorização;
- IX. Incitar alunos a movimentos ou ações que incorram contra o acordo estabelecido por este Regimento;
- X. Levantar injúrias ou calúnias referentes a Instituição, aluno/as ou colaboradores.

São atribuições do(a)s aluno(a)s

1. Observar as responsabilidades inerentes ao seu papel, conforme as características da atividade, respeitando o Regimento Interno e demais Regulamentos administrativos;
2. Respeitar as diferenças individuais não adotando comportamentos discriminatórios relacionados a etnia, raça, cor de pele, origem, sexo, idioma, idade, religião, gênero, orientação sexual, condição social ou econômica, opções políticas e culturais ou deficiências de qualquer natureza;
3. Relacionar-se com cordialidade, cortesia e respeito com professores, colegas, colaboradores, comunidade e demais agentes do processo educativo;
4. Procurar conhecer seus direitos enquanto jovem e cidadão, nas esferas municipal, estadual e nacional.
5. Questionar, sugerir e propor medidas visando a melhoria do ensino e do convívio praticados;
6. Participar ativamente da construção de um ambiente de respeito e diálogo aberto entre todo/as;
7. Empenhar-se na auto-educação e no aproveitamento de todos os recursos disponíveis ao seu progresso intelectual e profissional;
8. Adotar uma conduta segundo os princípios da ética e do bom senso nas relações afetivas e amorosas advindas do convívio em espaços e atividades da Rede Cuca;
9. Zelar pelos materiais e equipamentos utilizados nas atividades pedagógicas e de pertencimento do Cuca, cedidos para uso individual e/ou coletivo, comprometendo-se a devolvê-los em mesmo estado de conservação do momento de empréstimo;
10. Colocar à disposição do Cuca, quando solicitado, os materiais utilizados no desenvolvimento pessoal de habilidades e competências, ao final das aulas ou cursos;
11. Em casos de desistência ou término de cursos, devolver à Instituição livros tomados de empréstimo à biblioteca e outros recursos que pertençam à Instituição;
12. Colaborar na conservação, manutenção e patrimônio do Cuca, zelando pelo, material e sala que lhe foi confiado;
13. Garantir a segurança pessoal e coletiva no uso de equipamentos e materiais, informando imediatamente quando observar dificuldades e fragilidades técnicas, ambientais e/ou humanas que comprometam o bom uso do material.
14. Fazer sempre uso de todo equipamento necessário para sua segurança pessoal e coletiva nas atividades pedagógicas;
15. Deixar aparelhos sonoros no modo silencioso, a fim de não atrapalhar o andamento da aula, nem incomodar as outras pessoas;
16. Comparecer pontual e assiduamente às aulas, às verificações de aproveitamento, solenidades e outras atividades programadas pelo Cuca, participando de forma ativa e responsável, resguardando 15 minutos de tolerância para eventuais atrasos;
17. Manter o CUCA informado sobre os motivos de eventuais ausências e atrasos nas atividades de formação profissional, assim como mudanças de dados cadastrais pessoais como endereço, telefone, e-mail, escolaridade etc.



São direitos do(a)s aluno(a)s

1. A igualdade de direitos e oportunidades como jovem em suas diferenças individuais, não sendo discriminado/as por motivos relacionados à etnia, cor de pele, origem, sexo, idioma, idade, religião, gênero, orientação sexual, condição social ou econômica, opções políticas e culturais ou deficiências de qualquer natureza;
2. Obter informações, usufruir e participar das conquistas e direitos advindos das Políticas das Juventudes nas esferas Municipal, Estadual e Nacional.
3. Expressar-se livremente, propondo e executando ações individual e/ou coletivamente, desde que as mesmas não ofendam ou agridam ninguém;
4. Ser ouvido/a e considerado/a com atenção e respeitado/a em seus pontos de vista, argumentos e apresentações;
5. Participar de atividades de formação e lazer nas áreas de cultura, arte, ciência e esportes, destinados ao seu pleno desenvolvimento.
6. Concluir as atividades de formação nas quais estiver regularmente matriculado, recebendo ao final documento comprobatório de conclusão da atividade, conforme o nível da educação profissional ofertado e a legislação vigente;
7. Receber orientação necessária para constante melhoria do seu rendimento;
8. Participar de todas as atividades elegíveis que colaborem para o aprimoramento da sua formação profissional e educação para a cidadania;
9. Ser informado com antecedência sobre o calendário de atividades;
10. Fumar nos locais a céu aberto;
11. A receber e/ou utilizar material didático necessário para o desenvolvimento de suas atividades de formação;
12. Frequentar todas as dependências do Cuca, dentro dos horários e segundo os regulamentos operacionais determinados e publicados pela administração para cada espaço;
13. Utilizar espaços e equipamentos contando sempre com o acompanhamento de um técnico responsável e designado para tal, mediante prévia solicitação e aprovação da Diretoria, zelando pelo bom uso e conservação dos mesmos;
14. Customizar a blusa cedida pelo Cuca, e utilizá-la somente por vontade própria;
15. Ter as atividades nas quais estejam regularmente matriculadas (a) iniciadas pontual e assiduamente, conforme planejamento e prévia divulgação do calendário;
16. Justificar faltas e atrasos pessoais junto à Coordenação Pedagógica, apresentando atestados, matrículas, cartas pessoais e/ou outros documentos comprobatórios;
17. Pleitear recuperação de atividades acompanhadas por um educador, sempre que apresentar justificativas para faltas e atrasos;
18. A intervalos de 15 minutos, a cada duas horas de aula;
19. Encontrar condições e equipe de educadores necessários ao desenvolvimento de suas potencialidades nas perspectivas individual, social e profissional;
20. Ser avisado previamente sobre eventuais cancelamentos, adiamentos ou atrasos de atividades do calendário;
21. Solicitar através de abaixo assinado ou outro instrumento coletivo, benefícios que entenda necessário para seu desenvolvimento pessoal e coletivo, ficando o Conselho de Administração do CUCA responsável por avaliar a demanda e aprovar a possibilidade orçamentária de atendimento;
22. Participar na formulação, execução e avaliação das atividades educacionais, a partir da sua concepção como pessoa ativa, livre, responsável e digna de ocupar uma posição central nos processos políticos e sociais.

ANEXO C - Avaliação Institucional da Rede CUCA

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL



Jovem CUCA, trabalhamos para e com você e é justamente por isso que a sua opinião é muito IMPORTANTE para melhorarmos os nossos cursos e oficinas. Lembramos que a sua identidade e os seus dados pessoais serão preservados.


CURSO / OFICINAS: _____ DIAS DA SEMANA: _____
 HORÁRIO: _____ PROFESSOR (A): _____ DATA: ____ / ____ / ____
 ALUNO (A): _____ E-mail: _____

1.	AUTOAVALIAÇÃO:	ESCOLHA ENTRE AS NOTAS:										
		ÓTIMO		BOM		REGULAR		INSUFICIENTE				
		10,0	9,0	8,0	7,0	6,0	5,0	4,0	3,0	2,0	1,0	0,0
1.1	A sua PARTICIPAÇÃO (curiosidade, diálogos, atenção, esclarecendo dúvidas, relacionamento com os outros e a colaboração).											
1.2	A sua PONTUALIDADE e APROVEITAMENTO.											
2.	AVALIANDO O(A) SEU(SUA) PROFESSOR(A): Escolha uma nota para as os seguintes aspectos e posturas:	ESCOLHA ENTRE AS NOTAS:										
		ÓTIMO		BOM		REGULAR		INSUFICIENTE				
		10,0	9,0	8,0	7,0	6,0	5,0	4,0	3,0	2,0	1,0	0,0
2.1	APRESENTAÇÃO DO CURSO.											
2.2	DOMÍNIO E CLAREZA EM RELAÇÃO AO CONTEÚDO.											
2.3	ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS.											
2.4	DINÂMICA DE AULA (Fez você se sentir incluído, participando, dialogando e construindo a sua aprendizagem.).											
2.5	PROCESSOS DE AVALIAÇÃO E RECUPERAÇÃO (Esclareceu no início do curso como vão ser esses processos).											
2.6	REGRAS DE CONVIVÊNCIA (Construiu com os(as) jovens as regras de convivência no espaço do curso/CUCA).											
2.7	PONTUALIDADE E ASSIDUIDADE (Iniciou e concluiu no horário estabelecido para o curso).											
2.8	RELACIONAMENTO (Ofereceu diálogo, atenção, interesse, incentivo, disponibilidade e respeito).											
2.9	APRESENTAÇÃO DO CUCA (Informou quais são as possibilidades de participação e utilização do CUCA pelos jovens – incentivando a sua participação na Programação, Biblioteca, Atividades dos Núcleos, Conselho de Jovens do CUCA, Comunidade em Pauta, dentre outros.).											
3.	AVALIANDO O CURSO: Escolha uma nota para as os seguintes aspectos:	ESCOLHA ENTRE AS NOTAS:										
		ÓTIMO		BOM		REGULAR		INSUFICIENTE				
		10,0	9,0	8,0	7,0	6,0	5,0	4,0	3,0	2,0	1,0	0,0
3.1	O CURSO como um todo.											
3.2	O MATERIAL DIDÁTICO (apostila, vídeos, slides, músicas e etc.).											
3.3	O HORÁRIO do curso.											
3.4	A CARGA HORÁRIA corresponde aos objetivos do curso.											
3.5	O ESPAÇO E OS EQUIPAMENTOS estavam adequados para o curso.											
3.6	ATENDIMENTO DOS(AS) COORDENADORES.											
3.7	MUDANÇA na sua vida. (Exemplo: contribuiu no seu autoconhecimento, trabalho, relacionamento pessoal, com a família e com a comunidade, etc.)											



Prefeitura de
Fortaleza
Conselho de Juventude

ANEXO D - Enquete da Rede CUCA

REDE CUCA 

Que cursos vocês gostaria de fazer no CUCA?

1. _____

2. _____

3. _____


4. _____

5. _____

Qual o melhor horário para você fazer curso no CUCA?

manhã tarde noite

Instituto CUCA
Instituto de Cultura, Arte, Ciência e Esporte

 **Prefeitura de Fortaleza**
Coordenadoria de Juventude

ANEXO E - Relatório da comissão de acompanhamento e avaliação do contrato de gestão 03/2016



RELATÓRIO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO INSTITUTO CUCA CONTRATO DE GESTÃO 03/2016 - REDE CUCA

EMENTA: Trata da avaliação das metas, relativa ao mês de maio de 2016 a abril de 2017 do Contrato de Gestão 03/2016 firmado entre a Prefeitura Municipal de Fortaleza e o Instituto de Cultura, Arte, Ciência e Esporte – Instituto CUCA, referente à administração e operação dos Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (CUCAs) e de projetos a eles vinculados.

A Prefeitura Municipal de Fortaleza, através do Gabinete do Prefeito, por intermédio da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude, celebrou Contrato de Gestão com o Instituto de Cultura, Arte, Ciência e Esporte – Instituto CUCA, qualificado como Organização Social, em consonância com a Lei Municipal nº 8.704, de 13 de maio de 2003 e suas alterações posteriores, bem como o Decreto nº 12.587, de 23 de outubro de 2009.

O Contrato de Gestão 03/2016 tem como objetivo o estabelecimento de parceria entre as partes para o fomento, produção, pesquisa e difusão nas áreas de arte, cultura, ciência e esporte, atribuindo ao Instituto CUCA a responsabilidade pela administração e operação dos Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte – CUCAs e projetos a ele vinculados, no âmbito do Município de Fortaleza, inicialmente, pelo período de 12 (dozes) meses a contar de sua assinatura e posteriormente, através de termo aditivo, foi alongado por mais 50 (cinquenta) dias.

Para a consecução da referida finalidade, o Contrato de Gestão especifica o Programa de Trabalho a ser desenvolvido pelo Instituto CUCA, define obrigações e responsabilidades das partes e estabelece, ainda, as condições para a execução, as metas a serem alcançadas, os critérios de avaliação e indicadores de qualidade e desempenho.

Quanto ao cumprimento deste Contrato de Gestão ficou acertado o valor global de R\$ 21.959.354,08 (vinte e um milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e oito centavos) com liberação prevista em 12 (doze) parcelas, condicionadas aos

Handwritten signatures and initials, including 'AA', 'OCF', and 'M', along with a dark rectangular stamp or mark.



relatórios emitidos pela Comissão de Avaliação e Acompanhamento das Ações do Instituto CUCA.

Cabe ressaltar que as despesas necessárias à execução do objeto pactuado no referido Contrato de Gestão, serão pagas através da Prefeitura Municipal de Fortaleza e por intermédio do Contrato de Empréstimo nº 2207/OC-BR firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no programa de governo intitulado “Programa Integrado de Políticas Públicas de Juventude”, orçamento do Fundo Municipal de Juventude, através das seguintes dotações orçamentárias:

PROGRAMA	DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE	IND. USO	SEQUENCIAL
Gestão CUCA I	13.122.0064.2480.0003	33.90.39	3102	0	72
			0101	2	73
Gestão Cuca VI	13.122.0064.2480.0001	33.90.39	0101	2	59
			3102	2	60
Gestão CUCA V	13.122.0064.2480.0002	33.90.39	0101	0	65
			0101	2	66
			3102	2	67

Segundo a cláusula décima primeira do citado Contrato de Gestão, a presente Comissão de Acompanhamento e Avaliação foi constituída pelo Órgão Supervisor (Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude) e tem por encargo elaborar este relatório conclusivo sobre a avaliação e desempenho do Instituto CUCA a ser encaminhado às partes contratantes.

Handwritten signatures and initials:
A.A. - OCB
Q



PORTARIA Nº 0948, DE 23 DE AGOSTO DE 2016 - GP

Altera a Portaria nº 903, de 27 de julho de 2015, que instituiu a Comissão de Acompanhamento das Ações do Instituto Cultural, Arte, Ciência e Esporte – Instituto CUCA, instituída pelo Município de Fortaleza, por intermédio da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude e o Instituto CUCA. RESOLVE: Art. 1º - A Comissão de Acompanhamento de que trata esta portaria será constituída de 08 (oito) membros, com mandato de 02 (dois) anos, admitida a recondução, devendo ser nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, após indicação da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude. Art. 2º - Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão de Acompanhamento e Avaliação das Ações do Instituto CUCA do Município de Fortaleza:

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso VI do art. 33 da Lei Orgânica do Município de Fortaleza e CONSIDERANDO a necessidade de alteração da composição da Comissão de Acompanhamento das Ações do Instituto Cultural, Arte, Ciência e Esporte – Instituto CUCA, instituída pela Portaria nº 903, de 27 de julho de 2015, para acompanhamento e avaliação das metas estabelecidas nos Contratos de Gestão celebrados entre o Município de Fortaleza, por intermédio da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude e o Instituto CUCA, RESOLVE: Art. 1º - A Portaria nº 903, de 27 de julho de 2015, passa a vigorar, com as seguintes alterações: "Art. 3º - A Comissão de Acompanhamento de que trata esta portaria será constituída de 08 (oito) membros, com mandato de 02 (dois) anos, admitida a recondução, devendo ser nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, após indicação da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude." Art. 2º - Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão de Acompanhamento e Avaliação das Ações do Instituto CUCA do Município de Fortaleza:

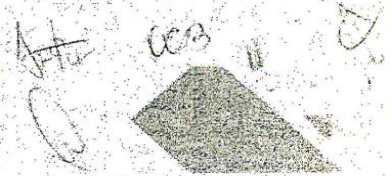
Nome	Cargo de Origem	Função	Matrícula
OTILIA CHAVES BARROS	Assistente Técnica Jurídica da Unidade de Gestão do Programa (UGP) do PIPPI, vinculada ao Gabinete do Prefeito	Presidente	96.100-54
FELICISSA ANTONIA GOMES AGUIAR	Assistente Técnica de Projetos, Monitoramento e Avaliação, da Unidade de Gestão do Programa (UGP) do PIPPI, vinculada ao Gabinete do Prefeito	Membro	98.515-23
APRIL MAGALHÃES PEQUENO	Assessor Técnico de Projetos, Monitoramento e Avaliação, da Unidade de Gestão do Programa (UGP) do PIPPI, vinculada ao Gabinete do Prefeito	Membro	114.382-01
URILDO OLIVEIRA BARBOSA	Assistente Técnico Administrativo II da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude, vinculada ao Gabinete do Prefeito	Membro	108.281-01
RICARDO DE ALMEIDA ARAUJO	Assessor Técnico Financeiro da Unidade de Gestão do Programa (UGP) do PIPPI, vinculada ao Gabinete do Prefeito	Membro	73.050-03
GERA PARENTE FARIAS RIBEIRO	Assistente Técnica Administrativo II da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude, vinculada ao Gabinete do Prefeito	Membro	110.970-01
ANA BEATRIZ LIMA MONTEIRO NUNES	Assessor Técnico de Projetos, Monitoramento e Avaliação, da Unidade de Gestão do Programa (UGP) do PIPPI, vinculada ao Gabinete do Prefeito	Membro	105.110-01
MARCOS ANTONIO COSTA MARTINS	Assessor Técnico de Aquisições da Unidade de Gestão do Programa (UGP) do PIPPI, vinculada ao Gabinete do Prefeito	Membro	110.353-01

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 23 de agosto de 2016, Roberto Claudio Rodrigues Bezerra - PREFEITO DE FORTALEZA.

I. SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

A sistemática de avaliação é baseada no que está determinado no Contrato de Gestão 03/2016 – formalizado entre o Instituto CUCA e a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude, na cláusula décima quinta – da fiscalização, do acompanhamento e da avaliação dos resultados, parágrafo sétimo que afirma:

Os critérios de avaliação dos resultados a serem utilizados pela Comissão de Avaliação, de que trata o caput, estão definidos no ANEXO II – SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO, sendo realizada mediante quadro de indicadores de desempenho, composto de indicadores de qualidade e de produtividade, mensuráveis de forma transparente e desenhados para incentivar o CONTRATADO a alcançar os níveis elevados de desempenho. Cada serviço terá um peso correspondente à sua participação relativa aos custos operacionais.



Segue abaixo a sistemática de avaliação:

Para cada indicador avaliado será atribuída uma nota de 0 (zero) a 10 (dez), conforme a relação entre o resultado observado e a meta (parâmetros) acordada no Contrato de Gestão, seguindo a escala abaixo:

RESULTADO COMPROVADO	NOTA ATRIBUÍDA
85 a 100%	10
66 a 84%	8
46 a 65%	6
Abaixo de 45%	2

O somatório dos pontos dividido pelo somatório dos pesos corresponderá à pontuação média global do Instituto CUCA.

A média geral obtida está associada aos conceitos, abaixo especificados:

RESULTADO COMPROVADO	NOTA ATRIBUÍDA
8,5 a 10,0 pontos	Muito Bom – Atingiu a totalidade ou quase a totalidade das metas compromissadas
6,6 a 8,4 pontos	Bom – Atingiu grande parte das metas compromissadas e seu desempenho pode melhorar
4,6 a 6,5 pontos	Regular – Atingiu parte das metas compromissadas e o resultado foi regular
Abaixo de 4,5 pontos	Insuficiente – não atingiu as metas compromissadas

II. ANÁLISE TÉCNICA

Em consonância com a cláusula sétima, parágrafo primeiro do Contrato de Gestão 03/2016: O Órgão Supervisor constituirá uma Comissão de Acompanhamento e Avaliação através de portaria, composta por especialistas de notória especialização e adequada qualificação, que elaborará relatório conclusivo bimestralmente e no final da execução contratual, a ser encaminhado às partes contratantes.

Sendo assim os relatórios destinam-se a analisar as metas de forma bimestral.

Handwritten signatures and initials: "A. A. B." and "C. B." are visible in the bottom right corner of the page.



META 01 – POSSIBILITAR 280.000 ATENDIMENTOS À PESSOAS, PRIORITARIAMENTE JOVENS, EM TODAS AS ATIVIDADES REALIZADAS NO CUCA E DISPONIBILIZAR GRATUITAMENTE ESPAÇOS DO CUCA PARA ENCONTROS, REUNIÕES E OUTROS, ADVINDOS DE DEMANDAS EXTERNAS;

TABELA 1 – atendimentos realizados pela Rede CUCA de maio de 2016 a abril de 2017.

META 01					
	BARRA	MONDUBIM	JANGURUSSU	TOTAL MENSAL	TOTAL BIMESTRAL
MAI e JUN	5.096	8.216	4.083	17.395	40.767
	6.929	9.860	6.583	23.372	
JUL e AGO	3.760	9.943	8.121	21.824	46.552
	5.853	12.011	6.864	24.728	
SET e OUT	6.935	9.748	4.532	21.215	44.711
	9.173	8.050	6.273	23.496	
NOV e DEZ	5.877	7.898	5.775	19.550	42.624
	5.388	12.496	5.190	23.074	
JAN e FEV	4.708	7.837	4.469	17.014	35.254
	5.937	6.968	5.335	18.240	
MAR e ABR	16.234	9.983	8.975	35.192	62.528
	14.158	6.857	6.321	27.336	
TOTAL	90.048	109.867	72.521	272.436	272.436

Fonte: Relatórios de atividades apresentados pelo Instituto CUCA.

Com vistas a facilitar a análise da comissão, quanto aos números alcançados, o valor médio esperado para os atendimentos por bimestre corresponde a 46.800.

Desta forma, os números alcançados, demonstram que com 12 (onze) meses de execução, o contrato de gestão alcançou mais de 95% do valor de atendimento pretendido, sendo assim a nota alcançada pelo Instituto CUCA nessa meta foram as seguintes:

- Maio e junho – 8,0 Pontos;
- Julho e agosto – 9,0 Pontos;
- Setembro e outubro – 8,0 Pontos;
- Novembro e dezembro – 8,0 Pontos;
- Janeiro e fevereiro – 7,0 Pontos;
- Março e abril – 10,0 Pontos.

Handwritten signatures and initials, including 'A.A.', 'OCS', and 'D', along with a small graphic of a pyramid.



A média das notas totaliza **8,4 pontos**, que conforme a tabela da sistemática de avaliação atinge ao critério **BOM**.

Desta forma, a meta foi parcialmente cumprida e se a organização social mantiver a média dos atendimentos dos últimos meses, a meta será superada, haja vista que para atingir o valor esperado, precisa-se apenas de 8.000 atendimentos, o que corresponde à média de atendimentos de apenas um equipamento.

META 02 – CERTIFICAR NO MÍNIMO 80% DOS JOVENS INSCRITOS EM CURSOS EM SEUS NÍVEIS BÁSICOS, INTERMEDIÁRIOS E AVANÇADO, EM CURSOS LIVRES, FORMAÇÃO CONTINUADA E EM QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL;

Tabela 2 – Cursos e certificações da Rede CUCA de maio de 2016 a abril de 2017.

META 02									
	BARRA		MONDUBIM		JANGURUSSU		TOTAL		%
	Matri.	Certif.	Matri.	Certif.	Matri.	Certif.	Matri.	Certif.	
MAI	104	74	221	117	143	59	468	250	53%
JUN	119	68	193	124	193	107	505	299	59%
JUL	158	102	192	130	167	74	517	306	59%
AGO	79	42	179	119	140	73	398	234	59%
SET	140	73	99	55	117	82	356	210	59%
OUT	95	55	72	48	23	19	190	122	64%
NOV	251	120	75	56	37	37	363	213	59%
DEZ	325	176	379	254	341	201	1045	631	60%
JAN	51	40	112	77	95	63	258	180	70%
FEV	163	102	130	94	206	127	499	323	65%
MAR	260	115	353	149	291	155	904	419	46%
ABR	247	56	358	67	290	86	895	209	23%
TOTAL							6398	3396	53%

Fonte: Relatórios de atividades apresentados pelo Instituto CUCA.

O percentual de no mínimo 80% certificações não foi cumprida em sua totalidade, no entanto, o baixo número de certificação nos cursos da Rede CUCA se dá pelo grande número de evasões dos jovens, onde muitos desistem logo após a matrícula.

As pontuações alcançadas nessa execução da meta foram as seguintes:

- Maio e junho – 7,0 Pontos;
- Julho e agosto – 7,0 Pontos;

Handwritten notes and signatures:
J.F.
Q
CCB
111

- Setembro e outubro – 6,5 Pontos;
- Novembro e dezembro – 6,0 Pontos;
- Janeiro e fevereiro – 6,0 Pontos;
- Março e abril – 6,0 Pontos.

A média entre as notas obtidas foi de **6,41 pontos**, por não se ter atingido a meta pactuada e o critério estabelecido foi **REGULAR**.

META 03 – OFERTAR 44.000 (QUARENTA E QUATRO MIL) VAGAS EM DIVERSAS PRÁTICAS DESPORTIVAS;

Tabela 3 – Vagas em práticas esportivas por equipamento da Rede CUCA de maio de 2016 a abril de 2017.

META 03				
	BARRA	MONDUBIM	JANGURUSSU	TOTAL
MAI e JUN	1775	2019	2605	6399
JUL e AGO	1820	1595	2954	6369
SET e OUT	2548	2180	3119	7847
NOV e DEZ	2830	2180	2954	7964
JAN e FEV	2777	2400	2809	7986
MAR e ABR	2971	2605	2984	8560
TOTAL				45125

Fonte: Relatórios de atividades apresentados pelo Instituto CUCA.

Conforme demonstrado pelo Instituto CUCA ao longo da execução, a meta foi superada ultrapassando as 44.000 vagas previstas.

Para facilitar a análise da comissão de metas, as 44.000 vagas foram divididas pelos 6 bimestres correspondentes a execução do contrato, o que daria uma média de 7.300 vagas a serem ofertadas bimestralmente. Onde, nos dois primeiros bimestres a oferta ficou abaixo da média esperada, sendo superada nos bimestres seguintes.

As notas alcançadas nessa meta conforme a avaliação da comissão de acompanhamento foram as seguintes:

- Maio e junho – 8,0 Pontos;
- Julho e agosto – 8,0 Pontos;
- Setembro e outubro – 10,0 Pontos;
- Novembro e dezembro – 10,0 Pontos;

Handwritten notes and signatures:
 CCIS
 [Signature]



- Janeiro e fevereiro – 10,0 Pontos;
- Março e abril – 10,0 Pontos.

Sendo a média alcançada de **9,6 pontos**, o que segundo a sistemática de avaliação corresponde ao critério **MUITO BOM**.

META 04 – ATENDER, 360 (TREZENTOS E SESENTA) ESTUDANTES DO 9º ANO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO OFERTANDO-LHE O CONTRATURNO ATRAVÉS DO PROJETO INTEGRAÇÃO;

O Projeto Integração é um projeto da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude em parceria com a Secretaria de Educação do Município de Fortaleza, onde os alunos do 9º ano do ensino fundamental, participam de atividades, cursos, esportes, tem aula de redação e matemática na Rede CUCA, no contraturno escolar.

Como o Projeto Integração segue o calendário escolar, suas atividades tiveram início em agosto de 2016, onde contava-se com a expectativa de atendimento de 360 alunos e em novembro foram certificados nos cursos ofertados pela Rede CUCA, 341 alunos.

Por ser uma meta de atendimento fixo, a média alcançada nos meses de agosto de 2016 a novembro de 2016 foi **8,0 pontos** com o critério **BOM**.

META 05 – REALIZAR, 30 (TRINTA) ATIVIDADES, PROJETOS E/OU GRUPOS DE DISCUSSÃO PARA A PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA JUVENTUDE, DIREITOS HUMANOS E PROTEÇÃO SOCIAL ENVOLVENDO A COMUNIDADE E AS FAMÍLIAS DOS JOVENS ATENDIDOS NAS ATIVIDADES E PRÁTICAS DO CUCA.

Tabela 4 – Atividades, projetos e/ou grupos de discussão para promoção dos direitos da Juventude, Direitos Humanos e proteção social realizados por equipamento da Rede CUCA de maio de 2016 a abril de 2017.

META 05				
	BARRA	MONDUBIM	JANGURUSSU	TOTAL
MAI e JUN	51	70	66	187
JUL e AGO	40	55	56	151
SET e OUT	53	105	36	194

Handwritten notes and signatures:
ATA 002 III
Q



NOV e DEZ	45	209	100	354
JAN e FEV	25	33	60	118
MAR e ABR	26	46	57	129
TOTAL				1133

Fonte: Relatórios de atividades apresentados pelo Instituto CUCA.

A meta foi superada com mais de 1.000 ações realizadas em 12 meses de execução, com pontuação média de **10,0 pontos** e critério **MUITO BOM**.

META 06 – REALIZAR, 120 (CENTO E VINTE) APRESENTAÇÕES DE ESPETÁCULOS DE TEATRO, DANÇA, MÚSICA E/OU CIRCO DE ARTISTAS, GRUPOS OU COLETIVOS DE DIVERSOS GÊNEROS, ASSIM COMO DE GRUPOS PROFISSIONAIS OU AMADORES;

Tabela 5 – Apresentações de espetáculos de teatro, dança, música e/ou circo de artistas, grupos ou coletivos de diversos gêneros realizados por equipamento da Rede CUCA de maio de 2016 a abril de 2017.

META 06				
	BARRA	MONDUBIM	JANGURUSSU	TOTAL
MAI e JUN	13	30	17	60
JUL e AGO	14	19	9	42
SET e OUT	19	18	30	102
NOV e DEZ	13	33	20	66
JAN e FEV	11	23	11	45
MAR e ABR	18	31	16	111
TOTAL				426

Fonte: Relatórios de atividades apresentados pelo Instituto CUCA.

A meta foi superada com a comprovação da realização de 426 apresentações nos 12 meses avaliados, onde a pontuação média alcançada foi de **10,0 pontos** durante todo o período e critério **MUITO BOM**.

META 07 – APOIAR, 30 (TRINTA) ATIVIDADES TRANSVERSAIS ABRANGENDO OS DIVERSOS SEGMENTOS DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, COMUNICAÇÃO E/OU DIREITOS HUMANOS POR MEIO DE PROPOSTAS DE SEGMENTOS INTERNOS OU EXTERNOS;

AA
D
CCB
M

Tabela 6 – Atividades transversais realizadas por equipamento da Rede CUCA de maio de 2016 a abril de 2017.

META 07				
	BARRA	MONDUBIM	JANGURUSSU	TOTAL
MAI e JUN	23	71	128	222
JUL e AGO	8	19	6	33
SET e OUT	20	34	23	77
NOV e DEZ	22	25	47	94
JAN e FEV	13	6	7	26
MAR e ABR	13	26	23	62
TOTAL				514

Fonte: Relatórios de atividades apresentados pelo Instituto CUCA.

A meta foi superada na execução do contrato. E as notas alcançadas nessa meta conforme a avaliação da comissão de acompanhamento foram as seguintes:

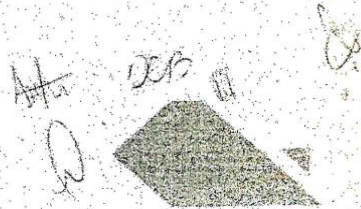
- Maio e junho – 10,0 Pontos;
- Julho e agosto – 10 Pontos;
- Setembro e outubro – 10,0 Pontos;
- Novembro e dezembro – 10,0 Pontos;
- Janeiro e fevereiro – 8,5 Pontos;
- Março e abril – 10,0 Pontos.

Sendo a média alcançada de **9,75 pontos** com o critério **MUITO BOM**.

META 08 – PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL, EDUCACIONAL E PROFISSIONAL DE 400 (QUATROCENTOS) JOVENS ATRAVÉS DO PROJETO COZINHA CRIATIVA.

A execução do Projeto Cozinha Criativa teve início em janeiro de 2017 e suas aulas iniciaram em fevereiro de 2017, com 15 turmas e 329 alunos beneficiados, os alunos beneficiados foram selecionados através de editais próprios, sendo que dos 400 alunos selecionados, 71 desistiram por motivos diversos, seja por incompatibilidade de horários ou falta de interesse na continuação do processo.

Nos meses de março e abril de 2017, 325 jovens continuavam no projeto com a inserção em cozinhas escolas para a aplicação do aprendizado.





Assim a meta foi concluída com pontuação média de **9,0** pela sua execução, alcançando o critério **MUITO BOM**.

III. PARECER GERAL CONCLUSIVO

O trabalho desta comissão consistiu em analisar os documentos comprobatórios apresentados pela Organização Social, com o objetivo de constatar a realização das atividades programadas e avaliar a qualidade da execução, seguindo os critérios definidos no Contrato de Gestão.

Conforme a sistemática de avaliação, as médias alcançadas pelo Instituto CUCA, obtiveram **8,9 pontos**, o que caracteriza como um conceito de **MUITO BOA** execução.

É o parecer.

Fortaleza, 16 de maio de 2017.

Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Instituto CUCA:

Cítilia Chaves Barros
Cítilia Chaves Barros

Presidente

Francisca Antônia Gomes Aquino
Francisca Antônia Gomes Aquino

Membro

Artur Magalhães Pequeno
Artur Magalhães Pequeno

Membro

Ricardo de Almeida Araújo
Ricardo de Almeida Araújo

Membro

Marcos Antônio Costa Matias
Marcos Antônio Costa Matias

Membro



ANEXO F - Dados do quantitativo de atendimento da Rede CUCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTLAEZA
COORDENADORIA DE JUVENTUDE/ PIPPI

ATENDIMENTO BENEFICIADO	São considerados os acessos, onde é feito o registro de pessoas que passam pelas atividades, que seja a participação em curso, atividade esportiva, biblioteca, participação em show, atendimento Considera-se beneficiado, a pessoa atendida, mas considerando a sua individualidade, ou seja, o sujeito é beneficiado em vários atendimentos (se participar do curso de informática, de uma prática
PRÁTICAS ESPORTIVAS E CURSO	Nos cursos e práticas esportivas, cada matrícula é um acesso, ou seja, são contabilizados por curso e não por aula.
DPDH	Dentre as atividades não desagregadas, estão as atividades realizadas pela DPDH (rodas de conversa, elaboração de currículos, atendimentos médicos e Cuca na Comunidade (onde é cedido espaço

REDE CUCA - 2014 a 2016	
	2014
2014	249.560
2015	296.068
2016	332.404
TOTAL	878.032

DADOS POR UNIDADE - 2014 a 2016			
	2014	2015	2016
CUCA BARRA	101.203	30.361	104.574
CUCA WONDUBIM	70.900	21.270	96.704
CUCA JANGURUSSU	77.457	23.237	83.818
TOTAL	249.560	74.868	296.068

CUCA BARRA - 2014	
	2014
BIBLIOTECA	14.678
MÚSICA	4.843
CINEMA	6.489
TEATRO/DANÇA/CIRCO	14.223
CURSO	3.533
ESPORTE	7.317
OUTROS*	50.120
TOTAL	101.203

CUCA WONDUBIM 2014	
	2014
BIBLIOTECA	9.318
MÚSICA	5.331
CINEMA	9.605
TEATRO/DANÇA/CIRCO	6.456
CURSO	2.519
ESPORTE	6.057
OUTROS*	31.604
TOTAL	70.900

CUCA JANGURUSSU 2014	
	2014
BIBLIOTECA	18.828
MÚSICA	3.981
CINEMA	8.811
TEATRO/DANÇA/CIRCO	3.181
CURSO	1.975
ESPORTE	6.781
OUTROS*	33.900
TOTAL	77.457

CUCA BARRA - 2015	
	2015
BIBLIOTECA	12.056
MÚSICA	3.436
CINEMA	6.498
TEATRO/DANÇA/CIRCO	7.098
CURSO	3.114
ESPORTE	9.228
TOTAL	42.430

CUCA WONDUBIM 2015	
	2015
BIBLIOTECA	27.172
MÚSICA	4.353
CINEMA	7.146
TEATRO/DANÇA/CIRCO	7.768
CURSO	2.318
ESPORTE	10.841
TOTAL	62.618

CUCA JANGURUSSU 2015	
	2015
BIBLIOTECA	24.218
MÚSICA	3.456
CINEMA	6.903
TEATRO/DANÇA/CIRCO	4.841
CURSO	1.669
ESPORTE	13.036
TOTAL	54.123

OUTROS*	79.695	8.509
TOTAL	83.818	25.145

CUCA JANGURUSSU 2016		ATENDIMENTO	BENEFICIÁRIO
BIBLIOTECA	16.822	5.047	
MÚSICA	6.445	1.934	
CINEMA	7.611	2.283	
TEATRO/DANÇA/CIRCO	3.345	1.004	
CURSO	2.037	611	
ESPORTE	15.968	4.790	
OUTROS*	32.814	9.844	
TOTAL	85.042	25.513	

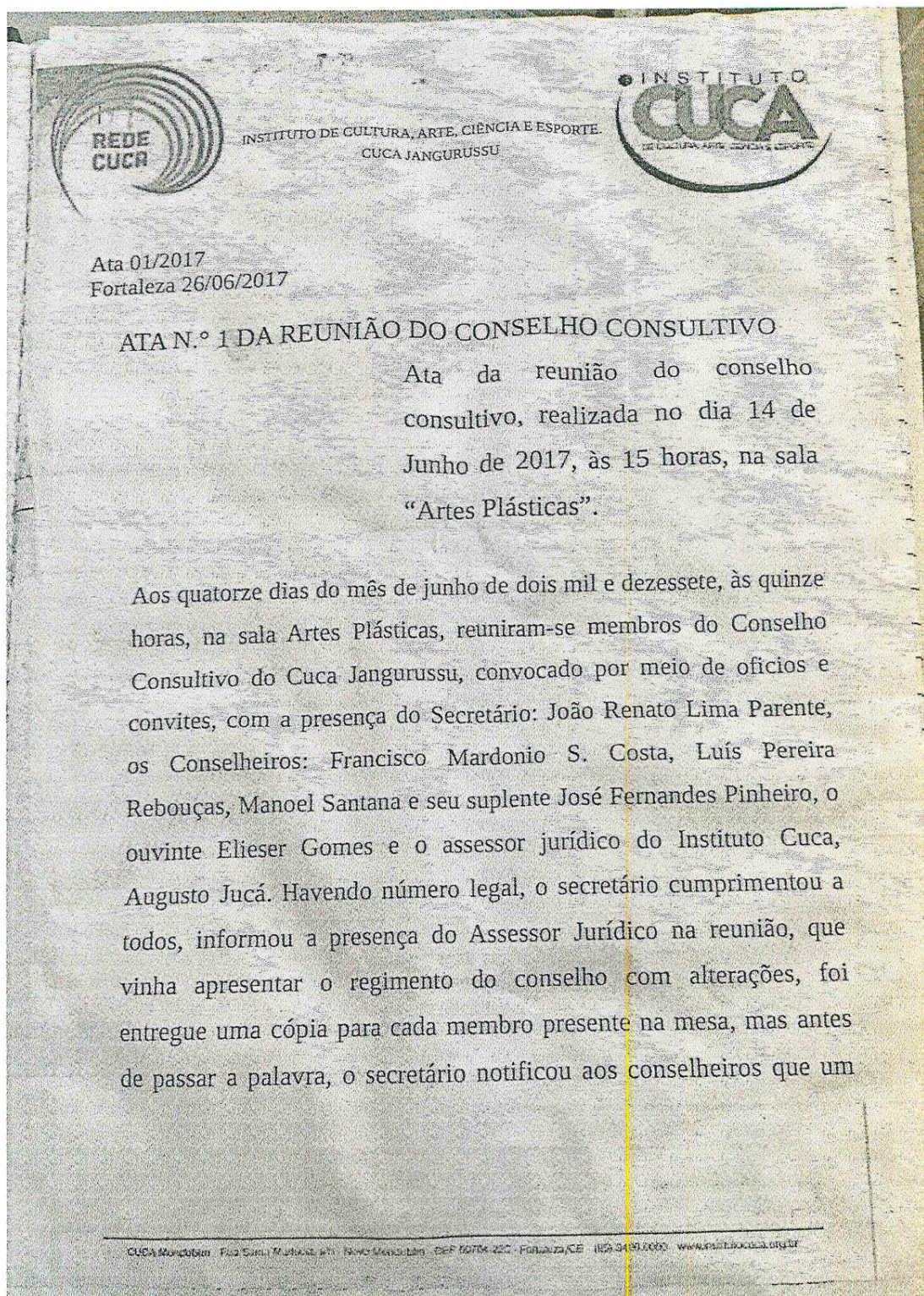
OUTROS*	37.106	11.132
TOTAL	96.704	29.011

CUCA MONDUBIM 2016		ATENDIMENTO	BENEFICIÁRIO
BIBLIOTECA	28.201	8.460	
MÚSICA	7.876	2.363	
CINEMA	8.411	2.523	
TEATRO/DANÇA/CIRCO	6.030	1.809	
CURSO	2.318	695	
ESPORTE	12.677	3.803	
OUTROS*	77.275	23.183	
TOTAL	142.788	42.696	

OUTROS*	74.116	22.235
TOTAL	115.546	34.664

2016 - DESABREGADO		CUCA BARRA 2016	
	ATENDIMENTO	BENEFICIÁRIO	
BIBLIOTECA	18.248	5.474	
MÚSICA	911	273	
CINEMA	10.031	3.009	
TEATRO/DANÇA/CIRCO	5.220	1.566	
CURSO	2.226	668	
ESPORTE	12.341	3.702	
OUTROS*	55.597	16.679	
TOTAL	104.574	31.372	

ANEXO G - Ata da Primeira Reunião do Conselho Consultivo do Cuca Jangurussu

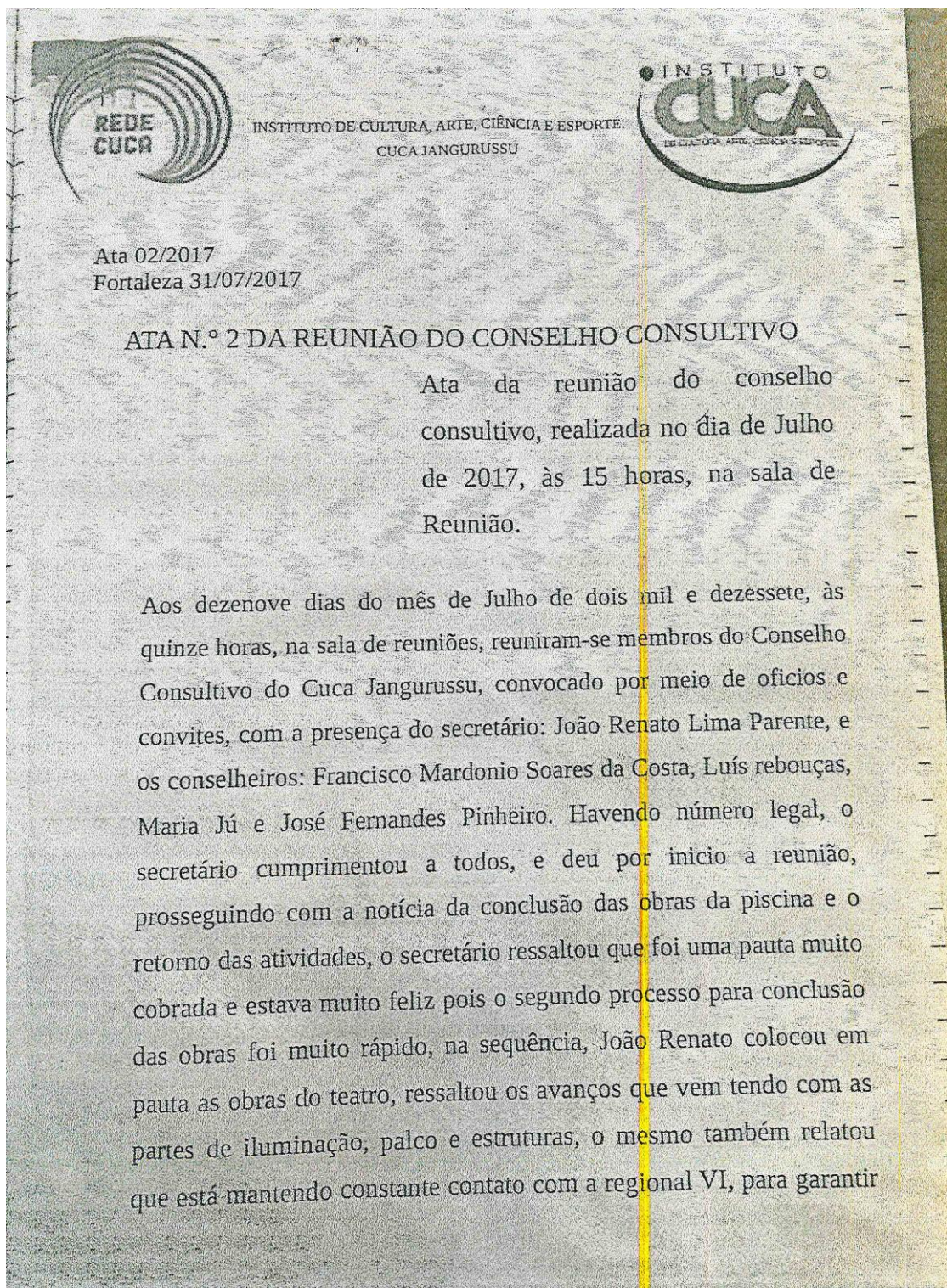


rapidez e eficiência nas obras, o mesmo também informou sobre diversas atividades que acontecem e acontecerão na rede cuca, como: as **Olimpíadas da Juventude de Fortaleza**, O torneio que é a maior competição esportiva da Rede Cuca e a segunda maior do Estado, disponibiliza quinze modalidades esportivas: Futsal, Futebol de Areia, Voleibol, Vôlei de Praia, Handebol, Basquete, Natação, Triathlon, Corrida de Rua, Passeio Ciclístico, Muay Thai, Kick Boxing, MMA, Jiu Jitsu e Capoeira. **O Favela Arte Festival da Juventude**, Um evento que é realizado em parceria com a Central Única das Favelas (Cufa) e tem o objetivo de fortalecer a cultura urbana produzida nas comunidades, além de promover os talentos da juventude no entorno da Rede Cuca, e em seguida no mês de agosto acontecerá **O viradão da Juventude de Fortaleza**, que tem como objetivo envolver ainda mais a juventude em práticas direcionadas à música, dança, teatro, literatura, esporte e empreendedorismo, Renato ressaltou que o período do virão foi pensado em final de semana, pois esse é o horário de maior índice de letalidade Juvenil da cidade. Na sequência também falou sobre várias manutenções e reparos que estão acontecendo no Cuca Jangurussu, com o intuito de melhorar e garantir comodidade para os usuários. Frisou também sobre uma atividade que a associação dos moradores do São Cristóvão em parceria com o cuca realizará **O Aniversário do Conjunto São Cristóvão** que acontecerá no dia vinte e sete de Julho, Em seguida sem mais havendo a tratar o secretário agradeceu a presença de todos, e deu por encerrada a reunião, solicitando a mim Yslaison Alves, Assistente Administrativo, que lavrasse a presente

ata que será lida e assinada.

[Signature]
Francisco Mardenio Soares Costa (Donny).
Manoel Reinaldo de Santana SILVA
José Fernando Pinheiro.

ANEXO H - Ata da Segunda Reunião do Conselho Consultivo do Cuca Jangurussu



jovem estudante de políticas públicas (Erlon Albuquerque de Oliveira) estava fazendo mestrado e sua tese abordava o Cuca, pedindo o mesmo para participar das reuniões do conselho com intuito de estudar pontos que ligam o cuca e a comunidade, foi pautado na reunião e decidido por meio de votação, que o estudante poderia participar das reuniões subsequentes. Em seguida o assessor Augusto tomou posse da palavra e deu por início a reunião. Na sequência foi lido o regimento, Augusto frisou o artigo quarto, que trata sobre a ampliação da composição do conselho de dezessete membros para dezoito, deixando uma vaga para um membro da polícia Militar, ressaltou também a importância da presença dos suplentes, em seguida foi pautado o artigo décimo terceiro que diz **“As reuniões dos conselhos consultivos dos cucas acontecerão mensalmente e serão iniciadas, em primeira chamada, contando com a presença de, pelo menos, metade do número dos conselheiros, e, em segunda chamada, após vinte minutos, com qualquer número de presentes, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia”**. Os conselheiros pediram a redução do tempo da segunda chamada para dez minutos em vez de vinte, o assessor anotou a pauta e a reunião prosseguiu. O conselheiro Francisco Mardonio, solicitou que os convites para as reuniões fossem elaborados com os nomes dos destinatários impresso nos mesmos, a pauta foi encaminhada e os próximos convites serão confeccionados com a alteração. O secretário João Renato prestou esclarecimentos a todos presentes sobre os encaminhamentos das obras do teatro e da piscina, relatou como está o processo, os trabalhos que estão sendo

executados e o ótimo desempenho das obras. Luís Pereira solicitou que as pautas das próximas reuniões fossem divulgadas via Whatsapp antecedentes as mesmas. Em seguida o secretário agradeceu a presença de todos nada mais havendo a tratar, o mesmo deu por encerrada a reunião, solicitando a mim Yslaison Alves, Assistente Administrativo, que lavrasse a presente ata que será lida e assinada.


Luís Pereira


Francisco Mardenio Soares Costa

José Fernando Pinheiro

Yslaison Alves

ANEXO I - Ata da Nona Reunião do Conselho Consultivo do Cuca Mondubim

REDE CUCA 



ATA DA 9ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO CUCA MONDUBIM

Data: 18/05/2017	Horário de Início: 15h30	Horário de Término: 17h00
Local:	Studio de Vídeo	
Participantes:	Liliane Benício (Gerente Administrativo do Cuca Mondubim), Kerolanne Lima (Assistente Administrativo), Livia Tavares (Auxiliar Administrativo), Camila Gomes (Fórum de Jovens), Lucas Erick (Práticas Esportivas), Cintya Maria (Práticas Esportivas), André de Sousa (Comerciante), Cilene Costa (Distrito de Educação V), Ricardo Oliveira (Creas), Lorena Kyssia (SER V), Isaac de Sousa (Forum de Jovens).	
Pauta:	<ul style="list-style-type: none"> - Assinatura da Folha de Frequencia; - Leitura e assinatura da Ata; - Data da próxima reunião. 	

Na reunião do dia 18/05/2017 a Sra. Liliane Benício, Gerente Administrativo do Cuca Mondubim, recebeu os membros do Conselho Consultivo. Sendo sua primeira participação na reunião como nova Gerente do equipamento, a mesma se apresentou e conheceu os membros participantes. Também falou sobre sua atual gestão, como pretende atuar no grupo do conselho e no que diz respeito ao funcionamento do equipamento como um todo. De continuidade, os membros assinaram a folha de frequência e foi dada a abertura para as falas, opiniões, críticas e sugestões. Em meio às pautas abordadas, destacou-se o tema Segurança. De acordo com o assunto, alguns membros reclamaram da falta de segurança dentro do equipamento, relataram sobre os casos de furtos que vem acontecendo e cobraram, mais uma

REDE CUCA



vez, as câmeras de segurança que havia sido prometido, mas que não foi colocado. Em resposta ao assunto, foi informado que o processo de solicitação de instalação das câmeras já foi repassado à Diretoria Administrativo Financeiro e que ainda estamos aguardando retorno. Outro assunto abordado foi o "Rolezinho". Este assunto se desencadeou em algumas opiniões positivas e outras negativas. Para alguns membros, o Rolezinho foi colocado como um evento sem um propósito específico, que estava aglomerando pessoas com intenções erradas e contrárias ao divertimento. Reclamaram da insegurança de estar no equipamento no dia do evento citado e da dificuldade de pegar o transporte público, pois segundo os alunos e alguns frequentadores, os motoristas não param com medo dos roubos. Para outros membros, o evento é bom porque tem a oportunidade de juntar os jovens que querem conversar, trocar idéias e conhecer novas pessoas. E já que acontece dentro do Cuca, foi dado como sugestão, criar programações culturais para que os jovens possam aproveitar mais o espaço, conhecer mais e ser um caminho de oportunidades até pra novos alunos em matrículas futuras. Também foram pautados em reunião, a revitalização dos espaços, principalmente os locais considerados ermos (Pontos cegos), e como este caso pode ser solucionado. Como idéia para a resolução dos problemas, cogitou-se a revitalização dos jardins, mais iluminação, equipamentos esportivos e recreativos instalados no local bem como algumas atividades culturais como forma de movimentar estes locais. E ainda sobre o assunto, ver a possibilidade de oficinas voltadas para trabalhos com pneus e outros materiais recicláveis. A reunião foi finalizada pela nossa Gerente, na qual agradeceu a presença de todos e informou sobre a data da próxima reunião que acontecerá no dia 15/06/2017, às 15h.

**ASSINATURA DOS MEMBROS DO CONSELHO CONSULTIVO DO CUCA
MONDUBIM:**

1. André de Souza Santos
2. Camilla Gomes de Oliveira
3. Lucas Kuhl Marinho de Lima
4. Felipe Thiago Bruno
5. Isaac dos Santos Bezerra
6. Francisco Alexandre Pereira Paiva
7. _____
8. _____
9. _____
10. _____
11. _____
12. _____